

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Etnologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Hildon Oliveira Santiago Carade

**Entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”: juventude e políticas sociais
na periferia de Salvador**

Tese de Doutorado

Salvador
2016

Hildon Oliveira Santiago Carade

Entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”: juventude e políticas sociais na periferia de Salvador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientadora: Dra. Núbia Bento Rodrigues

Salvador
2016

Carade, Hildon Oliveira Santiago
C257 Entre a “Síndrome do pato” e o “efeito Mateus”: juventude e
políticas sociais na periferia de Salvador / Hildon Oliveira Santiago Carade. –
Salvador, 2016.
227 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Núbia Bento Rodrigues
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia

e

Ciências Humanas. Salvador, 2016.

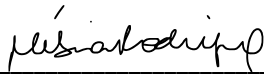
1. Ciências sociais. 2. Juventude. 3. Políticas sociais. 4. Trabalhadores urbanos.
I. Rodrigues, Núbia Bento. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD – 305.235

Hildon Oliveira Santiago Carade

**Entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”: juventude e políticas sociais
na periferia de Salvador**

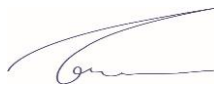
Trabalho aprovado. Salvador, 22 de Agosto de 2016



Dra. Núbia Bento Rodrigues
Orientadora



Professora
Dra. Cíntia Beatriz Müller



Professora
Dra. Glória Diógenes



Professor
Dr. Riccardo Cappi



Professora
Dra. Mary Castro

Salvador

2016

Aos meus pais, Ivelise e Luis

Agradecimentos

“Eu não seria capaz de concluir esta obra, não fossem a ajuda e o suporte de...”. Geralmente, esta é a forma protocolar de dar início ao rito dos agradecimentos, etapa não menos protocolar de qualquer escrito, acadêmico ou não. Por trás desta fórmula há o reconhecimento, verdadeiro ou fictício, do papel desempenhado pelo diálogo intelectual, no tocante à produção de uma obra. Ainda que esta tese não fuja desta regra, afinal de contas, também tive meus interlocutores diletos, gostaria de agradecer àqueles que me proporcionaram bem mais do que boas sinapses e acalorados debates, àqueles que, de fato, me acompanharam em minha jornada rumo a... Bem, isso ainda eu vou descobrir!

Inicialmente, gostaria de agradecer às comunidades do Calabar e do Alto das Pombas, lugares onde aprendi a fazer etnografia, onde fiz muitos amigos e parceiros sem os quais esse trabalho seria impossível de ser realizado.

Em agosto 2006, quando eu estava começando o quarto semestre do curso de Ciências Sociais, conheci Núbia Rodrigues, aquela que viria a ser a minha orientadora em todos os meus trabalhos acadêmicos. Eu era aluno em duas disciplinas por ela ministradas: Antropologia III e Antropologia Médica. A coincidência em eu ter me interessado por estudar duas matérias dadas pela mesma professora fez com que a gente compartilhasse das modorrentas tardes no calorento pavilhão de aulas da faculdade. Após o fim do semestre, já sabendo que Núbia estava com as malas prontas para fazer seu pós-doutorado em terras do hemisfério norte, me despedi achando que não mais a veria por bastante tempo. Eis que, no início de 2007, abro o meu correio eletrônico e sou tomado pela surpresa. Era ela, ou melhor, a professora, me convidando para a sua festinha de despedida. De súbito, pensei: “olha, ela gosta de mim”. Imediatamente, comecei a bolar um plano maquiavélico: vou aproveitar a oportunidade para perguntar se ela topa ser minha orientadora. Eu ainda teria mais quatro semestres para pensar em monografia de conclusão de curso, mas a minha ansiedade me dizia que era para eu adiantar o processo. Quando olhei a lista dos endereços para os quais o convite havia sido enviado, fui tomado por uma angústia indescritível. Eu não conhecia nenhum dos convidados. Pensei: como posso ir numa festa onde não conheço ninguém? Atordoado, enviei a seguinte resposta: “oi Núbia, queria que você me esclarecesse uma dúvida. Será que terá alguém que eu conheço nesse seu encontro? Como você sabe, eu sou uma pessoa tímida, e estou meio sem graça de chegar em um lugar onde não conheço nem o

dono do apartamento. Mas, confesso que a idéia de revê-la é no mínimo tentadora”. Como resposta, ela me garantiu que havia chamado um colega meu de turma e outras pessoas da faculdade que talvez eu conhecesse. Fiquei ainda um pouco receoso, mas já havia me decidido: irei, pois não posso perder essa oportunidade!

Já sabendo que meu colega de turma não poderia ir à festinha, cheguei ao local pronto para a batalha. A ideia era me entrosar com os outros participantes e, no momento oportuno, fazer a proposta indecente. E foi exatamente isso que eu fiz: me enturmei com todo mundo, esperando só a hora exata de dar o bote. Eis que na cozinha, quando estávamos só eu e ela, me enchi de coragem e perguntei: olha, você não gostaria de ser minha orientadora quando voltar? Para meu desespero, ela respondeu, com um ar bastante blasé: a gente conversa sobre isso depois.

Saí daquela festa de despedida arrasado, acreditando ter colocado tudo a perder. Mas, de fato, eu não tinha. Só quando ela retornou ao Brasil, foi quando eu vim me dar conta disso. Assim, Núbia é a primeira pessoa a quem tenho que agradecer - ela, a quem eu já nem chamo mais de Núbia -, tendo a ciência de que qualquer palavra que possa ser dita nunca conseguirá expressar o sentimento que tenho por sua pessoa. Só posso dizer que essa tese é uma coisa bastante pequena perto daquilo que existe entre nós.

Através de Núbia, conheci Dona Roca Alencar, mais uma pessoa que tem feito bastante diferença em minha vida, a quem tenho muito a agradecer e a esperar, ansiosamente, por uma próxima viagem juntos.

Logo quando entrei na FFCH, muita gente achava que eu cursava História, tudo isto porque eu havia encontrado em Lina Aras, então diretora da faculdade e professora do Departamento de História, um verdadeiro porto seguro, alguém que eu podia confiar cegamente e que eu sabia o quanto me considerava e me admirava. Ela sabe que a recíproca é verdadeira.

Outra pessoa que eu não posso deixar de mencionar é a pró Rosário Carvalho. Desde a graduação, ela vem me dando o prazer em poder compartilhar de sua companhia, sempre doce, risonha e solidária. Mais uma pessoa que eu posso dizer que é bem mais para mim do que simplesmente uma professora.

Na faculdade fiz muitos amigos. Assim, gostaria de agradecer a Moniele Nunes, Jamile Guimarães, Flávio Franco, Carolina Santana, Mariana Balen, Breno Carvalho, Natelson Souza, Bruno Luedy e Sarah Miranda, colegas estes que eu tive o prazer de conviver nestes meus anos de graduação e pós-graduação. Também não posso deixar de mencionar os

funcionários da casa, sempre colorindo de alegria a cinzenta atmosfera da burocracia acadêmica. Agradeço aqui a Vilma Lima e Márcia Teles, em nome de todos eles.

Agradeço ao PPGA, pelo apoio financeiro indispensável para a boa realização do trabalho de campo. Também sou grato aos professores do programa, pelo estímulo e compreensão necessários para a finalização deste trabalho. A FAPESB e a CAPES concederam-me, respectivamente, a bolsa de doutorado e a Bolsa Sanduíche, no exterior.

Em Nova York, tive a oportunidade de conhecer outros ambientes acadêmicos, experiência deveras importante para a minha formação intelectual. Agradeço ao professor John Collins, pela calorosa recepção no rigoroso inverno nova-iorquino. No Graduate Center, CUNY, tornei-me amigo de Laís Duarte, que, baiana como eu, não me fez sentir saudades em demasia da Bahia.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer minhas amigas de infância, Deise Cardoso e Zaira Millane, minhas conterrâneas que sempre estiveram comigo, na saúde e na doença (embora, não me recorde de ter ficado doente algum dia!). Importantes também são meus pais, Ivelise e Luis, meu irmão, Igor, e minha cunhada, Virgínia, esta família mais que especial que eu tive a sorte de ter e a astúcia em cativar. De fato, só mesmo uma família bastante compreensiva para aturar um membro tão folgado como eu. Só tenho a lhes dizer estas últimas palavras: devo não nego; pagarei em forma de afeto!

*“Ninguém é dono da juventude, nem das mulheres
que ama”*

(Pedro Almodóvar, Carne Trêmula)

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. *Entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”*: juventude e políticas sociais na periferia de Salvador. 227 f. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

Resumo

Esta tese explora a temática da juventude, em sua interface com as políticas sociais, a partir de uma etnografia sobre a implementação de projetos sociais direcionados aos adolescentes dos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, favelas situadas nas proximidades da orla atlântica da cidade de Salvador. Como ponto de partida, investigo a execução do *Higher Level* - um curso de inglês oferecido pela American School (tradicional escola de inglês da cidade), numa parceria com o Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e o Governo do Estado da Bahia -, para, em seguida, me debruçar sobre o contexto de pacificação das comunidades, através da implantação da Base Comunitária de Segurança do Calabar, bem como sobre as relações entre os jovens beneficiados pelas iniciativas sociais e suas respectivas famílias, atentando para a confluência entre poder classificatório, e o seu papel em categorizar a juventude, e vivência dos sujeitos, isto é, a amálgama entre epistemologia e ontologia. Veremos, a partir desta análise, que a experiência dos jovens das classes trabalhadoras urbanas, quando beneficiados por políticas desenvolvidas tanto pelo Estado, quanto por organizações do terceiro setor, pode ser definida nos termos de uma combinação entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”.

Palavras-chave: juventude; políticas sociais; ciências sociais; classes trabalhadoras urbanas.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. *Between the “duck syndrome” and the “Matthew effect”*: youth and social policies on the outskirts of Salvador (Bahia, Brazil). 227 pp. 2016. Thesis (Doctorate) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

Abstract

This thesis explores the topic of youth, in its interface with social policies, from an ethnography on the implementation of social projects directed at adolescents from neighborhoods of Calabar and Alto das Pombas, slums located near the Atlantic coast of Salvador city. As a starting point, I investigate the implementation of the *Higher Level* - an English course offered by the American School (traditional English school in the city), in partnership with the US Consulate in Rio de Janeiro and the Government of the Bahian State -, to then dwell on the context of pacification of communities through the implementation of community-Based Calabar Security as well as on the relationship between young people benefited from social initiatives and their families, paying attention to the confluence of classificatory power and its role in categorizing youth, and experience of the subject, ie, the amalgamation between epistemology and ontology. We will see from this analysis that the experience of young people of the urban working classes, when benefiting from policies implemented both by the state and by third sector organizations, can be defined in terms of a combination of “duck syndrome” and “Matthew effect”.

Keywords: youth; social policies; social Sciences; urban working classes.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. *Entre el “síndrome del pato” y el “efecto Mateo”*: los jóvenes y las políticas sociales en las afueras de Salvador. 227 f. 2016. Tesis (Doctorado) - Programa de Estudios de Posgrado en Antropología, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2016.

Resumen

Esta tesis explora el tema de la juventud, en su interfaz con las políticas sociales desde una etnografía sobre la ejecución de proyectos sociales orientados a las adolescentes de los barrios de Calabar y el Alto de las palomas, los barrios marginales situados cerca de la costa atlántica de la ciudad de Salvador. Como punto de partida, investigar la aplicación del *Higher Level* - un curso de Inglés que ofrece la Escuela Americana (escuela tradicional Inglés en la ciudad), en colaboración con el consulado de Estados Unidos en Río de Janeiro y el Gobierno del Estado de Bahía - a continuación, detenerse en el contexto de pacificación de las comunidades a través de la implementación de la Base comunitaria de Seguridad en Calabar, así como en la relación entre los jóvenes beneficiado de las iniciativas sociales y sus familias, prestando atención a la confluencia del poder clasificadorio y su papel en la categorización de los jóvenes, y la experiencia del sujeto, es decir, la fusión entre la epistemología y la ontología. Veremos en este análisis que la experiencia de los jóvenes de las clases trabajadoras urbanas, cuando se benefician de las políticas aplicadas por el Estado y por las organizaciones del tercer sector puede definirse en términos de una combinación de "síndrome del pato" y "efecto Mateo".

Palabras clave: la juventud; política social; Ciencias Sociales; clases trabajadoras urbanas.

Lista de Ilustrações

Ilustração 01: Os bairros mais e menos negros de Salvador	40
Ilustração 02: Aula do <i>Higher Level</i> (Faculdade de Filosofia, agosto de 2012)	92
Ilustração 03: Crianças brincam com o cão labrador na festa de Natal realizada pela PM (Largo do Alto das Pombas, dezembro de 2015)	153
Ilustração 04: Waldomiro, técnico principal da escolinha de futebol, orienta seus jogadores (Quadra esportiva do Calabar, maio de 2015)	160

Lista de Siglas

AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública

AMCHAM – Câmara Americana de Comércio

BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia S. A.

BCS – Base Comunitária de Segurança

CDC – Centro Digital de Cidadania

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação para Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FLN – Frente de Liberação Nacional

GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEIA – Instituto Central de Educação Isaías Alves

IRDEB – Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NEOJIBÁ – Núcleos Especiais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PAJ – Programa Agente Jovem

PM – Polícia Militar

PROERD – Programa Institucional de Resistência às Drogas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

Sumário

INTRODUÇÃO	17
O percurso	17
A proposta inicial: um estudo “in between”	22
Etnografia e teoria multissituadas	24
O campo e suas questões	28
Estruturação dos capítulos	41
CAPÍTULO 01: ESCREVER CONTRA A JUVENTUDE	45
O que significa escrever contra alguma coisa?	45
Sobre jovens e juventude	46
Contra a “função agência”	53
CAPÍTULO 02: “SE NÃO HOUVESSEM DIFICULDADES, NÃO SERIA FAVELA”: O ENSINO DE INGLÊS EM TERRA ESTRANGEIRA	61
A questão	61
A escola de inglês	65
Como as instituições classificam?	69
Uma profecia autorrealizável	77
Uma política da piedade	82
Da vida ocupada dos jovens das classes trabalhadoras urbanas	91
A “síndrome do pato” e os seus dilemas	98
“Casa de pai, escola de filho”	104
CAPÍTULO 03: A ANGÚSTIA DA INFLUÊNCIA: DAS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE E MILITARIZAÇÃO DAS PERIFÉRIAS URBANAS NA CIDADE DE SALVADOR	113
A questão	113
Sobre permanências	115
Aportes teóricos sobre o policiamento comunitário	119
O baile de debutantes	124
A anatomia da influência	128
“Enxugando gelo”	141
Notas adicionais sobre o panoptismo	146
O policiamento comunitário e o “efeito Mateus” das políticas sociais	150

<u>CAPÍTULO 04: A “SÍNDROME DO PATO” E O “EFEITO MATEUS”: PARA ALÉM DO GÊNERO MASCULINO</u>	159
A questão	159
Sobre as meninas e o gênero da pacificação	163
De “perigosa” a “abençoada”	165
“Ô do juizado, não perca seu tempo mais não”	169
“Por mais que eu cresça, sou uma criança”	173
O destino das meninas	179
A resistência juvenil	192
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	195
Da convergência entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”	195
O local de origem e os dilemas das políticas sociais	201
Últimos argumentos epistemológicos	204
Epílogo: o Muro de Berlim	206
<u>REFERÊNCIAS</u>	212

INTRODUÇÃO

“Agora cismeio que quero ser empreendedora, empresária, mas me falta foco. Uma amiga me disse que eu sofro da ‘síndrome do pato’. O pato sabe fazer tudo: nadar, voar, bicar... Mas ele não é bom em nenhuma dessas atividades porque lhe falta foco” (Dona Neusa, Diário de campo, 26-11-2012).

“Porque a todo que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado” (Mateus, 25: 29).

“Síndrome do pato” e “efeito Mateus”. A primeira é originalmente uma categoria nativa; a segunda, analítica. Uma vez unidas, elas se afiguram, neste texto que resulta de minha pesquisa de doutorado, como uma síntese descritiva da experiência de vida de jovens residentes nas periferias urbanas de nosso país, que são assistidos por políticas sociais, dos mais diversos ramos, sejam do Estado, do terceiro setor ou da iniciativa privada. Decerto, esta afirmação categórica é um raciocínio retrospectivo. Para o melhor entendimento do leitor, irei recapitular o meu itinerário de pesquisa. Contudo, os significados destas duas categorias só serão expostos nos capítulos subsequentes da tese.

O percurso

O interesse pela temática da juventude remonta aos meus anos iniciais de estudos no ensino superior. Em meados de 2008 iniciei uma pesquisa de campo que culminou com a produção do meu trabalho de conclusão de curso, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Naquela oportunidade, investiguei o contexto de implementação do Programa Agente Jovem (PAJ) no Alto das Pombas e no Calabar, áreas favelizadas da cidade de Salvador, porém vizinhas de uma zona elitizada do município. As localidades em questão são originárias da ocupação de terras devolutas nas proximidades do Cemitério Campo Santo. Datam do primeiro quartel do século XX as primeiras notícias sobre a existência de construções, que prescindiam da titulação de posse, nas imediações da referida

necrópole (Carade, 2009). Por este motivo, os bairros eram pejorativamente designados pelo poder público como “invasões”. Mais adiante voltarei a este assunto.

Grosso modo, o *Programa Agente Jovem*, doravante PAJ, era uma das provisões estabelecidas pelo Estado, através da partilha de responsabilidades entre as três esferas governamentais, para atender adolescentes na faixa de 15 a 17 anos de idade. O ente federal era responsável pela dotação orçamentária, ao passo que as instâncias estadual e municipal se ocupavam da execução do projeto. Os beneficiados, por sua vez, deveriam estar enquadrados na frouxa¹ categoria “jovens em situação de risco e/ou vulnerabilidade social”. O objetivo do programa era formar sujeitos conscientes do seu papel de cidadãos ativos, isto é, “protagonistas sociais” capazes de modificar e melhorar, a partir de um efeito multiplicador, as condições de vida local. Para tanto, seu conteúdo programático foi alicerçado para dar suporte a dois pilares: o básico, responsável por abordar temas que despertassem a autoestima dos beneficiários; e o específico, que contemplaria a ação comunitária nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente (Brasil, 2000). Por seu turno, minha etnografia foi baseada em trabalho de campo junto a um grupo de vinte adolescentes (oito moças e doze rapazes), assistidos por Benedito, orientador social do programa e líder comunitário do bairro Alto das Pombas.

Naquela ocasião, em termos metodológicos, procurei me afastar das chamadas análises institucionais e/ou programáticas das políticas públicas. A grande premissa destas abordagens é analisar as ações estatais a partir de suas orientações iniciais, com o intuito de diagnosticar a sua eficácia e/ou eficiência. Todavia, por estarem presas a critérios finalistas, estas análises negligenciam a vivência dos indivíduos inseridos em um determinado projeto. Assim, me interessei em saber como os sujeitos produzem, reproduzem e reestruturam aquilo que foi para eles estipulado em um desenho institucional de política social, tendo como fonte de inspiração um artigo de Arley Damo (2006) sobre o Orçamento Participativo (OP), em Porto Alegre. Neste trabalho o autor optou por não discutir o objetivo do projeto em si mesmo, qual seja, o conjunto de valores concernentes à formação do “cidadão participante”. Seu interesse foi, ao invés, demonstrar como o OP se realiza, efetivamente, em meio a configurações sociais concretas. De forma modesta, tentei elaborar algo semelhante, tomando o PAJ como uma alegoria para entender a dimensão microscópica da ação política.

¹ Frouxa porque não deixa claro, no desenho institucional da política pública, a que tipo de vulnerabilidade se refere: se, por exemplo, seria uma vulnerabilidade relativa à classe social, ou dependente da situação de moradia, ou referente a falta de uma rede de solidariedade social, dentre outras motivações.

A partir desta demarcação, demonstrei como a dinâmica das relações internas ao grupo concorria para o engajamento ou não dos atores nas atividades do programa. Enfim, a afetividade, as desavenças, esses elementos tão comuns da vida humana, geralmente não mencionados nos projetos de políticas públicas, eram tão ou mais potentes que a razão e as questões pragmáticas, identitárias e institucionais. Estas últimas apresentam a vida humana apenas em termos de racionalidades e necessidades formais.

Para pensar sobre as relações externas ao grupo, levei adiante uma premissa cara aos antropólogos: a execução de uma política pública se insere em um determinado lugar, com uma rede de conexões que caracteriza cada espaço social específico. Neste sentido, a implantação de uma política não implica tão somente a incorporação de recursos materiais, mas, também, a assunção de relações sociais que, por assim dizer, a atravessam (Cravino e colaboradores, 2006).

Dentre estas relações, uma, em especial, mereceu minha atenção. Refiro-me à relação entre instituições, atores sociais e necessidades históricas. Explicarei melhor como cheguei a esta temática, que se materializou na produção de minha dissertação de Mestrado em Antropologia.

A falta de espaços imobiliários fez com que as atividades pedagógicas do PAJ fossem ministradas em uma sala de aula da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Tal fato foi, primariamente, possibilitado pela geografia da cidade. No que se refere ao zoneamento da cidade de Salvador, o Calabar e o Alto das Pombas, a exemplo de outras favelas, tais como, o Nordeste de Amaralina, a Chapada do Rio Vermelho, o Vale das Pedrinhas, dentre outras, pertencem à Região Administrativa Prefeitura-Bairro VI Barra-Pituba, que congrega áreas da orla atlântica (por exemplo, o circuito Barra-Ondina, local onde é festejada a folia momesca) e bairros próximos ao centro antigo (Federação, Graça, Canela e Vitória podem ser aqui arrolados)². Carvalho e Pereira (2008) mostram que esta zona concentra as oportunidades de trabalho e os espaços classificados como superiores e médio superiores, habitada pelas parcelas branca e economicamente privilegiadas da cidade. Os autores consideram as favelas aqui citadas “enclaves” do centro e da orla, sítios acidentados e desfavoráveis, que destoam do contexto mais abrangente em virtude de seu perfil socioeconômico de baixa renda.

² A cidade de Salvador está dividida em 10 regiões administrativas. Para maiores informações, bem como para uma apreciação do mapa com as referidas divisões e sub-divisões, ver: <http://www.eleicaocmc.salvador.ba.gov.br/upload/surveys/214994/files/dados_oficiais_bairros_regioes_salvador.pdf>.

A Faculdade de Filosofia está localizada em São Lázaro, um sub-bairro da Federação, na vizinhança com o Alto das Pombas e o Calabar. De um modo geral, São Lázaro apresenta um perfil representativo das desigualdades sociais de Salvador. O logradouro da Faculdade, a rua Prof. Aristides Novis, é assoreado por condomínios de luxo e empreendimentos de grande porte. Logo após o *campus* universitário, cujo perímetro apresenta uma das poucas áreas de vegetação densa nesta região, nos deparamos com a Igreja de São Lázaro³, um dos maiores símbolos do sincretismo religioso baiano. Nas segundas-feiras, centenas de pessoas frequentam as missas ali realizadas. Para os adeptos do candomblé, São Lázaro se identifica com Omulu, o deus da cura. A igreja foi construída no século XVIII, vinculada a um leprosário, o Lazareto, numa época em que a cidade passava por graves epidemias. No lugar eram tratados, basicamente, os pobres, os escravos e ex-escravos da antiga capital do país. Com a expansão urbana, o Lazareto foi abandonado; sua área foi revitalizada e hoje abriga as dependências da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). O comércio praticamente inexistente neste lugar; resume-se apenas a bares e barracas de bebidas situadas nas imediações da capela. De acordo com matéria publicada pelo *Jornal A Tarde*⁴, já na primeira metade dos anos 1990 o lugarejo que respirava calma e tranquilidade estava sofrendo alterações em seu cotidiano, face ao surgimento de “invasões” na faixa em declive, que dá acesso ao bairro de Ondina. Vez ou outra, afirma o periódico, ouve-se o grito de pega-ladrão. Os gatunos, sugeriram alguns moradores, seriam provenientes do Alto das Pombas, do Calabar e dos barracos do fim de linha de São Lázaro.

Assim sendo, a proximidade para com estes núcleos menos favorecidos da sociedade é invariavelmente apontada como a causa da violência urbana nesta região (facções ligadas ao comércio de drogas atuam nesta área), o que motivou a criação da primeira Base Comunitária de Segurança do Estado da Bahia no eixo Calabar-Alto das Pombas, política que reduziu drasticamente os índices de criminalidade no local. Mais adiante voltarei a este assunto.

Por seu turno, a Faculdade de Filosofia mais parece um entreposto – um enclave, diria eu – a mediar as relações entre os menos e os mais abastados destes arrabaldes. Numa dessas mediações, atônita com a ocupação espontânea de uma sala de aula para a já referida realização das atividades do PAJ, a direção da instituição se viu impelida a oficializar esta presença em suas dependências, numa forma de estabelecer algum tipo de cooperação com as comunidades de seu entorno.

³ Todas as informações referentes à Igreja de São Lázaro foram colhidas em matéria escrita pela jornalista Isabela Reis, publicada no jornal *A Tarde* de 17/05/1994.

⁴ Matéria citada na nota anterior.

A unidade universitária também não passava incólume aos episódios de violência (notícias sobre assaltos e furtos na área do *campus* universitário eram uma constante). Porém, na medida em que ela tinha de assumir o seu papel social, as “comunidades populares” situadas em seu entorno a colocaram em uma situação de duplo padrão interativo: a “interação” e a “evitação” (Almeida, D’Andrea e De Lucca, 2008).

Assim, atendo-me à presença de jovens beneficiários de um programa social em ambiente universitário, objetivei compreender como se davam as relações entre a Faculdade de Filosofia e os bairros que compõem a sua vizinhança. Observei que, de um estado de invisibilidade, o grupo de adolescentes formado pelo PAJ foi progressivamente emergindo para uma “visibilidade perversa” (Sales, 2004), em virtude da criminalidade que assolava as áreas interna e externa da instituição, no decorrer do ano de 2008. Estes fatos estimularam um debate no âmbito da UFBA acerca do relacionamento entre a universidade e as “comunidades populares”. Nestas discussões, a chamada “extensão comunitária” foi apontada como uma solução para a diminuição da violência supostamente originada desses locais, criando-se uma espécie de poder tutelar e de autoridade dos universitários frente aos moradores das áreas mais pobres da cidade.

Desta forma, à luz de episódios dramáticos, a Faculdade de Filosofia teve o seu papel social questionado. Todavia, como interpretar os imperativos de uma instituição? Da resposta surge a segunda demarcação importante para o preâmbulo deste trabalho. Posso afirmar que as finalidades das instituições, quaisquer que sejam, são reinterpretadas e resignificadas de acordo com os problemas históricos que surgem no horizonte das sociedades. Logo, as práticas e objetivos de uma organização não estão nela cristalizadas. Estão presas, isto sim, a uma malha histórica.

Diante deste horizonte de conhecimento, fiquei a pensar sobre como seria prolífico a junção das orientações da antropologia das instituições e da etnografia das políticas públicas. A primeira, como sugere Marc Abèlés (1995), opera um esforço de desconstruir a instituição concebida como autônoma em suas finalidades. Deste recorte, a instituição, em vez de ser pensada como um bloco homogêneo, deve ser tratada como um espaço de confrontação de representações, espaço onde trajetórias se cruzam em torno da busca pelo poder. Já a segunda não estaria confinada ao que Laura Nader (1969) chamou de “studying up”, significando o enfoque nas corporações, nas elites e nos centros de poder como um antídoto à tradicional ênfase no “studying down”. Em verdade, trata-se do que Wright e Reinhold (2011) chamam de “studying through”: traçar os caminhos pelos quais o poder cria conjuntos e relações entre atores, instituições e discursos através do espaço e do tempo.

Com estas colocações em mente, objetivei retornar ao tema das políticas sociais para a juventude, porém, não mais preso a uma análise da implementação de uma determinada política, ainda que ela me fosse um ponto de partida inicial. Queria compreender como a juventude é tematizada, ante a perspectiva da própria fluidez das coisas, isto é, da própria dificuldade de apontar qual seria o verdadeiro discurso acerca desta categoria. Faltava-me apenas um campo de pesquisa. Tal fato me transformou em uma presa fácil das “artimanhas do acaso” (Peirano, 1995).

A proposta inicial: um estudo “in between”

Inicialmente, pretendia continuar estudando a implementação de políticas sociais para a juventude no eixo Alto das Pombas-Calabar. Em 2009 prosseguiria a minha investigação sobre o PAJ que, no decorrer do segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi rebatizado de ProJovem Adolescente. Esta mudança de nomenclatura foi consequência do redirecionamento da política nacional para a juventude, na tentativa de ampliar o alcance do projeto. Anteriormente, cada turma anual do PAJ era formada apenas por cerca de vinte adolescentes; com o ProJovem Adolescente, esse número saltou para sessenta beneficiários. No plano burocrático, a grande mudança foi o amalgamento entre o referido programa e o Bolsa Família (outra política de transferência de renda do governo federal).

Entretanto, no alvorecer de 2012, um fato novo surgiu no horizonte do Alto das Pombas e do Calabar. A American School⁵, juntamente com o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e o Governo do Estado da Bahia, lançam o *Higher Level*⁶. *Grosso modo*, este projeto consiste no oferecimento de aulas gratuitas de inglês prático para um público composto de jovens entre 14 a 21 anos de idade. Inicialmente, esta iniciativa foi implementada no estado do Rio de Janeiro, concebida como uma forma de apoio da Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil aos projetos de pacificação das favelas cariocas, de acordo com a seguinte estratégia: ao lado de uma política de segurança, um projeto social. Posteriormente, o programa foi exportado para os estados da Bahia e do Espírito Santo⁷.

⁵ Nome fictício.

⁶ Nome fictício.

⁷ Essas informações foram coletadas na página eletrônica da American School. De modo a preservar o anonimato da instituição, não revelarei o endereço virtual.

Em terras baianas, o projeto contou com a parceria do programa *Pacto pelo Vida*, uma iniciativa do governo estadual que visa a integração dos poderes executivo, legislativo e judiciário no combate à violência. Esta “nova” política pública de segurança foi estruturada a partir de certas diretrizes, nomeadamente, a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e de unidades territoriais de implementação de planos integrados de ação das polícias civil e militar. As ações coordenadas pelo plano giram em torno de quatro eixos, quais sejam: a prevenção social; a instalação de Bases Comunitárias de Segurança; o enfrentamento ao *crack* e outras substâncias entorpecentes; e a meritocracia para as polícias (Governo do Estado da Bahia, 2011). A primeira iniciativa impactante do projeto foi a ocupação policial do eixo Alto das Pombas-Calabar, que culminou com a criação da Base Comunitária de Segurança do Calabar, doravante apenas BCS, em 27 de abril de 2011.

O objetivo do *Higher Level* é auxiliar os estudantes no aprendizado do inglês técnico, bem como lhes oferecer noções básicas de empreendedorismo e inserção no mercado de trabalho, notadamente nos ramos de turismo e hotelaria, visando oportunidades abertas pelos eventos esportivos da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. As aulas da primeira edição do curso eram ministradas aos sábados, das 8 às 10 horas da manhã, e tiveram dois anos letivos. Além das parceiras já mencionadas, o projeto contou com o apoio da Editora Oxford, responsável pela doação de livros didáticos para os estudantes.

Em 29 de março de 2012, dia do aniversário da cidade de Salvador, ocorreu o lançamento do programa na BCS do Calabar. Compareceram à solenidade o então Cônsul Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Dennis Hearne, o Secretário de Estado de Promoção da Igualdade Racial, Elias Sampaio, o Secretário de Estado de Relações Internacionais e Agenda Bahia, Fernando Schmidt, o presidente do conselho deliberativo da American School, Américo Sardeiro, além dos líderes comunitários dos três grupos sociais beneficiados pelo projeto: o Calabar-Alto das Pombas e as entidades culturais negras do Ilê Aiyê e do Olodum. No tocante ao núcleo Calabar-Alto das Pombas, cabe mencionar a presença do professor João Carlos Salles, à época diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, que veio sacralizar o apoio da unidade ao programa através do oferecimento de um espaço físico para a realização das aulas.

Ao ver esta miríade de entidades, movimentos sociais, instituições (governamentais e transnacionais) e atores sociais envolvidos na iniciativa percebi que estava diante da oportunidade ímpar de fazer um estudo “in between”. Tendo em conta a parceria de distintas organizações, busquei compreender como a juventude - em especial, a juventude das classes trabalhadoras urbanas - é tematizada, por assim dizer, no limiar e no intercâmbio entre

poderes estatais e supraestatais e a própria experiência vivida destes jovens. Outras reorientações ainda seriam feitas, o que me possibilitaria a feição final deste trabalho.

Etnografia e teoria multissituadas

Este trabalho está circunscrito às fronteiras borradas entre as etnografias sobre jovens, projetos sociais e comunidades populares da cidade de Salvador. Por um lado, pretendo elaborar uma *descrição* de como a temática da juventude é acionada e classificada por diferentes atores, por distintos campos e diversas instituições. Por outro, procuro interpelar as formas de assunção e reação dos jovens perante a estas classificações. Logo, trata-se de certa antropologia do conhecimento nativo, uma ciência concreta, como quer Lévi-Strauss (1970), atenta à produção acerca de uma dada categoria social, na confluência de ações de caráter governamental e transnacional, assim como de uma etnografia da vida juvenil na metrópole. Desta maneira, a juventude aparecerá para mim na forma de uma janela pela qual vislumbrarei questões, tais como, as relações raciais e de gênero na atual sociedade brasileira; o poder tutelar do Estado (e também de organizações internacionais) na produção de cidadãos e assimetrias sociais; a configuração da estrutura familiar nos marcos da economia capitalista; e a experiência e a resistência juvenis.

Contudo, esta janela não ficará presa a um *locus* específico. A princípio, tomei como ponto de partida o acompanhamento das atividades ligadas ao programa *Higher Level*, mas precisamente etnografando as aulas ministradas para adolescentes beneficiários do núcleo Calabar-Alto das Pombas, aulas estas realizadas nas dependências da Faculdade de Filosofia da UFBA. De início, mais parecia um reavivamento de meu trabalho de monografia de conclusão de curso: um grupo de vinte jovens, residentes em comunidades situadas na vizinhança do *campus* universitário, a utilizar uma sala da unidade universitária, no âmbito de mais um projeto social. O contexto era, enfim, o mesmo do PAJ.

Naquela oportunidade, eu havia me interessado pela pragmática da ação, isto é, pelas formas de socialidade ativadas pela implementação do PAJ, tentando entender em que medida a política alterava e/ou reforçava a estrutura social, sem perder de vista o pano de fundo emocional inerente a este processo. Contudo, no caso do *Higher Level*, eu posso mesmo sustentar o meu interesse naquilo que Gregory Bateson (1958 [1936]) descreveu como sendo a dimensão *eidética* de uma cultura, a saber: o tipo de operações mentais que governam as

estruturas de pensamento de um dado grupo⁸, ainda que eu não me restrinja apenas a este aspecto. Para este autor, o *eidós* seria uma espécie de conjunto de ideias e pressuposições - um sistema intelectual - que serve como referencial comum para um dado agrupamento cultural. E assim, a juventude aparece como uma categoria a despertar toda uma organização de saberes e pré-concepções.

Entretanto, na tentativa de ultrapassar a dimensão da experiência dos jovens beneficiários do projeto, resolvi adotar duas estratégias. A primeira seria o que George Marcus (1995) chamou de *etnografia multissituada*: em vez de me situar em torno de apenas um ponto de vista e/ou temática, procurei me inserir em diversos espaços, bem como observei com mais afinco certos atores que trafegavam em distintas searas⁹. Assim, passei a acompanhar os adolescentes nos diversos espaços que eles frequentavam: o bairro, a casa, a igreja, as festas do largo, os eventos comunitários, etc. A segunda estratégia seria aquilo que Sherry Ortner (2010) qualificou como *etnografia de interface*, isto é, atender a determinados eventos onde as instituições fechadas se apresentam ao grande público. Neste quesito, cerimônias, tais como, datas comemorativas, premiações, eventos esportivos, formaturas, dentre outras, foram ótimas oportunidades para coletar informações a respeito das organizações envolvidas na implantação do *Higher Level*, vale lembrar, a American School, a BCS do Calabar e a Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil.

Ao fazer isto, utilizarei diferentes campos das ciências humanas para empreender minhas reflexões teóricas. Assim como não partirei da figura do jovem para melhor explicá-lo, também não tomarei como ponto de partida os estudos sobre a vida juvenil (“youth studies”) para melhor entender a juventude. Para uma etnografia multissituada, uma teoria igualmente multissituada. Nesta tarefa, terei as seguintes fontes de inspiração: os estudos pós-coloniais, a crítica literária, a literatura, a filosofia pós-estruturalista e a antropologia urbana. No decorrer do texto, o leitor perceberá que grande parte das minhas elocubrações foram despertadas a partir da leitura de etnografias produzidas junto aos segmentos populacionais classificados como “indesejáveis” para um dada comunidade política. Por estas páginas desfilarão catadores de lixo, imigrantes ilegais, dependentes químicos, os pobres em geral, dentre outros. Assim sendo, do meu ponto de vista, falar sobre a juventude das classes

⁸ Bateson (1958), em verdade, aponta para a solidariedade entre o *eidós* e o *ethos* de uma cultura, ou seja, a correspondência entre as dimensões de comunalidade cognitiva e ambiência emocional.

⁹ Estou ciente de que, no quadro das sociedades ditas complexas, não há mais nenhuma pesquisa etnográfica que fique presa à experiência vivenciada em nível local, como o próprio Marcus reconheceu alhures (Marcus, 1991). Assim sendo, a manutenção do termo “etnografia multissituada” refere-se menos à multiplicidade de locais por mim percorridos e mais à pluralidade de temáticas que esta tese pretende abordar.

populares brasileiras aponta também para construção de um conhecimento a respeito dos deserdados da nação. Daí não haver - da perspectiva do poder classificatório - nenhuma diferença, por exemplo, entre um jovem morador de uma favela e um imigrante haitiano em terras brasileiras.

Por fim, cabe afirmar que a ênfase neste poder classificatório não significa assumir uma divisão entre epistemologia e ontologia. Pelo contrário, o leitor verá que, subrepticamente, a tese oscilará entre a forma com a qual a juventude é tematizada e a tematização da vida juvenil em si mesma, apontando uma solução de continuidade entre o conhecimento e a experiência. E aqui desemboca no terreno da chamada “virada ontológica” no seio da antropologia. *Grosso modo*, este termo seria uma espécie de “guarda-chuva” a englobar diversos autores que, de alguma maneira, foram abatidos pela ressaca do movimento pós-modernista - que teve no empreendimento coletivo *Writing Culture* (Clifford; Marcus, 1986) o seu momento apoteótico - e sua crítica ao estatuto da descrição e da autoridade etnográfica. Em um artigo sobre as corriqueiras convenções linguísticas que sustentam as narrativas antropológicas das cosmologias ameríndias, Magnus Course corretamente observa que “what people have meant by ontology has been diverse and that the ontological turn therefore comprises neither a ‘school’ nor even a ‘movement’, but rather a particular commitment to recalibrate the level at which analysis takes place” (2010: 248). Não obstante, Course tenta - a meu ver acertadamente - definir este compromisso particular nos termos de uma *metafísica comparada*, isto é, de um lado, o entendimento acerca das bases do projeto intelectual e social do Ocidente e, de outro, a exploração e detalhamento dos conceitos pelos quais os pontos de vista não-ocidentais de mundo são edificados¹⁰.

Assim sendo, há um imbricamento entre ideais políticos e analíticos neste exercício de metafísica comparada. Contudo, para fins desta discussão, preciso me apoiar em Holbraad, Pedersen e Viveiros de Castro (2014), a partir da distinção por eles proposta entre as três maneiras pelas quais a ontologia e a política estão correlacionadas nas ciências sociais e disciplinas cognatas, cada uma associada a prescrições metodológicas particulares, injunções analíticas e visões morais: a) o conceito filosófico tradicional de ontologia, em que a “política” se reveste de um mandato para a descoberta e divulgação de uma única verdade absoluta sobre *como as coisas são*; b) a crítica sociológica deste e de outros “essencialismos”,

¹⁰ Gildas Salmon (2013), por seu turno, situa a “virada ontológica” como uma reação francesa ao movimento pós-modernista norte-americano. Para ele, autores como Bruno Latour, Philippe Descola e Eduardo Viveiros de Castro (brasileiro, mas fortemente influenciado pela filosofia e antropologia francesas) reformularam a crítica à antropologia cultural, para além do domínio da literatura (a etnografia como mais um gênero literário), nos termos do questionamento da metafísica ocidental.

à qual, na refutação cética de todo e qualquer projeto ontológico, revelando, pois, sua natureza insidiosamente política, termina apresentando sua crítica política como a sua própria versão de *como as coisas deveriam ser*; e c) o conceito antropológico de ontologia como a multiplicidade de formas de existência promulgadas por práticas concretas, na qual a política se torna a exposição não-cética de dados concernentes a este coletor de potenciais de *como as coisas poderiam ser*.

Em tomando partido desta última definição de ontologia, almejo deixar claro ao leitor que tomo este conceito, conforme sugestão de Pedersen (2012), em seu aspecto puramente metodológico, isto é, como uma tecnologia de descrição projetada na otimista (e não cética) esperança de dar algum sentido ao meu material etnográfico de maneiras novas e experimentais. Para tanto, operarei a partir de uma “delegação ontológica” (Salmon, 2013), uma operação que dissolve o considerável dualismo entre “teoria” e “prática”, primeiro por integrar o conhecimento teórico a um conceito generalizado de prática, mas ao mesmo tempo tornando esse conhecimento como modelo da própria prática. “This is how epistemology insidiously becomes ontology”¹¹ (Viveiros de Castro, 2014: 06). Delegar, explica Salmon (2013), significa abdicar do poder monopolístico e soberano de definir o seu próprio aparato analítico. Isto sugere uma reinicialização da nossa máquina investigativa, o que nos força a confrontar o imponderável das forças especulativas provenientes de nossos interlocutores, de uma maneira mais filosoficamente centrada do que normalmente costumamos pensar. Neste sentido, a noção de “delegação ontológica” expressa a probabilidade de o etnógrafo deixar entre parênteses suas próprias assunções ontológicas, colocando em perigo o poder heurístico e a transportabilidade a que elas ambicionam, na medida em que ele permite que elas sejam contra-analisadas pelas práticas indígenas de conhecimento. Enfim, a crítica ao empreendimento antropológico é aqui reformatada em novos termos: da preocupação em torno da escrita e dos modos de representação (vertente desenvolvida pelo culturalismo pós-modernista norte-americano) para o enfoque nas formas de inquérito.

Como terei a oportunidade de demonstrar, delegarei aos adultos (e às instituições) a tarefa de construir saberes sobre os jovens; e em fazendo isso, eles constroem o próprio mundo onde tanto eles, quanto os jovens, vivem. Contudo, apresso-me a dizer: não me entendam mal! Não apresentarei nas páginas subsequentes um relato “adultocêntrico” sobre a juventude, tampouco me interessarei nos mecanismos cognitivos utilizados pelos adultos para fazer algum sentido à experiência juvenil. Semelhante a Viveiros de Castro (2010) em

¹¹ Christina Toren (2009), outra proponente da “virada ontológica”, também utiliza argumento semelhante. Segundo ela, epistemologia e ontologia estão mutuamente imbricados.

Metafísicas caníbales, meu projeto tem mais a ver com a projeção de mundos sociais possíveis a partir da reconstrução do pensamento nativo do que necessariamente com o estudo da “mentalidade primitiva” (no meu caso, de como os adultos teriam concepções imperfeitas sobre a condição juvenil).

Sobre este aspecto, posso mesmo parafrasear Marilyn Strathern (2006 [1988]) em *O gênero da dádiva* e afirmar que não haverá aqui uma exposição sobre as ideias que os adultos têm a respeito da juventude, mas uma análise, do ponto de vista das preocupações da antropologia (em especial, da teoria pós-estruturalista) e da crítica literária ocidentais, do que poderiam parecer essas ideias se fosse o caso de elas aparecerem na forma dessas preocupações¹². E em fazendo isto, conferirei a estes saberes um estatuto epistemológico, reconhecendo o fato da não existência de um monopólio por parte do cientista social sobre o conhecimento legítimo acerca da vida em sociedade. Como bem disse Viveiros de Castro (2002: 119), “ninguém nasce antropólogo, e menos ainda, por curioso que pareça, nativo”. Ainda conforme o autor, se o discurso do primeiro é tido como mais válido do que o do segundo, isto é uma questão política que tem sérias implicações para nossa prática etnográfica, na medida em que este tipo de valoração nos impele a considerar o pensamento de nossos interlocutores como aparentemente irracional, ou pior ainda, naturalmente racional, confinando-o nos termos desta alternativa.

A seguir, apresentarei uma breve descrição do campo de pesquisa. Nela ficará mais evidente as questões que serão discutidas durante o trabalho.

O campo e suas questões

Este trabalho tem como contexto a implantação de políticas sociais para os jovens dos bairros do Alto das Pombas e do Calabar. Por seu turno, tanto a “síndrome do pato” quanto o “efeito Mateus” explicitam o reconhecimento do caráter eminentemente tutelar da gestão da juventude nestes locais. Com efeito, conforme Vianna (2002) já havia nos alertado em sua tese de doutorado sobre processos em torno da guarda (e, por vezes, adoção) de crianças nas

¹² Citação original: “Eu não criei ‘uma perspectiva’ sobre a sociedade e cultura melanésias; procurei mostrar a diferença que faz urna perspectiva, assim como se pode imaginar uma dissociação interna entre a personalidade de um autor e o caráter de suas personagens. Consequentemente, não apresentei as ideias melanésias, mas uma análise, do ponto de vista das preocupações antropológicas e feministas ocidentais, do que poderiam parecer as ideias melanésias se fosse o caso de elas aparecerem na forma dessas preocupações (Strathern, 2006: 445).

últimas décadas do século XX, ao falarmos em tutela, estamos não apenas tratando da construção de mecanismos de administração dos sujeitos enquadrados nesta condição legal (e social), como também da produção de responsáveis – atores sociais ou redes institucionais – por esses sujeitos. Solicito ao leitor que guarde essa ideia em sua mente, pois, no decorrer desta etnografia, veremos como estes atores e organizações categorizam e classificam os adolescentes que estão sob o seu poder tutelar, e como tais atos classificatórios delimitam a importância, a *expertise* e os limites das ações destes agentes, num jogo complexo que tem como polos extremos: de um lado, a vitimização; do outro, a culpabilização dos menores de idade por suas próprias condutas.

Em fins de março de 2012 comecei a pesquisa de campo propriamente dita. Primeiramente, uma vez adquirida a autorização da American School, comecei a acompanhar as aulas do *Higher Level* nas dependências da Faculdade de Filosofia, aos sábados. A turma, vale lembrar, era composta por vinte adolescentes dos bairros do Alto das Pombas e do Calabar. Ao término das sessões, sempre fazia com eles o percurso de volta ao lar, na tentativa de estabelecer mais um espaço de interação. Paralelamente, passei a frequentar o bairro do Calabar, principalmente em eventos públicos, por exemplo, as festividades promovidas pela Associação Comunitária e as cerimônias e lançamentos de projetos patrocinados pela BCS. Ademais, na medida em que fui ganhando a confiança dos jovens, passei a acompanhá-los em outros espaços sociais – igrejas, endereços residenciais, peças de teatro, locais de trabalho etc. – e pude, assim, conhecer os pais e os amigos mais próximos de alguns deles. Eis aqui um preâmbulo para a nossa discussão.

Em primeiro lugar, há que se entender o *Higher Level* no contexto da Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil. Conforme já havia mencionado, o programa foi implementado pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro. Apresento brevemente um relato acerca de sua emergência em terras fluminenses.

Em 2009 o senhor Dennis Hearne, então cônsul geral do Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, aportava em terras brasileiras, dando início ao cumprimento de suas funções diplomáticas em nosso país. Uma visita ao Morro de Santa Marta – a primeira comunidade a ser, digamos, “pacificada” através da ocupação policial implementada pela UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) – foi, pois, um dos primeiros compromissos a constar em sua agenda oficial. Ao chegar ao Morro de Santa Marta e se inteirar de todo o ambiente de paz suscitado pelo desmantelamento das redes de tráfico de drogas, o cônsul teve uma espécie de *déjàvu*. Antes de desembarcar em solo carioca, o diplomata havia visitado o Afeganistão, onde teve a oportunidade de acompanhar o cotidiano de reconstrução do Estado afegão, após

a guerra iniciada pelos Estados Unidos em 2001 contra o regime talibã, força política de caráter fundamentalista religioso, que há cerca de cinco anos controlava o país. Ao ter presenciado o dia a dia de ocupação policial na comunidade carioca, ocorreu ao senhor Dennis Hearne haver semelhanças entre a política de segurança implementada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e a chamada contrainsurgência americana, estratégia utilizada por Washington e pelas tropas da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para a pacificação de todo o território do Afeganistão. A contrainsurgência foi executada em três etapas: a primeira contemplou a ocupação e o cerco total perpetrado pelas tropas estadunidenses, com o fito de dizimar as últimas centelhas de insurgência talibã (daí o nome contrainsurgência); a segunda objetivou basicamente o controle do poder de Estado; e a terceira, que corresponde ao momento atual do país, visa o seu desenvolvimento social, mediante a adoção de políticas sociais e cuidadoras, para além do foco na política de segurança. Voltando ao Morro de Santa Marta, do ponto de vista do diplomata, a polícia carioca equivaleria às forças de contrainsurgência americana. Por sua vez, os traficantes ocupariam o papel de rebeldes talibãs. Tendo havido a ocupação policial e a retomada do controle estatal do território do Morro de Santa Marta, restava ao estado carioca a criação de políticas para o desenvolvimento social da localidade, a partir do lema: “ao lado de uma política de segurança, uma política social”, o que seria a terceira etapa da contrainsurgência americana em solo afegão. Voluntariosamente, o cônsul teria afirmado: “nós podemos colaborar nesta terceira fase”. Daí, ele propôs a American School do Rio de Janeiro o oferecimento de um curso de inglês para os jovens dos territórios pacificados, que estivessem na faixa etária entre os 14 e 21 anos de idade.

Tendo por objetivo alavancar a carreira dos jovens no mercado de trabalho e, em virtude de as comunidades pacificadas estarem situadas nos morros, o programa acabou sendo batizado de *Higher Level*. Desta forma, cruzavam-se nesta nomenclatura a disposição geográfica da cidade do Rio de Janeiro e a trajetória ascendente almejada aos jovens a serem beneficiados pela iniciativa. Curiosamente, por falta de condições estruturais e de parcerias no âmbito do setor privado, o Morro de Santa Marta não foi o *locus* escolhido para a implantação do projeto-piloto. Este terminou sendo realizado na comunidade do Cantagalo-Pavão Pavãozinho, muito em virtude da existência do Espaço Criança Esperança, projeto social da Fundação Roberto Marinho. As aulas de inglês foram lotadas na sede do referido projeto e inicialmente teriam a duração de um ano. Porém, após o recebimento do prestimoso apoio da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM-Rio) - outra entidade responsável por promover relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos -, que se ocupou basicamente do

pagamento da hora-aula dos professores, o curso foi estendido para mais um ano. Posteriormente, o programa foi levado às localidades do Morro da Providência, da Cidade de Deus e do Complexo do Alemão (mais três comunidades que foram ocupadas pelas polícias pacificadoras).

O *Higher Level* não foi o primeiro projeto de caráter educacional implementado pelas representações diplomáticas americanas no Brasil. No tocante à juventude, posso citar como os mais importantes os programas *Passage*¹³ e *Jovens Diplomatas*¹⁴. O primeiro foi criado em 2004, tendo por objetivo o oferecimento de bolsas de estudo de inglês com duração de dois anos para alunos da rede pública de ensino entre 14 e 16 anos, incluindo gastos com transporte e material didático. O *Passage* beneficiou mais de 85 países e almejou auxiliar os jovens com bom desempenho escolar, cujas famílias não teriam condições financeiras para arcar com os custos de uma proficiência na língua inglesa. No Brasil, ele foi implantado no ano de 2008, inicialmente nas cidades de São Paulo e do Recife, tendo sido estendido à Salvador, Porto Alegre, Brasília, Manaus e Belo Horizonte. Por seu turno, o *Jovens Diplomatas* oferece a oportunidade de um intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos para jovens oriundos da rede pública de ensino e com um ótimo desempenho escolar. Para tanto, como critério de seleção, os candidatos obrigatoriamente devem ter uma boa fluência na língua inglesa. O *Jovens Diplomatas* seria a menina dos olhos da Missão Diplomática dos Estados Unidos, isto porque ele coloca em filigrana um dos valores defendidos pela organização, qual seja, o esforço individual. Quando um jovem de origem humilde desenvolve o conhecimento de uma outra língua - vale lembrar, a proficiência na língua inglesa é um critério de seleção para o projeto – passa a ser visto como alguém que quer ser bem sucedido na vida, alguém que tem um espírito empreendedor. Cabem mais algumas palavras sobre o perfil do jovem adequado a ser beneficiado pelas iniciativas da representação consular.

De acordo com uma funcionária da instituição (quando conversávamos sobre o programa *Jovens Diplomatas*), um jovem que já tenha por sua própria conta certo conhecimento da língua inglesa implica afirmar “que ele encontrou soluções para seus próprios problemas”. Projetos sociais como o *Passage* e o próprio *Higher Level* possuem um número alto de evasão. Tentando justificar esta regra, minha informante afirmou: “geralmente é o perfil mesmo do adolescente que não ajuda. Aqueles que são esforçados por natureza costumam ter melhores chances”. Concluindo o seu raciocínio, ela postulou: “tem que ter

¹³ Nome fictício.

¹⁴ Nome fictício.

disposição, interesse... Às vezes a pessoa não gosta de ir à escola, mas acaba se identificando com o inglês”.

De certa forma, seria muito fácil para mim correlacionar suas afirmações com as teorias que denunciam os interesses imperialistas dos Estados Unidos nos mais diferentes países do globo. Ao utilizar este tipo de interpretação, todo e qualquer projeto social financiado pela diplomacia americana seria enquadrado como uma forma de propagação de ideias e valores culturais daquele país. Não nego que este não seja um objetivo das organizações diplomáticas. De fato, se dermos uma olhada na ementa do programa *Passage*, por exemplo, iremos encontrar recomendações sobre a inclusão de tópicos referentes à cultura e o modo de vida americano.

De outra ponta, o mérito individual e o governo de si também são apanágios da racionalidade neoliberal. E aqui desembarcamos em uma linha mais foucaultiana de análise. Nas palavras de Ferguson e Gupta (2005), Michel Foucault sublinhou todos os processos pelos quais a condução da população foi governada: por instituições e corporações, incluindo o Estado; por discursividades; por identidades; e pela autoregulação, isto é, tecnologias para o disciplinamento e o cuidado de si. O filósofo francês, prosseguem eles, estava interessado nos mecanismos de governo que estão dispostos tanto dentro, quanto fora das instituições estatais, mecanismos estes que, de fato, cortam domínios tidos como que insulados: a família, a sociedade civil, o Estado, dentre outros. A governamentalidade, finalizam eles, não significa uma relação negativa de poder, nos marcos da disciplina e da regulação; em verdade, a ênfase está na dimensão produtiva destas relações.

Mais recentemente, análises etnográficas e pesquisas qualitativas centradas na governamentalidade tentaram entender o contexto de colapso do Estado de Bem-estar Social e o triunfo das doutrinas do livre mercado, no âmbito das democracias ocidentais. Em contraste com as perspectivas que vinculam o neoliberalismo ao papel reduzido do Estado, estes trabalhos demonstraram como as políticas estatais tentam forjar um certo tipo de cidadão, qual seja: o sujeito de responsabilidade, autonomia e escolha (Paley, 2002). O “não governo” ou “menos governo” - maneiras pelas quais o neoliberalismo é ideologicamente tratado - indica uma nova modalidade de governança que opera na criação de mecanismos de transferência dos riscos do Estado para as empresas ou os indivíduos (tratados como empreendedores) e na responsabilização dos sujeitos, relativamente ao disciplinamento de si. Embora considerassem bastante produtiva a extensão do termo foucaultiano governamentalidade para o neoliberalismo, Ferguson e Gupta (2005) ponderaram que tal associação padecia do eurocentrismo clássico centrado na imagem da demarcação territorial

dos Estados-nação e da soberania estatal. Assim, alargando o conceito criado por Foucault, eles propuseram o termo “governamentalidade transnacional” para se referir aos modos de governo que são criados em escala global. Esses modos não apenas criam novas estratégias de disciplina e regulação, mas também estipulam parcerias entre organizações nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas.

Vejam que eu poderia utilizar um “cinematógrafo de ismos” - imperialismo, neoliberalismo e transnacionalismo - para correlacionar a dimensão microscópica de minha análise com a estrutura macrossocial. Caso optasse por estas linhas teóricas, teria sido necessário uma descrição sobre a história da Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil. Contudo, esse pano de fundo histórico não será necessário. Para fins deste trabalho, e tendo por objetivo discutir como a categoria juventude está imersa nas dinâmicas raciais, de classe e de gênero na sociedade brasileira, mais interessante do que ponderar sobre o *-ismo* mais correto, será a descrição dos processos ativados pela existência dos projetos sociais abraçados pela diplomacia americana em um dado contexto etnográfico. Assim, a partir de 2009, primeiramente com o *Passage* e o *Jovens Diplomatas*, e em seguida com o *Higher Level*, a American School se viu diante de uma situação inusitada: de uma escola acostumada a lidar com as classes média e média alta, ela agora teria que dialogar com as parcelas mais deserdadas da sociedade soteropolitana. O que este fato tem a dizer sobre as representações acerca da juventude e da vida dos jovens das classes trabalhadoras urbanas? É o que eu pretendo responder mais adiante.

Voltando agora ao *Higher Level*, há um segundo aspecto a ser pontuado, a saber, a sua existência dentro do quadro geral de projetos sociais oferecidos pela BCS do Calabar. Na sede da unidade estavam sendo oferecidos diversos cursos profissionalizantes e/ou educacionais, tais como: corte e costura; informática; moda; construção civil; carpintaria; técnico de enfermagem; bem como pré-vestibulares, dentre outros. O público-alvo destas iniciativas era a infância e a juventude em idade escolar do eixo Calabar-Alto das Pombas. O gerenciamento do tempo livre dos indivíduos era a faceta mais visível destes programas, na medida em que tudo se passava como se estas atividades estivessem disputando a alma dos sujeitos com o tráfico de drogas.

Dentre o conjunto de atividades positivamente avaliadas nas quais os jovens poderiam se engajar, estar filiado a um determinado projeto social era, digamos, a mais notável. Todavia, mesmo o engajamento em afazeres ou divertimentos tidos como moralmente condenáveis em outros contextos sociais, encontrava aqui um ambiente de certa permissividade. Senão, vejamos.

Tive a oportunidade de assistir a um desfile de moda no Calabar, intitulado *3º Desfile: Gueto é Moda*. Tratava-se de uma atividade cultural destinada ao conagraçamento comunitário, onde crianças e adolescentes desfilaram e disputaram a atenção de um júri (composto por moradores da localidade ligados à ocupações artísticas, por policiais que integravam o comando da BCS e por jovens universitários, dentre os quais eu fui incluído) responsável pela outorga dos prêmios.

Inácio, um famoso dançarino da comunidade, exerceu o papel de apresentador do evento. Abrindo os trabalhos, ele transferiu a palavra para os jurados e demais autoridades presentes (notadamente, membros da corporação policial). Todos demonstraram o quão estavam felizes em participar de um ato festivo responsável por trazer a arte e a cultura da não violência para o bairro. Suzana, coreógrafa e moradora local, ressaltando a importância da atitude das adolescentes que se dispuseram a desfilar, afirmou: “estas meninas podiam estar fazendo outra coisa, mas estão aqui”. Neste mesmo dia, esta frase foi repetida mais algumas vezes, tanto por líderes comunitários, quanto por representantes do poder estatal. Um grupo de dança mirim abriu o desfile. Em cada intervalo para a troca de figurino dos candidatos, o grupo retornava ao palco, de modo a entreter o grande público. As músicas que foram coreografadas eram do gênero pagode baiano, cujas letras invariavelmente se enquadravam em dois eixos temáticos: o da descrição de relações sexuais; e o de brincadeiras maliciosas mediante gírias e jogos de linguagem. A audição destas faixas musicais, combinada com a performance das dançarinas mirins, estimulou Laura, estudante de Psicologia, a manifestar a seguinte indagação: “E aí, como tratar essa sexualidade precoce das crianças”? Respondi que talvez não deveríamos interpretar o que estávamos vendo a partir desta chave explicativa. Primeiramente, o termo “sexualidade precoce” diz mais sobre o olhar dos adultos do que propriamente sobre a percepção das crianças. Em segundo, enquanto as meninas dançavam, pude constatar nos olhos da plateia certo orgulho perante aquela exibição. Os olhares de aprovação eram justificados pela seguinte frase: “podiam estar fazendo outra coisa”.

Este “podiam estar fazendo outra coisa” é uma clara referência a toda a sorte de comportamentos desviantes suscitados pelo envolvimento no mundo do comércio ilegal de entorpecentes, particularmente, o simples furto, o roubo, ou até mesmo o consumo e o tráfico de drogas, no caso dos rapazes, e a gravidez na adolescência, no que concerne às moças. Tudo se passa como se quaisquer outras opções culturais abertas ao horizonte desta população fossem apreciadas em oposição ao horizonte do uso ou comércio de substâncias psicoativas. Neste sentido, apreciar músicas tidas como vulgares, ou de gosto duvidoso, é algo visto com

certa permissividade, tendo-se em vista existirem outros problemas mais urgentes a serem resolvidos (a própria violência, a falta de saneamento básico, o desemprego etc.).

“Podiam estar fazendo outra coisa” também pode ser encarado como uma alusão ao estigma da vadiagem, pecha acusatória que sempre atingiu os jovens das classes baixas. Como bem demonstrou Walter Fraga Filho (1996), desde a independência do país frente à coroa portuguesa, havia uma legislação antivadiagem, que visava reforçar a vigilância sobre as várias categorias de ociosos, jogadores de azar, mendigos contumazes, vagabundos e vadios. Todavia, é a partir da segunda metade do século XIX que o termo vadio amplia o seu léxico, incorporando referências a comportamentos populares e a determinadas ocupações dos trabalhadores livres. O autor pontuou as relações entre esta categoria e as tentativas de disciplinamento da pobreza, na então cidade da Baía. Vistas com desprezo e hostilidade pelos bem nascidos, as crianças e os adolescentes de rua logo se tornaram alvos das políticas de repressão. O envio compulsório de menores para o alistamento junto à Companhia de Aprendizes de Marinheiro ou à Escola Agrícola, com o objetivo de torná-los cidadãos aptos ao trabalho, pode ser arrolado como uma destas políticas. Embora raramente aplicada, ainda consta em nosso Código Civil uma lei criada na época da ditadura Vargas - a lei da vadiagem - que visa punir, com privação de liberdade, indivíduos habitualmente entregues à ociosidade. Nos dias de hoje, em relação à juventude tida como em “situação de risco social”, a sujeição ao crime não raro é interpretada como que decorrente da simples existência do tempo livre. Assim, as tentativas de controle do tempo ocioso de um adolescente das classes trabalhadoras urbanas o colocam na condição de ser um indivíduo deveras ocupado.

Por serem deveras ocupados, os jovens obrigaram o *Higher Level* a uma certa reorientação. Inicialmente, estava previsto a realização de aulas em dois dias da semana. Entretanto, o sábado foi a única ocasião em que todos poderiam participar do curso, haja vista os adolescentes estarem envolvidos em outros projetos e afazeres profissionais, para além da rede formal de ensino público.

Em uma turma de vinte adolescentes, na faixa etária entre 13 e 17 anos, quase todos tinham uma outra ocupação. Conforme pude observar, apenas três jovens - dois rapazes e uma moça -, não se enquadravam nesta situação. Vejamos mais de perto. Stephanie estudava na Escola Estadual Ruy Barbosa no período matutino, mas permanecia na instituição no turno vespertino, pois frequentava os programas “Mais Educação” e “Segundo Tempo”¹⁵. Naiana

¹⁵ Ambos os programas eram uma estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes municipal e estadual de ensino, por meio de atividades optativas nos macrocampos: esporte e lazer; direitos humanos; acompanhamento pedagógico;

estava matriculada no Colégio Estadual Odorico Tavares. Após as aulas, ela se encaminhava ao ICEA (Instituto Central de Educação Isaías Alves), por conta do projeto “Na Trilha das Artes”, para aprender noções de técnica e produção teatral. Thaís estava finalizando o último ano do ensino médio. Além de administrar a ansiedade para com o vestibular e a escolha vocacional, não obstante o seu direcionamento para o prosseguimento dos estudos na sua escola, com vistas à formação técnica em enfermagem, ela participava de um curso profissionalizante, ministrado pelo Instituto Nextel, localizado no Pelourinho, onde recebia treinamento em informática e secretariado. Sua irmã mais nova, Tatiane, conseguiu se vincular a um curso de interpretação teatral oferecido pelo GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS). Além das artes cênicas, ela adquiria conhecimentos sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis. Em virtude desta ocupação, ela foi obrigada a abandonar o “pré-IFBA”, uma espécie de preparatório destinado a jovens das camadas populares que desejam concorrer a uma vaga no Instituto Federal da Bahia. Ambas as irmãs eram crias da Biblioteca Comunitária do Calabar; foram, pois, participantes das primeiras oficinas de poesia ministradas pela iniciativa. Por sua vez, Daniela e Crispina eram beneficiárias do curso para modelos e manequins oferecido pela BCS do Calabar em parceria com a agência One Models. Carlos, por seu turno, obteve uma cadeira para um curso de capacitação profissional na área de construção civil oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Estado da Bahia. Entretanto, ele ainda encontrava tempo para compor músicas de rap. Em determinadas ocasiões, acompanhado de amigos, ele se apresentava informalmente em festas e botecos do Calabar. E ainda havia Igor, que em todas as segundas, quartas e sextas-feiras da semana jogava futebol em uma quadra lotada no bairro dos Barris, num projeto financiado pelo clube paulista São Bernardo, que tinha por objetivo a descoberta de novos talentos do esporte.

Na turma, havia aquelas que estavam informalmente vinculadas ao mundo do trabalho. Eram elas: Carolina, que, no turno vespertino, cuidava da filha de sua vizinha; e Monalisa, que, juntamente com sua tia, ministrava aulas de reforço escolar para crianças da vizinhança. Ademais, no período noturno, ela frequentava um curso pré-vestibular oferecido pela ONG Pierre Bourdieu, cuja mensalidade era um valor muito abaixo do preço de mercado, na medida em que era destinado a jovens de classe baixa. Havia ainda pessoas formalmente inseridas no mercado de trabalho, a saber: Letícia, estagiária de um galpão de antiguidades localizado no bairro de Ondina; Cláudia Maria, que era funcionária da rede de *fast food*

educação ambiental; cultura digital; educação financeira; e investigação no campo das ciências naturais.

Subway, emprego conquistado com o auxílio do programa “Jovem Aprendiz”; e Renata, que, além de ter aulas de informática na Cedaspy (empresa de tecnologia da informação, cujas filiais estão espalhadas pelas principais capitais do país), era atendente de uma clínica ambulatorial. Estas duas últimas abandonaram o *Higher Level*. Até onde sei, Renata deixou o curso por incompatibilidade com o seu horário de trabalho. Por sua vez, Cláudia Maria, embora tenha deixado o emprego na Subway porque era “barril”, ou seja, muito cansativo, simplesmente deixou de frequentar as aulas de inglês.

Todas estas informações nos levam a um segundo dado: o trabalho como um “horizonte imaginativo”. Por este termo, Vincent Crapanzano (2004) entende as dimensões de abertura e fechamento, a maneira pela qual construímos, deliberadamente ou não, horizontes que determinam o que experienciamos e como interpretamos o que vivenciamos (se, de fato, podemos separar a experiência da interpretação). Neste sentido, pouco importa se o trabalho é uma imposição social ou uma vontade deliberada dos indivíduos. É algo com o qual os sujeitos dialogam e organizam as suas vivências. Assim sendo, mesmo os jovens que não estavam trabalhando, ansiavam por se engajar no mundo do trabalho. Sendo assim, os diversos cursos nos quais eles estavam matriculados eram apontados como uma oportunidade de se alcançar melhores postos em um futuro não muito distante. O trabalho, pois, era visto como a principal instância de diferenciação social entre “aqueles que poderiam estar fazendo outra coisa” e “aqueles que de fato estão”, algo já discutido por Alba Zaluar no contexto da Cidade de Deus (1994). Deixem-me apresentar exemplos.

Monalisa e Carolina estavam ansiosas para conseguir uma vaga de estágio. Embora tivessem pai e mãe capazes de arcar com as despesas para satisfazer suas necessidades, elas acreditavam que tanto melhor seria poder adquirir suas próprias coisas sem precisar esperar pela boa vontade de seus familiares. Monalisa estava terminando o terceiro ano do Ensino Médio e pretendia prestar o vestibular para o curso de Fisioterapia. Entretanto, temendo não ser bem sucedida e estimulada por sua colega Thaís, ela tomou a decisão de entrar no processo seletivo para o curso profissionalizante do Instituto Nextel. “O que eu não quero é ficar parada” – disse. Carolina, por seu turno, não aguentava mais ter de “cuidar da filha insuportável da vizinha”. Ainda que a mãe lhe garantisse alguns mimos – por exemplo, um *notebook* para marcar a passagem de mais uma primavera –, ela em muito lamentava a perda de um estágio, em virtude de o horário estipulado para o trabalho ter sido o mesmo dos seus estudos.

Os pais dos adolescentes não pensavam diferente. Dona Neusa, mãe de Naiana, havia me dito que sua filha precisava acordar para a vida. “Naiana é muito tímida. Ela só fala com

quem ela acha que deve falar. A gente não pode ser assim. A gente tem de falar com todo mundo, pois sempre há possibilidade de abraçar alguma oportunidade”. Sebastião, pai de Stephanie, enfatizou estar criando a sua primogênita para ser uma empresária. “Ela está aprendendo inglês agora. Depois ela vai aprender chinês” – disse ele. “Olha, meu amigo, sou nascido e criado aqui [ele reside no Alto das Pombas]. No meu tempo, ou era o trabalho ou era a vagabundagem, a bandidagem” – prosseguiu. “Stephanie vai cuidar dos meus negócios. Quero expandir minha firma [ele tem seu próprio empreendimento na área de computação e programação de sistemas]” – finalizou.

No dia desse nosso encontro, na rua, de carros estacionados com o porta-malas aberto ecoavam o som de músicas do gênero pagode baiano. Dentro da casa de Stephanie, mal conseguíamos nos ouvir, tamanho era o barulho. Num acesso de raiva, Sebastião vociferou ser o povo da rua deveras idiota, porque sempre dança as mesmas músicas, cujas letras denegriam a imagem da mulher. “E elas lá dançando iguais idiotas. Tudo vagabunda” – disse ele. Resolvi polemizar afirmando que para muitas mulheres a única forma de elas se autoafirmarem é sendo, ou se portando como vagabundas. “Você acha mesmo?” – perguntou sua esposa. Antes de eu responder, Sebastião me veio com outra pergunta: “você acha que Stephanie se comportaria como essas meninas aí da rua?”. Respondi que não, tendo em vista a educação que ela teve.

Nas páginas a seguir irei contar o fim desta história. Por agora, devo afirmar que chego aqui em um importante condicionante de gênero para esta análise. No tocante à condição feminina, além dos perigos motivados pela associação ao mundo do comércio e do uso de substâncias psicoativas, pelo vínculo com aqueles que “estão fazendo outra coisa”, uma outra temática que é vista com certa apreensão é a das relações sexuais. Assim, além da vadiagem e da criminalidade, um terceiro perigo espreita: a indesejável gravidez precoce. Nas palavras de Dona Neusa: “aqui na rua só tem isso: drogas e gente engravidando”. Sua filha, Naiana, compartilhava o mesmo entendimento. Perguntei se geralmente as meninas permaneciam com os seus parceiros. “Que nada! Meu irmão mesmo engravidou uma aí com quem ele estava traindo a namorada. Você acha que ele vai largar a namorada dele porque a outra engravidou? Eu é quem não posso engravidar. De resto, posso ser madrinha de todo mundo” – respondeu ela. Também aqui guardarei maiores detalhes para os capítulos a seguir.

Para terminar esta descrição introdutória, cabem algumas palavras sobre os bairros do Calabar e do Alto das Pombas. Da minha casa, no bairro do Canela, até à entrada da comunidade do Calabar, numa ruela adjacente à Avenida Centenário, são pouco mais de quinze minutos a pé. Embora o intervalo de tempo seja bastante curto, ele é vivenciado pelas

peças que transitam por estas cercanias como sendo o lapso temporal entre mundos bastante distintos. Se, porventura, o leitor fosse morador de um dos prédios de padrão classe média localizados na referida Avenida Centenário - um logradouro arborizado e repleto de equipamentos públicos, tais como, ciclovia, pista para corrida, parquinho para crianças e aparelhos funcionais para a prática de exercícios físicos -, bastariam poucos passos para se deparar com uma realidade completamente diferente: becos e vielas apertadas; casas dispostas em formas de aglomerados como cogumelos que pululam em uma área ainda não devidamente saneada; e mercearias e pontos comerciais de pequena grandeza. Por estas mesmas vielas, becos e tortuosas escadarias chega-se ao vizinho Alto das Pombas. Enfim, em um piscar de olhos o sujeito se encontraria saindo, em termos nativos, da “orla” para o “gueto”¹⁶.

Não se apresse, contudo, a interpretar a diferença entre os dois mundos como sendo meramente uma questão de classe social. Ela também exhibe contornos referentes à dimensão racial. Os citados bairros são, por assim dizer, uma área negra em meio ao mundo dos brancos. O Alto das Pombas e o Calabar apresentam os maiores índices populacionais de pessoas de fenótipo pardo ou negro na cidade de Salvador. Na escala dos bairros mais negros da capital baiana, eles ocupam, respectivamente, a décima e décima segunda posição. Detalhe: os bairros que compõem a sua vizinhança abastada, a saber, a Vitória, a Graça, o Canela, a Barra e a Ondina, apresentam o menor percentual de negros, ocupando, respectivamente, o segundo, o terceiro, o quinto, o sétimo e o nono lugares na referida escala (fonte Correio da Bahia¹⁷).

Parece ter sido um capricho da geografia a tamanha proximidade entre a “Europa” e a “África” em plena Cidade da Baía. Em verdade, como já demonstrei em minha dissertação de mestrado - baseando-me em Ruth Landes, Donald Pierson, Antônio Risério, dentre outros autores -, um exame mais acurado sobre o processo de urbanização da capital baiana nos revelará que esta “excentricidade” nada mais é do que o padrão mesmo de ocupação das terras devolutas, padrão em que os ricos vêm conformados nas áreas abertas e bem estruturadas e os pobres nas chamadas “ruas de trás”, nos vales e barrancos das vias urbanizadas (Carade,

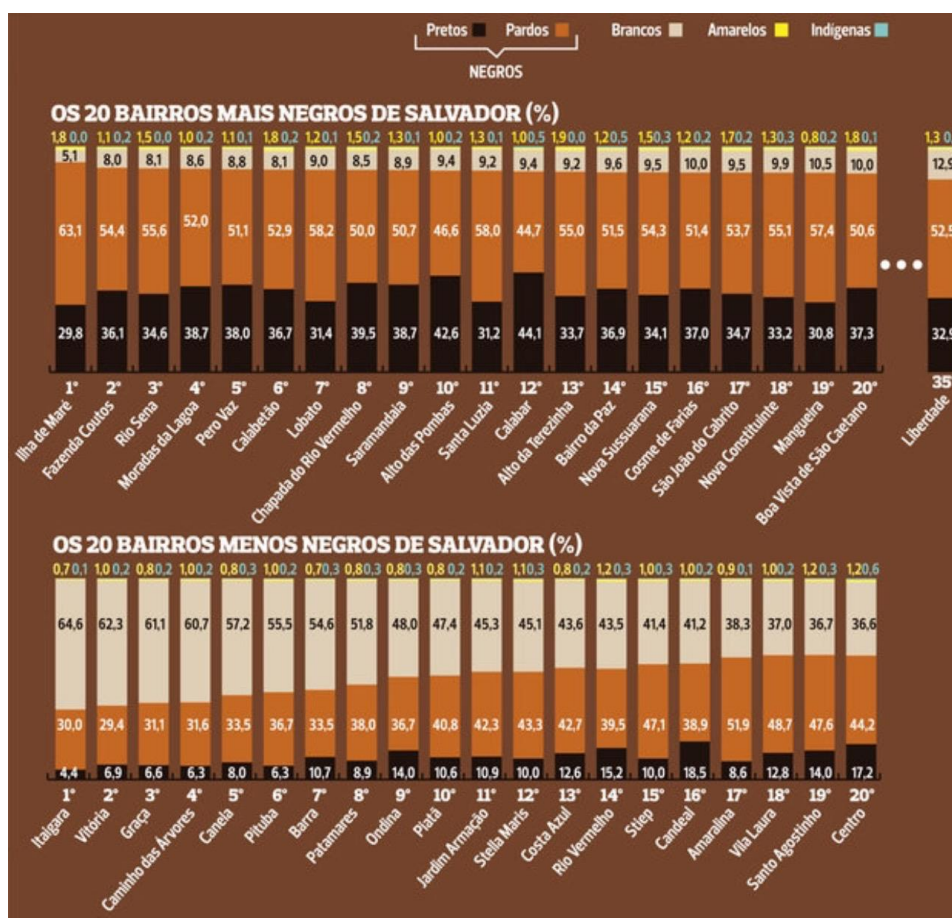
¹⁶ Essa dicotomia entre “gueto” e “orla” guarda afinidades com a distinção, já clássica na antropologia urbana, em pesquisas realizadas no contexto do Rio de Janeiro, entre a favela e o asfalto. Necessário afirmar que o termo “gueto”, do ponto de vista sociológico, denota um espaço de confinamento forçado de grupos despossuídos; uma zona especial de violência coletiva (Wacquant, 2004).

¹⁷ <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/fazenda-coutos-e-o-bairro-mais-negro-de-salvador-liberdade-foca-em-54o-lugar/?cHash=b33733a92abc3c09306397bdca9de640>>.

2011). Assim sendo, o *presente* se afigura como sendo um *passado persistente*, um *pretérito contínuo*.

Esclarecido este ponto, gostaria que o leitor sedimentasse em seu “horizonte imaginativo” (Crapanzano, 2004) a seguinte imagem: a de uma população negra e pobre cercada por bairros de classe média e média alta que abrigam uma população majoritariamente branca. Desde a década de 1980 os bairros do Calabar e do Alto das Pombas vinham sendo dominados por facções vinculadas ao tráfico de drogas. Na virada do século, com o incremento da violência, o poder estatal adotou uma política de segurança inovadora: a já mencionada implantação da BCS no Calabar. Como veremos, essa tentativa de “pacificação” destas localidades repercutirá na forma com a qual a juventude é aqui classificada e tipificada. Enfim, mais uma questão a ser respondida. Diante de tantas questões apresentadas, cabe finalizar esta introdução com um resumo do plano de escrita, um esboço de como serão os capítulos desta tese.

Ilustração 01: Os bairros mais e menos negros de Salvador



Fonte: Correio da Bahia

Estruturação dos capítulos

Tendo em vista o objetivo desta tese - a saber, em termos gerais, desenvolver uma antropologia do conhecimento acerca da categoria juventude -, a primeira personagem deste escrito será a própria pesquisa social. Assim, no capítulo 01 tomo o texto de Lila Abu-Lughod (1991), *Writing against culture*, como fonte de inspiração e ponto de partida para iniciar as minhas reflexões sobre a abordagem dada pelas ciências do espírito (prefiro esta nomenclatura, uma vez que nem só de cientistas sociais vivem os “youth studies”) a esta categoria de pessoas. Meu argumento é bastante simples: assim como, no raciocínio da autora, o conceito antropológico de cultura tende a enfatizar uma separação muito rígida entre o “eu” e o “outro”, o que, não raro, tem afiançado a manutenção de certas hierarquias sociais, a categoria juventude, da forma que tem sido utilizada pelos cientistas sociais e demais simpatizantes, tem criado uma demarcação muito inflexível entre a esfera do jovem e o universo adulto. Como veremos, são muito borradas as fronteiras entre as duas dimensões; daí a necessidade de se escrever contra a juventude.

Veremos também que as ciências do espírito¹⁸ têm se esmerado em relativizar o conceito de juventude. Elas assinalam, pois, o caráter de construção social desta categoria, dada a multiplicidade de condições juvenis decorrente das clivagens suscitadas pelas experiências de classe, raça, gênero, localização geográfica, etc. Esta consideração, contudo, não significou uma relativização do próprio ofício acadêmico. Em outros termos, a pesquisa social não tem realizado um trabalho de vigilância epistemológica, trabalho este que colocaria em xeque a própria autoridade dos pesquisadores sociais, no tocante ao seu papel de produtor de “verdades” acerca de um dado segmento populacional. Disputando com as autarquias estatais e os poderes transnacionais a primazia em torno do discurso mais “verdadeiro” sobre os jovens, os cientistas sociais e demais pesquisadores desta temática se viram diante da ingrata tarefa de restituir ao jovem a agência que lhe fora negada pelos diversos aparatos sociais que, por assim dizer, sustentam, mas também aprisionam a sua vida. E assim, foram cunhados termos, tais como, “protagonismo juvenil”, “jovens empreendedores”, “jovem enquanto sujeito de direito”, termos estes que, em última instância, tentam captar a essência da condição juvenil. Deixar de lado este raciocínio que tenta criar uma ontologia da

¹⁸ Uma vez que, além de cientistas sociais, o campo dos estudos sobre a juventude congrega pesquisadores de diversas formações, utilizo aqui o termo ciências do espírito como sinônimo de ciências humanas, em sua clássica oposição às ciências da natureza.

juventude, bem como manter o caráter ficcional desta categoria, resulta no reconhecimento da relação de solidariedade entre a juventude e a adultez¹⁹.

Após esta crítica epistemológica, os capítulos a seguir exploram, exatamente, as relações entre jovens e adultos, enfatizando o papel dos últimos em classificar e categorizar os primeiros, relatando, quando possível, o outro lado da moeda.

Assim, no capítulo 02 investigo a forma pela qual os beneficiários de projetos sociais foram recebidos e enquadrados no âmbito da American School, uma das escolas de inglês mais tradicionais da cidade. Por intermédio da Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil, que fomentou a criação de programas como o *Higher Level*, o *Passage* e o *Jovens Diplomatas*, esta instituição se encontrou diante da necessidade de dialogar com uma parcela da população - nomeadamente, os jovens negros da periferia urbana - com a qual não estava acostumada a lidar. A partir de reflexões inventariadas pelo campo da etnologia indígena, utilizo o conceito de “poder tutelar” para evidenciar que a “tutela” da adolescência decantou sentimentos de piedade nos funcionários da escola, uma vez que os adolescentes das classes baixas eram por eles vistos como que inferiores aos seus co-irmãos das classes média e alta, no que se refere à capacidade de assimilação de um determinado saber. Conforme discutirei, por um lado, este tipo de política engendra outra forma de conduta em relação à juventude carente, a saber, o distanciamento, no que vem a ser uma espécie de reconhecimento das limitações e da falta de tato dos *responsáveis* por estes sujeitos. Por outro, do ponto de vista dos adolescentes, o curso de inglês se insere na conturbada dinâmica de suas vidas, o que aponta para o terreno das escolhas a que eles são obrigados a fazer todos os dias. Aqui aparecerá a “síndrome do pato”.

Por sua vez, o capítulo 03 terá como personagem principal a BCS do Calabar, entidade parceira, junto com a American School, do programa *Higher Level*, na turma que contemplou os bairros do Calabar e do Alto das Pombas. Aqui explorarei as angústias e as aflições dos policiais militares em torno da imposição de um novo modelo de conduta para os jovens de ambas as localidades. Concebendo o seu trabalho como uma forma de redenção para estas comunidades, a Polícia Militar, doravante PM, enxerga no tráfico de drogas local uma realidade a ser suplantada, não em termos de extinção completa do comércio de entorpecentes, mas de “pacificação” da ação dos traficantes. Tal tarefa aponta também para a necessidade de minar o poder que os traficantes têm de impor as suas categorias e suas regras para o restante da população. Daí a urgência em conter e substituir esta deletéria influência.

¹⁹ No capítulo seguinte, onde citarei autores e obras, ficará mais claro a minha visão sobre este assunto.

Desta feita, o corpo do adolescente é compreendido como o *locus* onde se dará esta “guerra epistemológica” entre policiais e bandidos, uma vez que ele é considerado pelos primeiros como o futuro destas localidades, como o lugar onde será selada a vitória da civilização frente à barbárie. Nesta batalha surgirá a outra categoria basilar desta tese: o “efeito Mateus”.

Já no capítulo 04 descortino a confluência entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”. Em dando especial atenção à categoria gênero, e ao dispositivo da sexualidade (Foucault, 1988), demonstro como a junção das lógicas das supracitadas categorias é mais visível em se considerando a maneira pela qual a experiência das meninas é categorizada por seus familiares e lideranças comunitárias. Digamos que a teia de vigilância que é lançada sobre as moças é tão ou mais potente que aquela endereçada aos rapazes. A tentativa de evitar a degeneração da juventude – objetivo maior das tutelas familiar, estatal e supraestatal – engendra uma enorme preocupação em torno do florescimento do desejo sexual e da escolha dos parceiros por parte do sexo feminino. Assim sendo, veremos como a biografia de uma pessoa pode recapitular a trajetória de sua família.

Nas considerações finais atarei as diversas pontas desta “etnografia multissituada” - realizada, simultaneamente, numa escola de inglês; numa corporação militar; e em ambientes familiares - com o intuito de oferecer um retrato final sobre a forma com a qual a juventude tem sido classificada e delimitada em sua interface com instituições e políticas sociais. Numa amálgama entre as dimensões sincrônica e diacrônica de uma análise, onde recapitularei informações coletadas na época da escrita do meu trabalho de conclusão de curso, elaborarei algumas reflexões sobre até que ponto podemos falar em disposições duráveis que, por assim dizer, têm marcado a condição juvenil.

Cabe ainda afirmar que, por questões éticas, optei por utilizar nomes fictícios para as pessoas envolvidas nesta etnografia, mantendo o registro verdadeiro apenas dos ocupantes de cargos públicos. Também resolvi ocultar o nome de algumas instituições onde foram realizadas a pesquisa de campo. Neste quesito, em virtude das condições especiais que me permitiram adentrar o espaço do Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, preferi manter em sigilo quaisquer referências em relação aos meus interlocutores dentro daquela instituição.

Por fim, preciso fazer algumas advertências ao leitor sobre a categoria classe social. Nesta tese ora trato os jovens como pertencentes às classes trabalhadoras urbanas, ora às camadas populares, outras tantas aos estratos mais pobres da sociedade. Utilizo os termos como sinônimos, pois, conforme Dias Duarte (1986), todos eles procuram designar os grupos sociais que se situam, por diversos critérios, em posição “subordinada” ou “inferior” dentro

das sociedades modernas, especialmente em seus segmentos urbanos, grupos sob os quais foram ordenadas propostas de soluções para os impasses suscitados pelas assimetrias sociais e pelo caráter genérico da igualdade dos cidadãos. Passemos agora para a próxima etapa deste texto.

Capítulo 01

ESCREVER CONTRA A JUVENTUDE

“Aconselho-o, porém, a que não se preocupe com a verdade que não se reconstitui, nem com a verossimilhança que é uma ilusão dos sentidos. Preocupe-se com a correspondência. Ou acredita noutra verdade que não seja a que se consegue a partir da correspondência? (...) A si, a mim, que fomos onde fomos, estivemos onde estivemos, basta-nos uma correspondência pequenina, modesta, que ilumine apenas um pouco da nossa treva, coisas tão corriqueiras como as que fazem coincidir o principio da vida com o início dum caminho com pedras, e logo o fim dele com o último bocejo. Coisinhas assim, sem outro alcance ou pretensão. Um encontrão, um sorvo, uma panela com sua tampa, que coincidam as arestas com as arestas, os nomes com os gestos e as coisas, não é de facto já uma conquista razoável?”.
(Lídia Jorge)

O que significa escrever contra alguma coisa?

Em 1992 Lila Abu-Lughod publicou um artigo seminal a respeito dos perigos advindos do uso indiscriminado do conceito antropológico de cultura. Segundo ela, a etnografia centrada em grupos, tais como, as mulheres e os *halfies*²⁰, nos fez avistar na divisão rígida entre o “eu” e o “outro”, imanente ao conceito de cultura, o escamoteamento de relações de poder. Assim, para a autora, o apelo à cultura, na seara da antropologia, tem servido para reificar a dimensão do outro como sendo inelutavelmente separada da nossa, o que, na prática, tem fornecido munição para a manutenção de determinadas hierarquias sociais. Daí, a necessidade de se escrever contra a cultura, ou seja, em se adotar uma nova prática textual que reconheça a complexidade implícita ao processo de constituição da diferença cultural.

Delineando uma analogia às observações de Abu-Lughod (1992), pretendo, neste capítulo, explorar o seguinte argumento: a utilização do termo “juventude”, tal como tem aparecido nas obras das ciências do espírito, tem marcado uma divisão bastante engessada entre o mundo do jovem e a esfera do adulto, como se tais dimensões fossem incomensuráveis

²⁰ Termo que se refere aos sujeitos cuja identidade cultural é híbrida, por conta de fatores como a migração, a educação estrangeira, dentre outros.

e não simétricas. Esta separação foi asseverada por uma necessidade de se realçar a chamada agência dos jovens, como uma porta de acesso à “verdade” sobre a condição juvenil. E assim, surgiram termos, tais como, “jovens protagonistas”, “jovem empreendedor”, “jovem enquanto sujeito de direito”, dentre outros, como sucedâneos desta busca por legitimar a subjetividade - nos planos teórico e prático, contra as armadilhas projetadas pelos adultos - destes atores sociais. Ao intitular este capítulo como “Escrever contra a juventude”, estou me rebelando contra a ideia de existir uma cultura do jovem separada de sua símile adulta. Também me oponho à suposição de a consideração do adolescente nos termos de uma projeção para o futuro implicar na negação de sua agência no presente, pois, no plano da experiência humana, os tempos passado-presente-futuro não se apresentam de uma maneira tão compartimentalizada. Conforme argumentarei, a clivagem tempo presente versus tempo futuro termina negligenciado o passado - notadamente, o passado familiar - como uma dimensão constitutiva da experiência juvenil. Por fim, criticarei os cientistas sociais e demais simpatizantes por se preocuparem tão ferozmente com a busca da “verdade” sobre a condição juvenil. No plano da escrita, a luta classificatória entre ciência e Estado, no tocante a quem teria a maior primazia sobre a definição desta etapa de vida, tem produzido toda a sorte de essencialismos. Para mim, que fui onde fui, estive onde estive, basta-me uma correspondência pequenina, modesta, que ilumine apenas um pouco da nossa treva... Não seriam os atos de correspondência o cerne mesmo do poder classificatório que esta tese tanto almeja explorar? Mostrar como os jovens são classificados e como essas classificações produzem o mundo em que eles vivem, *numa amálgama entre epistemologia e ontologia*, já não seria, de fato, uma conquista razoável? É o que pretendo colocar em julgamento nos capítulos subsequentes. Por agora, vejamos como é urgente a adoção de outra prática discursiva sobre este tema.

Sobre jovens e juventude

Para início de conversa, devo fazer uma confissão: embora a juventude seja o tema desta pesquisa, os jovens não serão os protagonistas desta análise. Tal postura enseja uma resposta afirmativa à seguinte pergunta: é possível falar a “verdade” sobre um sujeito, quando damos uma atenção restrita à sua palavra? Implícito neste questionamento, há uma provocação à literatura que tem sido produzida sobre o referido tópico. Nas linhas que se seguem, o leitor não encontrará uma revisão bibliográfica exaustiva sobre o tema. Contentar-

me-ei com a identificação de temáticas, constructos teóricos e discursividades, coisinhas assim, sem outro alcance ou pretensão.

De uma maneira geral, as ciências do espírito têm se esforçado em encontrar uma definição mais “verdadeira” do que vem a ser a condição juvenil. Tal objeto tem agregado em seu redor profissionais de diversos matizes, nomeadamente, cientistas sociais, pedagogos, educadores, assistentes sociais, economistas, dentre outros. O ponto pacífico da discussão por eles empreendida é afirmar ser a juventude uma “construção social”. Apesar de a sua entrada se fazer pela fase nomeada de adolescência e comportar algumas transformações biológicas, psicológicas e de inserção social, a dimensão construcionista desta categoria se revela na maneira variada com que as sociedades e os períodos históricos têm lidado e representado este momento. Esta variedade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (identidades étnicas, filiações religiosas, visões de mundo), de gênero, nas regiões geográficas, e assim sucessivamente. Nessa perspectiva, não se pode tipificar rigidamente a juventude como um período que tem um começo, um meio e um fim. Tampouco, podemos afirmar a existência de apenas uma maneira de se ser jovem. Logo, não existe uma “juventude”, mas juventudes, no plural (Pais, 1993; Margulis e Urresti, 1996; Abramo, 1997; Carrano, 2000; Sposito e Carrano, 2003; Dayrell e Gomes, 2005).

Por conseguinte, se existem juventudes, no plural, como saber a “verdade” sobre elas? A resposta mais comumente aceita para esta pergunta é: se livrar de todas as formas discursivas que silenciam o jovem, que o constroem como sendo um sujeito passivo, negligenciando, pois, a sua agência e autonomia. Em outras palavras, tratar-se-ia de subverter o paradigma centrado na palavra do adulto (Best, 2007). Entretanto, juventude e adultez são categorias relacionais e se implicam mutuamente, especialmente quando se trata do jovem pobre, pois sempre se considera que a frouxidão dos laços familiares e a escassez de autoridade parental são os fatores causais para a delinquência juvenil. Sobre este quesito, Pierre Bourdieu (1983) tem certa razão quando afirma que a juventude tem de ser compreendida em comparação com a velhice. A disputa geracional é a responsável pelo caráter arbitrário imanente às divisões entre as idades. “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém”, disse ele (Bourdieu, 1983: 113). Entretanto, se ele acerta ao demonstrar o componente relacional decorrente da atitude classificatória, por outro, comete um equívoco ao tratar o termo juventude como tão somente uma palavra, restringindo todo o seu significado a uma categorização etária, como bem nos apontaram Margulis e Urresti (1996).

Geralmente, quando o “mundo adulto” – isto é, qualquer processo social – é trazido à baila, é sempre na forma de obstáculos e empecilhos, derivados das condicionantes de classe

social, raça, gênero, território, dentre outras categorias, que os jovens têm de lidar e oferecer respostas criativas (os estilos juvenis, as práticas juvenis, dentre outras categorizações), numa clara demonstração de sua liberdade e poder de agenciamento. Ainda que eu não tome partido desta visão dicotômica, isto é, da delimitação rígida entre a vida adulta e a vida juvenil, proponho, contudo, uma inversão nesta *Gestalt*: em vez de o jovem ocupar a posição de figura, ele passará a ser o pano de fundo deste experimento.

Implícita nesta minha posição está a seguinte indagação: se a juventude é uma “construção social” porque deveríamos buscar a “verdade” de uma ficção²¹? Por que não entender a ficção pelos mecanismos que a produzem? Por que acreditar noutra “verdade” que não seja a que se consegue a partir da correspondência? Vejam que tudo se passa como se estivéssemos a perguntar para a personagem - o jovem - a realidade sobre a sua criação, sobre algo que a transcende e a ultrapassa. Na nossa própria experiência de vida, a juventude não se afigura como sendo um privilégio do jovem; ela, enquanto uma categoria construída, pode ser gozada em idades muito mais avançadas. O leitor provavelmente deve conhecer ou ter ouvido falar daquele idoso, que mora ali perto, sempre a andar feliz e radiante, vigoroso em seus passos, aquele a quem todos dizem ter bebido da fonte da juventude.

Por seu turno, o campo específico das políticas públicas para a juventude reverbera a tão propalada assertiva de a condição juvenil ser produto da vida social. Este reino privilegiado de atores/autores é assiduamente frequentado por sujeitos híbridos em sua atuação, mistos de cientistas sociais e consultores governamentais. Tais indivíduos, conforme pondera Lima (2009), estão em busca de sua legitimidade tanto no campo acadêmico (uma vez que muitos deles atuam em universidades), quanto na esfera política, numa intrincada mistura de si consigo mesmos, formatando redes sociais bastante complexas, que abrigam desde instituições de ensino superior do nosso país a organismos de caráter internacional. No meu entendimento, há nesta província uma guerra epistemológica entre Ciência e Estado, no que se refere à mais verdadeira definição sobre a juventude.

De acordo com Abramo (1997), nunca houve uma tradição de fabricação de políticas públicas para a juventude no Brasil. Antes mesmo do poder estatal, instituições e agências vinculadas ao trabalho social (ONGs, associações beneficentes, instituições de caráter assistencial, grupos culturais etc.) se incumbiram de implementar ações direcionadas aos

²¹ O uso do termo ficção refere-se ao sentido conferido por Clifford e Marcus (1986), em sua crítica à autoridade etnográfica. Assim sendo, não se trata de um falseamento da realidade, uma rebelião da sensibilidade, mas de um trabalho artesanal, isto é, a ficção como um artefato que tem como fim último a produção de efeitos de verdade.

adolescentes tidos em “situação de risco e/ou vulnerabilidade social”. Ainda segundo Abramo (1997), num olhar panorâmico, a grande parte dos programas desenvolvidos por estas organizações pode ser agrupada em dois eixos temáticos, quais sejam: projetos de ressocialização (basicamente edificados em propostas de educação não-formal); e programas de capacitação profissional e direcionamento para o mercado de trabalho. Na opinião da autora, ainda que estas propostas contenham altas doses de boas intenções, elas pecam por se centrarem no enfrentamento dos “problemas sociais” (drogas, violência, famílias desestruturadas, dentre outros) que afetam a juventude.

Datam do final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso as primeiras iniciativas federais endereçadas à juventude (Carrano e Sposito, 2003). Também no âmbito da esfera estatal, as políticas de juventude foram determinadas pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e as propostas de como integrá-los ao mundo adulto. Entretanto, por intermédio de um intenso diálogo entre organismos internacionais (a ONU, a UNESCO, o Banco Mundial, a CEPAL, etc.) e cientistas sociais e pedagogos brasileiros e latino-americanos, muitas vezes engajados nestas instituições, certas ferramentas teóricas foram forjadas para ultrapassar a abordagem da juventude enquanto um problema social, numa crítica ao poder classificatório do Estado.

O documento mais acabado de crítica às ingerências estatais é uma obra da UNESCO intitulada Políticas públicas de/para/com as juventudes, coordenada pelas sociólogas Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2004). As autoras apresentam um panorama histórico sobre enfoques de políticas voltadas para os jovens na América Latina, centrando-se, sobretudo, na experiência brasileira. Por conseguinte, são mostrados variados complicadores para a ineficiência destas políticas. Os três pecados capitais destas propostas seriam: a) não conceberem os jovens como atores com identidade própria; b) não considerarem a diversidade da juventude; e c) pensarem os jovens a partir de um dualismo “adultocrata” e maniqueísta, concebendo-os como agentes do futuro, aqueles que trazem a centelha da esperança, não sendo atores do presente capazes de fazerem suas próprias histórias (mais adiante polemizarei contra este postulado).

Todas estas considerações preconizam a busca pelo reconhecimento da agência dos jovens. Sposito e Carrano (2003) ponderam que todas as formulações de políticas públicas para a juventude são construídas não apenas com base em uma imagem do que se pensa ser o jovem na sociedade, mas decorrem, também, de concepções do fazer e da ação política, do modo, principalmente, que é feita a interação entre o Estado e a sociedade civil. Assim, no interior mesmo do aparato estatal, as políticas para a juventude comportam a multiplicidade

de orientações e de ideias sobre esta etapa da vida, concorrendo para a existência ora de propostas tidas como mais democráticas e incentivadoras da produção de cidadãos participativos, ora de outras consideradas como enviesadas pelo olhar tutelar e pela tentativa de controle do corpo social. Dentre as iniciativas do primeiro grupo, destacam-se aquelas balizadas pelas noções do *protagonismo* e do *empreendedorismo juvenil*. Eis uma pequena descrição sobre estes conceitos.

Começemos pelo primeiro. Um de seus principais ideólogos, o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (2001), entende o protagonismo juvenil como uma pedagogia que tem como enfoque a criação de instâncias e espaços que propiciem ao adolescente empreender a construção do seu ser social em termos pessoais e políticos. Em suas palavras: “[esta] expressão designa a participação de adolescentes atuando como parte da solução, e não do problema, no enfrentamento de situações reais, na comunidade e na vida social mais ampla” (Costa, 2001: 05). Neste sentido, busca-se desenvolver ações nas quais os jovens sejam concomitantemente sujeitos e objetos da intervenção. Assim, diretamente relacionado ao empoderamento, o protagonismo juvenil foi concebido para ser uma ferramenta para a fabricação de agentes capazes de transformar a sua realidade social. É, nos termos de Foucault (1984), uma tecnologia de intervenção, uma forma de organização e atuação junto a certos estratos sociais, mas também uma modalidade de ocupação de determinadas territorialidades, a saber, favelas, periferias e/ou comunidades populares (Castro, 2005).

De acordo com o antropólogo João Paulo M. Castro (2005), estamos, pois, a falar de uma tecnologia que opera através da intervenção “pedagógica” rumo à capacidade de autonomia e consciência de si, elementos estes tidos como primordiais para uma dada comunidade política. É como uma forma de exacerbamento desta tendência individualista presente na doutrina do protagonismo juvenil, que surgem os discursos sobre a necessidade de se estimular o empreendedorismo entre os jovens, mais uma vez num diálogo entre intelectuais das áreas de educação e sociologia e determinadas agências internacionais. Para ficarmos em apenas um exemplo, posso citar o relatório do Banco Mundial (2007) em que se recomenda, no campo das políticas públicas de incentivo à entrada dos jovens no mercado de trabalho, a produção de projetos voltados ao empreendedorismo. Mas quais seriam as consequências destas recomendações no concernente ao terreno das políticas públicas?

Para Almeida (2009), a principal seria a busca pelo “sujeito empresário de si”, num processo de individuação radical pelo qual passa-se a se estimular o desenvolvimento de quaisquer habilidades (e, neste sentido, as novas tecnologias digitais cumprem um papel proeminente) para o seu aproveitamento no futuro. Como decorrência deste postulado,

estimula-se certa reorientação no desenho institucional das políticas públicas. Por exemplo, os projetos que antigamente eram criticados por apresentarem propostas de lazer e recreação como uma forma de ocupar o tempo livre dos jovens, hoje passaram a ser estimulados, não sendo mais concebidos como avessos ao regime produtivo. E aqui chego ao ponto das correlações entre as dimensões micro e macrossocial, na medida em que a incidência de políticas sociais para a juventude toca na questão concernente ao modelo de sociedade que está sendo idealizado para os indivíduos que a compõem. Com efeito, em relação aos jovens, que espécie de cidadania é para eles projetada?

A resposta correntemente aceita a esta pergunta estipula uma outra ontologia da juventude, a saber, o jovem como sujeito de direitos (Iulianelli e Fraga, 2013). Dadas as flagrantes desigualdades sociais que, por assim dizer, definem a nossa sociabilidade, cabe ao Estado garantir acesso à educação, saúde e renda, com o objetivo de estabelecer condições mínimas para que todos tenham o direito a ter direitos. Neste debate repousa uma luta classificatória entre o poder estatal e os movimentos sociais. Os últimos acusariam o primeiro de estar sendo preconceituoso, na medida em que ele só vislumbraria a juventude pela ótica do problema e da periculosidade. Desta forma, tratar-se-ia agora de enxergar o jovem sob o ponto de vista de sua potencialidade, de sua produtividade. Assim, nas palavras dos pesquisadores aqui citados, “a categoria sujeito de direitos quer dar conta de um papel de agente, ator social, que interfere em processos de construção da realidade social, em especial com ações *transformadoras*” (Iulianelli e Fraga, 2013: 15-16, grifos dos autores). Mas, no caso de um jovem tomado aleatoriamente, rejeitar a assunção deste tipo de papel, ou mesmo se omitir, incorreria na negação do direito a ter direitos?

Tentarei demonstrar as aporias desta categorização a partir de um pequeno ensaio escrito por Lévi-Strauss em 1952. Em *O Suplício do Papai Noel* (2008), o antropólogo francês partiu de um fato inusitado - em uma pequena cidade francesa, nas vésperas do Natal, lideranças religiosas queimaram um boneco de Papai Noel, em um protesto contra a paganização desta data sagrada - para nos revelar uma gama de relações até então obscuras. Na ótica do autor, o Papai Noel, para além do credo e do mito que cercam a sua figura, serve como uma instância de regulação da conduta das crianças, na medida em que as crendices a ele correlatas estipulam a premiação àquelas que se comportaram bem durante todo o ano, e o castigo àquelas que aprontaram malcriações. Assim, a distribuição periódica de presentes tem por prerrogativa o disciplinamento dos reclames infantis, reduzindo a uma determinada época o *direito* de se exigir presentes. Mas, pergunta-se Lévi-Strauss (2008: 26), com certa picardia: “de onde vem a ideia de que as crianças têm direitos, e que tais direitos se impõem de forma

tão imperiosa aos adultos que estes são obrigados a elaborar mitos e rituais custosos e complicados para conseguir contê-los e limitá-los?”. Ora, em sua perspectiva, a crença em Papai Noel não seria apenas uma mistificação para acalantar doces corações; seria, em grande parte, “o resultado de uma *negociação* muito onerosa entre as duas gerações” (Lévi-Strauss, 2008: 26, grifos do autor).

Seguindo o rastro das provocações levi-straussianas, posso perguntar o mesmo em relação à juventude: de onde vem a ideia de que os jovens têm direitos? Devo esclarecer que não se trata aqui de invalidar, por exemplo, a Lei nº 8.069, de 03 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal peça jurídica a dissertar sobre as garantias e os deveres dos sujeitos menores de idade. Em verdade, o que está em jogo é o entendimento sobre que espécie de sociedade é esta que precisa se certificar sempre e incansavelmente sobre os direitos dos jovens. Neste sentido, as lutas sociais, os atos classificatórios que legitimam determinadas categoriais fazem parte de processos de agenciamento em disputa. Logo, por mais formidáveis que determinados conceitos sejam para a vivência de uma democracia pluralista e participativa, eles não podem ser naturalizados.

Assim, tentando escapar das armadilhas da razão substancialista - isto é, aquele raciocínio que busca essencializar a realidade social -, busco neste trabalho analisar a dimensão do poder classificatório, demonstrando como ele interage com a própria experiência dos jovens. Em outras palavras, estou interessado nas consequências concretas advindas das diversas formas com as quais estes sujeitos são categorizados, classificados e tematizados, e como eles internalizam e/ou oferecem resistências a estas categorizações. Desta forma, esta tese não almeja criar uma outra ontologia da juventude, ou seja, uma definição superior àquelas já apresentadas. As categorias “síndrome do pato” e “efeito Mateus” aqui apresentadas são meramente descritivas e procuram dar conta de uma determinada experiência, qual seja, a dos jovens pertencentes às classes trabalhadoras urbanas e partícipes de projetos e/ou políticas sociais²². Tal afirmação pode até parecer um contra-senso, haja a vista eu ter me colocado dentro do horizonte da chamada “virada ontológica” na antropologia. Entretanto, lembrem-se, o raciocínio ontologizante aqui será utilizado como uma técnica de descrição, cujo produto final não produzirá uma natureza juvenil, mas permitirá que as naturezas, *no plural*, floresçam. Em outras palavras, demonstrarei como as contingências sociais são como que transformadas em dados quase naturais. Em fazendo isto, proponho o

²² Neste sentido, elas conservam uma crítica à metáfora progressista da coesão social moderna – *muitos como um* – cultivada por teorias que tratam gênero, classe ou raça como totalidades sociais a expressar experiências coletivas unitárias (Bhabha, 2013).

seguinte deslocamento: em vez de me centrar na competência dos atores juvenis, pontuarei os domínios e aspectos da autoridade adulta que sustentam suas relações e seu engajamento no mundo. Minha questão aqui, se me permitem parafrasear Clarice Lispector (1998), não é saber quem o jovem é; mas entre os quais ele está²³.

Entretanto, quais seriam os efeitos metateóricos destes meus objetivos de pesquisa? Por um acaso, haveria aqui uma negação da agência dos jovens? Estaria eu hipertrofiando o poder classificatório dos adultos? Nem uma coisa, nem outra, apresso-me em responder. No próximo tópico, explicarei melhor as reorientações que estou propondo para a agenda de pesquisas sobre a juventude.

Contra a “função agência”

Perante tudo que já foi dito, posso afirmar, seguindo o raciocínio de Bordonaro (2012) que, no tocante às ciências do espírito, os estudos socioantropológicos e, atualmente, o campo autointitulado *youth studies*, têm confirmado e firmemente estabelecido um paradigma centrado na agência juvenil, paradigma em que pretendo propor algumas rotações. Tentando entender os adolescentes como sujeitos do presente em vez de projeções da vida adulta - uma recusa em conceitualizar a juventude como uma fase liminar, numa crítica aos trabalhos antropológicos clássicos, por exemplo, Mead (1928) e Malinowski (1929) -, esta agenda concebeu a vida destes sujeitos como sendo dinâmica e constitutiva de (e constituída por) sistemas de significados que são sempre produzidos na intersecção das categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, cidadania e posição geográfica.

No concernente às populações consideradas em “estado de risco” e/ou “vulnerabilidade social”, que são o principal objeto de análise da pesquisa social, suas ações são majoritariamente ou vistas como endossando as relações de dominação ou como uma forma de resistência a elas. O argumento contra os políticos profissionais e os *policy makers* sublinha o não reconhecimento por parte deles do jovem como um agente político e um sujeito de direito capaz de fazer suas próprias escolhas. Neste sentido, “as noções de agência repousam sobre a ideia de que agir livremente é um ato em conformidade com a razão e que a liberdade apenas é possível na total ausência de constrangimentos e de relações de poder” (Laidlaw apud Bordonaro, 2012: 422, tradução minha).

²³ Citação original: “minha pergunta, se havia, não era: ‘que sou’, mas ‘entre os quais eu sou’” (Lispector, 1998: 27).

Desta forma, todas as minhas elucubrações giram em torno da necessidade de se evitar cair em qualquer espécie de essencialismo. Dissertarei brevemente sobre este tópico. No tocante à produção nacional sobre o tema em questão, as pesquisas atuais guardam uma afinidade com os estudos clássicos empreendidos por Octávio Ianni (1989) e Marialice Foracchi (1965; 1972). Estes, por sua vez, levaram adiante ideias primeiramente desenvolvidas pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim (1968). Para os três autores, a juventude seria, simultaneamente, uma condição social, quer os indivíduos tenham ou não consciência disso, e uma força social renovadora. Nas palavras de Foracchi (1965: 302), ela seria “uma [instância] dinamizadora do sistema social (...) que envolve, também, um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal”. Desnecessário dizer que não compartilho desta orientação, que ambiciona atribuir papéis e agendas a determinadas categorias sociais. A busca em torno da agência dos atores rapidamente se transforma em uma imposição de um certo modelo de agenciamento, modelo este fincado nas bases da razão iluminista.

É esta procura do elo perdido - a agência dos jovens - que motiva a existência da dicotomia *tempo presente* versus *tempo futuro*. Não apenas os estudos antropológicos clássicos, mas também os organismos estatais e supraestatais incorrerem no suposto erro de considerar a juventude como uma etapa transitória de vida. É o que eu posso depreender, por exemplo, da leitura da coletânea de artigos organizada por Mary Garcia Castro e colaboradores (2007) intitulada *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventude*. Nesta obra há um conflito epistemológico entre o Banco Mundial (uma organização de caráter transnacional) e o CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude, órgão composto pela sociedade civil e pelo governo, com a atribuição de formular e propor diretrizes voltadas para as ações governamentais em prol dos jovens). Enquanto que o primeiro assume a perspectiva de que o jovem precisa ser preparado para a “próxima geração”, privilegiando uma estratégia processual e desenvolvimentista (a transformação dos sujeitos), o último destaca, para além do componente geracional, o quesito “condição social”, fixando-se em identidades que exigem sua autonomia, e que possuem maneiras particulares de atuar, mudar e sentir. Nas palavras das autoras:

o documento do CONJUVE situa a juventude como um conjunto múltiplo que vive uma realidade no hoje, em um momento dado, e com necessidades próprias, além de ressaltar a figura do jovem como sujeito de direitos coletivos vividos em vários (mas não predeterminados) papéis no futuro, deixando abertas suas trajetórias (Castro e colaboradores, 2007: 22).

Nesta guerra categorial, os autores tomam partido dos primados definidos pelo CONJUVE, pois neste órgão o ser jovem não está limitado à ocupação de papéis na produção econômica e na vida política civil, ou identificado a uma categoria em trânsito, isto é, como que relacionada ao futuro. Do meu ponto de vista, estar orientado à próxima geração, conforme os termos do Banco Mundial, não implica uma negação da agência no presente. Assim sendo, na experiência vivida dos sujeitos, a díade tempo presente-tempo futuro apresenta-se como uma falsa dicotomia. Admitir a abordagem dialética, isto é, o jovem como sendo simultaneamente o hoje e o amanhã, como fazem os autores da coletânea, não basta, na medida em que eles partem de uma lógica que compartimentaliza o tempo, na qual presente e futuro são pensados em termos de uma contaminação, como se um e outro fossem forças que tenderiam à anulação mútua. O que ambas as entidades negligenciam é a importância do passado no tocante à criação de sentidos e classificações que nos auxiliam a colocar um certo ordenamento em nossas vidas. Assim, será no quarto capítulo desta tese que eu, em vez de me concentrar no tempo presente, voltarei ao pretérito, à história familiar, como uma maneira de entender e reconhecer disposições que ainda não foram superadas e a distribuição irregular de incertezas, vulnerabilidades e ansiedades epistemológicas. Neste quesito, o trabalho da antropóloga Pilar Riaño-Alcalá (2006) é notável, porquanto ele apresenta o passado como um método-chave para a compreensão de como os jovens reelaboram suas identidades e apreendem o impacto do terror em suas vidas, no contexto da violência urbana em Medellín, Colômbia.

De outra ponta, este embate de concepções - CONJUVE versus Banco Mundial - parte de um horizonte comum, qual seja: a ênfase na vulnerabilidade dos jovens nos tempos atuais e o destaque em sua potencialidade como atores do desenvolvimento, acentuando a importância do emprego de recursos (financeiros e políticos) que os tornem mais autônomos e participativos. Desta maneira, um traço que une a produção mais acadêmica e as símiles estatais e supraestatais, no que concerne ao referido tema, é o recorte referente à classe social dos indivíduos. Não é qualquer jovem que precisa ser reconhecido como um sujeito de direito (CONJUVE); como um agente do desenvolvimento (Banco Mundial); ou como multifacetado, a depender de suas inscrições de raça, estrato social, gênero e territorialidade (pesquisa social); é, isto sim, a juventude das classes populares que necessita ser ouvida, ter sua subjetividade considerada e sua agência endossada. É ela o objeto tanto de tecnologias de governo, quanto de saberes científicos.

Mesmo nas pesquisas realizadas no hemisfério norte, raramente os jovens das classes altas foram estudados²⁴. Naquelas sociedades, os pesquisadores se voltaram para o “outro” interno, a saber, os latinos, os negros, os imigrantes e os refugiados, tentando livrar estes grupos da pecha do preconceito e da discriminação que os atingem cotidianamente²⁵. O livro de Lorena Garcia (2013), sobre a experiência da sexualidade de garotas latinas residentes de um bairro situado na zona oeste da cidade de Chicago, é um exemplo bastante elucidativo. Demoremos um pouco mais nesta obra.

Logo no início, a autora nos apresenta Alicia, uma garota que participava de um programa social mantido pelo centro comunitário Hogar del Pueblo, e nos relata um fato ocorrido em um de seus encontros com ela. Conforme Garcia, Alicia estava em um laboratório de informática, acompanhada de mais duas amigas, todas elas concentradas em uma página eletrônica que versava sobre planejamento familiar. De repente, dos olhos dela começaram a escorrer lágrimas. A garota estava chateada com a irmã, que a havia delatado para seus pais, estragando o segredo acerca de seu relacionamento com um garoto. Sua mãe, nervosa, a questionou sobre se ela havia mantido relações sexuais, pergunta esta respondida com uma negativa. Para a antropóloga, a menina terminou confessando o seu alívio, porquanto os seus familiares não haviam descoberto o seu estoque de camisinhas e pílulas anticoncepcionais.

Segundo a autora, o caso de Alicia parece não caber na tradicional descrição da sexualidade das garotas latinas, isto é, como um problema social. É tentando questionar esta visão preconceituosa que Garcia passa a explorar a “agência sexual” destas meninas, demonstrando como estão engajadas em práticas de sexo seguro, como sabem fazer suas próprias escolhas e como estão longe de serem promíscuas, tal como pensa a sociedade americana abrangente. Daí o título do seu livro ser *Respect yourself*. Por este prisma, a antropóloga traça um painel de todas as negociações que as suas interlocutoras precisam fazer para dar vazão aos seus desejos, em um mundo que as confronta com racismo, privilégios patriarcal e heterossexual e marginalidade socioeconômica.

Desta forma, ao tentar provar que as suas interlocutoras sabiam cuidar de si mesmas, e empregavam um padrão próprio de respeitabilidade, a autora - assim como os pesquisadores sociais que tanto se preocuparam em demarcar a posição do jovem enquanto um ator do presente - termina sendo “teleguiada” (para me utilizar de uma gíria nativa empregada no

²⁴ Elsa Davidson (2011) é uma notável exceção.

²⁵ Ver, por exemplo, Ramos-Zayas (2012); Garcia (2012); Bengtsson (2012); Hansen (2008); Roth-Gordon (2008); Pribilsky (2007), dentre outros.

tráfico de drogas) por uma hermenêutica da verdade. Todavia, como já afirmara Stoler (2009), determinadas práticas e percepções raramente são evadidas pela evidência empírica que parece minar suas alegações. E aqui encontro a oportunidade para clarificar o meu ponto de vista e as suas consequências epistemológicas, no tocante ao tema em questão.

Quando proponho um deslocamento para o domínio e os aspectos da autoridade adulta que, por assim dizer, tornam possível a própria vivência dos jovens, não estou, de forma alguma, negando sua agência, muito menos estou a tratá-los como menos confiáveis em suas apreensões, conforme dissera Leon Tolstói em *Guerra e Paz* (2015 [1869]: 318): “It is very difficult to tell the truth, and young people are rarely capable of it”. Desta forma, não me insurjo contra a agência, mas contra a “função agência”. Necessito, pois, explicar melhor o que entendo por este termo.

Ao cunhar esta expressão, opero uma analogia com o termo “função autor” criado por Foucault (2002b [1969]). De acordo com ele, a *função autor* denota um dos modos de ser²⁶ - movimentação e funcionamento - dos discursos nos diferentes lugares onde eles aparecem. No caso específico de nossa sociedade, em vez de pensarmos o autor como uma instância produtora e criadora de discursos, temos de encará-lo como que desempenhando o papel negativo de recorte e rarefação (Foucault, 1996 [1970]). Por um lado, continua ele, o nome do autor nos permite afiançar a credibilidade do texto científico e da escrita literária. Por outro, o processo de seu engendramento diz respeito à constituição de um certo ser racional. E, finalmente, ele nos autoriza a distinguir entre os diversos “eus” ocupados por um sujeito em uma determinada trama.

Prosseguindo, o *nome do autor* não está vinculado a um sujeito real e exterior que proferiu um discurso. Ele se submete, pois, a um certo tipo de discurso com um regulamento que lhe é peculiar, a saber, aquele que, em uma determinada sociedade, torna-se imbuído de um mandato de autoria. Deste modo, o autor exerceria um papel específico com respeito aos discursos, nomeadamente, o de avaliar uma função classificatória, ou seja, o de “caracterizar um certo modo de ser do discurso” (Foucault, 2002b: 45). É na tentativa de expurgar este papel classificatório, delimitador do caráter de autenticidade de um discurso, que o filósofo francês propõe a morte não necessariamente do autor, mas da função autor. E é recuperando esta sua discussão que eu proponho o enterro não da agência, mas da “função agência”. Se essa ideia vingasse, se uma incerteza quanto à identidade de quem fala impedisse o cientista social de se abandonar com confiança no coração - confiança não tanto no que é falado, mas

²⁶ Os outros seriam o comentário e a disciplina.

na voz mística que fala -, talvez nada mudasse no exterior do templo da ciência... Mas, no subterrâneo, na base, lá onde se estabelece a relação entre sujeito e interlocutores de pesquisa, algo mudaria para sempre, uma vez que não mais acreditar-se-ia na existência de discursos mais verdadeiros e/ou falsos sobre uma dada realidade.

Embora tenha se inspirado em Jorge Luis Borges, Italo Calvino, em *Se um viajante numa noite de inverno* (1999 [1979]), repercute esta questão que, como vimos, é tipicamente foucaultiana. Pergunta ele:

como fazer para derrotar não os autores, mas a função do autor, a ideia de que atrás de cada livro há alguém que garante a verdade daquele mundo de fantasmas e ficções pelo simples fato de nele ter investido sua própria verdade, de ter se identificado com essa construção de palavras? (Calvino, 1999: 163).

Como resposta, o autor sonha, por meio de suas personagens, com uma literatura composta exclusivamente de obras apócrifas, de falsas atribuições, imitações, contrafogos e reproduções indevidas.

No que concerne às ciências do espírito, se os cientistas colocassem uma venda em seus olhos, quando da entrevista ou do trabalho de campo com os seus interlocutores, poder-se-ia assegurar, no que diz respeito à temática da juventude, a ocorrência de uma divisão entre uma representação juvenil do mundo e sua concepção adultocêntrica? Poder-se-ia afirmar a existência de uma “cultura dos jovens” em oposição, ou em paralelo, à cultura dos adultos? Se, enfim, não se soubesse de antemão o lugar de uma determinada fala, como classificá-la nos termos de um recorte geracional tão rígido?

Desta forma, à luz destes questionamentos, quando proponho a morte da “função agência”, estou proclamando uma insurgência contra a ideia de que só o jovem pode saber melhor o que significa a sua condição porque ele é jovem e não adulto. Em outras palavras, carece de sustentação a noção de a juventude apenas poder ser compreendida por ela mesma, isto é, de uma determinada representação sobre a vida juvenil coletada entre os jovens ser *mais verdadeira* que uma colhida entre os adultos, isto porque os primeiros são jovens e os últimos não o são. Desta maneira, a crítica aqui lançada contra a literatura que tem sido produzida sobre o referido tema é direcionada mais a sua dimensão metodológica do que propriamente a seus aspectos teóricos. Assim, minhas objeções recaem sobre a autoridade do pesquisador quanto a identificação do *interlocutor autorizado* a falar sobre um determinado tópico.

Relembrando o que eu havia mencionado sobre as três diferentes formas do relacionamento entre política e ontologia, tudo se passa como se os cientistas estivessem criticando o poder ontologizante (em sua acepção filosófica), criador de essências, da esfera dos adultos (em especial, aquela vinculada à burocracia estatal) e, ao fazerem isso, eles terminam por conferir um mandato a certos informantes (os jovens), vistos como mais habilitados do que os outros, no que concerne a explicação sobre as suas dinâmicas de vida. Como resultado, esta ciência acaba criando sua própria ontologia. Esta seria, a meu ver, uma das consequências nefastas da politização exacerbada das ciências do espírito. Só para conferir um outro exemplo, pergunto: caso estivesse elaborando uma pesquisa sobre a experiência do parto em maternidades públicas, por que eu deveria apenas ouvir as parturientes (isto é, as pessoas que verdadeiramente passam por tal vivência) e desconsiderar, *a priori*, a visão dos médicos como sendo um discurso meramente biologizante sobre o assunto? Por que eu deveria tratar “os nativos” como se as opiniões deles fossem incomensuráveis entre si, e não houvesse qualquer espécie de intercâmbio entre visões de mundo provenientes de domínios distintos, como se eles vivessem em alguma aldeia isolada da Melanésia?

Assim sendo, levando-se em consideração estas questões, mesmo a ênfase no domínio e aspectos da autoridade adulta mostrar-se-á artificial, na medida em que não existe um mundo adulto que correria em oposição, ou em paralelo, a um mundo jovem. Existe tão somente um mundo e nada mais. Se eu ainda utilizo tal termo, se eu ainda escrevo de tal forma, é apenas para demarcar a minha posição frente à abordagem que tem sido correntemente utilizada.

Em verdade, esta tese adota, nos termos de Pina Cabral (2007; 2009), uma perspectiva *anticesurista*. De acordo com o autor, em primeiro lugar, este conceito nos sugere olhar para a alteridade como sendo uma instância anterior à identidade (antes de nascermos, o mundo já está aí como uma realidade empírica que nos antecede tanto lógica, quanto fisicamente). Em segundo, ele nos impõe a recusa em conceder primacidade explicativa à cesura “moderno/tradicional” e seus correlatos, por exemplo, “Ocidente/Outro”, “razão/cultura”, “individualismo/holismo”, “igualitarismo/hierarquia”, dentre outros. O pano de fundo para essa discussão foi a sua polêmica com o filósofo-antropólogo Ernest Gellner, para quem a condição moderna era um dado inapelável, incontornável e irreversível. Ora, estendendo o raciocínio de Pina Cabral, estou me recusando a enquadrar o meu campo através de uma lógica binarizante (cesurista), concebida na dicotomia adultos versus jovens.

Assim, com a morte da “função agência” passo a perguntar, em estilo foucaultiano: sob quais condições e de que forma a juventude pode aparecer na ordem de um discurso? Qual lugar ela ocupa em cada tipo de discurso, quais funções ela assume e que ordens ela obedece? Em resumo, é uma questão de privar o sujeito (e seus substitutos) de seu papel de *locus* originário, analisando-o como uma função complexa e variável de um discurso. E em fazendo isso, utilizarei, como terá oportunidade de ver, obras e autores alheios ao campo propriamente concernente ao estudo da condição juvenil, por meio da radicalização do seguinte primado: se esta é uma condição relacional, não faz muito sentido analisá-la tomando como parâmetro tão somente as pesquisas a ela pertinentes.

Nos capítulos subsequentes, veremos os discursos produzidos acerca da juventude das classes populares em diversos planos, bem como o diálogo que os jovens têm estabelecido com eles. Percorrendo as trilhas apontadas pelo programa *Higher Level*, o próximo capítulo terá como palco a escola de línguas - a American School - onde o programa foi sediado. O seguinte se desenrolará no contexto de implantação da BCS nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, uma vez que o projeto foi associado a esta unidade policial. Por sua vez, o último se centrará em ambientes doméstico e comunitário, a partir da história de algumas das meninas contempladas pelo curso de inglês.

CAPÍTULO 02

“SE NÃO HOUVESSEM DIFICULDADES, NÃO SERIA FAVELA”: O ENSINO DE LÍNGUAS EM TERRA ESTRANGEIRA

A questão

“Ele dormia na classe baixa e passava o dia inteiro com a classe média alta”, disse Celeste a respeito de seu falecido pai. Ela encontrou dificuldades para definir a profissão dele. Um decorador ou, como ele mesmo protestava, um artista? Melhor descrever o seu ofício e deixar o julgamento a cargo do leitor. Seu Belarmino tinha uma espécie de mini-fábrica onde ele confeccionava, com a ajuda de uma costureira, cortinas dos mais diversos gostos e estilos. Com o tempo, ele se desentendeu com a antiga colaboradora, e passou a se ocupar solitariamente da empreitada. Era ele quem escolhia todos os tecidos; sabia de cor e salteado o nome de todas as tonalidades; a palma da sua mão, tamanha a sua experiência, mais parecia uma régua, sabendo medir perfeitamente o comprimento dos retalhos. Ele era também um exímio conhecedor de ruas e domicílios. Ao receber uma solicitação, se dirigia à casa do cliente, anotava as indicações de preferência pessoal, calculava todas as medidas, e então fabricava o produto. Ele era, enfim, um profissional à moda antiga; se encarregava, pois, de todas as etapas do processo de produção. Celeste, contudo, não sabia ao certo como seu pai havia conquistado uma freguesia tão numerosa e afluyente. Provavelmente, teria sido uma aquisição dos tempos em que ele trabalhava em uma loja de móveis da cidade. Segundo ela, estes clientes depositavam tanta confiança na disponibilidade da figura de seu pai, a tal ponto que, mesmo tendo transcorrido bastante tempo após o seu óbito, as pessoas ainda telefonavam para a residência da família em busca de seus serviços. “O povo achava que ele estava no formol”, brincou ela.

Celeste se lembra do pai como uma figura deveras sociável para com seus clientes, e extremamente reservado em seu ambiente familiar. Seu Belarmino era uma espécie de poder judiciário dentro de casa; apenas se manifestava quando provocado. Certo dia, lá em meados dos anos 1990, Celeste resolveu passar um fim de semana com as amigas na ilha de Itaparica. Ao retornar, ouviu do pai a seguinte repreensão: “para quê esse bronzado todo? Por que você tomou esse sol?”. Na interpretação da filha, o pai tinha dificuldades em se reconhecer como

negro. Para sustentar o seu ponto de vista, ela relembrou um episódio: o dia em que o rapaz do senso do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estivera em sua residência, e ao perguntar a Seu Belarmino como ele se autoidentificava em termos de cor ou raça, ouviu a seguinte resposta: pardo. Da cozinha, a mãe protestou: “Pardo? Onde já se viu homem? Tu é negro”.

O pai não legou à filha a negação de sua identidade racial. Certamente, o curso de vida e o pertencimento a gerações distintas explicam o extravio desta herança. Todavia, talvez Celeste não perceba, mas as palavras que havia utilizado para descrever a figura paterna lhe caíam como uma luva. Assim como Seu Belarmino, pode-se mesmo dizer que ela dorme na classe baixa e passa o dia inteiro em meio à classe média alta da cidade. Onde será que Celeste mora? Qual é a sua profissão? Como entender essa topografia imaginária que concebe uma rotina de vida nos termos de uma oscilação entre distintos estratos sociais?

Fazenda Grande do Retiro, periferia do município de Salvador, é a resposta à primeira pergunta. Nascida e criada nesta localidade, em apenas três oportunidades Celeste daqui se afastara, a saber: nas viagens que havia feito como mochileira pela América Latina e, em seguida, pela África; e quando resolveu morar sozinha em um apartamento alugado no Campo Grande (centro da cidade), experiência que durou menos de um ano, tempo suficiente para ela perceber que as despesas referentes ao aluguel do imóvel consumiam quase todo o seu orçamento. Formada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia, Celeste havia encontrado na aprendizagem da língua inglesa uma forma de ganhar seu pão. Quando adolescente, tinha estudado na American School – primeiro como estudante regular; depois como bolsista. Aos 18 anos, ela conquistou o primeiro emprego, junto à Bahiatursa (Empresa de Turismo da Bahia S. A.), na qualidade de recepcionista bilíngue. Ela ainda trabalhou em hotéis e outras agências governamentais, bem como atuou informalmente como professora de inglês e tradutora, até ser contratada pela antiga escola, onde ela havia soletrado as primeiras letras da língua estrangeira.

Celeste trabalha na filial da American School do centro antigo, numa área residencial de padrão classe média alta. Ela é a única professora negra desta unidade; ela é também a única, dentre os professores, a utilizar os serviços de transporte público municipal. O itinerário casa-trabalho pode durar cerca de uma hora e meia, a depender do fluxo de veículos no dia. Seus alunos – brancos, em sua esmagadora maioria – por vezes demonstram certo espanto quando ela revela estes dados da sua rotina diária.

De certa forma, há um equacionamento entre as dimensões sincrônica e diacrônica da vida de Celeste. Passado e presente se cruzam quando ela profere a seguinte afirmação:

“minha vida sempre foi fora da Fazenda Grande; meus amigos, meu ambiente de trabalho. Só chego em casa já para dormir e ver um pouco de televisão”. Embora seja um “arrimo de família” - isto é, um filho que se responsabiliza economicamente pelas despesas da casa, muitas vezes substituindo os pais no ofício de provisão à família, experiência muito comum nos lares das classes populares brasileiras –, Celeste reconhece os descompassos entre a sua biografia e a trajetória de vida de seus vizinhos mais próximos. Conforme o seu relato, primeiramente há que se destacar a composição do núcleo familiar. Havia apenas quatro pessoas em sua residência – ela, a irmã mais nova e os pais -, enquanto no seu bairro os grupos familiares são mais extensos. Segundo, os seus estudos primário e secundário haviam sido realizados em escolas da rede privada de ensino. Diferentemente de grande parte da sua vizinhança, seu pai – o provedor da casa, porquanto sua mãe se responsabilizasse pelos afazeres domésticos – tinha condições de arcar com os dispendiosos custos de uma educação de qualidade. E, por fim, as possibilidades que surgiram em seu horizonte como consequência da proficiência na língua inglesa, a saber: o contato com pessoas de classe social mais elevada; o trânsito em agências governamentais; e as viagens internacionais.

Em 2009, por intermédio da Embaixada norte-americana, Celeste passaria a ter contato com adolescentes que, assim como ela, eram oriundos das classes populares brasileiras. Tratava-se do já mencionado *Passage*. Era a primeira vez que a escola de línguas abria, ostensivamente, as suas portas para as parcelas mais deserdadas da sociedade. Anteriormente, tal entrada se dava apenas por poucas bolsas de estudo oferecidas pela instituição e outros projetos isolados.

Em 2012, com o surgimento do *Higher Level*, Celeste ganhou mais uma turma de jovens vinculados a um projeto social. Foi durante a vigência deste programa que eu a conheci. Ela, por assim dizer, me abriu as portas da American School, tornando-se uma de minhas principais informantes-chave durante todo meu trabalho etnográfico. Certo dia, estávamos a conversar, no pátio de seu local de trabalho, enquanto ela aguardava o horário de sua próxima aula. Nesta conversa, ela recordou alguns fatos ocorridos quando da confecção das primeiras turmas do programa *Passage*, entre os anos de 2009 e 2010. Percorrendo os labirintos de sua memória, ela resgatou as lembranças de estranhamento, e mesmo de aversão, na feição de algumas pessoas, face a presença de estudantes originários das classes populares nas dependências da instituição. Em verdade, desde a sua fundação, a escola de inglês tem oferecido bolsas de estudo para alunos carentes; atualmente, 5% do corpo discente da casa é composto por esta categoria. Entretanto, disse ela, o bolsista é um ser que pouco denuncia a sua origem; uma vez introduzido a um novo ambiente, ele se mimetiza de tal forma que a sua

aparência não altera a ordem vigente. Em contrapartida, difícil não notar o aparecimento de uma turma de quinze adolescentes, de fenótipo negro-mestiço, vestidos com farda de escola pública, a andar pelos corredores de um lugar frequentado por um público igualmente jovem, mas de pele clara, trajado com roupas casuais e mochilas da moda. Ao finalizar este relato, minha interlocutora me sugeriu a seguinte reflexão: tente entender o que representa, para uma escola tradicional e elitista como a American School, a abertura de suas portas para uma população de baixa renda. Este será, pois, um dos objetivos deste capítulo.

Devo alertar, contudo, que não elaborarei aqui mais uma etnografia das organizações, no sentido estrito do termo²⁷. Por um lado, em vez de apresentar um relato da vida privada de uma instituição (Goffman, 1999 [1961]), eu a colocarei no feixe das relações entre brancos e pretos na Bahia, com o objetivo de compreender de que maneira as formações de raça e de classe social interagem com os processos de classificação dirigidos à juventude urbana, ainda que eu interprete estas interações a partir da figuração *estabelecidos-outsiders* (Elias e Scotson, 2000). Por outro, embora todos os projetos sediados na American School tenham sido originalmente idealizados e patrocinados pela Missão Diplomática dos Estados Unidos, não vou abordar esta discussão sob o prisma dos interesses da diplomacia americana nos países em desenvolvimento. Desta forma, proponho deixar entre parênteses as questões a respeito do caráter nocivo ou benéfico da influência norte-americana em nosso país, e a quais chamados esta influência responderia, a saber, se se trata de uma dimensão do capitalismo, do imperialismo ou do neoliberalismo, dentre outros *-ismos*. Enxergo, pois, a entrada de ideias e entidades transnacionais, em um determinado Estado, como uma etapa do processo de construção nacional - *nation building*.

O outro objetivo deste capítulo é demonstrar como os próprios jovens experienciam a oportunidade de estar inseridos em um projeto social voltado à aprendizagem de uma língua. Nesta outra narrativa, aparecerão os primeiros contornos da “síndrome do pato”, apontada como responsável pelas dificuldades de aprendizado e não engajamento dos adolescentes nas atividades do curso de inglês. Inicialmente, cabe apresentar ao leitor a American School.

²⁷ Ao optar por não realizar uma etnografia das organizações, estou recusando a recorrência ao termo “cultura organizacional”, nas suas diversas acepções (ver, para este quesito, a análise feita por Susan Wright (1994), onde encontramos fartos dados sobre a relação entre antropologia e estudos organizacionais), na medida em que enxergo nos meus dados uma discussão que não está restrita à instituição onde realizei meu trabalho de campo. Ademais, não é o meu objetivo oferecer um entendimento antropológico sobre uma dada organização, o que se configuraria como a meta principal das etnografias de corporações.

A escola de inglês

A American School é uma instituição que se espalha por entre o centro e a orla atlântica da cidade. Além das unidades localizadas nos bairros do Costa Azul (onde funciona a superintendência geral), da Pituba e da Vitória, a escola possui três unidades-satélite, vinculadas a colégios da rede privada de ensino, situadas em Vilas do Atlântico (Lauro de Freitas, município da região metropolitana de Salvador), em Patamares e no Imbuí. Ademais, numa parceria com uma entidade canadense especializada no ensino infantil, a instituição criou uma escola direcionada ao ensino bilíngue para crianças e adolescentes, cuja sede foi construída na Avenida Magalhães Neto (Costa Azul).

No cômputo geral, a organização possui, atualmente, 220 funcionários; 80 professores distribuídos entre as unidades e outros 18 vinculados ao colégio bilíngue; e um total de cerca de 5500 estudantes matriculados. O público estudantil é composto, basicamente, por crianças e adolescentes (quase 70% do alunado), provenientes das classes média e alta da cidade. A propósito, no quadro das escolas de inglês lotadas em Salvador, a American School tem apenas uma concorrente, no tocante à disputa desta fatia relacionada aos estratos A e B da população. A escola pratica os preços mais caros do mercado. Para a faixa etária que vai da infância à pré-adolescência, o valor médio dos cursos gira em torno de R\$ 1.963; para os adolescentes e os adultos, R\$ 2.490²⁸. Por sua vez, as turmas disponíveis são as seguintes: Tiny Kids (4-6 anos); Kids (7-9 anos); Pré-teens (10-12 anos); Teens (a partir dos 13 anos); Adultos (a partir dos 18 anos); e cursos avançados (dedicados aos testes de proficiência e a tópicos de conversação).

Conforme apurei em entrevistas realizadas junto aos dirigentes da instituição, a American School é gerida por um conselho administrativo, cuja composição é definida a cada três anos, através de eleição, para a ocupação de 15 cadeiras (12 conselheiros e 3 suplentes), sendo que cada ocupante tem direito a um pleito de reeleição. Os nomes são escolhidos dentre os associados da escola (para ser associado, o sujeito precisa ser indicado por um dos membros do conselho, obtendo, posteriormente, a aprovação da maioria). Geralmente, são pessoas que possuem certa influência e afluência na sociedade baiana, uma vez que se trata de um cargo honorífico, que prescinde de remuneração. A cada dois meses, ocorre a reunião ordinária do grupo; e dentre os integrantes do conselho, são escolhidos quatro pessoas - presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário - para a formação de um comitê executivo,

²⁸ Informações coletadas no endereço eletrônico da instituição.

responsável por tocar o dia a dia da organização, mediante reuniões frequentes com a superintendência geral. Esta, por seu turno, é a instância maior, dentre os cargos remunerados da casa, incumbida de todos os afazeres relacionados tanto aos aspectos gerenciais, quanto pedagógicos da escola. Este assento é ocupado pela senhora Alberta, funcionária da American School há 40 anos. Cabem algumas palavras sobre sua biografia.

De pais gregos, nasceu na cidade egípcia de Alexandria. A família migrou para o Brasil quando Alberta ainda era criança. Em virtude dos movimentos nacionalistas que irromperam no Egito, e a ojeriza que eles nutriam em relação aos estrangeiros, seu pai, funcionário da montadora de automóveis Ford, solicitou transferência para a cidade de São Paulo. Na capital paulista, Alberta se formou em Letras pela USP e, tão logo colou grau, se casou com um homem baiano, herdeiro de diversas fazendas pelo interior do estado da Bahia. Com o matrimônio, ela migrou para Salvador, onde obteve o seu primeiro emprego na American School, onde permanece até hoje.

Alberta galgou todos os degraus na escala funcional da instituição: de professora à coordenadora acadêmica; desta à coordenadora de uma unidade (a filial lotada no bairro da Pituba), até chegar ao cargo de superintendente geral. Abaixo dela, temos a coordenação geral acadêmica e os coordenadores de cada unidade da escola, além da coordenação do programa de Português.

Além de prestar serviços relacionados aos cursos de línguas (alocação de turmas, aulas de reforço, testes de nivelamento, dentre outros), a escola trabalha como um canal de comunicação entre o Brasil e os Estados Unidos. Assim, a American School facilita e esclarece dúvidas aos interessados em realizar intercâmbios culturais, através do escritório chamado *Education USA*; realiza testes de proficiência exigidos pelo governo americano, para quem pretende estudar naquele país; e possui um departamento de língua portuguesa responsável pelo ensino do português para os estudantes americanos. Ademais, na qualidade de organização sem fins lucrativos, operando sob a égide da responsabilidade social, a escola ainda disponibiliza à comunidade o acesso a bibliotecas, galerias de arte e teatros.

Porém, toda esta gama de serviços sempre esteve disponível a uma parcela restrita da sociedade. Para as classes baixas, o acesso a este local sempre se deu a partir de programas de bolsas e parcerias com organizações não governamentais em projetos sociais bastante pontuais. Dentre estas instituições, destaca-se a própria Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil.

No que concerne aos projetos sociais, é preciso mencionar a existência do chamado *focal point*, que vem a ser a pessoa que concentra todas as informações a respeito de um

determinado programa. No caso do *Higher Level*, o professor Hernandes, coordenador da unidade da Vitória e da unidade-satélite do Imbuí, ocupa este cargo; já em relação ao *Passage*, é o professor Camilo, responsável por ministrar aulas na unidade do Costa Azul. Dentre as atribuições, estão a confecção dos testes orais e escritos de cada turma dos cursos; a mediação entre os professores e a superintendência geral, em casos de problemas e dificuldades, bem como a organização do calendário de cada iniciativa.

Para além destes dois programas, a American School já ofereceu, no passado, algumas oportunidades para as classes mais baixas. Entre 2006-2007 houve uma parceria com o Instituto Steve Biko, uma organização não governamental voltada para a promoção de ações afirmativas para a população negra de Salvador, por intermédio do próprio Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, que ofereceu aulas de inglês para os beneficiários desta ONG. Em 2012 esta mesma iniciativa foi endereçada ao Projeto Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia do Oi Futuro, instituto de responsabilidade social da empresa de telefonia Oi. Já entre 2011-2012 a instituição, por um financiamento aberto pela Embaixada americana, abriu um curso de formação de professores, direcionado àqueles lotados na rede pública de ensino. Vejam que todos os programas contaram com o apoio da Missão Diplomática norte-americana. As páginas a seguir contarão um pouco mais sobre esta relação e suas consequências, quanto aos atos de classificação, para os jovens das classes populares brasileiras.

No entanto, para fins desta discussão, não interessa aqui elaborar um relatório exaustivo sobre todos os projetos endereçados à juventude, financiados pela representação diplomática dos Estados Unidos, em parceria com a referida escola. Na medida em que a diplomacia americana aparece como fonte idealizadora de todas as propostas, pretende-se aqui estudar os processos desencadeados por estas iniciativas, a partir de um contexto específico, a saber: a entrada em cena de jovens das classes populares nas dependências da American School – para eles, uma terra estrangeira – por intermédio dos já mencionados programas *Passage*, *Higher Level* e *Jovens Diplomatas*. Não considero este evento como um momento icônico ou mero microcosmo de acontecimentos maiores. Encaro-o como uma *história menor* (Stoler, 2010), isto é, um ponto de entrada dentro do intervalo imperfeito entre propostas internacionais e práticas locais, entre ansiedades epistemológicas e modos de administração, entre sensibilidades públicas e anseios pessoais.

Neste sentido, a assunção de ideias e protocolos internacionais – neste caso, as políticas orquestradas pela diplomacia americana - é um processo que obedece a dinâmicas locais. O programa *Passage* é bastante emblemático a este respeito. Tal iniciativa foi

idealizada pela Embaixada americana no Marrocos, como uma ação antiterrorista em resposta aos ataques ao World Trade Center, ocorridos em 11 de setembro de 2001. A proposta original era beneficiar jovens muçulmanos, entre 14 e 18 anos, oriundos de classes baixas, em um projeto com duração de dois anos, totalizando 280 horas de aula de inglês, e capacitação profissional, a fim de lhes oferecer novas possibilidades e perspectivas de vida. Do Marrocos, a ideia foi exportada para mais de 50 países, chegando a América Latina em 2008. Neste processo, a categoria afiliação religiosa foi, paulatinamente, sendo deixada de lado, no que concerne aos critérios de admissão dos beneficiados, restando apenas o quesito relacionado à classe social dos indivíduos. Deste modo, quaisquer que sejam os interesses norte-americanos, a implementação de qualquer política se assenta em uma dada configuração social e obedece a dinâmicas locais.

Todavia, assumir este ponto de vista não significa interpretar esta situação nos termos da “indigenização” do mundo, tal como fora professado por Marshall Sahlins (1997), indicando as maneiras pelas quais as populações autóctones incorporam o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema conceitual. O argumento a ser desenvolvido neste capítulo relaciona os modos de governança em nível transnacional - aqui estou a pensar tanto nas representações diplomáticas, quanto em organizações internacionais (p. ex., a ONU) e blocos econômicos (p. ex., o Mercosul) - com os processos de formação de Estado e de construção nacional. Isso pressupõe um aprofundamento das teses estipuladas por Elisa Pereira Reis (1991) no texto *Poder privado e constituição do Estado sob a Primeira República*. A primeira tese afirma ser a edificação do Estado um evento continuado, impossível de ser delimitado nas dimensões espaço-temporais; a segunda estabelece uma releitura da ação das oligarquias agrárias nos primeiros anos da experiência republicana brasileira. De acordo com a autora, o domínio dos interesses das elites rurais não significou a redução do espaço reservado ao poder público. Em outras palavras, aceitar as demandas de setores privados provocou a necessidade de se estipular mecanismos burocráticos, mecanismos estes que terminaram por engendrar a própria autoridade estatal.

Ora, se o poder privado não necessariamente anula o poder público, tampouco a influência de organismos internacionais enfraquece as dinâmicas sociais já presentes em um dado processo de construção nacional. Assim, quando a Missão Diplomática dos Estados Unidos, por assim dizer, abriu as portas da American School para as parcelas mais deserdadas da sociedade soteropolitana, criando uma relação entre os dois polos, o fez alheia ao fato de estar ali realçando uma forma de governança, secularmente dirigida aos “indesejáveis” da nação, que pode ser definida como *poder tutelar*.

Por tutela, o antropólogo Lima (2012) entende: “o exercício de poder de Estado sobre espaços (geográficos, sociais, simbólicos), que atua mediante a identificação, delimitação e nomeação de segmentos sociais tomados como destituídos de capacidades plenas necessárias à vida cívica” (Lima, 2012: 784). Vejam que o poder tutelar não é tão somente uma forma de governo, tampouco uma instância de classificações sociais; ele é uma esfera criadora de hierarquias. De acordo com o autor, podemos pensar no espraiamento da utilização desse poder para além da ação das autarquias específicas do Estado. Ele tem em mente o estudo de outras ações dirigidas aos *pobres*, às *populações tradicionais* etc., em suma, àqueles classificados, no plano destas práticas, como destinatários de um trabalho pedagógico que lhes encaminhe à assunção plena de suas capacidades cívicas em uma dada comunidade política. Seguindo esta sugestão, demonstrarei a seguir as formas pelas quais os jovens das classes populares foram tratados e conduzidos no âmbito da American School, uma vez que a Missão Diplomática dos Estados Unidos transmitiu a esta instituição o papel de tutora desta categoria de sujeitos.

Como as instituições classificam?

As relações diplomáticas entre países distintos nos levam, necessariamente, ao terreno dos processos de globalização e transnacionalismo. Tal arena, sugere Maia (2009), não é apenas condicionada por transformações político-econômicas, mas também por mudanças na maneira com que as pessoas se relacionam, como elas manejam seus corpos, expressam seus desejos e, acrescento eu, manifestam seus pensamentos. Vimos, na introdução, que a ideia original para a criação do *Higher Level* partiu do então cônsul americano Dennis Hearne, numa visita ao Morro de Santa Marta (Rio de Janeiro), no contexto pós-pacificação, uma vez que a comunidade havia sido ocupada por brigadas militares, na ação de implantação das UPPs cariocas. De imediato, o diplomata recordou as suas experiências no Afeganistão - país ocupado por tropas americanas responsáveis pela deposição do regime político-religioso que ali vigorava -, recordações estas que o fizeram equiparar a política de segurança do governo carioca com as medidas antiterroristas adotadas pelos Estados Unidos, logo após os ataques de 11 de setembro. Também vimos, no capítulo anterior, que termos, tais como, “jovens em situação de risco e/ou vulnerabilidade social”, “protagonismo” e “empreendedorismo juvenil” são produtos de um diálogo intenso e, por vezes tenso, entre instituições estatais, organismos

internacionais e intelectuais nativos, o que coloca a produção do conhecimento sobre a juventude no plano das dinâmicas de caráter transnacional. Por seu turno, estes saberes têm orientado diversos tipos de intervenções endereçadas aos jovens pobres da nação. Tais recapitulações nos fazem pensar sobre o imaginário transcultural a sustentar ações que conformam determinadas populações - comunidades populares, minorias étnicas, povos islâmicos, refugiados políticos, delinquentes juvenis, dentre outros - enquanto “sujeitos de governo”. Contudo, mais importante do que esse imaginário são os processos desencadeados por ele. Desta feita, o programa *Higher Level* - e, por extensão, o *Passage* e o *Jovens Diplomatas* - proporcionou a American School a tarefa de tutelar um segmento populacional com o qual ela não estava acostumada a lidar, a saber, a juventude das classes trabalhadoras urbanas.

Como já afirmei anteriormente, em Salvador, o *Higher Level* contemplou as comunidades do Calabar e do Alto das Pombas; e as agremiações culturais do Ilê Ayê e do Olodum, computando três turmas do projeto. As aulas da turma do Calabar-Alto das Pombas ocorriam na sala de extensão da Faculdade de Filosofia da UFBA. As do Ilê Ayê eram ministradas na sede da entidade. Por fim, os estudantes do Olodum ocuparam um espaço em uma unidade da American School.

A turma do Calabar-Alto das Pombas apresentava algumas peculiaridades que a destacavam das demais. Em primeiro lugar, em virtude da implantação da BCS (tratarei mais pormenorizadamente deste evento no próximo capítulo), tínhamos um contexto semelhante ao do Rio de Janeiro: favelas recém ocupadas pela PM sendo contempladas por projetos sociais. Em segundo, mediante demanda das próprias líderes comunitárias dos citados bairros, o programa selecionou adolescentes entre 14 e 18 anos de idade, quando, inicialmente, a previsão era de a seleção apreciar indivíduos mais velhos, preferencialmente já engajados no ensino universitário e/ou no mercado de trabalho, algo que de fato aconteceu nas outras duas turmas. E diferentemente do Ilê Ayê e do Olodum, não se tratava aqui de um grupo formado por sujeitos comprometidos com questões de caráter político-identitário.

Desta maneira, tudo indicava que as turmas do Ilê Ayê e do Olodum tirariam um maior proveito desta iniciativa, na medida em que elas eram compostas por jovens mais experientes e com maior bagagem cultural. Logo quando comecei o meu trabalho de campo, percebi que as pessoas ligadas ao projeto - refiro-me aos professores e aos coordenadores acadêmicos da American School - pressupunham que os estudantes do Calabar-Alto das Pombas estavam em condições inferiores, comparados aos demais. De uma ponta, eles eram tidos como muito imaturos, desprovidos de um horizonte prévio de conhecimento que

facilitasse o aprendizado da língua. De outra, os integrantes dos blocos afros eram vistos como mais propensos a tirar proveito do curso, porquanto computassem em seus currículos viagens internacionais para cumprir a agenda de shows; e contatos profissionais com empresas, organizações e figuras ilustres da sociedade baiana e de países estrangeiros. Por este ponto de vista, o inglês não seria uma novidade para eles. O relato que se segue é uma tentativa de compreender o pretense *handicap* - para me referir ao termo utilizado pela superintendente geral da escola, que significa *desvantagem* - destes alunos. Para tanto, farei uso de dados coletados nas minhas observações de campo, bem como nas entrevistas realizadas com funcionários da escola e do Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

Quando conheci a professora Quitéria, responsável por ministrar as aulas da turma do Calabar-Alto das Pombas, tratei de lhe explicar os motivos da minha presença, para além da realização de uma pesquisa acadêmica. Além de, obviamente, estar interessado em continuar os meus estudos sobre a temática da juventude, surgiu naquela cena como um intermediário entre as comunidades e a American School. Preciso explicar melhor como passei a ocupar este duplo papel: de pesquisador e de representante comunitário.

A diplomacia estadunidense e os referidos blocos afros já mantêm relações e parcerias desde longa data. Pelos corredores da escola de inglês, eu ouvi, várias vezes, comentários jocosos a este respeito: “tudo que a Embaixada americana faz aqui na Bahia tem que ter algum tambor: ou é do Ilê ou é do Olodum”. As comunidades populares, por seu turno, eram uma incógnita, pois, de início, não havia nenhum contato prévio entre as duas instâncias. Por intermédio da BCS, chegou-se aos nomes das duas principais líderes comunitárias do Calabar: Jaciara, de quem contarei maiores detalhes no próximo capítulo, e Francisca. As duas participaram das reuniões realizadas na American School para a implementação do projeto, mas nenhuma delas poderia acompanhar o cotidiano do programa, devido à própria agitação de suas rotinas diárias. Em face das relações de vizinhança entre o Alto das Pombas, o Calabar e a Faculdade de Filosofia, esta última se ofereceu para hospedar o curso, na medida em que não haviam espaços imobiliários nos bairros para a realização do programa. Foi da publicização desta resolução, que eu tomei conhecimento da vinda de mais um grupo de jovens para as dependências da unidade universitária. Uma de minhas professoras conhecia Jaciara e tratou de nos apresentar via correio eletrônico. Pessoalmente, conforme já informei, nosso encontro se deu no dia de lançamento do *Higher Level*. Foi conversando com a líder comunitária que eu sugeri pesquisar a turma de adolescentes, oferecendo em troca o relato sobre o cotidiano deles, como uma forma de acompanhamento do curso. De pronto, ela aceitou e assim iniciei o trabalho de campo.

Voltando ao dia em que encontrei pela primeira vez a professora Quitéria, fui a ela apresentado por Jaciara. Era a terceira aula do curso e, uma vez tomando ciência dos fatos transcritos acima, ouvi da educadora a seguinte confissão: “que bom que teremos alguém acompanhando esses meninos; precisamos estimular estes adolescentes, pois a maioria deles desiste muito fácil; é um tal de: ‘ah, não sei’ ou ‘ah, não posso’”. Assim, passei a ter um segundo elemento a ser analisado: a necessidade de alavancar a motivação dos jovens.

Entretanto, semana após semana, parecia que este objetivo estava sendo difícil de ser alcançado, muito por conta da, em termos nativos, “falta de infraestrutura”. A professora Quitéria não estava contente em ministrar aulas fora das dependências da American School. Conforme o seu relato, na escola de inglês ela estava acostumada a chegar na sala com tudo já preparado: a porta destrancada; o ar condicionado e o computador ligados. Na Faculdade de Filosofia, ela era obrigada a se dirigir ao porteiro da unidade, lhe solicitar a chave para abrir a sala; o controle remoto para ligar a televisão; e conectar, ela mesma, o notebook à rede local de internet. De acordo com ela, estas não seriam tarefas de um educador. “Lá onde trabalho tem um funcionário para fazer tudo isso”, costumava dizer. Ademais, transtornos aconteciam quando do não funcionamento dos aparelhos eletrônicos. Não raro, a caixa de som apresentava defeitos, o que inviabilizava a execução dos exercícios que envolviam escuta da língua - os *listenings*. Para a professora, uma certeza: “se o curso fosse na American School, os alunos teriam acesso à biblioteca, estariam em um ambiente mais confortável e se sentiriam mais estimulados a estudar”.

Os alunos da turma do Calabar-Alto das Pombas tiveram algumas oportunidades de conhecer as instalações da American School, mais precisamente, da unidade localizada no centro da cidade. A primeira delas ocorreu no início de junho de 2012. Tendo em vista os objetivos do programa, vale recordar, a proficiência na língua inglesa direcionada ao mercado de trabalho e o aprendizado de noções básicas de empreendedorismo, em três ocasiões - durante os dois anos de projeto - a instituição convidou palestrantes, de modo a dar vazão à segunda meta. No geral, estes convidados ofereceram um relato sobre suas experiências de vida e profissional, na expectativa de que estas narrativas figurassem como uma fonte de inspiração para os adolescentes, eventualmente, desenvolverem suas habilidades empreendedoras. Desta forma, tivemos a presença, por ordem cronológica de acontecimento, do professor Lavell Kirby, membro do Partners of the Americas²⁹, cidadão americano, natural

²⁹ Partners of the Americas é uma organização sem fins lucrativos, cuja sede encontra-se situada em Washington D.C. (Estados Unidos), devotada, como o nome sugere, a relações de parceria entre os hemisférios norte e sul, no continente americano, através de trabalho voluntário e/ou remunerado

do estado da Philadelphia; de Michel Lima, técnico do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); e de Pedro, o “menino superdotado” – que, com apenas 13 anos, já programava seus próprios jogos de computador.

Como o primeiro palestrante tinha pouco conhecimento do idioma português, sua exposição foi ministrada em inglês e traduzida simultaneamente pela professora Celeste. Esta teria sido a ocasião em que a suposta inferioridade da turma do Calabar-Alto das Pombas havia se tornado mais evidente. Quando o professor Hernandez, mediador da palestra, convidou os estudantes a externarem suas perguntas ao palestrante, alguns alunos das turmas do Ilê Ayê e do Olodum formularam questões em língua inglesa. Alguns meses depois, ao me confidenciar algumas de suas preocupações, quando das reuniões de avaliação do curso, a professora Quitéria explicitou o seguinte comentário: “você viu naquele dia lá da palestra não é? Eu não quis nem mais tocar nesse assunto, para não inferiorizar ainda mais, mas o pessoal dos blocos afros viaja muito, são mais velhos, alguns já cursam faculdade...”.

Da comparação para a constatação foi apenas um passo. Os professores das três turmas do *Higher Level* eram bastante críticos em relação ao material didático adotado pelo Consulado americano. Tratava-se do livro “Welcome to Brazil”, níveis 1 (Fenton e McLarty, 2011) e 2 (Pohl e Stott, 2011), da Editora Oxford. Cada volume desta obra é constituído por vinte unidades e o conteúdo programático é inteiramente dedicado a tópicos de turismo e hotelaria. No índice, os títulos de cada unidade já nos oferecem certa ideia do que está por vir, por exemplo: Giving information; Helping a tourist; Serving customers; Giving directions; Selling tickets, dentre outros. A edição é repleta de imagens que retratam o encontro entre o turista e a população nativa, tendo como pano de fundo eventos esportivos de grande porte (“parece até que estamos na Copa do Mundo”, disse certa vez a professora Quitéria, ao reproduzir o áudio de uma atividade de aprendizado de vocabulário). Os nativos sempre aparecem como prestadores de serviços, ora dando informações, ora estando em determinadas profissões, por exemplo, carregadores de bagagens, garçons, faxineiros, manobristas, agentes de turismo, dentre outras. Assim sendo, os responsáveis por ministrar as aulas no âmbito do projeto consideraram que seria mais apropriado a utilização de outras fontes bibliográficas, para além do livro, para que os alunos tivessem contato com outros tópicos de conversação.

Nas aulas da turma do Calabar-Alto das Pombas, a professora Quitéria costumava trazer apresentações gráficas editadas no programa *Power Point*; letras de músicas; cópias de

(neste último caso, vinculado a propostas desenvolvimentistas). É uma rede que liga estados americanos a congêneres latino-americanos. Neste quesito, a Bahia e a Pensilvânia são estados-parceiros, desenvolvendo no presente momento um projeto ecológico no Vale do São Francisco. Para maiores informações sobre esta entidade, ver: < <http://www.partners.net/partners/default.asp>>.

algumas unidades que constavam nos livros adotados pela American School em seus cursos regulares; e atividades de gramática e vocabulário para aferição de aprendizagem. Em relação a este último expediente, certa vez a educadora me confessou: “eu faço os exercícios deles em casa porque os que eu tenho da escola *são mais difíceis*”.

Da inferioridade desta turma de jovens para a inferioridade de todos os estudantes vinculados a projetos sociais foi apenas mais um passo. Era a primeira vez que a professora Quitéria se dedicava a um projeto social. Segundo ela, tudo aconteceu de uma maneira fortuita. Ela queria aumentar a sua carga horária e pretendia ministrar aulas aos sábados. Coincidentemente, a American School estava iniciando este projeto e, como não há uma grande demanda, por parte dos professores, para a participação neste tipo de iniciativa, ela encontrou a oportunidade de contemplar os seus objetivos. De certa forma, foi tentando entender a postura dela, em relação aos seus alunos, que eu solicitei entrevistas com a superintendente geral da instituição, senhora Alberta, e o coordenador acadêmico e *focal point* do projeto, professor Hernandez, bem como com a própria professora Quitéria.

Conversando com eles, encontrei uma teoria nativa sobre o aprendizado da língua inglesa, que, como veremos mais adiante, leva em consideração os contrastes entre as classes sociais. Preciso ainda dizer que todos os três interlocutores são de fenótipo branco e oriundos das camadas média e alta da cidade, embora seja bastante distinta a trajetória de cada um deles. Compartilham, digamos, com o corpo discente regular da instituição o mesmo *ethos* e disposições de classe. Na ótica deles, aprender uma língua estrangeira implica estar associado a uma rede de *inputs* e *outputs* sociais (entradas e saídas)³⁰. Neste sentido, os jovens dos estratos mais privilegiados da sociedade estariam em vantagem em relação aos demais. Eles têm acesso a TV a cabo; jogos eletrônicos que compartilham conteúdos em outros idiomas; e estão expostos a viagens de passeio e intercâmbio cultural, onde teriam a oportunidade de exercitar o que aprenderam. A superintendente geral explica como as diferenças sociais sugerem um tratamento igualmente diferencial: “nossos alunos são de classe média e média

³⁰ O campo da linguística aplicada também se apropria da hipótese dos *inputs*, no tocante ao aprendizado de uma língua estrangeira, porém em uma chave distintiva da que encontrei nesta etnografia. Se, entre meus interlocutores, há a ênfase no domínio da competência linguística, sublinhando o *input* como uma espécie de aquisição individual, para os linguistas não há como se desvincular o *input* do contexto de aprendizagem em sala de aula. Ou seja, se a competência atual é uma variável x , o *input* deve conter uma informação que esteja um nível acima dessa variável, sendo $x+1$. Assim, o indivíduo em fase de aprendizagem deve ser capaz de assimilar o *input* contendo $x+1$, assimilação esta tornada possível quando o sujeito se concentra mais no significado do que na forma da mensagem. Em outras palavras, o acesso ao *input*, em si mesmo, não quer dizer muita coisa, uma vez que o entendimento dos significados depende da atitude do sujeito em se dedicar aos estudos e do seu contexto pedagógico de aprendizado. Para uma maior apreciação desta temática, ver o artigo bibliográfico de Figueiredo (1995).

alta, eles têm tudo do bom e do melhor, então acho que temos que exigir mesmo deles, né? Desses meninos [os dos projetos como o *Passage* e o *Higher Level*] a gente já sabe que eles vêm com um *handicap*, a gente sabe do contexto sócio-cultural deles”. Em seguida, ela fez a seguinte analogia relativa aos “tipos de deficiência” que a escola é obrigada a lidar: “lógico que tem alunos regulares com problemas e nós aceitamos todos; temos alunos cegos, dislexos, com problemas auditivos; portadores de necessidades físicas”. Seguindo na mesma toada, o coordenador acadêmico afirmou: “todo mundo sabe que trabalhar com projetos é trabalhar com limitações tanto estruturais, como tivemos várias vezes na UFBA, como limitações do potencial humano que a gente está lidando ali. São alunos que têm deficiências, que têm carências, e que precisam ser tratadas; e que o professor precisa ter um nível de tolerância, de entendimento dessas deficiências porque senão você vai estar exigindo aquilo que é inatingível”. A professora Quitéria, por sua vez, sugeriu que esta “deficiência” ou dificuldade de aprendizado é, em verdade, consequência da baixa autoestima deste tipo de estudante. De acordo com ela, se o aluno não tem o costume de pegar no livro, ela não irá conseguir “colocar o inglês no cérebro dele” em apenas duas horas de aula. Porém, na turma dela, parecia que seus pupilos partiam do pressuposto de que eles nada iriam aprender e, por este motivo, eles se mostravam um tanto relapsos, sem compromisso com o curso. “Não tenho a capacidade de enfiar o inglês na cabeça de ninguém”, enfatizou ela, uma vez mais.

Após ouvir estes relatos, senti a necessidade de frequentar as aulas regulares da American School, de modo a entender se havia diferenças significativas no comportamento e no aprendizado dos jovens em sala de aula. Por coincidência, a professora Quitéria estava ensinando uma turma de adolescentes - Curso Teens - na faixa etária entre 13 a 18 anos, similar a dos estudantes matriculados no *Higher Level*. Eram 14 alunos e os encontros aconteciam duas vezes por semana, nas segundas e quartas-feiras, das 13:50 às 14:50 da tarde, nas dependências da unidade da American School em um bairro da orla atlântica.

Durante dois meses (outubro e novembro de 2013), acompanhei a referida turma. Pude observar que, se não fossem as roupas e a cor da pele dos alunos, tudo se passava como uma aula qualquer do *Higher Level*. Eis aqui um esboço comparativo. O horário das 13:50 corresponde ao re-início das aulas, logo após o almoço. A grande maioria dos adolescentes estava continuando, digamos, o seu itinerário de estudos do dia: após saírem da escola, às 12:00 ou 12:30, almoçavam e iam diretamente para a aula de inglês. Assim, neste grupo de Teens, frequentemente, os alunos apareciam trajados com as vestes escolares de instituições de ensino privadas da cidade – por exemplo, os colégios Anchieta, Sartre COC, Módulo e

Portinari³¹ -, o que já era um indicador da origem social de cada um deles. A climatização do ambiente com ar condicionado era motivo para que muitos deles trajassem jaquetas e casacos de marcas estrangeiras, tais como, Hollister, Abercrombie, dentre outros. Por sua vez, os jovens “do projeto social” que estudavam com a professora Quitéria nos dias de sábado, das 8 às 10 da manhã, vestiam-se de uma maneira mais despojada, às vezes com a camisa do projeto, outras tantas com camisetas esportivas, combinadas com bermudas e chinelos. Comum entre os dois universos era o apego aos aparelhos de telefonia móvel, os *smartphones*, o que já nos oferece uma pista para compreender certas dinâmicas de comportamento em sala de aula. Nas duas turmas, não raro a educadora chamava a atenção daqueles que se dispersavam por conta da troca de mensagens de texto em seus telefones inteligentes. Pude verificar uma outra semelhança no que diz respeito à assiduidade na realização das atividades. Muitos adolescentes deixavam para responder em sala de aula os exercícios que haviam sido designados para casa. Quando Quitéria solicitava a intervenção de um voluntário para oferecer a resposta de uma determinada questão, pouquíssimos estudantes se manifestavam. Desta forma, a performance, em termos de oralidade, era praticamente a mesma. Era raro alguém pronunciar alguma frase em inglês, não obstante os diversos *inputs* recebidos pelos sujeitos de classes média e alta durante toda a vida. De fato, a grande maioria dos jovens parecia não estar muito interessada em participar da aula, embora apenas na turma dos alunos regulares da escola pude presenciar alguns deles dormindo, com as cabeças recostadas nas mochilas, totalmente alheios aos acontecimentos.

De outra ponta, diversas vezes ponderei com meus interlocutores, em especial a professora Quitéria, dado o nosso contato em todos os sábados, quanto à relativização da diferença entre os jovens que são o público cativo da American School e aqueles que foram contemplados por projetos sociais. Argumentava que, embora eles fossem moradores de favela, eles não eram os mais pobres, se formos restringir o pertencimento a uma classe social ao critério do acesso a determinados bens de consumo. Desta forma, dizia eu, também alguns deles dispunham de TV a cabo em suas residências; portavam telefones inteligentes, enfim, os chamados *inputs* não eram tão ausentes em suas vidas. Logo, não havia a necessidade de serem tão condescendentes em relação ao nível de exigência endereçado a eles; em outras palavras, não fazia sentido algum o tratamento diferenciado.

³¹ O valor médio das mensalidades destes colégios, para os ensinos fundamental e médio, gira em torno de R\$ 1.360 e R\$ 2.260, respectivamente. Para maiores detalhes, ver a seguinte matéria do jornal *A Tarde*: <<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1732667-reajuste-de-mensalidades-supera-inflacao>>.

Mais adiante, explorarei o confronto entre as minhas ideias e as de meus interlocutores, em especial a professora Quitéria. Por hora, a certeza quanto a necessidade de um tratamento diferenciado para os adolescentes dos projetos sociais nos sugere algumas interpretações. À medida em que o tempo foi passando e o curso chegando ao fim, uma profecia parecia estar se cumprindo: a baixa proficiência dos adolescentes na língua inglesa.

Uma profecia autorrealizável

Devemos a Robert K. Merton (1948), um dos principais expoentes da sociologia americana da primeira metade do século XX, a definição de profecia autorrealizável (*self-fulfilling prophecy*). Por este termo, ele entende uma espécie de mecanismo de crença social que se cumpre por si mesma, isto é, a perspectiva de que um evento provável se realize porque se acredita e se espera que ele de fato aconteça. Em seu texto, o autor nos rememora a célebre frase de William I. Thomas, um dos fundadores da chamada Escola de Chicago, qual seja: se um homem define uma situação como real, esta será real em suas consequências. Ao beber desta fonte, ele passa a considerar alguns exemplos, tais como, a do estudante ansioso que, convencido quanto a sua reprovação no exame, resolve dedicar mais tempo à preocupação do que aos seus estudos, transformando o seu pressentimento em um dado concreto, ao obter um conceito píffio em seu teste. Assim, pondera ele: “the self-fulfilling prophecy is, in the beginning, a *false* definition of the situation evoking a new behavior which makes the originally false conception come *true* (Merton, 1948: 195, grifos do autor).

Em relação ao *Higher Level*, tudo se passou como se fosse realmente uma profecia autorrealizável. Os adolescentes foram, *a priori*, e à luz de evidências confusas, definidos como sujeitos que apresentavam dificuldades de aprendizagem, o que estimulou um tratamento diferenciado (exercícios mais fáceis; um ritmo mais lento na apresentação do conteúdo programático etc.), que, por sua vez, levou a uma baixa proficiência na língua inglesa ao fim do curso, deixando o corpo pedagógico da escola diante do seguinte dilema: o que iremos apresentar ao cônsul americano quando da cerimônia de formatura da turma, uma vez que, ao que tudo indica, ninguém aprendeu muita coisa? Observem como a epistemologia foi insidiosamente se transformando em ontologia!

De acordo com Merton, a profecia autorrealizável poderia ser uma chave explicativa para os conflitos raciais e étnicos vivenciados pela América àquela época, fins da década de 1940. A falha, afirma ele, em não considerar os processos relacionados às crenças que se

cumprem por si mesmas, faz com que muitos indivíduos ainda cultivem determinados preconceitos de cor. Estas pessoas experimentariam os seus pré-julgamentos como produtos de suas próprias observações. Segundo ele, não é fácil a tarefa de quebrar a premissa original que sustenta este tipo de profecia. Diante das minhas tentativas de esclarecer meus interlocutores quanto a não realidade de suas convicções, Merton provavelmente me diria: “if psychic ills could be cured merely by the dissemination of truth, the psychiatrists of this country would be suffering from technological unemployment rather than overwork” (1948: 197).

Conforme o raciocínio de Merton, para entendermos o porquê de o apelo à verdade e as chamadas campanhas educacionais se mostrarem inócuos na eliminação das hostilidades de caráter étnico (o caso dele em questão), temos que examinar as operações entre os *in-groups* (grupos de dentro) e os *out-groups* (grupos de fora) em uma dada sociedade. Os grupos de fora são aqueles que, por quaisquer motivos, são vistos como diferentes de nós. Em outras palavras, para evocar os termos de Elias e Scotson (2000), estamos em uma relação entre *estabelecidos* e *outsiders*. Assim sendo, há que se ater ao papel predominante dos primeiros na definição de uma dada situação.

Lembremos agora a pergunta inicial desse capítulo: entender a presença de estudantes negros e de classe baixa em uma escola acostumada a lidar com alunos brancos e de classe média alta. A obra de Elias e Scotson (2000) nos leva a deixar entre parênteses as questões referentes às dimensões de raça e de estrato social, quando das relações entre estabelecidos e outsiders. Considero que isto é bastante salutar para meu argumento, uma vez que, conforme os dados anteriormente apresentados, as diferenças raciais e de classe social entre os alunos não afetavam a similaridade de comportamentos em sala de aula. Baseados em um estudo de comunidade realizado na cidade de Winston Parva, um povoado industrial localizado no Reino Unido, os autores identificaram uma espécie de divisão existente entre os moradores mais antigos desta localidade, que mantinham entre si a crença quanto a sua superioridade, e os recém-chegados, que eram tratados pelos primeiros como um segmento inferior. Segundo os autores, não haviam diferenças de nacionalidade, de ascendência étnica e cor da pele entre os integrantes dos dois grupos, tampouco eles diferiam quanto a seu tipo de ocupação, sua renda familiar e seu nível de instrução. A única distinção entre eles era a já mencionada antiguidade no local, de um segmento em relação ao outro.

Sendo assim, questionam os autores, o que induzia o grupo mais antigo a se sentir superior ao segmento recém-chegado? De acordo com eles, a própria antiguidade da associação criava, por si só, as condições sociais de coesão grupal, uma espécie de

identificação coletiva sem a qual o sentimento de superioridade não encontraria amparo para se sustentar. Logo, desta experiência podemos observar as limitações das teorias que explicam as diferenças grupais a partir da posse monopolista de objetos não humanos, por exemplo, armas ou meios de produção. Temos, pois, que atentar para “os aspectos figuracionais dos diferenciais de poder” (Elias e Scotson, 2000: 21).

Por “aspectos figuracionais” os autores entendem as chamadas “fantasias grupais de grandeza” (Elias e Scotson, 2000: 37), isto é, a crença de um grupo em sua graça e virtude exclusivas e o poder que ela tem de regular as relações sociais. Em outras palavras, quando uma população é vista como inferior em comparação a uma outra, aquela que estigmatiza está, em verdade, edulcorando o seu próprio lastro social. Neste sentido, ponderam eles, o monopólio das principais fontes de poder de uma sociedade não cria apenas estilos de vida distintos, mas também certas barreiras emocionais que impedem o segmento dominante a considerar a fratria outsider em termos igualitários. Talvez no afã de escapar das análises de cunho marxista, que explicam a figuração estabelecidos versus outsiders a partir do acesso irrestrito dos primeiros aos bens de consumo e aos meios de produção, os sociólogos terminem não atentando para uma certa dinâmica da sociedade capitalista, a saber, o processo pelo qual a posse de mercadorias se transforma em um elemento figurativo, passando a fazer parte do próprio carisma de um determinado estrato social.

Isto posto, posso dizer que em todas as ocasiões nas quais a senhora Alberta e os professores Quitéria e Hernandes mencionaram os diversos *inputs* que faltavam aos jovens das classes populares, eles estavam, em verdade, nos ofertando pistas sobre o próprio carisma e a graça de sua clientela das classes mais altas. Restringindo o aprendizado linguístico ao grau de exposição a uma determinada língua, eles vislumbraram estes adolescentes como inferiores, uma vez que os integrantes dos segmentos mais abastados da sociedade teriam mais oportunidades de acesso a determinados bens materiais e simbólicos, supostamente consideradas plataforma de diálogo com o idioma estrangeiro. Se, por um acaso, Merton ouvisse o relato de meus interlocutores, provavelmente ele diria: “self-hypnosis through one’s own propaganda is a not infrequent phase of the self-fulfilling prophecy” (Merton, 1948: 200). Todavia, o argumento mertoniano não esgota toda esta problemática.

Esta hipnose em relação à sua própria propaganda é camuflada por um discurso que estigmatiza o outro, uma alteridade que é não apenas de classe social, mas também racial. Toda a teoria nativa sobre o aprendizado de uma língua estrangeira é, no plano discursivo, decorrente do não reconhecimento do “privilégio branco”. McIntosh (1989) define este conceito como uma mochila de provisões especiais, códigos, mapas, vistos e cheques em

branco. De acordo com a autora, mesmo as pessoas brancas mais escolarizadas (formadas por uma educação liberal, diga-se de passagem) tendem a ver o racismo como um sistema de opressão que sufoca os negros, mas não uma fonte de privilégios e benesses endereçada aos brancos. Do ponto de vista sociolinguístico, Simpson (1996) observa que muitos “brancos educados” tentam ativamente negar o racismo através do que ela chama de “escuta seletiva”, “interpretação criativa” e “esquecimento cúmplice”. Assim, a “fala branca” (*white talk*), conforme sua definição, é baseada no aprendizado da não identificação ou percepção dos elos entre fenótipo e poder; e no fingimento de que houve a transcendência nas múltiplas maneiras pelas quais as suas ideias, valores, expectativas, emoções e práticas são formatadas pela raça. E o poder aqui que mais está sendo olvidado é o classificatório: a prerrogativa da definição da diferença. Todavia, estas considerações ainda não esgotam esta temática.

De uma ponta, a associação entre “competência linguística” e “fatores extra-classe” compromete a própria *expertise* da escola no tocante ao ensino de línguas. Se, para aprender inglês, é necessário dispor de tantos outros bens de consumo, podemos pressupor que a incompetência seria dos próprios educadores/instituições de ensino, que não conseguem ensinar a língua por si mesma, em um contexto monolíngue. Entretanto, quando Quitéria, Hernandez e senhora Alberta utilizam o termo “deficiência”, em relação aos estudantes vinculados aos projetos sociais, eles estão explicitamente se referindo a “deficiências intelectuais/cognitivas”, supostamente causadas pela própria pobreza. Desta forma, seus discursos reproduzem determinismos geográficos e sociais do senso comum.

De outra ponta, o relato do corpo pedagógico da escola poderia desembocar na premissa de responsabilização dos sujeitos por seus próprios fracassos. Afinal de contas, a instituição, através do projeto social, havia ofertado a oportunidade de obtenção de mais um tipo de conhecimento; entretanto, os adolescentes foram aqueles que não estiveram à altura das demandas exigidas para o aprendizado, o que exime os educadores da responsabilidade quanto ao não aproveitamento da iniciativa.

Este seria o raciocínio encontrado em etnografias que enfocam a produção de subjetividades no âmbito dos regimes neoliberais. Centrada na intencionalidade dos projetos e das instituições, esta agenda de pesquisa concebe a responsabilização do sujeito, que é incansavelmente levado a se autodisciplinar, como um corolário da governança neoliberal (Dean, 1999; Rose, 1999; Ferguson e Gupta, 2002; Brodie, 2007, dentre outros). Esta “governamentalidade” orientada ao mercado passa a utilizar a sua lógica como um estímulo à produção do cidadão perfeito para a economia capitalista, a saber, aquele dotado de liberdade de escolha. Nas palavras de Barnett e colaboradores (2008: 626),

policy interventions are increasingly re-defined in terms of a shared logic of ‘responsibility’, in which the greater freedom ascribed to individuals as consumers in markets for goods and services needs to be balanced by efforts to instill in them greater concern to look out for their own good (in terms of health, diet, education, or security) and for various collective goods as well (such as environmental conservation, global poverty, climate change).

Na ótica dos autores, não apenas o Estado estaria desempenhando um papel relevante neste processo, mas também certos atores estratégicos, a saber, as organizações não governamentais, as entidades filantrópicas e os movimentos sociais.

Trazendo esta discussão para a seara dos estudos sobre a juventude, uma autora como Elsa Davidson (2011) fala em “privatização” e “juvenilização” da responsabilidade, em sua análise sobre as expressões de aspiração e cultivo de si entre os jovens pertencentes ao competitivo mundo do Vale do Silício, na Califórnia, principal polo tecnológico dos Estados Unidos. Todavia, meus dados me colocam sérias restrições em face desta abordagem. Em primeiro lugar, ainda que o desenho institucional do *Higher Level* tenha por objetivo a transformação do jovem em um empreendedor, ou um mero prestador de serviços (garçons, operadores de turismo etc.; conforme os exemplos encontrados no material didático utilizado pelo curso), do ponto de vista do corpo pedagógico da escola, o indivíduo, enquanto categoria de análise, nunca foi considerado. Mesmo a professora Quitéria, que mantinha um contato mais próximo com os adolescentes, raramente se interessou por saber maiores detalhes sobre a vida de cada um deles. Nas poucas oportunidades em que isto aconteceu, estas se deram por minha iniciativa, o que despertava reações de admiração por parte de minha interlocutora. A título de exemplo, certa vez eu a informei sobre o fato de uma das estudantes ter sido posta de castigo pelos pais - uma semana distante do computador, para poder se concentrar nos estudos -, no que seria um tipo de expediente também adotado por ela para educar suas próprias filhas. “Olha, que coincidência não é? Que coisa!”, reagiu ela, com certo ar de incredulidade perante esta semelhança fortuita. Possivelmente, Quitéria tinha em mente o velho estigma do abandono e da alienação familiar, normalmente associados à pobreza. Ela se admirou com o fato de sua aluna ter “pais presentes”, na medida em que o senso comum sempre insiste na tese da amálgama entre “famílias desestruturadas” e “pais ausentes” como um fator de vulnerabilidade social. Veremos no capítulo a seguir que também as instâncias estatais, quando da execução de políticas públicas para a juventude, se utilizam deste tipo de discurso; no entanto, elas terminam por atender as pequenas elites da favela, ou seja, os indivíduos que estariam mais distantes deste estereótipo da desagregação dos vínculos sociais.

Em segundo lugar, todas as justificativas em relação à suposta inferioridade dos alunos das classes populares repousava não nas qualidades individuais de cada um deles, mas no ambiente social onde eles viviam. Assim sendo, Elias e Scotson têm toda a razão na seguinte afirmativa: “perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de ‘preconceito social’ quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade dos indivíduos” (2000: 23).

Assim, quando os membros da escola estavam a falar sobre a dificuldade de aprendizado por parte dos adolescentes mais pobres, eles estavam a dizer: “não olhem para o jovem, mas para o seu contexto social”. Em última instância, isto demanda a assunção da doutrina da *irresponsabilidade dos sujeitos*. Não apenas a instituição não era culpada pelo fracasso do projeto, mas também os estudantes não o eram, uma vez que, na imaginação dos estabelecidos, a precariedade que caracterizaria a vida na favela era um empecilho, por assim dizer, natural para a boa evolução do aluno em um curso de línguas.

Entretanto, ainda que o foco de análise transcendesse a esfera do indivíduo, os adolescentes das classes populares eram, de alguma forma, rechaçados por estarem desperdiçando aquilo que seria mais uma oportunidade em suas vidas. Tal crítica moral não era endereçada aos jovens dos estratos mais abastados da sociedade, mesmo aqueles que dormiam em sala de aula. Mais uma vez, temos de entender esta censura conforme a dinâmica das figurações estabelecidos-outsiders (Elias e Scotson, 2000). O que é visto com normalidade em um grupo - chegar atrasado às aulas; não prestar atenção às palavras do professor; não responder os exercícios de casa; dentre outros comportamentos - passa a ser considerado vicioso no outro. A consequência mais imediata deste estado de coisas é a estigmatização da parcela outsider. Entretanto, do ponto de vista do segmento dominante, há em tudo isso a implicação de uma política da piedade.

Uma política da piedade

Em *Distant suffering*, Luc Boltanski (1999) propõe ao leitor um debate a respeito do legado histórico, dos desafios políticos e das contradições filosóficas dos movimentos humanitários que, de alguma forma, almejam aliviar o sofrimento humano. Segundo ele, quando confrontadas contra o padecimento, as demandas morais convergem em direção ao imperativo da ação. O comprometimento é sempre um comprometimento à ação. Todavia, questiona ele, qual seria a forma desse compromisso quando aqueles que são clamados a agir

estão a quilômetros de distância da pessoa sofredora, instalados confortavelmente em frente a televisão, no abrigo da sala de estar da família?

Tentando responder esta questão, o autor encontra na filósofa judia Hannah Arendt uma de suas principais fontes de interlocução (a outra é o sociólogo Charles Taylor). De acordo com ele, a escritora avistou na Revolução Francesa a emergência de uma “política da piedade” no bojo da consciência ocidental. Conforme o diagnóstico dela, esta política estipula uma distinção entre aqueles que sofrem e aqueles que não. Isto encoraja os últimos a enfocar o espetáculo do sofrimento, substituindo a ação pela observação do infeliz. Indo mais fundo em sua reflexão, Boltanski encontra na pensadora alemã um outro tipo de diferenciação, a saber: entre a piedade e a compaixão. Para ela, a principal característica da última é o seu direcionamento a indivíduos particulares, nomeadamente aqueles que sofrem, sem procurar desenvolver qualquer espécie de “capacidade de generalização”, enquanto que a piedade generaliza e se integra à dimensão da distância. E aqui chego ao ponto que me interessa: os sentimentos e a produção do distanciamento e da diferença. Para continuar esta análise, farei um rápido périplo à cidade do Rio de Janeiro e, em seguida, retornarei ao contexto soteropolitano.

Em duas ocasiões (em julho e novembro de 2013) estive no Rio de Janeiro, mas precisamente no prédio do Consulado dos Estados Unidos, localizado no bairro do Castelo. Queria saber maiores informações sobre os projetos sociais idealizados pela representação diplomática, bem como ter acesso às avaliações do programa *Higher Level*, o que me permitiria traçar um painel comparativo entre os lugares onde ele foi implementado.

Conversando com os funcionários da organização, descobri o seguinte fato: a criação do *Higher Level* fez com que a American School do Rio de Janeiro, pela primeira vez em sua história, literalmente subisse os morros cariocas. Anteriormente, outros projetos sociais endereçados à população de baixa renda - tais como, o próprio *Passage* e o *College Horizons* (outra iniciativa que havia beneficiado jovens oriundos de escolas públicas) - haviam sido alocados no espaço da escola. Como este curso de inglês tinha como público-alvo as comunidades recém-pacificadas, aparecia no horizonte os primeiros dilemas: com quem devemos dialogar para viabilizar o programa? Como convencer um professor a se dirigir a uma favela notoriamente conhecida por seus altos índices de violência?

De acordo com meus interlocutores, o projeto-piloto foi desenvolvido na região do Cantagalo-Pavão Pavãozinho e, em seguida, foi expandido para o Complexo do Alemão, o Morro da Providência e a Cidade de Deus. Como eles desconheciam as lideranças comunitárias locais, foi estabelecido contato com organizações não governamentais que já

atuavam nestes lugares. Assim, por exemplo, na primeira comunidade citada, foi feita uma parceria com o projeto Criança Esperança, da Fundação Roberto Marinho, o que possibilitou a realização das aulas no espaço físico ali criado por esta entidade. Daí, vieram as negociações, almoços com os representantes da iniciativa beneficente e reuniões para a definição das rotinas concernentes ao processo seletivo dos beneficiados. Houve a princípio um choque de expectativas, pois a premissa da representação consular era direcionar o curso para todos os jovens da localidade, enquanto que o outro lado esperava que apenas os monitores do Criança Esperança participassem da seleção. No fim das discussões, prevaleceu a proposta inicial.

Por seu turno, no Morro da Providência o contato foi estabelecido com o comandante da UPP local, numa espécie de troca de favores. A American School carioca estava à procura de lideranças que pudessem dar um auxílio nos processos de seleção de jovens e de alocação das turmas, ao passo em que a PM queria uma oportunidade de se aproximar dos moradores, uma vez que a ocupação policial fosse um dado recente naquela localidade. Contudo, ainda faltavam canais de mediação que promovessem a publicização da iniciativa. Desta feita, foi de extrema importância a ajuda do programa SESI-Cidadania. Entretanto, foi com o início das aulas que os problemas, de fato, apareceram. A viatura policial que estava à disposição do professor, por vezes não ia ao seu encontro no horário combinado; por sua vez, os taxistas se recusavam a subir o morro, o que comprometeu a realização das atividades em algumas ocasiões. Na sala de aula, o aparelho de ar condicionado, esporadicamente, apresentava deficiências na refrigeração; os armários onde eram depositados os materiais didáticos não possuíam chaves e travas de segurança. Ademais, o espaço físico onde eram realizados os encontros semanais, não raro, encontrava-se sujo, com poeira por todos os lados, o que obrigava o educador a trocar o giz por uma vassoura.

Estas experiências e problemas iniciais edificaram uma certeza em meus informantes cariocas: um curso de línguas direcionado a comunidades populares exige do professor, e das instituições, algo mais do que simplesmente ensinar inglês. Contatos com policiais militares, monitores de projetos sociais, enfim, com os dois setores que tradicionalmente têm lidado com a pobreza em todas as suas faces - a polícia e as organizações não governamentais - fizeram com que as escolas de inglês, e aqui eu posso falar no plural, desenvolvessem relações políticas até então inéditas em suas histórias.

Também aqui em Salvador, ouvi nos corredores da American School a mesma sentença: “projeto social exige do professor mais do que o ensino da língua inglesa”. Os membros da organização estavam a se referir a um certo traquejo que é necessário para lidar

com jovens considerados em estado de vulnerabilidade social. Saber, digamos, como tratar as dificuldades de aprendizado; como elevar a autoestima dos estudantes, eram as qualidades elencadas para um professor considerado “com perfil” para este tipo de empreitada. Entretanto, quando ouvia, por parte dos funcionários do Consulado americano, sentenças, tais como, “professor não precisa de parcerias; ele precisa de bebedouro, aparelho que funcione, de portas que estejam abertas” ou “varrer sala de aula não é tarefa de um educador”, ou ainda “a pessoa foi contratada para ministrar aulas na American School, mas agora tem que ir à favela”, passei a me questionar se as críticas em relação à falta de infraestrutura não eram, em verdade, indício de uma falta de preparação - ou de disposição - para manejar este tipo de situação. Havia uma certa lógica do trabalho comunitário que parecia transcender a vocação destes centros educacionais.

Parece ter sido isso que Jaciara tentara me explicar certa vez. Conversando com ela sobre os relatos por mim colhidos nas dependências da representação consular, bem como lhe informando sobre as diversas reclamações feitas pela professora Quitéria em relação à infraestrutura da Faculdade de Filosofia, a líder comunitária se irritou e disparou: “as pessoas têm de entender que trabalhar em favela é assim mesmo; elas têm de lidar com as dificuldades; se não houvessem dificuldades, não seria favela”.

Assim, para mim, não foi nenhuma surpresa encontrar no Rio de Janeiro a mesma teoria nativa a respeito do aprendizado de uma língua. De acordo com meus interlocutores cariocas, o jovem das classes média e alta da cidade nunca começam do zero (ou seja, eles têm os chamados *inputs*), enquanto que aqueles matriculados nos projetos sociais apresentam um perfil deveras problemático para iniciativas de cunho educacional: possuem baixa escolaridade; não têm o hábito da leitura; e precisam trabalhar e/ou sustentar a família em idade precoce. Todos estes fatores culminam para o pouco contato com o idioma estrangeiro, para além das aulas no âmbito do curso, algo que, paulatinamente, vai criando uma série de desestímulos. Ademais, a concorrência entre programas sociais ofertados a juventude carente é muito grande. São propostas dos mais diversos ramos: dança, capoeira, artes marciais, esportes em geral e cursos profissionalizantes. Ante à tamanha oferta, muitos sujeitos terminam frequentando diversas iniciativas. Na ótica de meus informantes, a trajetória destes indivíduos é demasiadamente atribulada; estão sempre muito ocupados, com muitas demandas a resolver. Frente a este quadro, uma entrevistada afirmou: “a gente chega e oferece o curso assim de mão beijada, mas acaba faltando motivação por parte deles; é uma *pena* que eles não consigam levar adiante; o índice de evasão tem sido muito grande... Fico mesmo sentida ao imaginar a vida que eles levam”.

Voltando às terras baianas, conversando com a professora Quitéria, na véspera da cerimônia de formatura do programa *Higher Level*, ela fez o seguinte balanço sobre o desempenho dos alunos: “eu fico com *pena* porque a pessoa vai e encontra a oportunidade e aí tanto tempo de curso e, vou dizer só entre nós, tem gente que não sabe nada, mas não é todo mundo; tem gente que se continuar estudando, vai melhorar a pronúncia; porque se você não tiver contato, você esquece tudo”. Em seguida, resolvi questioná-la a respeito de suas percepções acerca dos estudantes da turma que eu havia acompanhado as aulas, na medida em que também eles pareciam não ter tirado bastante proveito do aprendizado, haja a vista eu ter observado a apatia e a sonolência de muitos deles em plena sala. Em sua resposta, a educadora colocou a si mesma uma pergunta: “será que minha aula é chata?”. Imediatamente, balancei a cabeça em sinal negativo. Ela prosseguiu: “pois é, fiquei pensando sobre isso. De início eu ficava com *pena* deles, mas depois eu percebi: o Ensino Médio (das escolas privadas onde eles estavam matriculados) deve estar acabando com eles. Agora eu fico até dando risada do sono deles”. Daí, fiquei intrigado com a seguinte questão: será que realmente posso falar em política da piedade, nos termos de Boltanski (1999), me restringindo tão somente ao conteúdo semântico da expressão “é uma pena”?

No esquema de Boltanski (1999), a expressão do sentimento de piedade promove um distanciamento entre sujeito (aquele que sente) e objeto (o alvo de toda a misericórdia). De fato, ao endereçar seus sentimentos de pesar em relação aos estudantes dos projetos sociais, por eles não estarem, em seu entender, tirando proveito das oportunidades que lhes estavam sendo abertas, Quitéria terminou criando uma situação de afastamento entre ela e a realidade daqueles alunos. Todavia, a produção desta distância vem acompanhada de uma reprimenda de cunho moral. O sentido que ela oferta à expressão “é uma pena” sugere um certo lamento/condenação/reprovação do não aproveitamento da iniciativa, como se os jovens das camadas menos afortunadas da sociedade, em virtude dessa desvantagem econômica, tivessem sempre a obrigação de se submeter a tudo o que lhes é imposto; logo, ela está condenando a “autonomia” dos mais pobres em escolher o que querem fazer. Assim sendo, existe aqui uma “política da piedade”, menos pelo significado vernacular do termo em si, e mais pela gama de sentimentos que ela produz: distanciamento e questionamento da agência dos indivíduos, esta última se afigurando como uma dimensão negligenciada por Boltanski.

No caso dos alunos dos estratos médios urbanos, houve por parte de Quitéria um certo sentimento de compaixão, afinal de contas ela encontrou uma justificativa para a sonolência deles em sala de aula: era a escola que estava a exigir toda a gama de esforços. Ademais, observem que a apatia deles estimulou dela o seguinte questionamento: será que a minha aula

é enfadonha? Vejam que esta questão é, em si mesma, um convite à ação. Em contrapartida, em momento algum ela duvidou da sua performance, quando de suas aulas com os adolescentes do *Higher Level*. Neste contexto, a lástima não despertou nela uma postura mais engajada; daí a expressão de suas emoções revelar um tom mais moralizante, de recriminação da conduta dos jovens: eles estão perdendo esta oportunidade! Voltando a Boltanski (1999), ele diria, mais uma vez baseado no pensamento arendtiano, que aqui a piedade é uma perversão da compaixão que cria um distanciamento em relação àqueles que sofrem, agrupando-os em agregados humanos - os refugiados, os pobres, as massas sofredoras, dentre outros. Na visão dele, estas técnicas de estereotipia e de generalização seriam a essência mesma da política da piedade.

Neste ponto, a comparação com a postura da professora Celeste seria, ao mesmo tempo, instrutiva e perigosa. Vejamos o porquê. Posso afirmar que Celeste é, por assim dizer, uma entusiasta de seus alunos matriculados nos projetos sociais dos quais ela participa. Como já foi afirmado, ela estava incumbida de ministrar as aulas tanto no âmbito do *Passage*, quanto do *Higher Level*. Na medida em que a carga horária do primeiro é mais extensa, ela tem conseguido a oportunidade de desenvolver uma relação mais próxima com os estudantes, passando a saber maiores detalhes sobre suas angústias, exasperações e dilemas existenciais. Eu poderia mesmo sustentar que o seu envolvimento neste programa chega às raias da abnegação. Em cada edição da iniciativa, ela faz questão de desenvolver atividades extra-classe com seus pupilos (visitas a museus, simulações de passeios turísticos etc.) e de trazer convidados para o treinamento de determinados tópicos de conversação ou mesmo palestrantes jovens que são chamados para contar sua história de vida (geralmente, estudantes oriundos das classes populares que conseguiram participar de programas de intercâmbio estudantil), pontuando as chances que lhes foram abertas a partir da proficiência na língua inglesa. Ela também acompanha os ensaios para as peças de teatro produzidas pelas turmas (todo ano é realizado a encenação teatral do projeto); faz o registro fotográfico dos adolescentes; estipula parceria com o escritório de língua portuguesa da American School, possibilitando que os alunos conheçam os discentes das universidades americanas; divulga informações sobre o programa em redes sociais. Resumindo, ela se engaja nas atividades da iniciativa, chegando mesmo a se sentir responsável pelo sucesso ou o fracasso de seus estudantes.

Numa cerimônia de formatura de uma turma de alunos regulares da American School, no Centro de Convenções da Bahia (localizado no bairro do Stiep), a coordenadora pedagógica geral da escola se dirigiu a Celeste da seguinte forma: “então você é a *caçadora*

de talentos? Estou sabendo do sucesso de seus alunos”. Torna-se mister explicar este comentário. Desde que Celeste começou a ministrar aulas no programa *Passage*, dois de seus estudantes foram selecionados para a estadia de três semanas nos Estados Unidos, correspondente ao projeto *Jovens Diplomatas*; outros dois haviam alcançado as etapas finais do processo seletivo. Margarida, orientadora do *Education USA*, é a responsável por enviar o relatório para a Embaixada norte-americana com os nomes dos participantes selecionados para este intercâmbio cultural. Conforme o seu relato, ela procura sempre se consultar com Celeste, de modo a se manter informada sobre os acontecimentos pertinentes ao *Passage*, porquanto este seja um espaço onde ela busca *talentos*. Por sua vez, no Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, entre as pessoas as quais tive acesso, há a concepção de a representação diplomática americana estar, através de seus programas, à procura de novos *talentos*. Desta forma, em virtude de Celeste ser reconhecida, entre os seus pares, como aquela que se entrega de corpo e alma aos projetos sociais, ela termina sendo classificada como uma *caçadora de talentos*, o que sugere uma relação metonímica para com a diplomacia estadunidense.

Por um lado, talento aqui se refere, basicamente, à conquista de uma boa proficiência na língua inglesa, a despeito da origem humilde do indivíduo. Por outro, é uma qualidade daquele que encontrou, sozinho, uma solução para a sua própria vulnerabilidade. Ou seja, é um conjunto de disposições - esforço pessoal, disciplina, etc. - que são anteriores ao engajamento de um determinado sujeito em um projeto social. Deste modo, entre os meus interlocutores, tanto na American School, quanto no Consulado americano, há a seguinte ideia: de a diplomacia americana estar interessada nestes indivíduos “quase prontos”; os programas sociais seriam um *plus*, um dado a mais na trajetória deles. E assim, ouvi neste último lugar a seguinte frase: “nenhum governo estrangeiro irá resolver o problema de ninguém; (...) os estrangeiros vêm para somar, enriquecer, mas quem tem de resolver a questão da educação é o próprio Brasil”.

Dito isto, cabe explicar o porquê de a comparação Celeste versus Quitéria - que aqui surgem como figuras prototípicas de posturas distintas - ser, simultaneamente, instrutiva e perigosa. É instrutiva porque mostra para o quanto a piedade, em determinados contextos, equivale não apenas a um rebaixamento do outro, mas também de si mesmo. Ao enxergar seus estudantes como dignos de pena, Quitéria de alguma forma admite a sua falta de *expertise* para lidar com aquela situação. Lembremos que a American School não é uma organização não governamental devotada à causa das desigualdades sociais vigentes em nosso país. Ela veio a tratar dos segmentos mais desprivilegiados da sociedade por uma via indireta,

mediante o chamado da diplomacia americana. Assim, a incapacidade da professora reflete, de alguma forma, os próprios limites desta instituição, quando se viu diante da tarefa de desenvolver relações com um público que não lhe era costumeiro. Por outro lado, o perigo advém do seguinte fato: o comportamento engajado de Celeste aponta, em contrapartida, para a postura de afastamento adotada por Quitéria. Entretanto, seria errôneo interpretar este distanciamento de uma das educadoras em termos dicotômicos ao engajamento da outra.

De fato, pode-se dizer que, quase sempre, a política da piedade (Boltanski, 1999) e a política do distanciamento (Millar, 2014) caminham de mãos dadas. Todavia, necessitamos matizar melhor o que se entende por esta último conceito. Vejamos. De acordo com Matei Candea e colaboradores (2015), o engajamento tem sido, em vários contextos, apresentado como um inquestionável e definitivo bem social, abrangendo ou confinando uma série de outros *tropos* culturais sedutores, tais como, a participação, a democracia, a voz, a igualdade, a diversidade e o empoderamento. Por outro lado, o distanciamento passou a simbolizar uma pletora de danos sociais: o autoritarismo, a hierarquia, a falta de conexão, a frieza burocrática, a apatia, a falta de empatia, a passividade e a inação. Segundo eles, temos de fugir deste simplório dualismo e reconhecer a multiplicidade de significados para o termo “distanciamento”. O enfoque nesta categoria nos obriga a engendrar perguntas etnográficas sobre a temporalidade, a intensidade e a permanência das relações. Deste modo, polemizam os autores, seria cada forma particular de distanciamento uma negação, uma dissimulação, uma interrupção? Ou, inversamente, seriam teias relacionais que perduram no espaço-tempo e não podem ser voluntariamente desfeitas, como se fossem, nos termos de Umberto Eco, persistentes fios de memória? Seriam vetores que transmitem energias que devem ser continuamente canalizadas, ou apenas promessas caducas, cuja manutenção requer cuidados diários?

Em uma etnografia realizada junto a catadores de lixo do Jardim Gramacho - “lixão” localizado em Duque de Caxias (Baixada fluminense), atualmente desativado -, Millar (2014) percebeu que este sítio sugeriria uma experiência de “retorno contínuo”, um local onde as pessoas “vão e voltam”, e não um fim de linha. O “lixão” sempre evoca a imagem da derrocada de um indivíduo, haja a vista ser concebido como o lugar para onde a sociedade envia seu refugio. Por diferentes razões, o conceito de economia informal também nos remete a este sentido de finalismo, de último recurso. Entretanto, afirma a autora, tal concepção do trabalho autônomo não consegue captar as tensões nas maneiras pelas quais a precariedade econômica e social é vivida na periferia do Rio de Janeiro. A história de Rose, uma de suas interlocutoras em campo, oferece “a carne e o sangue” para as suas construções abstratas.

Conforme o seu relato, Rose havia lhe dito, em um estado de completa euforia, ter conseguido um emprego formal, “com carteira assinada”, como trabalhadora doméstica. Entretanto, semanas depois, qual não foi a sua surpresa quando soube que a sua interlocutora havia pedido demissão. Como justificativa para a sua decisão, Rose argumentou que quase sempre ela era obrigada a permanecer na casa de seus empregadores, ainda que ela tivesse finalizado todo o serviço. Segundo ela, esta demanda, além de absurda, lhe impossibilitava de passar mais tempo com sua filha. “Cinco horas do meu dia sem fazer nada”, queixou-se. No entendimento da pesquisadora, para alguém acostumado a intercalar períodos de trabalho árduo e de descanso; e a sair frequentemente com os amigos e retornar à sua residência nas horas que melhor lhe aprouvesse, o requerimento de permanecer em seu trabalho, sem trabalhar, era algo irracional.

Assim, de acordo com a autora, a racionalidade do emprego “de carteira assinada” não casava muito bem com a dinâmica da precariedade de vida dos pobres urbanos. O retorno dos catadores ao “lixão” e as suas interpretações sobre esta volta como uma incapacidade para se adaptar à nova situação sugerem uma incongruência entre as experiências diárias desta população e as demandas do mercado formal. Neste quesito, Millar (2014) pondera que a atitude de Rose pode ser interpretada como um ato de liberação, equivalendo a uma renúncia ou desistência de certas condições de trabalho. A antropóloga observa nesta ação uma “política do distanciamento”: ao desistir de ser uma empregada doméstica, ela também estava abdicando do papel de trabalhadora domesticada, o que pode ser interpretado como um ato de insubordinação. De certa forma, também entrevejo nos sentimentos que a professora Quitéria endereçou a seus estudantes menos afortunados este mesmo tipo de política. Entretanto, se este distanciamento aponta para uma não mobilização - principalmente diante da comparação com o comportamento de Celeste -, isto não significa, contudo, uma postura desengajada. Isto aponta, em meu entender, para a dissonância entre a lógica do trabalho social - que, em termos nativos, exige de um professor de inglês mais do que simplesmente o ensino da língua inglesa - e a rotina diária da educadora, baseada em horas-aula dentro de uma instituição. Dentro desse quadro, os “novos talentos” frequentemente não surgem na peleja diária destes projetos. O talento é, isto sim, uma qualidade individual que encontra nestes programas uma plataforma para o seu reconhecimento. Afinal de contas, a tarefa da diplomacia americana não é a resolução dos problemas sociais do nosso país; é tão somente oferecer uma contribuição, auxiliar no enriquecimento cultural do nosso povo. E por que não começar enriquecendo aquilo que já tem melhores condições de enriquecer?

Prosseguindo minha análise, após demonstrar como os adolescentes dos projetos sociais são tipificados e categorizados pelas instituições mantenedoras dos cursos, cabe agora apresentar uma outra narrativa: a do aprendizado de uma língua pelo ponto de vista dos jovens e de suas redes sociais. Nesta etapa, o leitor se deparará com as primeiras condicionantes da síndrome do pato.

Da vida ocupada dos jovens das classes trabalhadoras urbanas

Da narrativa anterior, posso apontar alguns consensos. As políticas da piedade e do distanciamento, da maneira como elas foram descritas, apontam para o seguinte fato: visto que todas as representações tenham como objeto determinações acerca da juventude ideal, esta subsume-se às condições formais estipuladas pelo mercado de trabalho. Portanto, o jovem das classes populares é enquadrado nos termos da sua maior ou menor habilidade para o desenvolvimento de sua própria força de trabalho. Veremos que este tipo de categorização também repercute na esfera familiar dos adolescentes, o que implica na negação de outras formas de subjetividade juvenil. Parece que na vida desses jovens não há espaço para o lúdico, para o fortuito e o despropositado. Vejamos mais de perto.

Como afirmei na introdução, de uma turma de vinte jovens, quase todos eles possuíam outras ocupações, para além do vínculo com o curso de inglês e com a rede de ensino formal. O sábado foi o único dia em que todos eles poderiam frequentar as aulas do *Higher Level*, fato que exigiu certa dose de sacrifício para muitos deles. A aula, marcada para começar às 8 horas da manhã, constantemente só encontrava quórum o bastante para seu início meia hora após o horário estipulado. Enquanto os alunos não chegavam, a professora se incumbia de entreter os poucos presentes com histórias do seu cotidiano.

Ilustração 02: Aula do *Higher Level* (Faculdade de Filosofia, agosto de 2012)



Certo dia, Quitéria resolveu dividir os alunos em grupos para a realização de uma atividade de conversação, cuja temática versava sobre a Copa do Mundo de 2014, que seria realizada em nosso país. Geralmente, atividades deste tipo sempre proporcionavam certo grau de dispersão dos adolescentes. Com efeito, em um momento de conversa generalizada da turma, Carlos, um estudante que frequentava um curso de construção civil no SENAI, aproveitou a oportunidade para apresentar suas queixas:

- Chego em casa do curso [de construção civil] toda a noite. Quando eu penso que vou dormir, é pagode de um lado, arrocha do outro [referência à falta de privacidade vivenciada pelos moradores das periferias urbanas]. Aí chega no sábado, e eu pensando que vou dormir só mais um pouquinho...
- A vida é dura! – disse Quitéria.
- Poxa, faço tudo isso só para ganhar 300 reais... [valor da bolsa de estudos por ele recebida do SENAI].
- E você ainda reclama? Ganhando para estudar! – admoestaram alguns de seus colegas.

No penúltimo dia de aula do primeiro semestre de 2012, no caminho para a Faculdade de Filosofia, encontrei Cláudia Maria, que, vale lembrar, era funcionária da rede de *fast food* Subway. Toda a vez que eu a via sempre me lembrava de um dos primeiros dias de curso, quando ela, debochadamente, fez o seguinte pedido: “professora, fala em português”. Em outra oportunidade, ela me explicou o porquê da solicitação: “todo santo dia fico me acabando naquele trabalho, aí quando chego no sábado, vem essa professora atormentar o

meu juízo com essa língua do cão!”. Voltando a esse nosso encontro, ela não pôde disfarçar o alívio com o recesso das aulas: “ainda bem que semana que vem acaba; tomara que demore para voltar”.

No início dessa aula, Quitéria explicou aos alunos até onde eles iriam avançar no conteúdo do livro. Em suas palavras: “nesse primeiro semestre vamos até a sétima unidade. No próximo, vamos cortar muita coisa nesse livro, pois ele tem muita coisa de hotel e vocês, enfim, precisam aprender inglês”. A professora foi interrompida por mais um lamento de Cláudia Maria.

- Eu estou vindo para esse curso não sei porque.
- Não fale assim de novo. Eu sei que você trabalha, que é muito cansativo, mas você vai ver que será gratificante lá mais para frente – contemporizou Quitéria.
- Mas eu venho aprendendo empurrando professora.
- Cada um tem o seu tempo.

Mais tarde, a professora me confidenciou que Cláudia Maria havia ido à American School, na semana passada, apenas para avisar que não poderia assistir o workshop [já mencionado no início deste capítulo], pois precisava se apresentar mais cedo na Subway, mais exatamente às 9:45 da manhã. De acordo com Quitéria, embora a aluna faça questão de não demonstrar entusiasmo algum em relação ao curso, suas atitudes provam que ela, no mínimo, está interessada em seu aprendizado. Caso não estivesse, ela não teria, por exemplo, se dado ao trabalho de ir à escola apenas para justificar a sua falta. “No fundo, no fundo, ela acredita que isso vai lhe trazer frutos no futuro”, ponderou a educadora. Por outro lado, talvez a atitude da aluna em expressar o seu desinteresse seja uma espécie de autodefesa contra possíveis frustrações, caso o sacrifício de frequentar um curso aos sábados não tenha o retorno imaginado, desejado.

Voltando à sala de aula, a professora começou a sessão propriamente dita corrigindo o dever de casa. Igor, o menino que jogava futebol em um projeto financiado pelo clube paulista São Bernardo, cochichou no ouvido da colega que não havia feito o exercício. Ao final da correção, Quitéria perguntou se alguém tinha alguma dúvida. Alguns questionamentos foram feitos. Quando a sala foi retornando ao silêncio, a professora perguntou: *anything else?* Este foi o ensejo para ela explicar esta expressão. Segundo ela, *anything else* é sinônimo de “algo mais” e pode ser usado “sempre que vocês queiram perguntar algo mais, estando, por exemplo, em loja, em restaurante”. Ao citar este último local, ela exemplificou: “você pediu

comida, suco ou refrigerante, aí você pergunta *anything else?* Lá na Subway tem sanduíche, *cooks* e refrigerante, *anything else?*”. Este foi o gatilho que disparou mais uma leva de reclamações protagonizada por Cláudia Maria:

- Estou doida para ir embora!
- Daqui ou de lá? - perguntou a professora.
- De lá. Aqui pelo menos eu fico sentada. Lá não, chegar meu pé fica latejando naquele sapato apertado.
- Você pode botar um mais confortável - sugeriu a educadora.
- Não, é tudo de lá [“ah, é tudo de lá”, suspirou Quitéria]. Aquela blusona parecendo Pereirão [referência à personagem da atriz Lilia Cabral, que vestia roupas masculinizadas, na novela *Fina Estampa*].
- Ah, mas tem gente que não tem nem esse emprego né? Você não pode nem reclamar, retrucou a professora. (...) Agora poderia ser uma roupa mais fresquinha né? Num lugar quente, onde passa pão, sanduíche... - completou ela.
- E ainda tem um monte de mulher falando... Ai meu Deus - prosseguiu Cláudia Maria.
- É assim mesmo! Você pensa que eu gosto de trabalhar com estudos? Eu trabalho até de noite todos os dias – garantiu Quitéria.
- É, mas a senhora trabalha dia de domingo? - indagou a jovem.
- Mas tenho que montar aula.
- Sim, mas a senhora faz se a senhora quiser.
- Sim, mas aí eu vou ficar no ‘enrolation’ é? Eu trabalho de segunda a quinta de tarde e sábado de manhã. Ainda sábado de manhã eu tenho Faculdade, mas hoje estou liberada [todos riram neste momento]. Mas uma hora a coisa melhora. Por que a gente sempre tem que estudar, se aprimorar... Porque assim com o tempo as coisas melhoram.
- Não vejo a hora de melhorar e sair daquela escravidão.

Após este diálogo, a professora retomou as rédeas da aula e passou uma atividade que consistia em colocar um diálogo repleto de frases desconexas em sua devida ordem de enunciação. Enquanto os jovens quebravam a cabeça com o exercício, alguns deles verbalizavam mais reclamações. Carlos, por exemplo, disse: “Ai *facebook*, saudades. O tempo em que eu estou aqui, eu podia estar no *face*, no *MSN*”. Igor cochichou algo no ouvido de Cláudia Maria. Esta imediatamente externalizou ao restante da turma a sua confissão: “olha, ele está dizendo que o intestino dele não está funcionando”. “A preguiça do São João

[estávamos no mês de junho, próximos às festas juninas] está batendo”, justificou ele, aos risos. Na correção da tarefa, a professora utilizou o CD que acompanha o livro didático, de modo a proporcionar a audição do diálogo. Por fim, ela escolheu Carlos para, juntamente com ela, reproduzir as falas. Às duras penas, o jovem soletrou todas as frases.

Em seguida, a educadora realizou um rápido exercício de palavras relacionadas [*call - reception; open - the door; e speak - portuguese* foram alguns dos exemplos], para rapidamente passar para o tema “ocupações”. Ela escreveu no quadro, numa referência ao livro didático, as seguintes profissões: *shop. assistant; bartender; waiter; bell-boy; e chambermaid*. Ao tentar explicar esta última profissão, a professora ouviu de Stephanie a seguinte brincadeira: “é a empregada [doméstica]”. Quitéria retrucou: “todo mundo que está no hotel é empregado. Eu sou empregada na American School”. “Então são empreguetes”, brincou novamente Stephanie, numa referência à telenovela *Cheias de charme*. Cláudia Maria foi outra a chamar *chambermaid* de “empregada”. O restante da turma acompanhou as meninas. Resignada, a professora tentava esclarecer que todos, de alguma forma, são empregados.

Preciso agora interromper esta narrativa para fazer algumas reflexões. A naturalização da situação de pobreza dos jovens das classes populares faz com que Quitéria tenha uma visão deveras condescendente em relação às penosas condições de trabalho a que estes sujeitos são submetidos. Com efeito, em sua ótica, o emprego, qualquer que seja ele, seria uma *dádiva* para esses adolescentes. Do ponto de vista de Cláudia Maria, por exemplo, o seu ofício em nada seria uma ação dadivosa proporcionada por seus empregadores; pelo contrário, adotando uma perspectiva difusamente marxista, a jovem considera a sua experiência trabalhista nos termos de exploração e alienação da sua força de trabalho. Veremos que reside na utilização desta força para qualquer tipo de atividade a chave para a compreensão do que chamo de *síndrome do pato*. Voltemos, pois, ao relato sobre o dia a dia dos estudantes no curso de inglês.

Em cada sábado eu encontrava a oportunidade de saber detalhes preciosos sobre a vida dos jovens participantes do *Higher Level*. No alvorecer de agosto de 2012, duas semanas após o início do segundo semestre do curso, estava caminhando em direção à faculdade, quando no cruzamento entre a rua Padre Feijó e a Avenida Centenário encontrei Letícia um tanto atordoada. Como ela havia faltado a última sessão, ela achava que as aulas do projeto haviam sido transferidas para uma das filiais da American School. O namorado dela atendera um telefonema da coordenação da escola e entendera errado uma mensagem: a ocorrência de

apenas uma aula nas dependências da instituição. Me encarreguei de esclarecer essa pequena confusão.

Letícia é filha de pais separados. Após o divórcio, seu pai foi morar em São Caetano e constituiu uma nova família, que gerou sua irmã mais nova, uma “pestinha”, disse ela amorosamente. Por sua vez, a garota ficou sob os cuidados da mãe. Além da dupla mãe e filha, moram sob o mesmo teto a avó materna e o padrasto. Quase todos os fins de semana a adolescente vai à São Caetano para visitar a sua irmã. Segundo ela, o pai tem arcado financeiramente com a educação das duas filhas.

O pai de Letícia, Seu Erivelton, popularmente conhecido como Eri, trabalha como vendedor nas lojas de calçados Leão de Ouro, mais precisamente na franquía localizada no Salvador Shopping. “Também né, ele só estudou até a segunda série”, disse ela, justificando o emprego pouco qualificado do pai. Sua mãe está, segundo ela, “desamparada”, isto é, desempregada. Igualmente ao pai, a mãe também trabalhava em lojas, mas foi dispensada do último emprego e desde então não conseguiu uma nova ocupação. “Já tem um tempão que ela está desempregada”, disse Letícia. Perguntei exatamente quanto tempo. Ela respondeu: “quase um ano”. “Mas também ela não procura, não coloca currículo, quer que o emprego vá até a ela. (...) Sem falar no homem que ela arrumou aí e banca tudo lá em casa, aí que ela não volta a trabalhar mesmo”, argumentou ela. “Olha, ela não gasta nada comigo. Além de eu ter meu trabalho, tem meu namorado que me dá tudo”, disse ela, oferecendo mais uma justificativa para a inércia da mãe. Quis, então, saber a ocupação do padrasto dela. Conforme o seu relato, ele é pintor, que cobra bastante caro por seu trabalho e só “pinta casa de barão”. “Ele faz um monte de coisa bonita com as tintas”, garantiu ela. Procurei também me informar sobre se a avó dela não contribuía com o orçamento familiar. Segundo ela, a avó, que àquela época contava 56 anos, também está desempregada, sem expectativas de arrumar um novo emprego, haja vista sua idade avançada. “Quem vai contratar alguém perto de se aposentar?”, perguntou ela retoricamente. A avó já trabalhou em casas de família como empregada doméstica. Sua última ocupação também foi em uma loja. “Acho que ela ainda recebe alguma coisa do povo lá do shopping”, disse a jovem, referindo-se às possíveis garantias trabalhistas a que a avó provavelmente teve direito. Completando a genealogia trabalhista da família, faltou falar da própria Letícia. Ela trabalha em um galpão de antiguidades em Ondina. Não sei exatamente qual seria o cargo dela. Refletindo sobre a entrada no mercado de trabalho, a jovem disse que seu pai começou a trabalhar muito cedo, com 13 anos. Por seu turno, a mãe teria começado a labutar muito tarde, com 20 anos. Ela, Larissa, teria seguido os passos do pai: “comecei a trabalhar cedo, com 16 anos”, disse. Vejam que os termos “cedo” e “tarde”

são manuseados nativamente como uma forma de dimensionar o tempo para entrada no mundo profissional. Finalizando sua reflexão, a menina afirmou que dificilmente ficaria sem emprego, pois ela tem experiência [de trabalho], é jovem e é estudante. “Quem não quer empregar só por meio turno para pagar só meio salário? Todo mundo quer!” - garantiu.

Já estávamos na faculdade. Enquanto terminávamos de conversar, a professora cruzava a área do pátio em direção à sala de aula. Chegando ao recinto, Quitéria comenta que recebeu um e-mail de Mônica, em que ela justificava a sua ausência nesta sessão. A jovem iria ter uma avaliação em sua escola à qual não poderia se ausentar. Em seguida, a professora notou a presença de Cláudia Maria, aluna que havia faltado às últimas sessões. A estudante explicou estar com algumas dificuldades no trabalho, pois o horário de seu turno nos dias de sábado foi alterado. Vejamos o diálogo:

- [Cláudia Maria explica que foi transferida da Subway do Shopping Iguatemi para uma outra franquia]. Fui transferida e estou com um probleminha. É que meu horário nos dias de sábado passou para de 9 às 13 horas.
- Você não pode negociar com sua gerente não? - diz a professora.
- Ela disse que não pode não. Eu vou dar o “não pode” dela. Ela é a gerente e quer ser a dona.
- Veja se você não pode pegar mais tarde e sair também um pouco mais tarde, para evitar que você perca as aulas - sugeriu a professora.

Em seguida, Cláudia Maria muda de tópico e elabora uma pergunta sobre o conceito de sua avaliação. “E minha notinha que eu nunca vi [refere-se à prova realizada no fim do primeiro semestre]? Tem anos que eu não venho para esse curso”. “Bem, a prova valia 20 pontos e você tirou 15,8”, respondeu a professora. “Só isso!”, retrucou a garota, debochadamente. Todos riram. Em seguida, ela olhou em sua volta e disparou: “sim, pró, tem gente que não trabalha e não vem para o curso. Eu dou logo minha pedrada”. Quitéria argumentou que quem faltar sem justificativa será cortado do curso. Como um exemplo inverso, ela citou o caso de Mônica, que teria um teste em sua escola e enviou um e-mail lhe explicando os motivos da ausência.

Essa conversa sobre faltas e justificativas suscitou a seguinte preocupação dos estudantes: a elaboração de atestados, na medida em que muitos deles teriam aulas na rede de ensino estadual [em virtude de uma longa greve dos professores, os sábados seriam assaltados para aulas de reposição]. Há, ainda, um outro problema: muitos deles frequentam outros cursos. Tatiane, a estudante que estava matriculada no curso de teatro do GAPA, chamou a professora para lhe falar sobre um curso de culturas digitais que ela estava também

frequentando e lhe solicitou a confecção de um atestado para as suas possíveis ausências. Coincidência ou não, enquanto Tatiane e Quitéria conversavam, reparei que dentre os documentos e papéis que constavam no classificador de plástico incolor de Letícia constava um certificado de participação em um curso de informática ministrado por um programa para a cidadania oferecido pela SECTI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo da Bahia).

Bem, se o leitor me perguntar o que é ser um jovem das classes populares no Brasil, tomando como microcosmo a vida destes adolescentes, uma resposta parcial seria: um cidadão que participa de diversos cursos oferecidos pelo Estado, por organizações não governamentais ou por instituições filantrópicas. Não estar sob a tutela de alguma instituição pública e/ou privada significa, como já afirmei na introdução, quase que automaticamente estar no mundo da vadiagem e/ou da criminalidade. É este excesso de ocupações que aplaina o terreno para a existência da “síndrome do pato”.

A “síndrome do pato” e os seus dilemas

- Veja bem, essa menina tem que “tomar tenência”. Eu tenho muito que trabalhar com a mente dela - disse a mãe.
- Como assim? - perguntei.
- Naiana é, assim, muito anti-social; eu, nem um pingão. Até dentro de ônibus eu faço amizade. Eu falo com meia-Bahia, meu filho.
- A senhora então acha que ela deveria ser menos tímida? - indaguei.
- Também. Porque Naiana é assim: ela só fala com quem ela acha que deve falar. Mas o mundo não é só isso. Você não pode falar apenas com quem você acha que deve. Grupinhos... Você tem que falar com todo mundo; é por isso que eu consigo as coisas. Então, eu já disse para ela: ‘você não pode estacionar; tem que crescer. Você é *pobre, negra* e do *gueto*. Cadê a sua visão?’.

“Tomar tenência”, no léxico popular, significa: ajuizar-se; ver as coisas como elas realmente são. Quase todos os filhos já devem ter ouvido de seus pais este tipo de conselho ou alguma variante. Quase sempre o que está em questão é a análise de uma determinada situação; um apelo à cautela, um reclame à prudência. Na confluência desta acepção, o diálogo acima apresentado, não obstante, nos revela um sentido mais amplo. Tudo se passa

como se as angústias e as aflições da mãe não se restringissem tão somente à conduta da filha, mas abarcassem a própria esfera do ser no mundo. Naiana criaria juízo na medida em que reconhecesse as três chagas que determinam a sua pessoa: ser pobre, negra e moradora de um gueto. Cadê a sua visão, ou seja, onde está a sua esperteza, questiona a mãe. Todavia, para compreendermos o que ela entende por “trabalhar a mente” é preciso investigar mais de perto o contexto de sua própria vida.

Foi no anfiteatro do IRDEB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia), localizado no bairro da Federação, que eu vi pela primeira vez Dona Neusa, mãe de Naiana, mais uma das estudantes do *Higher Level*. Naquela ocasião, ali estávamos para assistir a cerimônia de encerramento de um curso de formação teatral ministrado pelo ICEIA (Instituto Central Isaiás Alves) junto com a SETRE (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia). Naiana era uma das adolescentes beneficiárias do programa e, dentre as opções de aprendizado, ela havia escolhido as sessões dedicadas à produção de figurino.

Eu estava contemplando uma exposição de vestimentas, dispostas no saguão do anfiteatro, quando da chegada de Naiana ao evento. Desnecessário dizer que eu ali estava na qualidade de convidado dela. Ao chegar, ela imediatamente tratou de me apresentar à sua mãe. Foi, digamos, um caso de afeição à primeira vista. Não por meus méritos, mas pelas características pessoais de Dona Neusa. Ela é uma pessoa de fácil trato, “muito dada”, como ela mesma admite. De sorriso largo e com uma prosa envolvente, ela é o tipo de pessoa que te poupa a tarefa de fazer perguntas. Ela é quem estabelece a pauta. E nesse nosso primeiro encontro a pauta foi sua própria trajetória.

Primeiramente, ela fez questão de demonstrar o quanto era zelosa para com a vida das suas três filhas: Naiana, a mais velha, Noeli e Nina, a caçula. No que concerne à primogênita, ela narrou as desventuras suscitadas pelo engajamento dela neste projeto de formação teatral. De acordo com ela, a iniciativa beneficiaria, de início, os estudantes do ICEIA; entretanto, em virtude de uma greve no corpo de funcionários da casa, eles optaram por abrir o curso para comunidades populares. Por conseguinte, foi feita uma parceria com a BCS do Calabar, entidade que se responsabilizou por selecionar os adolescentes. Ainda conforme o seu relato, inicialmente o beneficiado receberia uma bolsa no valor de 400 reais; vale transporte e alimentação (o curso era das 13 às 18 horas). Porém, o valor do auxílio foi reduzido para 200 reais e os outros dois itens foram totalmente ignorados. Dona Neusa e outras mães cobraram explicações por parte da coordenação do programa. Muitos adolescentes abandonaram o curso

porque não tinham condições financeiras para se deslocar até o Barbalho (bairro onde a escola está localizada).

Foi com muito sofrimento que a filha levou o curso adiante. A mãe não a deixou desistir, pois ela gosta de fazer tudo correto, o que inclui, no seu entender, não deixar as coisas pela metade. As coisas também não estavam sendo feitas corretamente no âmbito da BCS. No turno noturno, Dona Neusa estava frequentando as aulas de pré-vestibular ministradas nas dependências da unidade policial, em uma parceria com a UNEB (Universidade do Estado da Bahia). De acordo com ela, os professores não estavam dando o seu melhor, em especial o professor de Biologia. “Ele é bastante explorado no Sartre [colégio particular] e quando chega no Calabar ele quer *manguear* porque lá é favela. Mas, para mim, o fim foi quando em uma aula ele pediu para um dos alunos lhe trazer uma cerveja. (...) Enfim, quando chegou o ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] todo mundo tomou bomba”, concluiu ela.

Dona Neusa pretendia prestar o vestibular para o curso de pedagogia, muito embora seus professores a tenham advertido: “você vai morrer de fome”. Morrer de fome ela sabia que não morreria, mas também não encontraria facilidades no caminho, como, de fato, nunca havia encontrado. Seu desejo nada mais é do que um apêndice da sua própria experiência. Ela havia aprendido as letras por si mesma; e alfabetizou a própria mãe. Naquele tempo elas moravam em uma “casa de família” localizada na Avenida Centenário. Recentemente, havia participado da monitoria do programa EJA (Educação para Jovens e Adultos). Por conseguinte, no presente momento, ela divide o seu tempo entre afazeres da casa e aulas de reforço escolar para idosas residentes do bairro da Graça.

Vendo-se impossibilitada de conquistar um posto mais qualificado no mercado de trabalho, haja vista não possuir uma formação em nível superior, Dona Neusa busca aumentar a renda familiar comercializando produtos da Avon e da Natura, bem como roupas íntimas e *lingeries* femininas. “Agora cismeiqueiro ser empreendedora, empresária, mas me falta foco”, diagnosticou. “Uma amiga me disse que eu sofro da *síndrome do pato*. O pato sabe fazer tudo: nadar, voar, bicar... Mas ele não é bom em nenhuma dessas atividades porque lhe falta foco”, explicou ela.

Contudo, a falta de foco seria compensada pelo excesso de ousadia. “Eu falo com todo mundo; o povo até fala: olha minha vereadora. ‘Está repreendido, não quero isso não’, costumo responder, porque dizem que eu serei a vereadora do futuro. Tudo eu quero interagir; eu quero saber. Vem cá meu filho não tem um 0800 não? (...) Já fui muito no teatro de graça, tudo por conta das minhas amizades”, relatou. Em seu entender, ser uma pessoa extrovertida,

manter uma rede variada de contatos sociais, é uma estratégia bastante perspicaz para a obtenção de melhores oportunidades na vida. E é este tipo de sabedoria que ela pretende inculcar na filha.

De acordo com ela, foi quando começou a “desenvolver a sua mente” que ela passou a interagir com as pessoas que poderiam lhe acrescentar algo. A princípio, a disposição para a interação social não é em si mesma produtiva. Em sua ótica, o indivíduo tem de saber com quem dialogar. E esta sabedoria passa pelo reconhecimento de si e do seu ambiente social. Todavia, a filha parece alheia a si mesma e ao mundo ao seu redor, pondera a mãe.

Assim, para Dona Neusa, Naiana pensa estar vivendo em um conto de fadas. Para a mãe, a filha anda devagar demais, quando deveria ter pressa. Para ela, a filha deveria correr atrás de oportunidades de estágio, ao invés de ficar estacionada no tempo. A menina quer cursar graduação em Nutrição. Dona Neusa, por seu turno, se pergunta: o que ela tem feito para querer entrar nesse curso? Ela não quer obter as respostas apressadamente. Ela quer apenas que a sua primogênita reflita.

A realidade, afirma a mãe, não é fácil. No bairro onde vive, o Alto das Pombas, os jovens querem apenas farra, drogas e engravidar precocemente. Dona Neusa bem pode sustentar esta percepção. João, seu enteado, menino para quem ela tinha provido a educação - pois a sua genitora, vizinha de porta, não teve condições financeiras para fazê-lo -, tinha engravidado uma menina de 16 anos de idade. Ele, um jovem com pouco mais de vinte anos, ainda não havia encontrado uma direção para a sua vida. Coube à família de criação insistir para que o rapaz se matriculasse em um curso profissionalizante de soldagem.

Para Dona Neusa, a falta de foco por parte das moças é o principal impedimento para que essa situação seja modificada. E a realidade dos pais que não passa, me explica? - questiona ela retoricamente. O raciocínio que sustenta esta pergunta é o temor de que a história pessoal do filho recapitule a história familiar. Neste aspecto, a mãe sonha ver a prole em melhores condições financeiras num futuro próximo, algo ausente em seu horizonte em sua época de jovem. Por isso, a sua vigília; as suas aflições; as suas inquietações. Os seus temores giram em torno da seguinte constatação: a maioria das pessoas tenta desfrutar da boa vida através da entrada no mundo do crime. Diz ela: “tem que estar conversando, explicando... porque é mais fácil dá um maço de maconha para entregar ali e ganhar cinco reais do que pegar um livro e estudar”. Preciso, pois, interromper esta narrativa para elaborar algumas recapitulações, bem como novas análises.

Dona Neusa me forneceu a categoria analítica *síndrome do pato*. Foram de seus lábios que escutei pela primeira vez esta expressão. Minha interlocutora a utilizou com o

intuito de oferecer um entendimento sobre a sua própria experiência de trabalhadora autônoma, que ora desempenha uma determinada função, ora resolve se ocupar de outras atividades. Em sua ótica, sua dispersão em diversos afazeres termina por lhe afastar da possibilidade de uma maior especialização em uma dessas ocupações.

No Brasil este conceito também tem sido utilizado por proponentes da esfera corporativa, notadamente, palestrantes e consultores que atuam no ramo da psicologia motivacional³². Para estes atores, a síndrome do pato marca a condição dos profissionais “multitarefa”, isto é, trabalhadores que desempenham diversas funções em seus ambientes ocupacionais, mas que não se esmeram em nenhum destes afazeres. Com efeito, seriam pessoas que não desenvolvem por completo uma determinada habilidade, que não se sobressaem frente a seus pares, contentando-se em ser um “coringa”, um jogador capaz de atuar em quaisquer posições, ao custo de nunca ser lembrado como uma referência em um determinado papel. Por um lado, neste viés, a especialização caminha de mãos dadas com o protagonismo e o aumento da produtividade na esfera do trabalho. Por outro, a versatilidade se torna uma faceta dos indivíduos que almejam realizar várias tarefas ao mesmo tempo, em detrimento da capacidade de manter o foco e a concentração naquilo que realmente precisa ser feito.

Contudo, esta não é a única imagem da síndrome do pato. Encontrei referências que afirmam ter sido este um conceito forjado em contexto escolar norte-americano, mais precisamente na Universidade de Stanford³³. Neste ambiente, há uma ênfase na dimensão psicológica e o retrato traçado para este complexo é completamente distinto do anteriormente apresentado. O pato aqui aparece como a figura que desliza suavemente na superfície da água, serena e tranquilamente, entretanto, em verdade, abaixo dela, ele está pedalando freneticamente. Muitos estudantes americanos vivenciariam experiência semelhante: aparentam ser muito calmos e plácidos, mas dentro de si estariam sofrendo de angústias e transtornos psicológicos, em virtude da busca incessante pelo perfeccionismo. A escola seria o lugar onde esta síndrome começa a ser formulada. Muitos adolescentes acalentam ser muito populares e, para tanto, terminam se lançando em uma espiral de alta performance em todos os campos da vida social. Por exemplo, querem obter as melhores notas e, ao mesmo tempo,

³² Para esta análise, baseio-me na visita das seguintes páginas, nas quais pude encontrar referências sobre esta temática: < <http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2013/11/sindrome-do-pato.html>>; < http://www.profissionalenegocios.com.br/artigos/artigo.asp?cod_materia=559>; e < <http://caputconsultoria.com.br/artigos81-a-sindrome-do-pato/>>.

³³ Refiro-me aos seguintes sites: <<http://psychcentral.com/blog/archives/2013/09/19/teens-the-duck-syndrome/>>; e <<http://www.marieclaire.co.uk/blogs/549995/duck-syndrome-what-is-it.html>>; e <<https://dr-carol.com/2011/12/15/the-duck-syndrome/>>.

se tornar os mais requisitados em festas e eventos sociais, na tentativa de se autoafirmarem perante seus pares. Tudo isso pode acarretar depressão, ansiedade e hábitos pouco saudáveis. Observem que nesta formulação o acúmulo de tarefas também é tratado como um problema, menos por sua capacidade de atrapalhar a especialização em um determinado trabalho e mais pela probabilidade de o indivíduo ficar preso à necessidade de ser o mais perfeito em qualquer coisa que faça.

Vimos que é à acepção mais acima mencionada que Dona Neusa se refere quando diagnostica a si mesma como portadora da síndrome do pato. O preço da dispersão nas mais diversas ocupações é justamente a incapacidade de manter o foco em alguma delas, de fazer bem uma tarefa específica. No capítulo anterior, afirmei que tínhamos que atentar para a solução de continuidade entre o mundo dos jovens e o mundo dos adultos, uma vez que a dicotomia entre os dois polos, no plano da experiência, é algo insustentável de ser afiançada. Assim, embora a mãe de Naiana tenha utilizado a referida categoria para descrever sua própria trajetória, percebi a sua adequação para compreendermos a dinâmica da vida dos adolescentes matriculados no *Higher Level* e, quiçá, dos jovens das classes trabalhadoras urbanas beneficiados por projetos e/ou políticas sociais.

As dificuldades de aprendizado apresentadas pelos jovens vinculados aos projetos sociais não tinham como origem a tão propalada ausência de *inputs* ou o *déficit* cognitivo que, “naturalmente”, acompanha a situação de pobreza. O não aperfeiçoamento das habilidades linguísticas é motivado pelo acometimento da síndrome do pato. Os jovens, estando imersos em diversos afazeres, não encontravam estímulo para se concentrar em algo que, a curto prazo, nada lhes garantiria. Se toda a formação deles estava sendo levada a cabo para o disciplinamento de sua força de trabalho, toda e qualquer atividade intelectual que demandasse um maior tempo para a maturação de seus resultados terminava sendo negligenciada. Em termos estruturais, este fato perpetua o seguinte estado de coisas: a entrada e permanência desses sujeitos no mercado de trabalho em postos que exigem uma baixa qualificação que, conseqüentemente, rendem menores remunerações. Assim, a estrutura social vai reproduzindo a si mesma mediante projetos e iniciativas sociais que tinham como objetivo inicial a mudança desta estrutura.

Entretanto, os estudantes regulares da American School, de origem social mais privilegiada, também estavam envoltos em diversos afazeres: a escola, que lhes demandava bastante tempo, haja a vista a preparação para a entrada na universidade; o próprio curso de inglês; dentre outras ocupações. Decerto, isto explica a uniformidade de comportamentos verificada nas turmas ministradas pela professora Quitéria. Porém, em oposição à formação

dos alunos dos projetos sociais, as aulas ministradas por Quitéria aos seus alunos regulares da American School não eram voltadas para treinar trabalhadores para ocupar vagas no mercado de trabalho, ou, pelo menos, não se limitavam a este objetivo. Visavam, mais explicitamente, o aperfeiçoamento do espírito, por meio de atividades culturais e do cultivo das belas artes, como dispositivos de classe. Os pais das famílias de classe mais alta querem que seus filhos aprendam inglês para, inclusive, prepará-los para as viagens ao estrangeiro. No material didático utilizado pela escola, chama a atenção a quantidade de lições e exemplos de aprendizado do inglês em situações de lazer, turismo e intercâmbio estudantil, no caso dos adolescentes de classe média alta, ao passo em que no livro utilizado no *Higher Level* aos estudantes era dada apenas a seguinte possibilidade: a da vivência da língua vinculada à experiência no mercado de trabalho. Mais especificamente, inglês instrumental voltado para o setor de atendimento ao público da Copa do Mundo.

Assim, a síndrome do pato retira dos jovens das classes populares a oportunidade da vivência do lúdico, da diversão e da brincadeira. O cotidiano é regulado e suas atividades são disciplinadas para que possam se tornar trabalhadores o mais rápido possível, ainda nos primeiros anos da vida adulta, inicialmente como Menores Aprendizes, após completarem 16 anos, e como trabalhadores “de carteira assinada”, a partir dos 18. Explorarei este argumento em mais detalhes na narrativa a seguir, na qual relato o cotidiano da família de Stephanie, mais uma das estudantes do *Higher Level*.

“Casa de pai, escola de filho”

Agosto de 2013. No entardecer de uma sexta-feira qualquer, me dirigi à residência de Stephanie. Ela e Dalila, sua colega de *Higher Level*, estavam à minha espera, porquanto eu lhes havia prometido uma ajudinha na resolução dos exercícios de inglês indicados por Quitéria como dever de casa. Na ocasião, trouxe comigo o meu *tablet*, por causa dos aplicativos que nos auxiliam na aprendizagem de idiomas. As meninas aproveitaram a oportunidade para matar a curiosidade em relação ao “brinquedo”. Stephanie estava mexendo no aparelho quando o seu pai, Sebastião, chegou em casa. O pai, percebendo a presença de visitas na sala de estar, resolveu cumprimentar a todos. Em seguida, dirigiu-se à filha, em tom exaltado: “o que é que você está fazendo neste negócio, Stephanie?”. Quase como um sussurro, ela respondeu: “nada demais”. “Eu sei o que você está fazendo aí. Você está fazendo

merda, Stephanie. Merda, merda, merda!”, retrucou ele. Era a primeira vez que eu via Sebastião.

O rosto de Stephanie era um misto de vergonha e resignação. A menina já havia me confessado que o pai era linha dura, homem que escolhe a rispidez como cartão de visitas. Deste modo, ela já estava acostumada às grosserias, às infinitas cobranças, ao excesso de proteção... Entretanto, ainda pude captar nas feições dela um certo ar de incredulidade, como se estivesse dizendo para si mesma: “não é possível que ele está agindo assim na frente de um desconhecido”. O desconhecido era eu.

Palavras bonitas não eram o forte de Sebastião, bem reconhece Silvana, sua esposa. Ele não é um homem muito dado a medir a sua prosa. Quando precisa dizer algo, sempre o faz da forma mais direta possível. Dos filhos nada cobra, além da perfeição. Decerto, um exagero, pensa sua cômpute. Problema mais de forma (falta de traquejo nos atos de fala) que necessariamente de conteúdo, pondera ela. Dentre a prole, a primogênita é a mais sobrecarregada, afinal viera primeiro, logo teria que dar o exemplo para os dois irmãos caçulas. Teria que ser a mais responsável, a mais estudiosa, a mais compenetrada.

Todavia, na ótica do pai, Stephanie estava se dispersando em banalidades que nada acrescentariam ao seu futuro. Jogos de computador, bate-papo em redes sociais de mídia eletrônica e uma só certeza: a filha já não era a mesma. A mãe compartilhava da mesma opinião. Segundo ela, com o despertar da adolescência, a filha passou a demonstrar certo desinteresse em relação aos estudos. Seu rendimento na escola, por exemplo, já não alcança os níveis de antigamente.

Por seu turno, Stephanie rebate seus pais, afirmando que eles se aprisionaram em uma imagem dela que não condiz mais com a realidade. “Eles não perceberam que eu cresci. Acham que eu continuo sendo a mesma menina com um livro debaixo do braço, que só estuda, estuda e estuda”, disse ela. A adolescente possuía interesses não plenamente compreendidos por sua família. Gostava de ler *best sellers* da literatura infanto-juvenil; de assistir famosos seriados da TV americana; e de ouvir cantores americanos e britânicos dos gêneros pop e rock. Seus gostos estéticos a afastavam da grande maioria de seus colegas de turma na escola. Certa vez, um menino a insultara, ao saber de suas predileções musicais. “Rock é coisa do diabo”, disse ele. “Veja que coisa, só porque não ouço pagode e arrocha, ele veio me dizer essa asneira”, defendeu-se. Como no bairro ela possuía poucos amigos, restavam as redes sociais eletrônicas como plataformas de interação com os seus semelhantes, locais onde ela poderia encontrar pessoas com as quais pudesse desenvolver alguma espécie de identificação. De certa forma, a mãe já havia percebido as mudanças que estavam se

processando com a filha, na medida em que as duas compartilhavam certas confidências. “Minha mãe já sabe que eu não sou mais BV (“boca virgem”), que eu já beijei dois meninos. Já meu pai nem sonha”, segredou ela. Enfim, namoricos, amizades, mexericos, essas coisas tão pequenas do dia a dia, eram as razões para a dispersão da garota.

Mas Sebastião não aceitava corpo mole. Afinal, ele havia começado a trabalhar aos doze anos de idade. Naquela época, suas opções eram limitadas ou ao trabalho ou à vagabundagem. Hoje os filhos possuem algo que ele sempre sonhava em fruir quando tinha a idade deles, a saber: tempo livre. Em seu entender, as horas vagas deveriam ser despendidas com atividades que pudessem elevar a “cultura” do indivíduo. Seus filhos, contudo, não estavam seguindo este seu raciocínio.

Em sua própria adolescência, Sebastião aprendeu de tudo um pouco. Trabalhou em oficinas de automóveis, tornando-se hábil em mecânica e, depois, em funilaria, o que corresponde ao reparo das partes metálicas dos veículos. De “funileiro”, tornou-se pintor. E ainda encontrou tempo para trabalhar numa sorveteira, atribuindo-se o *status* de gerente. Afinal, “eu era quem comprava as coisas para fazer os sorvetes; quando o dono se dava conta, eu já havia quitado tudo”, disse ele. Por fim, tornou-se analista de sistemas, profissão que desempenha até o presente momento. O novo ofício permitiu que ele montasse sua própria empresa de segurança e tecnologia da informação. Olhando em retrospecto, o meu interlocutor acredita que, não fosse o gosto por trabalhar, provavelmente, ele “teria emendado a sua mente para o outro segmento”, isto é, teria entrado para as fileiras da economia ilegal das drogas.

Para além das quatro paredes de sua casa, a vida lá fora, em seu bairro, parece ser dominada por aqueles que estão no “outro segmento”. Diuturnamente, ecoam dos porta-malas de carros sons de músicas de gosto duvidoso, descreve ele. De acordo com Sebastião, apenas os “otários” dançam conforme estes ritmos, cujas letras rebaixam a dignidade das mulheres. “E elas lá dançando iguais idiotas. Tudo vagabunda”, postulou ele. Não se trata apenas de uma questão comportamental. Em sua ótica, devemos acrescentar a categoria “classe social” para entendermos melhor o que está em jogo. De modo a clarificar as suas ideias, ele afirma: “deixa eu te dizer uma coisa: quem faz isso é mulher pobre. Isso é coisa de pobre porque pobre é burro. Mulher rica faz isso também? Faz, mas faz só por uma noite e depois vai para sua casa. Já o pobre é todo dia. O que é certo a gente fazer? Trabalhar nos dias de semana, para curtir os finais de semana. Final de semana é sagrado. O rico faz isso! Agora esses pobres aí da rua ficam a semana inteira requebrando e não tem um tostão no bolso para pagar

uma cerveja. Eles estão com a boca seca, mas estão tudo ó... [começa a requebrar até o chão]”.

O repertório moral de Sebastião está radicado na retórica da “autonomia” do trabalhador que, levada ao extremo, desconsidera os fatores conjunturais que explicam o desemprego de grande parcela da população. De acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em 2015 a região metropolitana de Salvador apresentou a maior taxa de desemprego – 18,7% (aumento de 1,3% em relação a 2014) – dentre todos os aglomerados metropolitanos do país³⁴. Dados tão expressivos não podem ser compreendidos pelo viés meritocrático de nosso interlocutor, uma vez que para ele tudo se passa como se os desempregados estivessem vivenciando tal situação por deliberada vontade. Na medida em que Sebastião teve de superar os limites impostos por seu meio social, vivendo de biscates e começando a trabalhar ainda na adolescência, ele acredita que os seus semelhantes devem enxergar o trabalho como uma moeda para a compra do divertimento nos fins de semana.

Voltando ao barulho das ruas, dos males, a poluição sonora seria o menor, ponderam os pais de Stephanie. As ruas conservam perigos maiores e a olhos vistos. Não há necessidade de ir muito longe. Limite-me à porta da residência da família. Na linha divisória entre a casa e a rua, entre a ordem e o caos, a esposa havia presenciado uma cena horripilante: um rapaz não identificado fazendo do pequeno muro de sua morada um lugar para assentar a sua “carreira de pó”. Silvana teme deixar os filhos brincarem lá fora. Ela se desespera ao imaginar o que poderia ocorrer caso eles viessem a ter contato com uma pessoa portando substâncias psicoativas. Assim, a mãe receia o contágio, pois, conforme diz o ditado: “o homem é produto do meio”.

Bandidagem e drogas são as coisas que podemos encontrar nas ruas, pondera a mãe. Ora, crianças e adultos costumam se reunir nos asfaltos do bairro para divertidas partidas de futebol, resolvo argumentar. Silvana, contudo, rechaça o meu olhar pueril. De acordo com ela, tais “divertimentos” seriam mais um caminho para a perdição. Conforme o seu relato, entre um drible e outro, enquanto a bola corre entre os pés e o gol, as drogas circulam livremente. O quadro é estarrecedor. Rapazes fazem “carreirinhas de pó” em frente de crianças e mulheres. A partida em si é dominada por palavrões e lances de violência; as brigas são frequentes; e a bebida é uma convidada obrigatória. “Infelizmente é o que eu vivo em minha porta”, resigna-se minha interlocutora.

³⁴ Para mais detalhes, ver: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2015/2015pedsintmet.pdf>>.

Assim como o marido, Silvana também acumulara diversas ocupações no decorrer da vida. De tanto ver o pai, renomado pedreiro do bairro de Pirajá, desenhando *croquis*, esboços das casas que seriam por ele erguidas, adquiriu o gosto pela arte e se formou no Ensino Médio com uma habilitação em Desenho Técnico. Saiu da casa dos pais aos 18 anos, na mesma época em que começou a trabalhar na Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento). Casou-se pela primeira vez e separou-se após quatro anos. Retornando à família natal, resolveu se reinventar. Matriculou-se num curso técnico de esteticista e, depois da formação, trabalhou por dez anos num instituto de beleza. Sebastião prestava serviços de informática para esta mesma empresa. Silvana e ele se conheceram e começaram a namorar.

Após o casamento, a esposa foi, gradativamente, sendo absorvida pelos negócios do marido. Um dia, Silvana dialogava com os clientes dele; no outro, se responsabilizava pela contabilidade da empresa. E assim, sem perceber, ela havia se reinventado outra vez. Enquanto o companheiro arregaja as mangas lá fora, consertando computadores, instalando câmeras de segurança, programando *softwares*, ela se ocupa da gestão burocrática e logística da empresa, haja a vista a sua residência ter se tornado um depósito para monitores e aparelhos eletrônicos. Recentemente, havia se matriculado em um curso à distância em Tecnologia da Informação para, por assim dizer, ratificar, em nível superior, a fusão entre os contratos matrimonial e comercial.

Assim, a residência da família parece ser mesmo um lugar autosuficiente. Todavia, para meus interlocutores, a morada estava mal localizada, porquanto estivesse em seus planos se mudar para outro bairro. Toda a rede de parentesco de Sebastião havia migrado para Vilas do Atlântico (Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador), uma localidade de classe média e média alta. Por um curto período de tempo - exatamente um ano - o casal havia conseguido aderir ao projeto: alugaram uma espaçosa casa, praticamente beirando à orla marítima. Naquele tempo, Silvana ainda não estava totalmente imersa nos afazeres do marido. Tirando proveito do enorme espaço, ela abriu a sua própria clínica de estética, juntamente com outros dois sócios, para serviços de massagem, depilação, limpeza de pele e acupuntura.

As projeções de ascensão social da família foram, entretanto, prejudicadas por problemas de saúde que acometeram a esposa. Após o parto do segundo filho, ela foi surpreendida pelo diagnóstico de um tumor maligno uterino, que evoluiu a partir de um cisto identificado durante a gravidez. Conforme as informações que lhe foram passadas pelos médicos, tudo isso tinha começado, alguns anos atrás, com uma endometriose não devidamente tratada. O alto custo do tratamento de Silvana levou a família quase à bancarrota, obrigando-os a retornar ao Alto das Pombas.

Todavia, os planos de mudança não foram abandonados. E para que se realizem, o casal já tomou algumas providências. Sebastião me esclarece: “já fechei um lado aqui; fechei também o outro, pois esta casa se transformará em três e eu irei viver de aluguel. Estou querendo comprar um apartamento decente; não vou alugar um imóvel, pois não sou otário”. Certamente, o “ não ser otário” é uma forma de se proteger da decepção, haja a vista a família já ter conseguido sair do bairro uma vez, não conseguindo, contudo, a permanência definitiva no novo lugar. Naquela oportunidade, a casa em Vilas do Altântico era alugada; agora, eles só arriscarão novamente quando tiverem um cabedal mais garantido, não sujeito às oscilações do mercado de trabalho, bem como às vicissitudes decorrentes de problemas de saúde. Sendo proprietários de imóveis de aluguel, serão mais auspiciosas as chances de sucesso.

A violência, as drogas, a poluição sonora e a bebida alcoólica são os quatro ingredientes do suplício de se viver no Alto das Pombas. Da sacada de sua casa, Sebastião censura com os olhos a algazarra da rapaziada, suas conversas despidoras na esquina, a desinibição das meninas, vestidas em trajes que deixam o corpo muito exposto. Olhando as ruas, as vielas que entrelaçam o seu futuro ao seu passado, ele vê bem como se esquivou do errado. “Essa rua ainda está assim porque eu casei e formei família. Quando eu era mais jovem, eu era encenqueiro. Ninguém me governava não. Hoje virei uma moça”.

Assim, ser hoje um homem feminino é para ele uma espécie de redenção. No passado, ele também se deixou cair em tentação. Em seus primeiros anos como analista de sistemas, perdeu uma de suas grandes chances na vida. “Quando comecei a programar, eu dei um vacilo da porra. Havia uma empresa de computação gráfica. Na época, eles estavam selecionando pessoas com talento artístico, com o dom para o desenho. Eu tive essa oportunidade, mas abri mão. Sabe por que, sabe por que? Farra! Farra! Farra!”, relatou ele.

Sebastião se define como uma pessoa ignorante e chique ao mesmo tempo. Também se considera um homem divertido e muito escroto. Acima de tudo, é um cara curioso, ávido por conhecimento. Queria construir a própria casa e não mediu esforços para aprender o necessário para realizar o projeto. Laje, pintura, acabamentos finais, tudo foi conduzido sob a sua batuta. Vez ou outra ele ainda se admira com o próprio feito: “eu sou um cara da porra. Eu sou foda, pai”, vangloria-se.

Quando proferiu estas últimas palavras, a filha ainda brincava com o meu *tablet*. A menina, encantada com um dos aplicativos que simulava um *karaokê*, começou a cantar a música “Tinkle, tinkle, little star”, uma popular canção de ninar no hemisfério norte. Por um instante, o olhar do pai, sempre severo e inquisidor, se modificou, passando a expressar certa doçura e bondade. Palavras elogiosas terminaram escapulindo de seus lábios: “olha que

dicção perfeita; melhor que a da tia, que é professora de inglês”, disse, orgulhoso da filha. Mas o espírito de crítica não demorou a voltar e Sebastião repreendeu Stephanie uma vez mais. “Porra de tink, tink! Você tem que aprender o inglês instrumental. Você será a nossa compradora internacional, minha empresária”, projetou ele. “É para isso que eu estou criando. Por isso todo o meu cuidado. Por isso todo o meu zelo”, finalizou.

O pai deseja que a filha use a Internet para aprender tudo o que precisa para se tornar uma pessoa tão autônoma e bem informada quanto ele, nos mais variados assuntos. Atualmente, ele busca aprender expressões nas línguas italiana e espanhola, além de conhecimentos em agropecuária, bem como em mercado de exportações de *commodities*. Conforme sua avaliação, é possível aprender tudo o que se quiser através das mídias eletrônicas. “Com essa porra aí do caralho que é a Internet, você é um intelectual, você é o dono do saber. Hoje eu faço o que eu quiser com ela. Eu exploro isso aí como água para beber. Para mim, é a minha vida isso aí. Mas eu apenas tiro o lado bom; o lado do saber”, explicou. Stephanie, em sua perspectiva, não estava seguindo o seu caminho. Ele fica exasperado ao ver a filha usar os recursos de modo tão mesquinho, limitando-se ao acesso às redes sociais, jogos e brincadeiras. “Ela só usa Internet para merda, para besteira, por isso eu sou radical. Está de castigo, porra. Ela não pode usar o computador e ela sabe disso. Porque ela só usa para bobagem. No dia que ela tiver consciência de dizer ‘meu pai vou usar o computador para uma coisa útil’, ela vai voltar a usar”, afirmou ele.

Meu interlocutor não deixa os amigos de Stephanie frequentarem sua casa e também não permite que a filha ande em companhia de pessoas que ele mesmo não conhece ou cujo comportamento reprova. Dalila, por exemplo, ali estava presente porque o pai dela era amigo de infância de Sebastião. Acima de tudo, ele não quer que a filha participe do mundo próximo ao portão de sua casa, pois, de acordo com a esposa, ele não quer que ela vire uma “piriguete” do Alto das Pombas. Exilada, Stephanie termina encontrando nas redes sociais eletrônicas uma forma de interagir com pessoas de sua idade. Curiosamente, a filha parece seguir a trajetória da mãe, no que se refere aos contatos interpessoais. Silvana certa vez me confessou não ter amigos no bairro, bem como ter perdido contato com as amigas do tempo da adolescência. Atualmente, ela vive, basicamente, para a sua família. Os irmãos caçulas de Stephanie, contudo, não parecem ser tão cerceados em seus movimentos. Embora eles ainda sejam crianças, não era raro eu os encontrar fora de casa, ou estando na residência de coleguinhas da escola ou brincando em parques de outras localidades da cidade.

Após ter conhecido um casal proveniente do Irã, o pai passou a cultivar o sonho de educar a filha naquele país. A curta convivência com os estrangeiros foi suficiente para que

Sebastião aprendesse algumas expressões linguísticas. Este foi o ponto de partida para a busca de maiores conhecimentos sobre o povo iraniano. Com o auxílio do cinema, tomou mais contato com os valores culturais daquela nação e começou a pensar que “lá sim é um lugar para se viver, de gente respeitosa, onde você pode andar com sua mulher tranquilamente, sabendo que não vai ser perturbado ou alvo de algum desrespeito. Local onde, se o cara fizer merda, ele sabe que será punido, sabe que será morto pela merda que fez”, enfatizou.

Estas afirmações são seu modo de reiterar o sonho de ver a filha inserida num mundo diferente do que a família vive, no bairro de classe popular. Seu juízo também é formado pelas memórias de sua juventude, no tempo em que era encrenqueiro e indomável. E aqui chego em algumas considerações que me auxiliarão a encerrar este capítulo.

Certa vez, procurei Jaciara, com o intuito de lhe prestar algumas informações sobre o andamento do *Higher Level*. Estava um pouco preocupado com a desmotivação dos estudantes e com a irregularidade na presença de alguns deles em sala de aula. Quando lhe confidenciei que uma das alunas faltosas era Ingrid (nos capítulos subsequentes iremos saber mais detalhes sobre a vida dela), a líder comunitária fez a seguinte análise: “a mãe deixa essa menina muito solta. Se iniciou sexualmente muito cedo... Já com 12, 13 anos, ela aparecia com namorado aí na rua. Sabe como é, *casa de pai, escola de filho*”.

Veremos mais a seguir que a adolescência de Maria, mãe de Ingrid, também foi marcada pela precoce iniciação sexual que culminou com uma gravidez na adolescência. Levando-se até às últimas consequências a sentença de Jaciara, tudo se passa como se houvesse uma dinâmica de mimese e alteridade entre a trajetória dos pais e a biografia de seus filhos, sendo que os primeiros seriam responsáveis pela reprodução ou alteração das condições de vida dos últimos.

Do relato anterior, pudemos depreender que a não manutenção de laços de sociabilidade com a vizinhança, por parte das meninas, parece ser uma disposição passada de mãe para filha (voltarei a esse assunto mais adiante). Silvana me confessara não ter amigas no bairro. Stephanie, por seu turno, parecia seguir os passos de sua progenitora. Apenas duas amigas do colégio frequentavam a sua casa. Na falta de contato físico, a adolescente gastava parte de suas horas de lazer interagindo com conhecidos virtuais em redes sociais da internet, pessoas que ela nunca havia visto pessoalmente. Ademais, grande parte deste tempo vago era despendido em jogos de computador como o *Minecraft*, o *The Sims*, dentre outros. Todavia, mesmo este expediente encontrado pela menina, orientado para um tipo de subjetividade alheio ao mundo do trabalho, era tolhido pelo próprio pai.

Stephanie queria interagir com outros adolescentes que, assim como ela, gostavam de ler as aventuras de *Harry Potter* e as *Crônicas de Nárnia*; ouvir os sucessos da banda britânica *One Direction*; e assistir todos os filmes da saga *Crepúsculo* e todas as temporadas do seriado da televisão americana *Glee* (observem quantos *inputs*, no tocante ao aprendizado da língua inglesa, a garota tinha acesso; algo que Quitéria poderia ter sabido, caso tivesse ido além de seu preconceito de classe e considerado os seus alunos em uma perspectiva menos condescendente). Porém, na ótica de Sebastião, que, como vimos, estava totalmente direcionada ao disciplinamento para o mundo do trabalho, a filha estava por perder o seu precioso tempo com coisas que nada acrescentariam ao seu futuro. Se o pai creditou ao trabalho a sua própria salvação, posto que sem esse suporte ele teria sido contaminado pela *ethos* da bandidagem vigente em seu bairro, ele passa a empregar o mesmo raciocínio para a sua primogênita.

E assim, para evitar a contaminação do mundo da rua, mesmo na esfera do lar a filha é obrigada a adotar um ascetismo orientado para o treinamento de sua força de trabalho. Stephanie, assim como a grande maioria dos estudantes do *Higher Level*, tem todo o seu tempo ocupado por afazeres da escola, dos projetos sociais e/ou das experiências trabalhistas. Além de este fato implicar na chamada síndrome do pato, veremos no capítulo a seguir que a incidência de políticas sociais em bairros periféricos tem contemplado sempre os mesmos sujeitos, aqueles que de alguma forma dificilmente “emendariam a sua mente para o outro segmento”, isto é, o tráfico de drogas. Neste contexto, surgirá a outra categoria basilar desta análise: o *efeito Mateus*.

CAPÍTULO 03

A ANGÚSTIA DA INFLUÊNCIA: DAS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE E MILITARIZAÇÃO DAS PERIFERIAS URBANAS NA CIDADE DE SALVADOR

A questão

Da varanda do segundo andar da casa de Jaciara, podemos ter uma visão panorâmica do bairro do Calabar. Um aglomerado de edificações ainda em construção, desprovidas de pintura e de acabamento, toma conta da paisagem local. São as construções desordenadas de uma cidade desigual. Se voltássemos no tempo, vinte e cinco anos atrás, encontraríamos outro cenário...

Natural da pequena cidade de Santa Terezinha, situada na mesorregião do centro-norte baiano, Jaciara reside na capital do estado desde 1987. Naquele tempo ela ainda nem sonhava em ser uma liderança política, que concorreria a uma cadeira no poder legislativo municipal de Salvador, tal como aconteceu em 2012. Na distante década de 1980, após completar 18 anos e, concomitantemente, o ensino médio, Jaciara conseguiu um emprego junto à administração local, tendo a sua carteira de trabalho assinada retroativamente. O salário era pouco, mas lhe permitia um luxo: passar parte de suas férias na capital em casa de seus parentes, no bairro de Pernambués. Numa dessas oportunidades, ela resolveu distribuir currículos profissionais, em busca de algum posto de trabalho, até que, quando menos esperava, foi chamada para uma entrevista na antiga Telebahia (empresa de telefonia estatal que, em fins dos anos 1990, foi privatizada, tendo o seu nome comercial modificado para Telemar). Surpreendentemente, segundo me confessou, ela superou todas as etapas do processo seletivo e conquistou a vaga. De início, quando se instalara definitivamente em Salvador, ela residia no próprio bairro do Calabar, na casa de uma prima. Entretanto, paulatinamente, a convivência entre as duas foi deixando de ser pacífica.

Desta feita, na aurora dos anos 1990 Jaciara começou a construir a sua própria residência, no local que hoje é conhecido como “Bomba” (mais adiante me deterei nesta nomenclatura). Naquele tempo, os arredores de sua casa eram dominados por uma vegetação densa, pontilhada por poucos casebres, distantes entre si. Levou alguns anos para o lar de

Jaciara ter as atuais feições. Neste ínterim, o verde da mata foi cedendo espaço para o tom cinzento das lajes e concreto, num processo que foi descrito por James Holston (2008) como “autoconstrução”. De acordo com este autor, tal termo indica a trabalhosa mutação de barracos em casas de sonho, entre as pessoas de baixa renda das periferias urbanas do Brasil. Num contexto onde inexistia uma política estatal de habitação, em que os indivíduos se encontravam destituídos das próprias garantias jurídicas em torno da posse de seu terreno³⁵, o antropólogo americano enxergou neste conceito o poder que os menos favorecidos tiveram para criar as suas próprias condições de vida.

Na qualidade de bairros “autoconstruídos”, o Calabar e o Alto das Pombas foram berços para a emergência do que Holston (2008) denominou de “cidadania insurgente”. De acordo com o autor, o processo de consolidação das periferias se deu a partir de elementos que, a princípio, seriam considerados como fatores excludentes para a assunção da cidadania plena. São eles: a ocupação ilegal de terras; os conflitos em torno de seu usufruto; a organização de novas formas de articulação política; a edificação e a melhoria das moradias. Desde a década de 1960, os bairros citados vivenciam um cotidiano de lutas em torno da legalização fundiária e da experiência da propriedade - tendo como principal inimiga a Santa Casa de Misericórdia, empresa administradora do Cemitério Campo Santo, que até recentemente, ainda reivindicava a posse dos terrenos que foram ocupados -, dinâmica esta que fez florescer novos atores políticos e uma nova concepção de direitos civis que questiona regimes de privilégios. O argumento de Holston (2008) - amparado por pesquisas etnográficas no bairro paulistano do Jardim das Camélias - também explica este contexto: sítios de inovação nas metrópoles têm surgido nas diversas áreas de precariedade urbana. O antropólogo vai mais além. Segundo ele, não foi a esfera pública quem incentivou a classe trabalhadora a lutar pelo seu direito à cidade; em verdade, foram os reinos do cotidiano e da vida doméstica que cumpriram esse papel, tendo como núcleo principal a construção de residências. É uma insurgência que começou com a batalha em prol do direito de ter uma vida diária na cidade com a dignidade de um cidadão. O livro de Fernando Conceição (1986), *Cala a Boca Calabar*, nos apresenta a primeira geração deste novo ativismo político, a partir da criação, em 1977, do Juc - Grupo de Jovens Unidos pelo Calabar. Jaciara, que tem como bandeiras de luta o feminismo e a negritude, juntamente com os integrantes das Associações de Moradores locais, fazem parte da geração mais recente.

³⁵ Os dados de Holston foram coletados em São Paulo, porém a situação é semelhante à vivenciada pelos moradores dos bairros do Calabar e do Alto das Pombas.

Em sua trajetória anterior à vida política, Jaciara ainda ocuparia um cargo como operadora de *call center*, na Contex, até ser diagnosticada com LER (Lesão por Esforço Repetitivo) em suas mãos, o que resultou na sua saída da empresa. À esta altura dos acontecimentos, ela já havia concluído a sua graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador. Com o afastamento do trabalho, e o amparo por parte da Previdência Social, que obrigou os seus empregadores a continuar o pagamento de seus vencimentos, ela aproveitou o tempo livre para se dedicar ao estudo, tendo em vista o concurso público para o cargo de professor na rede estadual de ensino. Após a aprovação no certame, ela solicitou a rescisão de seu contrato trabalhista, migrando para o seu atual posto: professora de um colégio público situado no bairro de Paripe (Subúrbio Ferroviário).

Jaciara, por assim dizer, me abriu as portas do Calabar. Além do Grupo de Mulheres, ela também faz parte, junto com outros associados, do Grupo Ideologia Calabar, responsável, dentre outros projetos, pela manutenção da Biblioteca Comunitária do bairro. No âmbito desta iniciativa, eles têm implementado atividades de leitura, de criação literária, de discussão de filmes, dentre outras ações culturais, direcionados ao público jovem da localidade. Foi a partir desta plataforma que se deu grande parte de nossa interlocução.

Em uma de nossas conversas, que versava sobre os impactos da recém instalada unidade de policiamento comunitário no bairro, Jaciara me alertou para a preocupação que os policiais demonstravam para com a juventude local, uma vez que a grande maioria dos projetos sociais executados por esta instituição era endereçada a esta parcela da população. “Eles têm uma coisa assim, um chamego com as crianças e os jovens, que eu mesma não entendo”, disse ela. Nas páginas futuras, tento encontrar alguma explicação para as incompreensões de Jaciara.

Sobre permanências

Este capítulo é sobre o *logos* e o *pathos* do processo de construção da nação brasileira; e sobre a durabilidade de disposições estatais mergulhadas na matéria e na mente. De diferentes maneiras, evidencio hábitos do coração e comportamentos recrutados para o serviço da boa governança estatal, ainda que os primeiros ultrapassem o âmbito do segundo. Destino-me a abordar o elenco de categorias que as formações de Estado espalham ao redor

das pessoas e de suas ecologias sociais - tanto as intensidades quanto as diminutas qualidades que colorem as suas vidas afetivas³⁶.

Debruçando-me sobre o contexto de implantação da BCS nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, tenho a seguinte questão como pauta: o que este acontecimento histórico tem a nos dizer sobre a juventude das classes populares brasileiras? Em outras palavras: que tipo de personalidade juvenil as formações estatais - aqui ilustradas por uma política de segurança pública - idealizam e sonham?

Para melhor clarificar o meu ponto de vista, e o que ele tem a ver com o tópico concernente à juventude das classes populares, deixe-me oferecer um sumário do meu argumento. Em primeiro lugar, como já havia afirmado Nikolas Rose (2000) no que se refere ao contexto britânico, sustento que a implantação de políticas para o controle do crime tem menos a fazer pelo controle do crime em si mesmo, e mais a fazer em favor de concepções genéricas em torno do governo da ordem moral. Isto desemboca na discussão feita por João Pacheco de Oliveira (2014) sobre o uso da categoria “pacificação”, no tocante à gestão urbana da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com ele, tal termo, ao endossar as dimensões de inclusão e de civilização, coloca em filigrana o papel da ocupação policial das áreas favelizadas das grandes metrópoles como sendo uma *missão civilizatória* - restaurar o controle estatal sobre os territórios ocupados pelo narcotráfico. Haveria aqui, segundo o autor, “uma clara analogia com as 'pacificações' coloniais, dirigidas contra as aldeias dos autóctones que não se submetiam voluntariamente às autoridades administrativas e religiosas da época” (Pacheco de Oliveira, 2014: 138). Assim sendo, as favelas de hoje equivaleriam aos sertões e às aldeias indígenas de outrora. Por fim, esta *missão civilizatória* tem na infância e na adolescência as suas maiores preocupações. Como já fora sugerido por Terry Woronov (2009), em sua análise sobre o *suzhi jiaoyu* (isto é, educação para a qualidade) na China, as crianças e os adolescentes apareceriam, no bojo das políticas governamentais, como formas de realização do futuro. Eles não apenas representariam o futuro; seriam também o sítio onde o destino glorioso da nação estaria sendo edificado. Isto recoloca o problema da agência e dos atos de resistência juvenis para o terreno do além e do aquém, para o horizonte do que ainda está por vir.

³⁶ Ao propor estes objetivos tenho como fonte de inspiração o livro *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*, escrito pela antropóloga Ann Stoler (2010). Nele, a autora, ao se debruçar sobre os arquivos das Índias holandesas, da segunda metade do século XIX, deslindou toda a teia de epistemologias sociais que guiavam as práticas e as percepções coloniais, revelando as problemáticas ontologias raciais daqueles confusos espaços epistêmicos. Tento, humildemente, seguir algumas contribuições desta obra.

Devo afirmar que o leque de perguntas com o qual abri este capítulo coaduna-se com as abordagens de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, em respeito ao poder classificatório das instâncias estatais. O primeiro, juntamente com seus discípulos, trouxe à lume a luta categorial encabeçada pela medicina mental e pela justiça penal, quando do julgamento de Pierre Rivière, um jovem camponês que assassinou a golpes de foice sua mãe grávida e seus irmãos mais novos. Seria o homicida um assassino frio e calculista ou um acometido pela loucura? Por detrás deste confronto teórico, os autores sublinharam o papel epistemológico desempenhado por médicos e juristas no destino de determinados sujeitos (Foucault, 1977). Tento aqui seguir este mesmo raciocínio, ao elevar a PM à categoria de núcleo de saber. Bourdieu, por sua vez, considera que o Estado pode muito bem ser caracterizado como o agente detentor do monopólio legítimo da violência simbólica. Esta perspectiva delinea habilidosamente as maneiras pelas quais (notadamente, os discursos racionais-legais, os rituais de investidura de cargos e as rotinas burocráticas) as formações estatais inculcam estruturas cognitivas ao conjunto dos agentes submetidos à sua jurisdição. Nas palavras do próprio Bourdieu (2014: 38, grifos meus), “uma das funções mais gerais do Estado é a produção e a *canonização* das classificações sociais”. Assim sendo, de acordo com ele, para se entender esta dimensão simbólica do efeito de Estado, há que se compreender a lógica da ação dos agentes que constroem o seu discurso - os leigos, os juristas, dentre outros. Neste sentido, em sendo o poder estatal uma entidade que existe pela crença, espera-se de nós a análise daqueles que, por assim dizer, cumprem o seu sacerdócio. Mas, e o que pode ser dito sobre o policiamento comunitário?

Embora os discursos em defesa de uma polícia comunitária, bem como a sua efetiva entrada em cena nas favelas das grandes metrópoles brasileiras³⁷, seja um fenômeno relativamente recente, do meu ponto de vista este processo está mais comprometido com permanências do que com mudanças em nosso horizonte, mais precisamente, no tocante à forma com a qual a nação tem lidado com os sujeitos que se lhe afiguram como sendo

³⁷ Refiro-me aqui à popularização e a mediação desta categoria. Como apontou a socióloga Ludmila Ribeiro (2014), a ideologia do policiamento comunitário, em contexto carioca, remonta à fins da década de 1970. Por um lado, ele foi aventado como uma possibilidade de democratizar uma instituição - no caso, a PM - fortemente vinculada ao autoritarismo do então vigente regime militar. Por outro, ele visava a própria profissionalização da polícia. Se a tarefa dela é manter a segurança nacional, tanto melhor se ela estivesse mais próxima dos sujeitos que deveriam ser policiados. Logo, inicialmente, esta ideia estava fortemente ligada à práticas repressivas; apenas recentemente é que ela passou a ser concebida como uma práxis mais humanitária e ética, significando o respeito e a boa convivência entre policiais e cidadãos comuns.

“indesejados”. Neste sentido, a ocupação policial de comunidades populares reacende a centelha de nossa obsessão em torno da construção de uma civilização redentora nos trópicos.

No contexto soteropolitano, na seara das políticas públicas de segurança do estado da Bahia, as BCSs aparecem como pontos de gerenciamento de operações policiais, tendo por objetivo a manutenção da paz em determinados territórios, anteriormente tidos como violentos, utilizando, para tanto, a metodologia da prevenção (Governo do Estado da Bahia, 2011). Assim sendo, além da ocupação policial, são realizadas ações que visam a integração da polícia com os moradores destas localidades, bem como o acesso por parte desta população a serviços sociais que, basicamente, contemplam as áreas de saúde e educação profissional. As BCSs fazem parte de uma política maior denominada *Pacto pela Vida*, programa do governo estadual criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011, que tem por meta principal a promoção da paz social. Por conseguinte, no plano da esfera burocrática, o projeto estipula a articulação dos três poderes de Estado - o executivo, o legislativo e o judiciário; e no plano social, o pacto prevê medidas de prevenção social efetuadas pelas diversas secretarias de Estado direcionadas aos cidadãos em estado de “vulnerabilidade”, de zonas identificadas como críticas em termos de criminalidade, de modo a assegurar direitos e oferecer acesso a serviços públicos indispensáveis.

Antes mesmo de ter a sua feitura jurídica finalizada, o *Pacto pela Vida* apresentou como sua primeira ação de impacto a inauguração da BCS nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas em 27 de abril de 2011. No mês anterior, a tropa de choque da PM havia feito a ocupação dos territórios, forçando a retirada em massa dos narcotraficantes locais, ou o seu silenciamento, e viabilizando a edificação de todo o aparato físico da empreitada - sede para o funcionamento das atividades policiais; instalação de câmeras de segurança, etc. Naquela época, a BCS-Calabar contava com um efetivo de 101 policiais, que se revezavam durante os três turnos do dia; com serviço de videomonitoramento feito por nove câmeras e três viaturas; e oferecia cursos de capacitação profissional, pré-vestibular e alfabetização para jovens e adultos. Também por meio da Base, eram realizadas ações de saúde e mutirões para serviços como emissão de documentos e cadastramento no programa Bolsa Família. No local ainda funcionava o Centro Digital de Cidadania (CDC), equipado por dez computadores conectados à internet banda larga, utilizados por qualquer morador do bairro.

De certa forma, a correlação entre política de segurança e serviços sociais de acesso à cidadania - através do lema “ao lado de uma política de segurança, projetos sociais” -, remonta à forma com a qual foi idealizada a pacificação das favelas tidas como violentas na

cidade do Rio de Janeiro. Em 2008, a partir da criação das Unidades de Polícia Pacificadora³⁸ (UPPs), o governo carioca colocou em ação o seu plano de redução da violência e melhora da qualidade de vida de seus cidadãos. Em virtude, digamos, do caráter precursor desta estratégia de segurança pública e da repercussão midiática das ações orquestradas pela polícia, quando da ocupação dos locais outrora dominados pelo tráfico de drogas, as reflexões já elaboradas sobre o fenômeno do policiamento comunitário têm tomado o contexto da “cidade maravilhosa” como objeto privilegiado de análise. Este será o assunto do próximo tópico.

Aportes teóricos sobre o policiamento comunitário

Em seu prólogo para a obra *Policing and contemporary governance*, que vem a ser um projeto conjunto editado por William Garriott, John Comaroff (2013) afirma, categoricamente, ter sido pouco numerosa a produção no campo da etnologia da polícia e do policiamento. Por outro lado, outras ciências sociais têm dedicado bastante atenção ao tema, especialmente a sociologia que, em muitos casos, parece estar se dissolvendo em criminologia. Esta lacuna, prossegue ele, é particularmente notável, posto que o controle social em geral, e o crime em particular, sempre foram preocupações recorrentes ao longo da história da antropologia moderna. Isto é ainda mais admirável por uma outra razão, recordada por Garriott em sua introdução a este volume: o fato de a era contemporânea ser marcada por um “fetichismo da polícia” - termo de Robert Reiner - que toma como axioma a consideração de a polícia ser um pré-requisito para a ordem social. Ora, em observando a bibliografia que tem sido produzida sobre o policiamento comunitário, atentei para esta mesma negligência: pouco tem sido dito sobre a corporação policial e a sua atividade. Em contraposição, o foco da atenção tem sido a política de segurança - o que não vem a ser o mesmo que estudar a instituição - e a sua ação frente a questões mais amplas, de caráter macrossociológico.

Também eu enquadrarei a ação dos policiais (e não da política de segurança) em uma perspectiva mais abrangente. Entretanto, neste quesito, tomo partido do enfoque denominado por Garriot (2013), em sua introdução à coletânea de artigos, de *police in practice*. Segundo

³⁸ Antes de a primeira UPP ser criada, a cidade do Rio de Janeiro já havia sido laboratório para outras experiências de policiamento comunitário. Em fins da década de 1990, o Morro da Providência foi o local escolhido para a implantação do GAPE (Grupamento de Aplicação Prático Escolar), cujo objetivo era o treinamento de recrutas em práticas comunitárias. Desta iniciativa surgiu, no alvorecer dos anos 2000, os GPAEs (Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais) que, *grosso modo*, tinham objetivos semelhantes aos das UPPs.

ele, entender a polícia nos termos de sua prática não nos direciona, simplesmente, à observação do que ela realmente faz, tampouco significa o entendimento da ação policial a partir do que tem sido chamado de “teoria da prática”. Em verdade, isto indica o reconhecimento de a polícia não ser tão somente uma instituição de governança, mas também uma ferramenta de sociabilidade. “Policing, from this perspective, is not just a means of maintaining order but a form of social, ethical and *cognitive problem*” (Karpiak apud Garriott, 2013: 03, grifos meus). Considerada por esta perspectiva da prática, prossegue o autor, a corporação policial hoje tem elaborado um arranjo funcional que vai além de seu mandato oficial. Por outro lado, assumindo, como veremos mais adiante [no item “Notas adicionais sobre o panoptismo”], um horizonte foucaultiano de pesquisa, Garriott sustenta que tal abordagem emerge potencialmente mais vibrante quando não procedemos com base em teorias apriorísticas ou suposições convencionais a respeito da constituição da polícia - o que ela realmente vem a ser - em um dado contexto. Ademais, e isto se configura como uma dimensão negligenciada por Garriott (2013), autores como Becker e colaboradores (1961) e Taussig (2012) vão nos chamar a atenção para o valor do componente estético, no tocante à compreensão do trabalho de determinadas categoriais profissionais. Assim como, para Becker e seus discípulos, é impossível dissociar o ofício do médico da vestimenta e da cor que lhe é peculiar (o jaleco branco), Taussig nos alerta para o papel da estética da roupa e do aparato da polícia (viaturas, armas, etc.) como parte fundamental para o exercício de seu papel. Collins (2014) também atentou para o papel desempenhado pelo uniforme da PM – a roupa marrom clara – na produção de espaços de ordem (por exemplo, a repressão ao consumo de drogas, quando os consumidores em questão são aqueles considerados como marginais) e o isolamento de certos lugares onde a desordem (para ficar no exemplo anterior, o uso de substâncias psicoativas por parte de turistas) passa a ser permitida, no contexto do centro histórico de Salvador.

Enfim, uma abordagem antropológica relativa ao policiamento nos aponta às seguintes questões: a identificação, a reificação e a tipificação de categorias sociais; a sociologia policial como um modo de sedimentação de linhas divisórias entre o normal, o criminal e o patológico, estendendo racionalidades burocráticas e administrativas a estas dimensões; a semiótica utilizada por esta corporação quando da criação de concepções vernaculares sobre o crime e a (des)ordem (Comaroff, 2013); e as maneiras pelas quais a ação policial é simbólica e esteticamente compreendida pelos demais cidadãos. Dito isto, avancemos agora sobre a mirada que a pesquisa social tem dado ao policiamento comunitário.

De uma maneira geral, a pauta da academia tornou-se sucedânea dos noticiários veiculados pelos grandes meios de comunicação do país, a partir da criação das UPPs no Rio de Janeiro. Por um lado, os últimos se esmeraram em mostrar imagens que mais pareciam batalhas campais, quando da expulsão dos narcotraficantes dos morros cariocas e a consequente tomada de controle dos territórios por parte do poder estatal, bem como fizeram coro aos discursos que enfatizavam a ação heróica e messiânica do Estado em “salvar” certa parcela da população do domínio do mal; por outro, os cientistas sociais matizaram estas discursividades produzidas pela opinião pública, revelando, pois, os aspectos não-ditos de toda a contenda. E quais seriam estes aspectos?

Neste ponto, as pesquisas oscilam em torno de duas abordagens: por um lado, temos aquelas centradas na política de segurança em si mesma, tendo por objetivo a apreciação de sua eficácia e/ou eficiência no combate à violência (variável independente), bem como a avaliação da atuação do Estado nas comunidades recém-pacificadas (variável dependente); e por outro, temos aquelas que vislumbram o policiamento comunitário em um contexto mais, digamos, macrossociológico, pontuando as correlações entre determinadas ações estatais e as ordens urbanística (a dimensão do direito à cidade) e econômica (em outras palavras, o neoliberalismo).

Faz-se mister, dizer também, que antes de representarem uma clivagem, estas perspectivas expressariam a ênfase determinada por um ou outro estudo no tocante ao tema que por hora me ocupa. Desta forma, comumente uma mesma pesquisa assume as duas abordagens. Assim, teríamos, por exemplo, o relatório do Banco Mundial (2012) e a obra organizada pelos pesquisadores Ignacio Cano, Dorian Borges e Eduardo Ribeiro (2012), do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como casos nos quais o foco estaria na dimensão da avaliação do policiamento comunitário em favelas onde foram implantadas as UPPs. Ambos procuraram preencher lacunas informativas ao documentar como os moradores foram afetados por esta política pública. O primeiro investigou as comunidades de Babilônia/ Chapéu Mangueira, Pavão-Pavãozinho/ Cantagalo, Borel/ Casa Branca e Manguinhos (representando um caso-controle, pois ainda não havia recebido uma UPP); e afirmou como principal mudança associada à vida com a UPP a possibilidade de os residentes poderem andar mais livremente pelas ruas de suas localidades. Se, por um lado, os serviços sociais aumentaram em quantidade e qualidade - fornecimento regularizado de água e eletricidade; criação de creches e postos de saúde, etc. -, por outro, a regulamentação das atividades de lazer concorreu para a extinção dos bailes funk, fato que gerou o descontentamento da população jovem local. De uma maneira geral, o

relatório apontou que, para os moradores, se existe uma pacificação, esta não seria de suas comunidades, mas dos próprios policiais, que estariam aprendendo a utilizar padrões mais humanitários de conduta em sua esfera de trabalho. Por seu turno, Cano e colaboradores (2012) questionaram qual seria o real papel dos policiais nestes territórios. Embora os homicídios e o número de roubos tenham diminuído (75% e 50%, respectivamente), outros crimes, tais como, lesões dolosas e violência doméstica, tiveram um aumento exponencial, fato este que, não raro, tem transformado o policial em um mediador de conflitos, posto anteriormente ocupado pelos traficantes de drogas; logo, os morros continuariam os mesmos, apenas teriam trocado de donos. De outra ponta, o aspecto mais positivo da pacificação, ponderam os autores, seria a diminuição da estigmatização das favelas, na medida em que os moradores estariam mais propensos a não mais omitir o seu endereço de moradia para os demais habitantes da cidade.

No que concerne à perspectiva mais macrossociológica, os processos de regularização urbanística e de substituição gradativa de práticas “informais” de acesso a serviços - a contrapartida social da política de pacificação dos morros cariocas - são, por assim dizer, o elo entre a favela e a realidade mais abrangente. Assim, os pesquisadores Neiva Vieira da Cunha e Marco Antonio da Silva Mello (2011), em um trabalho de campo realizado na comunidade de Santa Marta, observaram o que pode ser considerado como o preâmbulo da “gentrificação” do bairro. Após a instalação da UPP, uma rede gratuita de internet sem fio foi viabilizada; os serviços de energia e de água foram regularizados; placas de identificação foram afixadas em todos os becos e vielas da localidade; e, paulatinamente, todas as residências e terrenos estavam sendo legalizados. Com a quebra do padrão de informalidade, novos conflitos surgiram neste espaço público, a saber: queixas dos moradores quanto às tarifas cobradas pelo fornecimento de água e energia elétrica; e fechamento de estabelecimentos comerciais que não conseguiram quitar as taxas advindas de sua regularização. Tais fatos, refletem os autores, demonstram a manutenção da desigualdade com relação ao direito à cidade³⁹.

Esta dimensão de “integração” da favela à cidade, que a UPP pretende promover, também é ressaltada pelas sociólogas Livia De Tommasi e Dafne Velazco (2013), em um trabalho de campo por elas realizado na Cidade de Deus. De acordo com elas, a pacificação no Rio de Janeiro seria uma oportunidade para a orquestração de mecanismos que objetivam

³⁹ Também nesta chave explicativa do direito à cidade como uma dimensão da segurança humana - que remonta à obra *Le droit à la ville*, escrita por Henri Lefebvre (1968) - o antropólogo John Gledhill (2012) publicou um artigo analisando o contexto soteropolitano, a partir da criação das BCSs.

ampliar o mercado consumidor interno e agenciar o “espírito empreendedor”. Seria, pois, pelo consumo que os moradores se tornariam “cidadãos”. De outra ponta, esta assimilação postula a necessidade de os residentes se tornarem empreendedores de estabelecimentos capitalistas e/ou de si mesmos.

Todavia, ponderam as autoras, tais acontecimentos não nos dão licença para afiançar a particularidade da favela, porquanto não lhe é específico o que nela está se sucedendo. “Ao contrário, diz respeito a todos nós, enquanto remete à forma como o governo neoliberal se manifesta na atualidade, à forma como o que chamamos de ‘cidadania’ se concretiza, hoje, em práticas e relações sociais” (De Tommasi e Velazco, 2013: 38). Tal observação, que sublinha as conexões entre política de segurança e governança neoliberal, é, por assim dizer, a pedra de toque da análise do geógrafo James Freeman (2012) sobre o processo de implementação das UPPs nos morros cariocas. Segundo ele, o policiamento comunitário é parte integrante do projeto do Rio de Janeiro para o recebimento de grandes eventos esportivos, a saber, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Posso afirmar o mesmo em relação à criação das BCSs em Salvador, haja a vista o fato de a capital baiana ter sido escolhida como uma das cidades-sede para a realização do torneio futebolístico. Ainda segundo Freeman (2012), a ocorrência de tal política de segurança pode ser explicada através do que David Harvey chama de “acumulação por espoliação”, estratégia que coloca como duas faces de uma mesma moeda a conquista militar imputada pelo Estado e a captura de ativos pela força, para criar saídas à expansão do capital privado.

Se o leitor ainda tem em mente as primeiras linhas deste capítulo, deve imaginar a minha simpatia para com análises que procuram correlacionar o contexto micro com a macroestrutura da vida societária. Daí, não devo negar o apelo destas abordagens que transferem para o terreno da governança neoliberal os dilemas vivenciados pelas populações, por mais remotas que elas sejam. Todavia, para além deste enfoque, quero sublinhar, vale enfatizar, as conexões entre esta “nova” modalidade de gestão tutelar sobre territórios e populações com o processo maior de construção nacional, processo este que encontra no dualismo *civilização-barbárie* um tropo recorrentemente reanimado, reimplantado e por vezes negado nas mais diversas esferas societárias (Collins, 2008; Pacheco de Oliveira, 2014).

Como já afirmado, estou mais interessado em permanências, durabilidades e vestígios do passado do que necessariamente nas possíveis mudanças e deslocamentos provocados pelas “novas” políticas de Estado. Na narrativa a seguir, ao contrário das análises anteriormente apresentadas, que privilegiaram o ponto de vista dos moradores das favelas que foram pacificadas (tratar-se-iam, no caso, de exercícios de *studying down*), proponho contar

os acontecimentos suscitados pela implantação da BCS nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas a partir da perspectiva dos policiais (no que seria uma forma de *studying up*⁴⁰), cotejando aqui e acolá fatos por mim vivenciados no trabalho de campo e opiniões de moradores locais sobre todo esse processo, por meio de um relatório de pesquisa sobre os impactos do policiamento comunitário nas localidades, publicado pela ONG Avante (2014), em parceria com o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O baile de debutantes

No dia 16 de maio de 2013 me dirigi ao Calabar com o intuito de acompanhar a cerimônia de comemoração de 2 anos de instalação da BCS. O evento foi realizado na quadra de esportes, que havia sido reformada logo após a ocupação policial no bairro. Ao avistar a movimentação nas imediações do local, percebi que muitos moradores haviam optado por se concentrar do lado de fora, ao redor do muro e das grades de sustentação, de modo a tomar parte dos acontecimentos de uma maneira distanciada. Por um instante, me juntei ao grupo; fiquei, pois, prostrado sobre o arame que compõe todo o perímetro do gradil em busca de rostos conhecidos do lado de dentro da festividade.

A cerimônia parecia já ter sido iniciada. Jaciara dava as boas-vindas aos convidados. Prontamente avistei Francisca e Edson, respectivamente, presidenta e vice-presidente da associação comunitária do bairro. Embora eu tivesse mais intimidade com Jaciara, como me vi momentaneamente impossibilitado de ir ao seu encontro, resolvi me aproximar das outras duas lideranças comunitárias. Após cumprimentá-los, puxei alguma conversa fiada, e arrastei uma cadeira o mais perto o possível deles.

Ao fim da intervenção de Jaciara, foi a vez do apresentador oficial do evento mencionar as autoridades presentes. A mesa estava composta pelos secretários estaduais de segurança pública e de promoção da igualdade racial; o coronel comandante geral da PM da Bahia; o sub-secretário de segurança pública; o delegado geral da Polícia Civil; o superintendente da inteligência da segurança pública; e o superintendente da prevenção à segurança. Enquanto ouvíamos a menção do nome de cada representante do poder público, eis que a capitã Manuela inadvertidamente se aproximou de Francisca e Edson. Mal sabia ela o

⁴⁰ Para me utilizar das categorias formuladas por Laura Nader (1969).

que lhe aguardava. Os dois líderes comunitários estavam visivelmente incomodados com os rumos dados ao evento. E assim pude presenciar o seguinte diálogo:

- Mas capitã não há nenhuma referência ao bairro, à associação dos moradores... - disse Francisca.
- Vocês não viram o nome da associação no *banner* [material de divulgação do evento]? No bolo, vocês não viram? Está no convite, no bolo, no *banner*, o símbolo da associação; a gente não falou o nome de ninguém ali dos nossos parceiros; ele está nervoso por que? Não estou entendendo o nervosismo dele - retrucou a capitã, censurando a postura de Edson.
- Está legal. No bolo, no convite... Você me deixe viu - redarguiu ele.
- Vai olhar ali no bolo, vai olhar, o símbolo está bem grande no bolo e depois você me pergunta quanto foi que você me deu por ele - disparou Manuela, saindo de cena e deixando seus interlocutores resmungando sozinhos.

Francisca e Edson não eram os únicos insatisfeitos. Também se sentindo negligenciado, Romano, um dos responsáveis pela Biblioteca Comunitária do bairro, resolveu ir embora antes mesmo do término do evento. Eles não apenas estavam irritados com o esquecimento de suas figuras, mas também com a oportunidade dada apenas a Jaciara, a única dentre eles a ter tido o direito à palavra. Visivelmente enciumado, Edson disparou: “por que nós somos parceiros e nenhum nome foi citado? Deixar Jaciara falar, pelo amor de Deus! O espaço é nosso, quem comanda somos nós. Eu não quero saber de bolo não; eu queria era o reconhecimento para o público ver o nosso nome ser citado”. “Tudo é questão de conversa, homem” - tentou temporizar Francisca. “A gente se desdobrou tanto... Presidente e vice-presidente correndo atrás de curso, cedemos o espaço [ele se refere à sede da BCS que foi construída no local onde abrigava a antiga sede da associação] (...) Os estranhos são eles; estão aqui para se promover; tinha que chamar a gente para mesa; mas não, nos isolaram. Eu estou muito magoado” - finalizou ele.

Vale recapitular alguns detalhes desta trama. Durante a festa, todos os discursos das autoridades presentes giraram em torno das boas relações entre os policiais e os moradores, da confiança que homeopaticamente os primeiros estavam lapidando no coração dos últimos e a diminuição dos índices de crime contra a vida. Para celebrar os laços de cordialidade com a comunidade, a PM organizou um baile de debutantes intitulado “Dia de Princesa”, onde meninas do bairro, às vésperas de completar seus 15 anos, foram escolhidas para um dia de

tratamento em um salão de beleza [a experiência nos foi mostrada em vídeo] e para dançar uma valsa com os príncipes, a saber, os policiais. De acordo com a capitã Manuela, a iniciativa já havia sido realizada nas UPPs cariocas com bastante êxito.

Durante o baile, todos os soldados foram bastante assediados, não apenas pelas debutantes, mas também por seus familiares e demais moradores do Calabar. As pessoas solicitavam fotografias e faziam questão de demonstrar intimidade com os guardiões da ordem. Em especial, soldado Tagner, um dos praças homenageados pela comunidade na festividade (numa indicação do grupo gay e da associação de mulheres do bairro), foi um dos mais cortejados. Dançou com quase todas as meninas; foi fotografado dezenas e dezenas de vezes. Talvez o porte imponente do policial, que é um rapaz boa pinta e bastante musculoso, fossem a justificção para tamanho alvoroço. Também era curioso observar a tamanha empatia que as crianças tinham para com a sua figura. Tal cena me fez pensar que a principal arma que os policiais poderiam utilizar para “dominar” este território seria o carisma.

Contudo, em que pese todo o esforço da PM em cativar a comunidade, algumas lideranças comunitárias, em conversas privadas, ponderaram que muitos moradores têm a mente fechada e, por vezes, são de difícil entrosamento. Em verdade, segundo eles, muitos possuem envolvimento com o tráfico de entorpecentes e por este motivo preferem não aparecer ao lado de policiais, temendo possíveis represálias. Na avaliação deles, policiais como Tagner e Renato (que também havia sido homenageado, em virtude de suas aulas de informática na sede da BCS) fazem um bom trabalho e possuem o tato para a lida comunitária. Entretanto, esporadicamente, durante o patrulhamento, eles terminam fazendo pequenas ou grandes apreensões de pacotes de drogas, o que de certa forma gera o descontentamento daqueles diretamente relacionados aos sujeitos presos em flagrante. Sobre este último aspecto, Jaciara, certa vez, foi bastante didática: “é que o pessoal tem de entender que é uma polícia comunitária, mas também ela tem de reprimir porque, afinal de contas, ela é uma polícia. É igual a um leão domesticado. O leão domesticado não deixa de ser leão; se você fizer algo que o atinja, ele vai lhe morder”.

Do meu ponto de vista, o mais interessante neste processo é a forma com qual a polícia imergiu na dinâmica da luta por reconhecimento social (Honneth, 2003) dentro do bairro. Neste sentido, estou a falar, vale ressaltar, mais de permanências do que de mudanças.

Antes da ocupação policial, o Calabar era territorialmente, e continua sendo, dividido em duas localidades: a “Bomba” e o “Camarão”. A primeira compreende a área contígua à Avenida Centenário e é fronteira à favela vizinha, o Alto das Pombas; a segunda corresponde à fratria mais próxima aos bairros de Ondina e do Jardim Apipema. Na

experiência vivida dos moradores, a subdivisão era, por assim dizer, um sistema classificatório produzido pelas disputas em torno da liderança do comércio de entorpecentes no bairro. Havia (e ainda há) duas facções vinculadas ao tráfico de drogas e cada uma delas dominava um determinado território. A animosidade entre eles ultrapassava as fronteiras da atividade ilegal em si mesma, chegando a interferir no direito de ir e vir do morador comum. Assim, era uma lei mais ou menos tácita na localidade: quem reside na “Bomba” não frequenta o “Camarão”, e vice-versa. Com o passar do tempo, a rivalidade foi sendo assumida mesmo por aqueles que não possuíam nenhum envolvimento com o mercado ilegal de substâncias psicoativas. De certa forma, a localidade do “Camarão” era a parcela mais fragilizada de toda a contenda, porquanto os poucos serviços públicos presentes no bairro estavam (e ainda estão) situados na parte “contrária”, quais sejam, a biblioteca comunitária, a creche e o posto de saúde. Como entre os moradores havia o receio de transitar livremente pelas ruas do Calabar, paulatinamente foi se sedimentando na mente da população do “Camarão” a ideia de que os seus co-irmãos tinham mais assistência do Estado. É o que pude depreender da leitura do referido relatório produzido pela ONG Avante (2014). Nem mesmo as crianças saíam incólumes destes conflitos. Não raro, no espaço da creche comunitária (um local que tentava respirar ares de neutralidade), meninos e meninas das distintas subdivisões brigavam e trocavam insultos, atualizando, na seara da infância, o conflito entre as duas porções do bairro. A solução, para muitos, seria a criação de uma outra creche na área vizinha. Uma vez que a BCS foi instalada exatamente no centro da “Bomba”, a PM contribuiu, uma vez mais, para reforçar a imagem de haver uma população privilegiada em detrimento da outra. Ciente deste fato, ela passou a adotar o seguinte estratagema: quando da ocasião de datas comemorativas, o revezamento entre as duas territorialidades. Um exemplo bastante claro: a festa do dia das crianças é realizada no “Camarão”, enquanto que o Natal é comemorado na “Bomba”.

De outra ponta, no que se refere às relações ora de amizade, ora de inimizade entre as lideranças comunitárias locais, a instalação da BCS dinamizou ainda mais o domínio do último em detrimento do primeiro. Anteriormente, o “faccionalismo político” entre os líderes do bairro tinha um momento certo para se tornar mais evidente, a saber, o período eleitoral. Durante estas épocas, quando a comunidade era (e continua sendo) invadida por políticos profissionais, fazendo com que a população experimentasse a sensação de estar diante de autarquias estatais (e de suas possíveis benesses), cada representante comunitário optava por apoiar um determinado candidato ao pleito eleitoral, desta forma deflagrando a guerra em busca de votos. Uma vez o Estado estando *diuturnamente* presente na vida dos cidadãos, tal

fato alterou a forma com a qual este aglomerado urbano vivencia a “temporalidade da política” (Teixeira e Alencar, 2004). Assim sendo, do ponto de vista dos líderes comunitários, tudo se passa como se o trabalho deles tivesse aumentado em extensão e intensidade: de um tempo já pré-determinado para uma indefinição temporal. Neste aspecto, Jaciara teria duas vantagens em relação aos demais concorrentes: residir próximo à sede da BCS; e trabalhar no turno noturno, período correspondente ao término das atividades da parte administrativa da instituição policial. Desta forma, na luta por reconhecimento perante aos demais moradores, ela é considerada pelos seus colegas como aquela que agora apresenta mais condições de ter o seu trabalho reconhecido.

Também a PM estaria pautando as suas ações por esta “gramática do reconhecimento”. Toda a sua atuação é feita e estipulada para superar aqueles que anteriormente controlavam o bairro, quais sejam, os narcotraficantes. Neste quesito, os policiais estariam sofrendo uma espécie de “angústia da influência”, para me utilizar de uma categoria cara ao crítico literário Harold Bloom (2002). De acordo com o autor, levando-se em consideração a obra shakespeariana, podemos entender a “influência” em dois sentidos distintos e complementares: como fluxo do devir sobre os nossos destinos e personalidades; e como “inspiração”, um modelo para uma determinada conduta (Bloom, 2002). A forma com a qual a empreitada policial tem sido efetuada no Calabar e no Alto das Pombas contempla as duas acepções do termo. É, pois, tentando substituir o narcotráfico, enquanto fonte de orientação para o futuro, que os policiais interpretam a sua atividade no bairro; é, também, se esmerando no trato com os moradores que eles pretendem ser um protótipo a ser seguido por aqueles a quem estão protegendo. Neste sentido, eles almejam se tornar um “cânone” para aquela comunidade; quem ambiciona ser canônico, deposita as suas esperanças na conquista de um público, na aquisição de seguidores. E quem seriam estes a serem cooptados? Ora, as crianças e os adolescentes do bairro! É através desta chave-explicativa que até mesmo um baile de debutantes deve ser entendido. Isto tornar-se-á mais compreensível nas linhas que se seguem, onde descreverei o cotidiano das relações entre policiais e moradores, a partir da perspectiva de quatro policiais que tive a oportunidade de entrevistar.

A anatomia da influência

Bloom (2002), na obra citada acima, originalmente publicada em 1973, descreveu o empreendimento literário nos termos de uma contenda entre obras e autores - um já canônico

e de inspiração perene; outro que busca suplantar o seu concorrente, encontrando para si um espaço próprio de criação - no campo da literatura. Se utilizarmos o raciocínio analógico, se substituirmos o palco da invenção literária pelo teatro da vida comunitária, veremos em seus mais diversos tons os dilemas vivenciados pelos policiais nas favelas do Calabar e do Alto das Pombas, na medida em que eles concebem as suas ações como sendo uma luta contra um cânone, a saber, o tráfico de drogas. Daí as angústias, os anseios e os temores...

À primeira vista, pode mesmo parecer estranho este vocabulário psicanalítico para compreender a dinâmica de um dado corpo burocrático, ainda mais quando a burocracia em questão é a corporação policial, cuja natureza institucional é facilmente enquadrada no recipiente comum da ideia de “monopólio legítimo da violência”. Entretanto, se escolho este léxico é porque tenho em mente uma outra forma de entender o alcance das ações das instituições estatais. Apoio-me, pois, nos estudos coloniais, para fazer esta discussão. Desta feita, Stoler (2007), em um artigo intitulado *Affective States*, ao vasculhar os arquivos do século XIX pertinentes a Indonésia, uma das antigas colônias holandesas, questionou a confiança no modelo weberiano de racionalidade e burocracia quando da análise do poder colonial. Em seu relato, em vez de se deparar com normas da razão, a autora encontrou a si mesma diante de toda sorte de discursos a respeito dos sentimentos e suas possíveis tendências subversivas. Em suas palavras: “my argument is rather that the Dutch colonial state’s concern over sentiments, the state’s assessment of the intensity of ‘feelings’, ‘attachments’, and senses of belonging (...) were not metaphors for something else but instrumental as ‘dense transfer points of power’” (Stoler, 2007: 07). A etnóloga, ao analisar a produção de normas e regras em relação às emoções e sentimentos, privilegiou o ponto de vista do colonizador. Mais uma vez, pensando em termos de analogia, reafirmo que tomo neste meu relato a perspectiva do policial como o norte de minha análise; não contente, ainda trato as relações entre moradores e policiais a partir da noção de “situação colonial”⁴¹ (Balandier, 1993 [1963]).

Ao assumir este arcabouço teórico, torna-se necessário responder as seguintes perguntas: o que representa, na ótica do policial, o policiamento comunitário? O que significa, para ele, estar 24 horas presente em um lugar concebido como um antro da perdição e da violência? Como ele deve se portar nesta situação? Quais são as categorias por ele utilizadas para classificar este admirável, mas não necessariamente novo mundo? E o que toda esta discussão tem a ver com a experiência da adolescência das classes trabalhadoras urbanas?

⁴¹ Mais adiante explicarei melhor o uso deste conceito.

Para encontrar respostas a estas questões, preciso, contudo, apresentar os meus interlocutores, a saber: a capitã Manuela e o tenente Márcio, respectivamente a primeira e o segundo comandante da BCS; e os soldados Tagner e Renato.

De nome e genealogia, meus interlocutores têm pouco a oferecer: seus ancestrais não pertenceram às elites econômicas, tampouco ocuparam algum papel mandatário na cidade. Exceto pelo tenente Márcio, que é filho de pai engenheiro e mãe médica, os demais são oriundos de famílias pertencentes às classes populares. Tal como os jovens beneficiados pelo *Higher Level*, majoritariamente frutos da união de um homem profissional autônomo e uma mulher dona de casa, os três policiais ocupavam no passado posição semelhante dentro da estrutura social: não se enquadravam entre as frações mais deserdadas do subproletariado urbano; estavam, isto sim, nas bordas da integração socioeconômica estável.

Deste modo, meus outros três interlocutores farejaram na carreira estatal uma oportunidade de ascensão social. Mesmo o soldado Tagner, o único a mencionar o componente vocacional como a principal força motriz para a escolha da carreira militar, reconheceu a importância do fator econômico em sua decisão final. Conforme o seu relato, após concluir o curso técnico de engenharia de dados, ele conquistou um emprego compatível com a formação. Por quatro anos trabalhou em uma empresa multinacional, a IBM, quando sobreveio a crise financeira do biênio 2007-2008, obrigando a empresa a cortar gastos e enxugar a folha de pagamento. Tagner foi um dos nomes a entrar na lista de demissões. Uma vez desempregado, optou por se preparar para os “concursos” de ingresso no funcionalismo estatal, almejando a estabilidade do servidor público - isto é, a não possibilidade de perda do emprego por fatores conjunturais⁴².

Também eram estas as expectativas do soldado Renato quando decidiu se inscrever no concurso para a PM. Naquela época, ele estava cursando “Sistemas para a Internet”, pela Unifacs, uma universidade da rede privada de ensino na capital do estado. Os estágios de trabalho não estavam lhe garantindo uma boa remuneração. Desta feita, sua então namorada, cujo pai era funcionário da corporação, semeou-lhe a ideia: “por que não a polícia?”. E assim, despretensiosamente, ele se inscreveu no processo seletivo e obteve a aprovação.

Tagner e Renato ingressaram como soldados. A capitã Manuela e o tenente Márcio foram aprovados como oficiais. Após as provas objetivas e físicas, os primeiros frequentaram cursos de formação, por cerca de 9 meses, ministrados pela própria corporação policial; por

⁴² Num universo de 28 policiais ouvidos em sua dissertação sobre a tutela constitucional da segurança pública, no contexto da implantação da BCS no Calabar, Joildo Souza dos Humildes (2013) afirma que todos eles mencionaram a estabilidade no emprego como o agente motivador do ingresso na corporação policial.

seu turno, os últimos estudaram por três anos em cursos oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em parceria com a PM, reconhecidos pelo MEC como grau superior.

Se a entrada na corporação policial não havia sido um sonho acalentado por nenhum dos meus interlocutores, o que teria representado para eles o advento do policiamento comunitário? Em primeiro lugar, é preciso dizer que eles nunca haviam cogitado trabalhar como policiais comunitários. Os soldados Tagner e Renato, assim como o tenente Márcio, foram seduzidos pela expectativa do acontecimento novo, isto é, foram tomados pela ideia de se tornarem precursores de alguma coisa. Por seu turno, a capitã Manuela encontrou na BCS uma oportunidade de coroar a sua trajetória pregressa em torno da questão social. Vejamos mais de perto o seu relato.

De acordo com ela, o seu primeiro posto de trabalho na PM havia sido o batalhão do centro da cidade de Camaçari, região metropolitana de Salvador, onde ela assumiu uma função administrativa, auxiliar do major comandante da unidade, e outra operacional, chefe da viatura local. Manuela ainda iria trabalhar em Arembepe, praia do litoral norte do estado; Eunapólis, cidade interiorana situada no sul da Bahia; em Praia do Forte, distrito do município de Mata de São João, até retornar à primeira casa. Em suas palavras, o retorno correspondeu ao início de sua “história comunitária”, embora ela soubesse que o “social” já estava lhe perseguindo há tempos. Mas o que seria o “social” em sua ótica?

Ao acompanhar a trajetória da capitã, temos que inicialmente nos livrar de um primeiro ardil: o de postular uma descontinuidade ontológica entre o signo e o referente, a linguagem e o mundo. Veremos que no relato de Manuela há mesmo um colapso da distinção entre epistemologia (linguagem) e ontologia (mundo). Há, isto sim, a progressiva emergência de uma “‘ontologia prática’, dentro da qual o conhecer não é mais um modo de representar o (des)conhecido mas de interagir com ele, isto é, um modo de criar antes que um modo de contemplar, de refletir ou de comunicar” (Viveiros de Castro, 2007: 96). Em outras palavras, na medida em que um ator descreve uma realidade, temos que nos indagar qual é o seu quinhão na construção desta realidade. Desta forma, assim como Collins (2014), eu gostaria de argumentar que as forças policiais desempenham um papel muito maior que à primeira vista poder-se-ia pensar, caso ficássemos presos à imagem da corporação enquanto meros sustentáculos do poder repressivo do Estado, enquanto meros reprodutores de assimetrias sociais. Para nós, é importante demonstrar a dimensão produtiva desta instituição, o seu papel na produção de cidadãos, valores e espaços morais na atual cidade da Baía. Neste quesito, as

perguntas passam a ser: “what does policing motivate? What does policing make possible, in a productive sense?” (Collins, 2014: 477). Voltemos, pois, às aventuras de Manuela.

Em conformidade com a sua narrativa, dificilmente ela era encaminhada para operações de combate e enfrentamento, de sorte que ela sempre se deparava com episódios de “cunho social”, nomeadamente: o pai que violentou a própria filha; o filho que entrou no mundo das drogas e roubou a própria mãe; brigas de marido e mulher; maus-tratos a idosos, dentre outros. Os casos de estupro dentro da esfera doméstica foram os que mais lhe chocaram e os que mais lhe despertaram inquietações epistemológicas. E essa menina que havia sido violentada pelo próprio pai? Depois do exame de corpo-delito e da apresentação do criminoso à delegacia mais próxima, o que acontecerá com a vítima? Encontrará ela o seu progenitor novamente? E nesta situação, como se dará a relação com o antigo agressor? Haverá algum amparo por parte do Estado a esta adolescente? Estas eram, pois, algumas perguntas que pairavam em sua mente.

Dentro da própria corporação policial, Manuela encontrou um oásis para saciar a sua “vontade de saber”. E aqui vale, uma vez mais, o reforço do argumento. Não se trata do encontro com o desconhecido, encontro este que poderia ser configurado a partir de uma escala evolutiva que começaria com o não saber e terminaria com o saber absoluto. Temos que nos libertar de uma concepção reducionista do conhecimento como falta - em termos psicanalíticos, do desejo de conhecer - substituindo-o por uma teoria das mentes desejantes enquanto “pura produtividade positiva que deve ser codificada pelo *socius*, a máquina de produção social” (Viveiros de Castro, 2007: 96, grifos do autor). E assim, primeiro a capitã se matriculou em uma atividade de prevenção ao uso de substâncias psicoativas, no âmbito de um programa institucional da PM, a saber, o PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas. Em seguida, se inscreveu para o processo seletivo de uma pós-graduação em Direitos Humanos, direcionado à funcionários do Estado, tendo sido uma das selecionadas - em meio a promotores da justiça, delegados do primeiro escalão da polícia civil, dentre outros - para um ciclo de dois anos de estudos em conteúdos relacionados aos direitos fundamentais do homem e à cidadania. A partir desta experiência, ela sentiu a necessidade de agregar uma gama maior de saberes. Para tanto, se inscreveu e foi aprovada no vestibular para o curso de Serviço Social.

Contudo, dentre as três fontes de aprendizado, o PROERD foi de fundamental importância para a sua carreira. No âmbito deste programa, ela coordenava a seção de qualidade e tecnologia, cuja prerrogativa era justamente o contato com a comunidade. Nas reuniões junto com moradores e lideranças comunitárias dos bairros mais violentos da cidade

de Camaçari, ela tomava notas de todas as reclamações e avaliações quanto à ação dos policiais. Críticas relacionadas à falta de patrulha da viatura policial e ao modo violento de abordagem adotado pelos soldados eram as mais corriqueiras. Entretanto, Manuela fez questão de frisar que tal rotina de escuta aos cidadãos comuns não era uma prática recorrente dentro da PM. Neste quesito, ela pontuou o caráter contingente das suas atividades, pois, conforme o seu relato, elas só foram levadas a cabo em virtude das simpatias do então comandante responsável pelo batalhão onde ela trabalhava. Uma vez o seu superior tendo sido transferido de posto, todos os afazeres concernentes ao PROERD foram extintos naquele local.

Em 2010 ela foi transferida de local. O batalhão do bairro Tancredo Neves, em Salvador, seria o seu novo destino. Motivada por suas experiências anteriores, ela resolveu reativar o PROERD nesta unidade. Paralelamente, surgiu em seu horizonte a possibilidade de fazer um curso multiplicador de policiamento comunitário, sob a égide do sistema KOBAN⁴³, metodologia criada pelos japoneses. Foram duas semanas de aprendizado na cidade de São Paulo. Ao fim das atividades, Manuela foi uma das três pessoas selecionadas pelo representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública para realizar uma viagem ao Japão, de modo a conhecer de perto o sistema KOBAN. Retornando à Salvador, ela fez parte da equipe que redigiu o projeto das Bases Comunitárias de Segurança, mas recebeu com surpresa o convite para comandar aquela que seria a primeira BCS de todo o estado da Bahia.

Quando a capitã Manuela e os soldados Tagner e Renato chegaram ao Calabar eles tiveram a ingrata tarefa de conquistar a confiança dos moradores locais. Tenente Márcio só chegaria um ano após a instalação da BCS. Como já afirmado anteriormente, a sede administrativa foi inaugurada em 27 de abril de 2011, mas o processo de ocupação policial no bairro havia começado um mês antes, por intermédio das ações da tropa de choque e do batalhão de operações especiais da PM. Eles foram os responsáveis por, digamos, inspecionar toda a localidade, instalar câmeras de segurança, estudar os principais pontos de comércio de entorpecentes e mapear os locais de maior periculosidade para o patrulhamento dos policiais. Os setores de inteligência da corporação elaboraram um levantamento sobre o perfil dos residentes locais. Um banco de dados foi criado para registrar todos aqueles já envolvidos em

⁴³ O modelo KOBAN serviu como fonte de inspiração para algumas experiências de policiamento comunitário no Brasil, notadamente, os estados de São Paulo e da Bahia. Os “kobans” seriam postos policiais, com pouco efetivo, erguidos em meio aos bairros periféricos das cidades japonesas. A ideia é tornar a população colaboradora dos policiais no combate ao crime, fomentando, para tanto, o estreitamento dos laços entre as duas partes. No Rio de Janeiro, as UPPs tiveram como influência a metodologia desenvolvida na cidade de Medellín, Colômbia. Para mais informações sobre o sistema Koban, ver Cesar Ferragi (2011).

ocorrências policiais. De um modo geral, toda a ocupação policial se deu de uma maneira pacífica no bairro. Em um flagrante contraste com o contexto de implantação das UPPs cariocas, onde as lentes dos jornalistas se tornaram testemunhas de cenas de campo de batalha, troca de tiros entre policiais e traficantes, desespero, mortes e uma população atônita com a sucessão dos acontecimentos, por estas redondezas não houve sequer um episódio de enfrentamento entre a polícia e o tráfico de drogas. Tal qual estivéssemos em um teatro, no exato momento em que o primeiro subiu ao palco, o segundo se fez de plateia educada e se silenciou à espera do desenrolar da peça.

A princípio, a militarização de um bairro popular, concebido pela crônica policial da cidade como um lugar fadado à violência, pode nos oferecer a ideia da constituição de mais um poder repressivo a subjugar populações subalternas. Longe de me distanciar sobremaneira desta leitura, tento ao menos contornar a sua parcialidade, lançando as seguintes perguntas: para a polícia, o que significa ocupar uma favela? Quais são as demandas e as posturas que esta nova situação exige?

Conforme o relato de meus interlocutores, e baseando-me na leitura do supracitado relatório da ONG Avante (2014), onde também pude encontrar algumas falas dos policiais, o policiamento comunitário suscitou uma mudança de perspectiva na relação “policial-bandido”. Anteriormente, a polícia era convocada apenas quando havia alguma ocorrência no bairro; daí, ela resolvia a situação, pacificamente em alguns casos, repressivamente na grande maioria deles. Nestas ocasiões, o “criminoso” invariavelmente ocupava uma posição vulnerável, restando a ele apenas o expediente da fuga. Em casos de confronto direto o mais provável seria “a cadeia ou o caixão”⁴⁴. Porém, a instalação de uma BCS, ao obrigar a presença constante de brigadas militares na comunidade, operou uma inversão nesta lógica: o policial passou a ser o ente em posição de vulnerabilidade. Em primeiro lugar, o “bandido” que reside no Calabar tem um maior conhecimento da área; dos becos e vielas, ele sabe toda a rotina, as pessoas que frequentam, as conversas que ali se desenrolam. Desta forma, na ótica dos policiais, um soldado que participa das rondas de patrulhamento pode ser facilmente alvejado por um “marginal”. “Eles sabem tudo sobre nós. Sabem o número da placa de todos os nossos carros. Se duvidar já está tudo aí no *whatsapp*⁴⁵”, afirmou o tenente Márcio. Em segundo lugar, uma outra consequência do “tornar-se vulnerável” gira em torno da

⁴⁴ Faço uma referência a uma propaganda veiculada pelo governo estadual baiano, em 2010, na gestão Jacques Wagner (PT-BA), onde havia a seguinte mensagem “crack é cadeia ou caixão”, o que seria, claramente, a assunção da ótica repressiva, no que diz respeito à política anti-drogas.

⁴⁵ Aplicativo de troca de mensagens de texto bastante popular em *smartphones*.

visibilidade do policial que atua na localidade⁴⁶. O tenente Márcio oferece maiores detalhes sobre os dilemas desencadeados por esta nova modalidade de segurança pública: “pense, por exemplo, na Companhia da Federação [bairro vizinho]. Um policial pode cometer um excesso com alguém lá no Baixo da Égua e tal; mas vai cometer um excesso aqui? Aqui a ação dele é muito mais visível, ele se torna mais vulnerável à tirania da opinião, às críticas da comunidade; se o cara dá um peteleco ali na frente, depois ele vai ter que se ver com a família inteira do rapaz e também com gente que anda errado. Isso cria uma resistência do policial em trabalhar no policiamento comunitário”.

No entendimento do soldado Tagner, o policial se transformou em um “político”. Segundo ele, a própria filosofia do policiamento comunitário orientou uma certa mudança na conduta da polícia. Inicialmente, durante o curso de formação de policiais comunitários⁴⁷, os professores-policiais enfatizaram a importância da aproximação para com os moradores de uma dada localidade. “Normalmente o que acontece: a polícia age de uma maneira repressiva; depois que o excesso é cometido, busca-se uma ação remediadora. Agora não. Nesta nova metodologia, a gente se aproxima para detectar de onde partem as mazelas, as ilicitudes; nossa ação é de prevenção”, explicou ele. Mais adiante entrarei no mérito da categoria “prevenção”. Seguindo com o raciocínio de Tagner, ele afirmou que, neste novo contexto, a forma de abordagem tem de ser aquela que estimule a confiança do morador. “Querendo ou não, nos tornamos *políticos* porque agora pensamos em que a nossa postura pode acarretar de bom ou de ruim; aprendemos a gerenciar situações. Então, a gente aborda com um objetivo e às vezes evita-se tomar uma atitude mais dura para não quebrar o laço”, sustentou ele. “Não deixamos de trabalhar; apenas estamos trabalhando de uma maneira mais política”, finalizou.

Essa atuação mais “política” deve orientar, inclusive, o padrão de relacionamento com os sujeitos envolvidos em atividades ilícitas. De acordo com o tenente Márcio, após quase quatro anos de instalação da BCS, pode-se dizer que há uma boa convivência entre a PM e os moradores dos bairros do Calabar e do Alto das Pombas. Contudo, este não seria um mérito desta unidade; também os policiais que trabalham nas companhias independentes mantêm boas relações com os cidadãos que trafegam no entorno do seu posto de trabalho, notadamente os comerciantes e os passantes de perfil mais comunicativo. Porém, com a BCS

⁴⁶ Ferraz de Oliveira (2013) e Collins (2014) apontaram essa mesma queixa quanto à visibilidade do policial no contexto do Pelourinho, centro histórico da cidade de Salvador. Mas aqui o dilema seria um pouco diferente: em sendo um lugar reconhecidamente turístico, como incorrer em práticas repressivas contra os criminosos em plena luz do dia e sob o olhar dos turistas?

⁴⁷ Soldados e oficiais lotados nas BCSs são obrigados a frequentar curso, de duas semanas de duração, sobre policiamento comunitário.

os policiais encontraram uma maior facilidade para se relacionar com qualquer tipo de pessoa, inclusive, com os “marginais”. Não raro, os policiais são obrigados a ensejar diálogos com sujeitos que eles já haviam encaminhado para a delegacia em ocorrências anteriores. Tal contato pode gerar situações pitorescas, como, por exemplo, a que me foi descrita pelo tenente. Em novembro de 2014 os policiais prenderam um rapaz por tentativa de homicídio. Entretanto, em janeiro de 2015 o sujeito já estava nas ruas. Quando algum policial encontra um indivíduo já “fichado”, isto é, alguém que já havia sido flagrado em delito, é comum fazê-lo passar pelo ritual de abordagem policial. Foi o que estava acontecendo com o referido rapaz, desde que ele retornou à comunidade. Certo dia, ele se dirigiu ao tenente:

- Poxa tenente, os policiais estão sempre me abordando por aí; eu não devo nada; não estou fazendo nada; estou na minha, trabalhando...
- Trabalhando onde?
- Com minha mãe, vendendo coxinha.
- Trabalhando muito, hein? - em tom irônico.
- Poxa, nem me fale. Veja o que o senhor pode fazer por mim, para dar uma aliviada...

Do ponto de vista dos moradores, a BCS não foi ali instalada com o objetivo de melhor os proteger, mas para proporcionar a segurança dos bairros opulentos da vizinhança (AVANTE, 2014). Daí toda a sorte de desconfianças, medos e reticências para com a ação policial. Muitos, inclusive, preferem não emitir opinião alguma, porquanto temem serem descritos como pessoas muito conhecedoras dos trâmites policiais. A ocupação policial garantiu ao morador comum o direito de trafegar livremente pelas ruas do bairro, direito este bastante complicado de ser exercido, especialmente entre os anos de 2008-2010, época em que eram rotineiros os confrontos entre as duas facções do tráfico de drogas que operam na localidade. Na medida em que o recrudescimento da violência relacionada ao perigo de morte é sempre uma possibilidade aberta, muitos residentes receiam serem dados como “alcagoetes”, isto é, como denunciadores dos bandidos aos policiais, o que faria deles as próximas vítimas dos “criminosos”.

Em minha primeira conversa com os soldados Tagner e Renato e com a capitã Manuela, no primeiro semestre de 2013, a BCS havia completado dois anos de implantação no Calabar. Eles falaram das vicissitudes da lida comunitária. De como tiveram de conquistar a confiança dos moradores. De como tiveram de exercitar a arte do diálogo. De como se

afeiçoaram às crianças e aos adolescentes... Os dilemas, enfim, da tamanha proximidade entre policiais e moradores. De acordo com eles, toda a atividade teria por foco a categoria “prevenção”, o que implica postular o futuro no presente, através de cálculos, ansiedades e imaginações. Essa linha preventiva deveria estar centrada na órbita dos menores de idade. Meus interlocutores entendem que, antes da chegada deles e de todo o seu pessoal no bairro, esses sujeitos não tinham outra opção a não ser a entrada no mundo do tráfico de drogas, quando do período de transição da adolescência para a fase adulta. Assim, no prédio onde funciona a Base, são oferecidos, principalmente para este público específico, toda a sorte de cursos profissionalizantes e de educação complementar, tais como, informática, música, judô, capoeira. Também há curso pré-vestibular, além de treinamento profissionalizante, por exemplo, oficinas de carpintaria, de construção civil e de conserto de eletrodomésticos, dentre outros.

Na ótica deles, para os moradores locais, a comunidade equivaleria a uma “redoma”, redoma esta que outrora era do crime. Quando eles, os residentes, colocam o pé na Avenida Centenário - principal via de acesso ao bairro, de onde pululam prédios e equipamentos públicos voltados para as classes médias - eles estariam entrando em contato com um outro “mundo”, onde as pessoas se vestem melhor do que eles, possuem automóveis e outros bens materiais que lhes são inacessíveis. Como dizer para um jovem, nascido e criado ali, como afiançar para ele - que viu seu pai, seu amigo e demais familiares se envolvendo no comércio de entorpecentes - existir a possibilidade de um destino diferente? - perguntam retoricamente. O ofício deles seria mostrar outros horizontes possíveis, para além do envolvimento com a criminalidade. Para o menino ali da esquina, é preciso oferecer a chance de ser um músico; a menina sentada na calçada poderá ser uma professora.

Desde o início da ocupação militar, o porte ilegal de armas e de pacotes de drogas, bem como a violência doméstica, têm se configurado como o padrão das ocorrências criminais no bairro. Meus interlocutores identificaram a bebida alcoólica como o agente catalizador de desavenças familiares. Curiosamente, a calma e a tranquilidade que têm imperado nas ruas possibilitaram a proliferação de bares e depósitos de cervejas em toda a comunidade, fato que tem provocado a transferência do problema da violência: da esfera pública à esfera privada. As mulheres e os jovens são as vítimas preferenciais. Casos de esposas e filhos que sofreram agressões físicas de maridos, pais e outros familiares do gênero masculino dão o tom da crônica local. Em verdade, fatos como estes sempre aconteceram. Digamos que eles ganharam um outro tipo de visibilidade, uma vez que agora a polícia é

chamada para intervir no domínio doméstico, algo que, de fato, é o seu papel, a despeito do senso comum e sua crença de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Contudo, em se tratando do padrão de ocorrências criminais, um fato intrigava a capitã Manuela. Segundo ela, em todos os locais onde trabalhara, em áreas favelizadas como as comunidades do Calabar e do Alto das Pombas, o adolescente em conflito com a lei era o tipo mais recorrente. O mesmo não estava acontecendo neste seu novo posto de trabalho. Conforme o seu relato, seriam homens, pais de família em torno dos 25 anos, o perfil de sujeito flagrado cometendo algum ato infracional. “São pouquíssimos os casos de jovens infratores, que a gente tem de encaminhar ao Juizado da Infância e da Juventude”, disse ela. Embora tenha havido e/ou notado pouquíssimos casos de crianças e adolescentes envolvidos no mundo do crime, a capitã sustenta que eles seriam o próprio foco e sentido da operação policial nos bairros⁴⁸. De acordo com ela, muitos ainda questionam o qualificativo “comunitário”, pois acreditam que o trabalho social não é uma prerrogativa da PM. “Ah, o policial vai dar aula de judô? Temos de entender que ele está fazendo uma prevenção; ao incluir essa criança em uma atividade de esporte, estamos fazendo uma ação de prevenção para que no futuro ela não se envolva com outras coisas”, sustentou ela. Em sua ótica, aqueles que são excessivamente críticos ao militarismo, aqueles que só vislumbram o corpo policial como sendo uma instância repressiva, estão perdendo de vista o caráter preventivo das ações comunitárias. “Por exemplo, agora na festa de dois anos da BCS nós iremos fazer um baile de debutantes com as meninas que estiverem fazendo 15 anos. Quem vai dançar com elas? Os policiais”, relatou ela. “A rigor, os policiais têm alguma obrigação de dançar valsa? Não! A gente entende que é uma comunicação, um envolvimento necessário para se prevenir a violência sim”, concluiu.

Algumas reflexões precisam ser feitas sobre esse “império da prevenção” (Rose, 2000). Em primeiro lugar, a polícia procura aqui um dispositivo não tão novo assim - na medida em que ele já havia sido cogitado desde pelo menos o século XIX, a partir das intervenções da medicina mental -, que pode ser sintetizado na seguinte frase: “uma intervenção que não seria condenada a chegar sempre muito tarde, porque ela estaria

⁴⁸ Alguns policiais que atuavam na patrulha local ofereceram um testemunho diferente. De acordo com eles, existiam muitas ocorrências policiais envolvendo menores infratores nas comunidades. Longe de investigar se a capitã Manuela estava correta ou não, transcrevi a sua fala com o objetivo de demonstrar que, mesmo não considerando a delinquência juvenil um dos problemas mais preeminentes de sua área de atuação, a policial não deixou de sustentar uma postura tutelar em relação aos jovens do Calabar e do Alto das Pombas. Em sendo ela a comandante geral da BCS, todas as políticas sociais executadas pela organização passavam por seu crivo. Como vimos, a maior parte destas políticas foram endereçadas à juventude.

fundamentada sobre um saber capaz de antecipar a possibilidade de uma conduta delituosa antes mesmo que ela se produza” (Castel, 1977: 260). Em segundo lugar, todo o raciocínio da capitã é condicionado pela seguinte ideia, ora proferida por representantes do alto escalão do poder judiciário, ora sustentada por bastiões do saber acadêmico⁴⁹: a de disputar cada menino e menina com o tráfico (Souza, 2006). Logo, os adolescentes são *a priori* classificados como suscetíveis a abraçar a criminalidade. Criminoso em potencial, o “jovem favelado” de hoje nos lembra o “índio bravo” de outrora (Pacheco de Oliveira, 2014). Para os missionários a recaída no paganismo, por parte dos indígenas, era indício da obra do demônio sobre humanos considerados de natureza frágil e duvidosa, motivo pelo qual devem ser constantemente vigiados. Para os jovens moradores de áreas favelizadas, a vigília é ideologicamente sustentada pela ideia, bastante arraigada entre as autoridades policiais, de que a favela é, em si mesma, um lugar amoral e sujeito a toda sorte de vícios e corrupções do espírito. Neste sentido, é sob o prisma da regeneração e redenção destes lugares que a ocupação policial é entendida e justificada. Conforme a narrativa da capitã, desde o momento em que a presença militar se tornou ostensiva até o dia em que a conheci, foi registrado apenas um homicídio em toda a área do Calabar e do Alto das Pombas⁵⁰. O efetivo de policiais tem garantido a paz local. De início, confessou ela, a população ficara temerosa; nunca ela havia tido contato com um contingente tão significativo de militares. O mais difícil foi se acostumar com a rotina da abordagem policial e com a devassa cotidiana de suas vidas. Porque, segundo ela, o ambiente era de risco; era necessário, pois, tomar ciência de todos os lugares; prestar atenção a todos os fatos; e tomar nota de qualquer comportamento tido como suspeito. Os bons resultados obtidos pela empreitada - notadamente, a redução dos crimes contra a vida para índices próximos a zero; e o esvaziamento em torno da liderança do tráfico de drogas nas localidades - repercutiram positivamente na crônica da cidade, fazendo da instalação da BCS uma nova epopeia civilizatória, sendo evidente aqui o paralelo com a criação das UPPs cariocas (Pacheco de Oliveira, 2014).

⁴⁹ De acordo com Jessé Souza (2006), esta ideia é a mesma que guia todo o raciocínio de Luis Eduardo Soares e colaboradores (2005) no livro *Cabeça de Porco*. A invisibilidade social dos pobres e negros é a pedra de toque de toda a argumentação dos autores acerca das causas subjetivas do crime. Daí, a tarefa das instituições e das políticas públicas de segurança seria trazer esses indivíduos a lume, à esfera da visibilidade social, evitando sua entrada no domínio da criminalidade.

⁵⁰ A Secretaria Estadual de Segurança Pública ofereceu uma atualização desse número. Segundo ela, após a instalação da BCS até julho de 2015 foram computados apenas dois homicídios nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas. Ainda de acordo com ela, foram investidos cerca de 85 milhões de reais para a consecução do Pacto pela Vida e por volta de 15 mil foram formados pela Academia de Polícia. Ver maiores detalhes em: < <http://www.secom.ba.gov.br/2015/07/126925/Pacto-pela-Vida-investiu-R-85-milhoes-e-ja-formou-15-mil-policiais.html>>.

Esta epopéia civilizatória coloca a infância e a juventude como o centro de toda a intervenção. Ao reanimar o dualismo *civilização-barbárie*, a ocupação policial deposita no corpo da criança e do adolescente a garantia da vitória da civilização contra a selvageria. No corpo destes sujeitos se cruzarão os destinos do indivíduo e da nação. Oferecer-lhes “novas” oportunidades de integração ao mercado de trabalho equivale também a uma ocasião para a nação se livrar de um cancro que tem ferido de morte toda espécie de sociabilidade, a saber, a violência. Neste sentido, como sugere Collins (2008), as experiências das pessoas mimetizariam o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, desenvolvimento este que tanto fez para temperar as perspectivas de cada cidadão.

Desta maneira, a “angústia da influência” sentida pelos policiais se revela em um contexto marcado pela desigualdade econômica (a favela em relação ao seu entorno) e pela superioridade tecnológica da polícia em relação aos “criminosos” e aos moradores das localidades. Isto nos leva à analogia, citada anteriormente, com aquilo que Balandier (1993 [1963]) descreveu como “situação colonial”. Ao utilizar este conceito, o autor tinha em mente a compreensão dos diversos fenômenos de mudança social ocorridos após o contato entre colonizadores e colonizados em terras de África. Cohn (1980: 218) adverte que “this is not to be viewed as ‘impact’, not as ‘cultural contact’, nor is to be viewed through a methodology that seeks to sort what is introduced from what is indigenous”. Antes, isto deve ser computado como uma situação em que os colonizadores europeus e os autóctones estão unidos em uma mesma situação. Ademais, para além da ênfase na dimensão econômica, isto é, nas conexões entre o capitalismo e o empreendimento colonial, Balandier enfatiza o aspecto, por assim dizer, de dominação cultural inerente ao poder metropolitano. “As estruturas, os contextos culturais, os tipos de vida e as maneiras de pensar resultantes da ação colonial permanecem fortemente enraizados na carne e no espírito dos países africanos; mesmo depois da independência”, sentenciou ele (Balandier, 1993 [1963]: 113).

Trazendo esta discussão para esta etnografia, posso sustentar algumas observações. Há uma tendência na literatura que tem sido produzida sobre o policiamento comunitário, discutida no início deste capítulo, de tratar o relacionamento entre policiais e populações subalternas como um fenômeno *inédito* no horizonte da nação, a partir de termos, tais como, “o impacto da UPP em tal favela”, o “contato entre militares e moradores”, ou ainda “as mudanças suscitadas pela presença policial”. Entretanto, e isto pode aparentar ser um tremendo truísmo, a interação simbiótica entre policiais militares e cidadãos comuns é

bastante anterior à criação das unidades de policiamento comunitário⁵¹. O dado novo é a convivência entre os dois polos em um mesmo campo analítico e empírico, o que tem ofertado uma possibilidade para se atualizar e/ou reformular velhas suposições que um lado tem sobre o outro e vice-versa. Neste sentido, os modos de pensar (logos) e sentir (pathos) dos sujeitos constroem uma ponte entre passado e presente. Assim, do ponto de vista dos policiais, o convívio com os moradores do Calabar e do Alto das Pombas não orquestrou uma mudança em uma velha suposição, a saber, aquela que representa o morador da favela como sendo um bandido em potencial. Operando agora em um novo contexto, eles tentam se impor perante aos moradores como um modelo de ética e civilidade a ser seguido. Tentam, pois, erigir uma ordem moral diferente daquela que fora instituída pelo tráfico de drogas, ou, nos termos de Balandier (1993), impor outro tipo de dominação cultural, o que tem motivado o interesse na infância e na juventude. Assim, como apontaram Albernaz e colaboradores (2007), a partir de dados etnográficos coletados nos morros cariocas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, localidades também ocupadas por brigadas do policiamento comunitário, do ponto de vista do último, o traficante como figura de poder, autoridade e *status* na favela seria o fator preponderante para o recrutamento de jovens, ansiosos por mimetizar a conduta dos líderes do tráfico. “No lugar desse ícone às avessas, o trabalho [do policiamento comunitário] progressivamente colocaria a figura do policial, ‘herói civilizatório’, símbolo da ‘entrada do Estado na favela’” (Albernaz e colaboradores, 2007: 42). Para oferecer maiores detalhes sobre esta dimensão, relatarei o meu encontro com o tenente Márcio.

“Enxugando gelo”

Estive com o tenente Márcio em janeiro de 2015. Desde agosto de 2014 ele vinha ocupando o cargo de comandante da Base⁵², após a capitã Manuela ter sido transferida para outra unidade de trabalho. Fisioterapeuta de formação, meu interlocutor também alegou a estabilidade da carreira pública como a principal razão para o seu interesse em entrar na academia de polícia. Ademais, ele já não estava mais suportando a sua rotina de trabalho

⁵¹ Collins (2014; 2015) nos oferece um caso empírico, ao destrinchar toda a gama de relações desenvolvidas entre policiais, “marginais” (ou “sacizeiros” como eles são popularmente denominados) e promotores culturais no contexto do Pelourinho, logo após a sua titulação como patrimônio da humanidade. Nesta etnografia, há um retrato vívido das “relações incestuosas” entre a PM e a população pobre, a última sendo objeto da ação disciplinar da primeira, ora pela força, ora pela condescendência.

⁵² Em julho de 2015 houve mais uma vez uma mudança no comando da BCS-Calabar.

como profissional de saúde. Além de faltar-lhe tempo para cuidar de si mesmo, não lhe eram garantidos certos direitos trabalhistas, particularmente, décimo terceiro salário e férias.

O tenente estava vivenciando uma outra fase do processo de implantação do policiamento comunitário nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas. Na época em que a capitã Manuela era a comandante, a Base estava no centro de todas as atenções. Era a primeira de uma onda que prometia se alastrar por outros cantos da cidade, algo que deveras aconteceu. Hoje somam-se 17 BCSs instaladas tanto nas favelas da capital quanto em rincões do interior do estado. Logo quando da inauguração desta unidade, a iniciativa privada, bem como algumas organizações do terceiro setor, deram o ar de sua graça, oferecendo cursos profissionalizantes e oportunidades no mercado de trabalho. Também acintosa era a presença de policiais, dado o número relativamente grande do efetivo para uma área não muito extensa. Enfim, era um tempo de efervescência, todos queriam de alguma forma estar associados com esta que era uma das mais midiáticas ações do governo estadual nestes últimos anos.

Paulatinamente, este quadro vem sofrendo modificações. O efetivo de policiais, por exemplo, foi reduzido quase pela metade, de 101 para 68 funcionários; a viatura, que habitualmente ficava estacionada na entrada do Calabar, já não está mais lá. Por sua vez, as empresas privadas já não aparecem com a mesma frequência. Desta feita, os cursos profissionalizantes que ainda são ministrados na Base estão sendo levados a cabo pelos próprios soldados, o que tem possibilitado a muitos deles o exercício de velhas aptidões. Entretanto, ponderou o tenente Márcio, o policial mais afeito ao trabalho de repressão, ainda que detenha um determinado conhecimento, não cogitará a possibilidade de compartilhá-lo. De uma ponta, tal conjuntura tem propiciado iniciativas inusitadas como, por exemplo, a que foi sugerida pelo próprio comandante. Certo dia, ele viu uma de suas subordinadas bordando pontos de cruz e [explosão] lhe estimulou a oferecer um curso de capacitação para a comunidade. E assim, ela veio a se juntar ao soldado Renato, que oferece aulas de informática, e ao colega que, amante de artes marciais, vem ensinando às crianças a modalidade do judô. A propósito, este esporte rendeu um campeonato realizado na quadra coletiva, um evento que congregou pais, filhos e policiais. De outra ponta, os apoios para estas iniciativas têm sido angariados de uma maneira bastante informal, tais como, o patrocínio das aulas de judô, que foi conquistado a partir do apoio do comércio local, por meio da intervenção do pastor Paulo, uma liderança comunitária do bairro, ou a colaboração dada por um dos coronéis da corporação, que financiou com recursos próprios alguns projetos da BCS.

Assim, diante do lema “ao lado de uma política de segurança, projetos sociais”, que foi apresentada como a pedra de toque do programa “Pacto pela Vida”, posso afirmar que a PM tem desempenhado quase que solitariamente este duplo papel, às vezes mordendo, outras tantas assoprando. É difícil para mim deslindar, no plano da escrita, essa teia de ambiguidades trazidas à tona em virtude da tamanha proximidade entre policiais e população autóctone. Talvez, o soldado Tagner seja um belo sumário desta confusão classificatória.

O sonho de Tagner era ascender a um posto no “Patrulhamento Tático e de Operações de Choque”, o batalhão, segundo ele, mais respeitado de toda a corporação pela sua “boa” fama. “Boa” porque é tido como aquele que resolve; “boa” porque é considerado a “vacina da segurança pública”; “boa” porque é o único que “vagabundo tem medo”. A entrada no setor, digamos, mais repressivo da corporação concorre não apenas na aquisição de prestígio, mas também no acesso às mais avançadas tecnologias de combate à violência. Neste quesito, meu interlocutor apontou o seguinte paradoxo: não obstante os clamores em defesa de uma polícia mais humanitária, para o indivíduo alcançar o nível mais graduado de inteligência dentro da instituição, ele precisa superar muitos “traquejos”, ou seja, “porradas”. Quando um sujeito passa a frequentar os cursos mais especializados da polícia, ele é submetido a toda uma série de torturas físicas e psicológicas, que testam a sua aptidão à assimilação de uma determinada ciência. Quanto mais resistente ele for, maior será a gama de saberes a ser-lhe facultado. Aqui a violência opera como um dispositivo epistemológico. Neste sentido, contrariamente ao que reza o senso comum, o conhecimento não estaria atrelado a padrões mais civilizatórios de conduta; ele estaria vinculado, isto sim, ao domínio que mais aproximaria o ser humano do estado de selvageria. Já trabalhando na BCS, Tagner se matriculou no curso de Ações Táticas Especiais, mas não conseguiu finalizar todo o treinamento. Ele foi obrigado a se afastar por motivos de orientação psicológica. “Não suportei os traquejos”, confessou.

Como já afirmei anteriormente, Tagner se alistou no policiamento comunitário porque queria ser um dos pioneiros desta iniciativa. Só mesmo o ego humano para explicar esta sua decisão, pois, como vimos, todo o seu interesse inicial havia sido orientado para integrar os segmentos mais repressivos da corporação. Curiosamente, vale lembrar, ele foi um dos policiais homenageados pelos serviços prestados à comunidade, quando do evento de comemoração de dois anos de inauguração da Base. Um ano depois, ele seria afastado da BCS em virtude de certos excessos cometidos durante o patrulhamento da localidade. Para os seus colegas de trabalho, ele era muito radical; enérgico ao extremo, conduta que estava trazendo problemas demais para a corporação. A “filosofia” por ele adotada talvez explique os seus contratempos. Em sua ótica, não existe “ex-marginal”. Um sujeito que tenha cometido

algum ato ilícito no passado será, ao seu ver, sempre um “bandido”, esperando uma oportunidade para cair em reincidência. “Tratar bem quem é do bem; e mal quem é do mal” era o seu lema. Como saber quem era do mal? Para isso ele recorria aos arquivos policiais e aos registros de sua própria memória. “Quem é do mal, eu incomodo. Abordo, faço passar vergonha: cadê seus documentos? Não está com você? Vá em casa buscar”, explicou ele o seu *modus operandi*. Para os “cidadãos honestos”, Tagner era uma espécie de herói, um modelo a ser seguido. Em certas oportunidades presenciei algumas crianças irem ao seu encontro, afoitas por receber o seu abraço. Outras tantas, testemunhei-o distribuindo caramelos entre a molecada do bairro. “Gosto quando uma criança, que eu nem conheço, vem me abraçar; isso é muito gratificante”, confessou ele. Contudo, aqueles que o conhecem tomaram com surpresa a homenagem que lhe fora feita. “Você só pode ter ameaçado as pessoas, não é possível”, foi o que lhe disseram.

O tenente Márcio era um dos críticos da postura do soldado Tagner. Em sua concepção, o policiamento comunitário não apenas transformou o policial em um mediador de conflitos - resolver intrigas entre vizinhos; apaziguar a situação em brigas familiares e confusões em bares, etc. -, mas também passou a exigir dele uma preocupação com a sua imagem. Este seria o pecado de Tagner. “Não existia meio-termo para ele; o cara é usuário, mas não está com nada, sem porte de arma, ele não estava nem aí, dava peteleco mesmo”, afirmou ele. Na medida em que todas as ações estavam sendo calculadas de maneira a cativar a comunidade, abordagens mais acintosas e atitudes mais destemperadas não eram bem vistas pela corporação.

Do ponto de vista do tenente, a convivência tão próxima entre policiais e moradores tende a aplinar o terreno para a ambiguidade. Ao mesmo tempo em que o policiamento comunitário proporciona cenas gratificantes de conagração entre cabos e cidadãos comuns, particularmente, os campeonatos esportivos e as comemorações das datas festivas, também obriga os primeiros a encarar, com certa frequência, aqueles que não querem sair do mundo do crime. Assim, desditosa tem sido a tarefa da corporação em disputar essas pessoas com a esfera da criminalidade. Meu interlocutor prefere mesmo utilizar o termo “recrutamento”. O tráfico de drogas estaria “trabalhando a mente”⁵³ dos jovens do bairro. De acordo com ele, há que se fazer uma distinção entre a “Bomba” e o “Camarão” neste quesito. Na primeira localidade, as lideranças criminosas seriam mais amadoras, recrutando os adolescentes a partir da lei da procura - “quem quiser, entra”; na última, o crime seria mais

⁵³ Veremos no próximo capítulo que também os pais de família dos jovens matriculados no *Higher Level* utilizam esta mesma categoria.

organizado, e os jovens passariam por uma “peneira”, isto é, uma seleção que determinaria aqueles que de fato entrariam na empreitada. Este “amadorismo”, sugeriu ele, talvez justifique a maior incidência de menores cometendo atos infracionais na “Bomba”. Dias antes do nosso encontro, o tenente havia apreendido três adolescentes devido ao porte de maconha. Concentremo-nos, pois, em seu relato sobre esse caso.

Os três adolescentes foram surpreendidos em plena luz do dia nas imediações da quadra comunitária. Todos eram reincidentes. Os mais velhos já haviam sido presos por furto e tentativa de homicídio; o mais novo, por porte ilegal de arma. O caçula da turma é descrito pelo tenente como o “danadíssimo”, que será eliminado, isto é, morto pela polícia, rapidamente. No dia seguinte à ocorrência, a mãe do “danadíssimo” se dirigiu à sede da BCS para ter uma conversa com os policiais. Para o comandante, ela desabafou: “não sei mais o que fazer com esse menino; ele já chegou a puxar uma faca contra mim”. “Se ela não sabe o que fazer, sou eu quem irá saber”? - disparou Márcio. Em seu entender, esse menino já é um “caso perdido”, não há mais como salvá-lo. Vejam que o discurso do policial é fortemente marcado pela construção do “marginal” a partir de uma ideia de uma “diferença ontológica fundamental” (Teixeira, 2014: 375). Tudo se passa como se a subjetividade deste adolescente estivesse marcada, inapelavelmente, pelo crime e pela violência. Assim, parafraseando Philippe Riot, posso dizer que este moleque é apenas o sítio onde vem inscrever-se e comandar um delírio (a sujeição criminal) que tem suas próprias determinações e sua própria lógica; o menor infrator é aquele que não mais se possui⁵⁴.

Ainda conforme o relato de meu interlocutor, o sistema penal brasileiro é o principal vilão desta história. Dias após a ocorrência, os três menores de idade já estavam soltos nas ruas. Na perspectiva do comandante, o Estado deveria cuidar bem do “marginal”, ressocializá-lo, evitando a sua reincidência no crime. “É isso que nos deixa revoltados. (...) Estamos apenas *enxugando gelo*”, disse ele, chamando a atenção para a inocuidade das ações de sua corporação. Entretanto, mesmo preso a sua classe e a algumas roupas, o tenente não seguiu até o enjôo; ele conseguiu vislumbrar uma esperança. Vejamos mais de perto.

No laboratório de informática da Base, onde o soldado Renato ministra aulas de computação para a comunidade, o comandante observou como é difícil para alguns

⁵⁴ Citação original: “Rivière é apenas o lugar onde vem inscrever-se e comandar um delírio que tem suas próprias determinações e sua própria lógica; o louco é aquele que não mais se possui” (Riot, 1977: 249). Neste sentido, os loucos, os ébrios, os delinquentes juvenis, os bandidos, os favelados, dentre outras categorias de gente, representam, para uma determinada cultura (a Ocidental), a história do outro, do estranho, daquilo que precisa ser, enfim, excluído, como já havia apontado Foucault em *As palavras e as coisas* (1999).

adolescentes a imersão neste novo ambiente. De acordo com ele, muitos choram porque não conseguem assimilar o conteúdo e terminam desistindo no meio do caminho. Em sua descrição, a inquietação, a dificuldade de concentração, a dispersão, o *déficit* cognitivo formam, por assim dizer, o perfil psicológico do jovem que está prestes a ser perdido para o mundo do tráfico de drogas. Ele me ofereceu um exemplo: “Tem um aqui que eu vi que era problemático, que se for abandonando por esse projeto, por esse convívio, facilmente entrará no crime; é aquele mais inquieto, mais perturbado. Aí começaram as aulas de reforço escolar e ele começou a frequentar, matemática, física, e acho que tem sido uma grande vitória, se ele continuar nesse embalo”. Segundo ele, muitas mães chegam a acompanhar seus filhos, de modo a vigiar melhor o rendimento deles nas atividades realizadas pela BCS. Ele lamentou o fato de muitas delas não terem a disponibilidade de tempo para seguir esta conduta. Assim, neste contexto, as palavras do tenente revelam uma ampliação da abordagem que, geralmente, a sociedade nacional tem dado às populações tidas como subalternas. Agora, não se trata tão somente de reprimir os indesejados da nação, mas de engendrar a figura do sujeito desejável.

Entretanto, ao tentar auxiliar a nação a cumprir este objetivo - a saber, a formatação do sujeito ideal -, a PM acaba por se enredar, ela mesma, nas teias da vigilância. Neste ponto, encontro uma oportunidade para aprimorar algumas ideias foucaultianas.

Notas adicionais sobre o panoptismo

Em 1973, tendo como substrato um conjunto de palestras proferidas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Foucault publicava o opúsculo *A verdade e as formas jurídicas* (2002a). Nesta pequena obra o filósofo francês nos oferece preciosas considerações para uma antropologia das instituições. Conforme o seu raciocínio, não devemos prestar atenção em demasia ao caráter de uma instituição, uma vez que seus verdadeiros objetivos não estão escritos em seus regulamentos. Ora, trazendo esta sugestão para esta etnografia, analisar a PM a partir do seu objetivo de manter a segurança e a paz social, não seria, nos termos de Foucault, um começo atraente. Mas porque ele nos faz esta admoestação? Porque ele observou nas instituições, quaisquer que elas sejam, uma faceta do panoptismo.

Foucault considera a sociedade moderna à luz do ideal proposto por Jeremy Bentham, qual seja, o da construção de centros penitenciários denominados panópticos. Estes tipos de prisão seriam arquitetados de uma maneira que possibilitasse ao vigilante observar todos os

prisioneiros sem que estes pudessem saber se estão sendo ou não observados. Digamos que o princípio do panoptismo, sustentou ele, está em franca oposição a toda tradição legalista precedente no Ocidente. Enquanto no legalismo há uma confluência entre o ato infracionário e os dispositivos de lei, isto é, um indivíduo apenas será um criminoso na medida em que atentar contra uma determinada ordem, no panoptismo todos os sujeitos são potencialmente considerados criminosos, pois a vigilância não está sendo endereçada aos seus atos, mas ao seu ser.

Ao se perguntar sobre as prerrogativas do panoptismo, Foucault apresenta o regulamento de uma instituição que realmente existiu na França dos anos de 1840-45. Havia nela toda sorte de formas de controle do corpo de seus participantes, desde a hora do desjejum, passando pelas rotinas de trabalho e pelas opções de lazer, até ao período de descanso. As páginas adiante revelam a verdadeira identidade desta instituição: tratava-se de uma fábrica que existiu na região do Ródano e que comportava quatrocentas mulheres.

Aqui o autor faz uma importante consideração: pouco importa qual seria a instituição, afinal de contas, em seu exemplo, a fábrica bem poderia ser uma escola, um hospital psiquiátrico ou uma casa de tolerância. Tampouco importa se ela faz parte ou não do aparato estatal. O importante e novo neste caso é que o estatal e o não estatal vêm a confundir-se, entrecruzar-se no interior destas instituições. Isto porque elas estão imersas em uma *rede institucional de sequestro*, isto é, um aparato organizacional cujo fim último é o aprisionamento da nossa existência.

Além do controle do tempo e do corpo do proletário (formando-o, reformando-o, disciplinando-o, qualificando-o como corpo capaz de trabalhar), temos como funções destas instituições de sequestro a criação de um poder polimorfo e polivalente, dotado de prerrogativas econômicas, políticas, jurídicas. Ademais, como que animando estes outros poderes, verifica-se a existência de um poder epistemológico, isto é, nas palavras do autor, *poder de extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes* (Foucault, 2002a: 121, grifos meus). Assim, há uma apropriação de conhecimento acerca do operário, sendo que este saber passa a ser transcrito para operar novas formas de controle, de docilização dos corpos, como ele já havia dito em *Vigiar e punir* (Foucault, 1987). E aqui chego ao ponto que me interessa.

Levando-se seriamente em consideração todas as falas de meus interlocutores, o policiamento comunitário teria implodido, definitivamente, as fronteiras entre os vigilantes e os vigiados. O compartilhamento de um cotidiano com os moradores da favela tem permitido

aos policiais a produção de um conhecimento sobre esta população, mas também tem franqueado aos últimos um certo saber sobre os primeiros. Nesta instituição de sequestro, há uma simbiose entre sequestradores e sequestrados. Ao passo em que a primeira instância detém o poder de sequestrar, ou seja, de prender, de punir os desviantes, de investigar e perseguir os suspeitos, a segunda tem os trunfos da censura moral e da chantagem. Não raro, os residentes demandam dos policiais atribuições que não seriam da sua prerrogativa, tais como, o auxílio em ocorrências médicas ou a escuta de reclamações quanto a falta de infraestrutura no bairro (a má conservação de uma escadaria; a falta de calçamento em determinados lugares; os estragos provocados pela chuva, dentre outros). Em relação à própria conduta dos soldados, qualquer abordagem mais truculenta ou a simples postura mais incisiva em algumas situações pode conferir a algum deles a pecha acusatória de ser “uma pessoa que não está afeita ao trabalho comunitário”. Tais acusações suscitam, inclusive, uma vigilância interna entre os próprios praças, quando um passa a censurar o modo de ser do outro, tendo por objetivo evitar problemas futuros com a comunidade. E foi assim que o soldado Tagner terminou sendo afastado da BCS, haja a vista ele ter sido considerado, entre os seus colegas de trabalho, como alguém “enérgico” demais para o policiamento comunitário. Trata-se, enfim, da necessidade de controlar o poder de reprimir.

Observem que a docilização dos corpos tratada por Foucault (1987) é um processo que ocorre tanto nas sendas do Estado, quanto em suas periferias. Não à toa ele começa a sua análise a partir da descrição do disciplinamento das brigadas militares, de como, paulatinamente, “foi expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado” (1987: 117). Desta forma, ao passo em que é preciso fixar o exército, coibindo a pilhagem e as violências, é também necessário acostumar as massas ignóbeis ao convívio com as tropas, pacificando-as, de modo a evitar os conflitos com as autoridades civis. Neste sentido, a análise do autor procura captar esse espraiamento da disciplina militar para o corpo social. Todavia, com a emergência do policiamento comunitário, o policial já não se encontra controlado tão somente pelo poder estatal, mas também por esta massa incivilizada que ele deveria disciplinar.

Assim, neste panóptico, até o vigia se encontra, ou melhor, se sente vigiado⁵⁵. Um porto, e um porto militar, diria Foucault (1987: 123), “é uma encruzilhada de misturas

⁵⁵ Estou fazendo uma referência à obra de Lemgruber e colaboradores (2003) *Quem vigia os vigias*. Entretanto, nesta obra os autores focalizam os órgãos encarregados do controle interno (as corregedorias internas) e externo (as ouvidorias da polícia e o Ministério Público) da ação dos policiais, notadamente em casos referentes ao abuso em suas condutas. Por outro lado, aqui eu estou falando de um controle interno informal, suscitado pela convivência forçada entre soldados e

perigosas, cruzamento de circulações proibidas”. Lembremos que os discursos utilizados para justificar a importância do policiamento comunitário, bem como para celebrar a postura do policial que se dispõe ao trabalho social, ainda que isto implique extrapolar as suas funções, emergem como parte de defesa da sociedade contra os seus inimigos internos. Neste quesito, a população jovem dos bairros entra em ambos os lados desta equação, na medida em que ela é, simultaneamente, tratada como “perigosa” e “em perigo”, para me utilizar das categorias criadas por Stoler (1995) em sua releitura da *História da Sexualidade* de Foucault, à luz de suas pesquisas, em torno dos arquivos coloniais holandeses. Mais adiante, no próximo capítulo, falarei com mais delongas sobre esta obra. Por agora, preciso retornar ao tenente Márcio.

No fim da nossa conversa, tenente Márcio afirmou resignadamente: “o crime consegue assediar muito mais do que nós”. Para fundamentar o seu raciocínio, ele me ofereceu uma explicação de cunho materialista: “o crime dá dinheiro e a sociedade é consumista. Vejo por esses meninos aqui da ‘Bomba’ que praticam delitos. Os celulares deles são bons; não tem nenhum pebinha não, tem que pegar *whatsapp*; como eles conseguem isso se nem os pais tem condições? Roupas de marca; relógios...”. Algumas reflexões precisam aqui serem feitas. De certa forma, no panoptismo à brasileira, os jovens sempre foram considerados o futuro da nação. A novidade é que agora a PM se lançou à tarefa de disputar esta parcela da população com a instância que se afigura como seu principal inimigo, a saber, o tráfico de drogas. Mas disputar através de ações educativas, filantrópicas e esportivas, ações estas que sempre estiveram a cargo de outras organizações sociais. Assim, a instituição estaria, de certa forma, “policiando futuros”⁵⁶ (Garriott, 2013), isto é, coletando dados de diversas fontes que, uma vez analisados, produzirão resultados que anteciparão e responderão mais eficazmente ao futuro crime.

E assim, deixando entre parênteses a função repressiva do corpo policial, podemos entrever um tipo de violência simbólica que é tão ou mais potente que a violência física. A propósito, para Bourdieu (2014), a primeira é quem torna possível a existência da segunda. Com isto, não estou afirmando que a conduta dos policiais nos bairros do Alto das Pombas e

moradores de favelas, no contexto de implementação do policiamento comunitário. Para uma outra análise sobre os problemas concernentes à fiscalização da corporação policial, ver Macaulay (2002).

⁵⁶ Este é o título da terceira seção da obra editada por Garriott (2013). Nela, há o enfoque nos novos horizontes das práticas policiais; em outras palavras, nas potenciais transformações que as novas práticas de policiamento sugerem e como elas podem alterar aquilo que entendemos como sendo a polícia. Do meu ponto de vista, enfatizei mais o sentido vernacular do termo, em detrimento de uma abordagem centrada no futuro da prática policial, ainda que estas duas dimensões não se apresentem como sendo dicotômicas.

do Calabar tem primado pela cordialidade. Excessos são cometidos. As abordagens muitas vezes são truculentas. A invasão de domicílios à revelia de seus moradores ainda é um fato bastante mencionado pela população. Se não houvessem conflitos, certamente o soldado Tagner, por exemplo, não teria sido afastado. E se a polícia agora surge com uma área santificada, isto nada mais é do que a assunção do *poder pastoral*, para além da garantia da segurança pública. De acordo com os apontamentos foucaultianos, este tipo de tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs, passou a ser uma das prerrogativas estatais, havendo, contudo, um deslocamento em seus objetivos: já não se trata da salvação da alma no outro mundo, conforme o credo cristianista, mas, antes, de assegurá-la neste mundo (Rabinow e Dreyfus, 1995). Assim, toda a preocupação dos policiais para com as crianças e os adolescentes nos mostra que eles aprenderam a seguinte lição: para conduzir o seu rebanho, tornou-se obsoleto o uso do cacete. Aulas de judô e de computação, festas de Natal e do Dia das Crianças, abraços e afagos, têm sido mais eficazes.

No tocante ao papel epistemológico da corporação policial, o conhecimento que tem sido produzido sobre a juventude das classes populares, responsável pela criação de todo um léxico específico – “delinquentes juvenis”, “marginais”, “trombadinhas”, etc. - sempre teve como principal contexto as ações policiais marcadas pela utilização da máquina repressiva do Estado. A pergunta que agora urge a ser respondida é a seguinte: quais tipos de saberes serão produzidos, posto que, com o policiamento comunitário, os soldados se encontram diante da necessidade de conter o poder de reprimir? Em outras palavras, em termos foucaultianos, que relação de poder-saber será desenvolvida, uma vez que o vigilante não mais apenas vigia, mas também é vigiado?

Apenas o tempo poderá nos oferecer respostas para estas perguntas, pois ainda estamos no período inicial de contato mais íntimo entre moradores de comunidades populares e policiais. Para encerrar este capítulo, preciso ainda elaborar algumas análises e descrições sobre o que a BCS tem representado para a vida dos adolescentes do Calabar e do Alto das Pombas. Neste ponto, chegaremos no “efeito Mateus”.

O policiamento comunitário e o “efeito Mateus” das políticas sociais

Dezembro de 2015. Dois anos após o fim do *Higher Level* encontro, por um acaso, Igor no andar superior da sede da BCS, na única sala mais ampla da edificação, cantando ao lado de outro colega, ambos acompanhados por um policial, que tocava um violão. Tratava-se

do ensaio para a solenidade de encerramento de mais uma iniciativa da unidade policial – o *Primeiro Som* – que beneficia alguns jovens da comunidade, oferecendo-lhes aulas de canto coral e iniciação musical. Soldado Emerson, licenciado em música, é o responsável por ministrar as aulas. Era ele quem estava acompanhando os rapazes, numa composição original por eles elaborada durante o período de aprendizado.

Igor não foi o único jovem integrante do curso de inglês a acumular participações em iniciativas sociais promovidas pela BCS. Conforme afirmei na introdução, Daniela e Crispina foram beneficiárias de um curso para modelos e manequins oferecido pelo agrupamento militar em parceria com a agência One Models. Não apenas os jovens, mas também suas famílias encontraram na implantação desta política outros benefícios para além da segurança pública. Dona Neusa, de quem falei no capítulo anterior, foi aluna de um curso pré-vestibular oferecido pela instituição no período noturno. Na cooperativa de doces, que funciona num espaço construído pela unidade policial logo após a instalação da Base, trabalha Dona Terezinha, mãe de Tatiane e Thaís, duas estudantes do *Higher Level*, de quem tratarei mais pormenorizadamente nas páginas seguintes.

Voltando ao dia de encerramento do *Primeiro Som*, ao encontrar com Igor, confessei a minha surpresa em lhe ver engajado na arte musical. Desistiu de jogar bola?, perguntei. “Ah, aquele projeto acabou, aí eu vi que a Base abriu esse daqui e me interessei”, respondeu ele. “É mais divertido que o curso de inglês, não é?”, indaguei. “Oxe, bem mais. Eu não sabia cantar nada. Agora já estou até afinado. Sem falar que eu já estou compondo minhas próprias músicas”, afirmou ele.

Já na solenidade formal de término do ano letivo do projeto, que contou com a presença de autoridades da corporação militar e com a participação musical do grupo Neojibá (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia; iniciativa patrocinada pelo governo estadual), o professor-soldado Emerson, em sua intervenção, rememorou, com a voz embargada de emoção: “certo dia, um dos meus alunos me disse que fazia avião [entregava drogas a pedido de traficantes] e hoje, dedicado à música e com a interação com outros jovens, não faz mais isso”.

Dias após a este evento, voltei a encontrar com o soldado Emerson, na própria sede da BCS, por volta das 9 horas da manhã. Cerca de vinte adolescentes estavam no andar superior do prédio, esperando por ele, para o ensaio da apresentação musical a ser realizada naquele mesmo dia, na festa de Natal dos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, mais uma promoção da corporação militar, que aconteceria no largo principal da segunda localidade.

Enquanto o professor conversava com os seus colegas de trabalho, definindo os últimos detalhes da logística do evento, os adolescentes corriam, berravam, gargalhavam, simulavam brigas aos olhos condescendentes e despreocupados dos policiais militares. Por um momento acreditei estar em qualquer lugar, exceto em uma repartição policial. Eram lancinantes os gritos dos jovens e eu me perguntava se não apareceria ninguém para colocar alguma ordem naquele lugar. Debruçada em uma das janelas do salão do andar superior do prédio, estava uma jovem entretida com trocas de mensagens em seu telefone móvel. Jéssica era a sua graça. Em dois dedos de prosa eu percebi que se tratava de mais uma adolescente ocupada das classes trabalhadoras urbanas.

Jéssica havia entrado no projeto no início do ano. Nas segundas, terças e quartas-feiras, ela frequenta um curso de teatro; nas quintas, ele se dirige à BCS para fazer parte do coral de jovens, única oportunidade na semana que ela possui para tomar parte deste aprendizado, pois nas terças-feiras (o outro dia em que o projeto é executado) ela está imersa nas aulas de interpretação teatral (todas as iniciativas ocorrem no período vespertino; daí, o choque de horários). Por fim, nas tardes das sextas-feiras ela tem se dedicado ao balé. Segundo ela, sua mãe, dona de casa (o pai é pedreiro), foi a responsável por sua matrícula no *Primeiro Som*. “Ela chegou lá em casa com fichas de vários cursos – judô, jiu-jítsu, computação, música – e me pediu para escolher um dentre eles”, explicou ela.

De repente, com algumas palmas e gritos de atenção, Emerson surge na sala e, como num passe de mágica, cessa a dispersão e a algazarra dos alunos. “Vamos começar a ensaiar pessoal”, disse. “Primeiro o coral, depois as apresentações individuais”, prosseguiu. Rapidamente, os adolescentes começaram a se organizar em fileiras sob o comando do soldado-professor. “Os maiores atrás e os menores à frente”, orientou ele. Sete composições seriam apresentadas na festa de Natal. Já totalmente concentrados, os estudantes aquecem as vozes e, posteriormente, iniciam o ensaio.

Já estávamos próximos do horário de início da festa. Havia combinado com Jaciara de irmos juntos ao evento. No fim do ensaio dos adolescentes, ela apareceu na sede da BCS. Por alguns instantes, acompanhamos toda a cantoria até que resolvemos nos deslocar para o largo do Alto das Pombas. Na saída, ela afirmou, numa espécie de comentário sobre o coral dos estudantes: “quero ver algum desses meninos ficarem marcados”. Como assim?, questionei. “Ora, tudo que a gente vive na nossa infância e adolescência ficam marcados. Esses meninos não terão nenhuma marca negativa”, explicou ela.

O sol estava inclemente. Teríamos de subir sinistras escadarias e nos arrastar por becos e vielas estreitas até chegar ao Alto das Pombas. Por coincidência, três soldados

também estavam se dirigindo para o mesmo local e, deste modo, resolveram nos fazer companhia, o que mais pareceu uma escolta informal. Com armas em punho, cada passo que sugeria a entrada em um novo campo de visão era acompanhado pela adoção da conduta defensiva – apontar a pistola para um oponente imaginário -, postura bastante costumeira entre eles, dado o treinamento militar, mas que não deixava de produzir em mim certo assombro.

No Alto das Pombas, a festa já havia começado com a apresentação da cavalaria da academia da PM. A praça estava repleta de crianças à espera da chegada do Papai Noel. Algumas lideranças comunitárias também marcavam a sua presença. Enquanto não começavam as apresentações e a distribuição dos presentes, os policiais entretinham os moleques, convidando-os a passear de cavalo e registrando os encontros em fotografias captadas por telefones móveis. Repentinamente, surge uma tropa acompanhada com os cães labradores, galvanizando todas as atenções dos presentes, especialmente, do público infantil. Para gáudio da criançada, os policiais deixavam que elas tocassem os animais. Algumas crianças começaram a imitar os militares em suas atitudes de comando e em seus modos de andar. Certamente, seria a “imitação prestigiosa” da qual falara Mauss (1974). A manhã terminaria com a apresentação do coral do projeto *Primeiro Som* e com a distribuição de presentes feita por um policial fantasiado de Papai Noel. Cabem, neste momento, algumas análises.

Ilustração 03: Crianças brincam com o cão labrador, na festa de Natal realizada pela PM (Largo do Alto das Pombas, dezembro de 2015)



Com o objetivo de suplantar o tráfico de drogas, a PM tem procurado atrair, para a esfera de sua atuação, crianças e adolescentes do Alto das Pombas e do Calabar. O desenvolvimento de políticas sociais no âmbito da BCS tem por objetivo ensejar essa aproximação entre os policiais e os moradores. Por seu turno, em se utilizando dessa estratégia, a corporação policial emprega um *modus operandi* que sugere, nos termos de Taussig (1993), uma reorganização da atividade mimética. Observem. Se os traficantes se dedicam a afazeres que não combinam com a luz do dia, eles só o fazem porque almejam ter acesso ao poder e aos padrões de consumo estimulados pela sociedade abrangente. Ou seja, a atividade ilegal é um meio para a padronização cultural estimulada pela economia capitalista. Por sua vez, os adolescentes desses bairros seriam atraídos para este mercado porque acreditam que eles poderão ser iguais aos narcotraficantes estabelecidos, no que concerne ao poderio e ao respeito por eles gozados dentro dessas comunidades. Por fim, eis que surge a polícia, cujas atitudes implicam um rearranjo desse ciclo de imitações. Ao fazer demonstrações do seu aparato logístico (viaturas, cavalarias, cães farejadores, tropas de artilharia, etc.), a mensagem subliminar a ser transmitida para o subconsciente das pessoas é a seguinte: se é para copiar alguém, que sejamos nós a fornecer os modelos. Logo, os policiais tentam ser os agentes detentores do monopólio da imitação prestigiosa nestas localidades.

Contudo, nesta disputa por um público cativo – isto é, os adolescentes –, os policiais terminam atuando na parcela escolarizada e regida pela ética do trabalho, ou seja, os indivíduos que não apresentariam – tanto para o senso comum, quanto no que se refere aos desenhos institucionais das políticas governamentais – os indicadores de vulnerabilidade social propícios à entrada no mundo do tráfico de drogas, a saber, a desestruturação familiar, a evasão escolar, a desocupação, dentre outros fatores. De um modo geral, todos os projetos sociais desenvolvidos pela BCS colocam como um de seus pré-requisitos: jovens que estejam matriculados na escola e que possuam um bom desempenho escolar. Desta maneira, os indivíduos que têm sido contemplados por estas iniciativas geralmente são aqueles procedentes das famílias mais remediadas dos bairros.

Algo semelhante aconteceu com a própria seleção dos estudantes do *Higher Level*. Novamente, dentre os critérios eletivos, os jovens deveriam estar matriculados na rede formal de ensino e ter um bom desempenho escolar. Ademais, no processo seletivo, eles tiveram de escrever uma redação, respondendo a seguinte questão: “por que você quer aprender inglês?”. Conforme pude apurar nas entrevistas com o corpo pedagógico da American School, os jovens selecionados foram aqueles que demonstraram o melhor talento na escrita, uma vez que não houve tempo hábil para conhecer de perto a realidade das famílias.

Na época de elaboração do meu trabalho de conclusão de curso sobre o PAJ no Alto das Pombas, eu já havia feito semelhante observação. Sendo um programa destinado a uma parcela pauperizada da sociedade, esperar-se-ia, como sugere o senso comum, que os beneficiários do PAJ seriam recrutados entre as frações mais deserdadas do subproletariado urbano. No entanto, eles eram provenientes das franjas da classe trabalhadora local, nas bordas da integração socioeconômica estável. Tratou-se, assim, de uma autoseleção que tendeu, de fato, a excluir os mais excluídos. Segundo Benedito, orientador social do programa, a primeira turma do PAJ havia sido formada por pessoas pertencentes ao segmento mais baixo da população do bairro. Contudo, a experiência não foi muito proveitosa, pois estes jovens não eram muito engajados, faltavam muitas aulas e não cumpriam com as atividades propostas pelo projeto. Logo, a penúria de recursos materiais foi por ele retirada do rol de critérios para a admissão no PAJ em suas edições posteriores; esta passou a obedecer mais a uma lógica de disposições morais, numa clara divisão do mundo entre indivíduos empenhados e aqueles desprovidos de empenho.

Também entre os adolescentes beneficiários do PAJ eu havia notado algo que desde a introdução venho chamando a atenção do leitor: o fato de um mesmo sujeito acumular participações em distintos projetos sociais. No capítulo anterior, dada a representação fortemente enraizada do jovem das classes populares como um sujeito destinado ao mercado de trabalho, uma vez que, fora desta esfera, o mais provável seria a sua degeneração, apoiado numa fala da mãe de uma adolescente, eu havia chamado esse acúmulo de “síndrome do pato”: a grande quantidade de afazeres como que gerando a perda de foco e o baixo grau de especialização em uma dada atividade. Porém, esta categoria representa apenas um lado de toda a questão.

Tomemos, pois, Jéssica como um exemplo. Ela está matriculada, simultaneamente, em projetos que contemplam a música, o balé e o teatro. Ainda que objetivem ocupar o tempo livre dos jovens das classes trabalhadoras urbanas, vislumbrando o ócio como uma possibilidade para o desvirtuamento de caráter, e tenham como horizonte o desenvolvimento de habilidades que poderão ser manuseadas na esfera do trabalho, esses adolescentes terminam tendo uma formação semelhante à dos seus co-irmãos de classe social mais abastada, ou seja, uma educação para o espírito. Não à toa, as iniciativas implantadas pela BCS mais vinculadas ao trabalho, dissociadas do lazer e do prazer, tais como, cursos de carpintaria, de mecânica, de bordado, de eletricitista, dentre outros, foram um fracasso, isto é, não atraíram grande público. Jaciara ofereceu uma razão para a baixa procura: “as pessoas querem fazer cursos para ter empregos mais prestigiosos”. Neste caso, o prestígio estaria

associado a qualquer atividade que não fosse considerada “braçal”, uma vez que, hoje em dia, em termos econômicos, as profissões de liceu (carpintaria, marcenaria, funilaria, dentre outras) são muito bem remuneradas.

Jéssica, Igor e a grande maioria dos jovens vinculados aos projetos sociais da BCS – refiro-me às aulas de música, judô, informática, dentre outras atividades – têm uma carreira calcada em participações nos mais diversos tipos de políticas sociais. É o que eu pude apreender do pouco convívio que eu tive com estes adolescentes⁵⁷. Não apenas eles, mas também suas famílias são ou já foram assistidas por iniciativas geridas pelo poder público ou por organizações do terceiro setor.

Desta maneira, com o passar do tempo, estes jovens vão incorporando mais e mais capital simbólico, processo descrito por Merton como “efeito Mateus” (ou “vantagem cumulativa”). A expressão alude a uma passagem do Evangelho segundo Mateus⁵⁸ (25: 29) - ‘porque a todo que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado’ (apud Merton, 1968: 58) - e foi cunhada pelo autor para demarcar a propensão da área científica a concentrar em poucos pesquisadores as honrarias e os recursos financeiros e humanos. Colocando em linguagem menos imponente, prossegue ele, o “efeito Mateus” consiste em endossar o reconhecimento para determinadas contribuições científicas levadas a público por cientistas renomados e desconsiderar, ou não dar a devida condecoração, a intervenções realizadas por pesquisadores em início de carreira.

Mais recentemente, investigando a participação de adultos em atividades de aprendizagem não-formal, Ávila (2008) também se utiliza da mesma categoria para demonstrar que, em Portugal, geralmente são os indivíduos mais escolarizados, com habilidades de letramento mais bem estabelecidas e com empregos mais qualificados, a serem contemplados por estas iniciativas. Ou seja, os sujeitos que mais precisam dessas ações são, exatamente, aqueles que delas são excluídos. Como sugere Ávila, “a formação inicial insuficiente compromete, por exemplo, a chamada formação contínua, dado que os indivíduos

⁵⁷ Quando da pergunta sobre se eles já haviam participado de outros projetos sociais, dificilmente encontrava um marinheiro de primeira viagem, isto é, um jovem que estava participando pela primeira vez de um programa social.

⁵⁸ Na gênese deste conceito, Merton se apropria da parábola dos dez talentos. Nesta narrativa, Jesus ilustra a história de um homem, provavelmente bastante afortunado, que, em se ausentando de seu país, decide distribuir talentos a três de seus servos para que eles cuidem de suas posses enquanto ele estiver ausente. Os dois que receberam a maior quantidade de talentos se sentiram estimulados a multiplicar as suas graças, ao passo em que aquele que recebeu um número menor, ficou tão receoso de perder o pouco que lhe fora confiado, que terminou não se preocupando em fazer prosperar a sua mestria. Quando o senhor retorna, percebendo a avareza e displicência do terceiro servo, resolve puni-lo com a retirada do seu talento.

não dispõem de competências de partida que possibilitem a aquisição de novas aprendizagens (Ávila, 2008: 255). Face à limitação de recursos materiais, tende-se a investir nas pessoas que possuem maiores possibilidades de tirar proveito destas outras formas de aprendizagem. Assim, para o autor, o engajamento em políticas de educação não pode ser pensado nos termos de motivação, ou escolha, por parte dos cidadãos, na medida em que é algo a estar interligado com a sua posição na hierarquia social e nos ciclos de vida. Logo, se os projetos governamentais estão orientados, no plano de seus desenhos institucionais, para o benefício dos indivíduos tidos como em “estado de risco e/ou vulnerabilidade social”, aqueles que, de fato, vivenciam esta situação encontram sérios obstáculos em serem visibilizados por estas iniciativas⁵⁹.

Sete anos de pesquisa nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas foram me aproximando da mesma constatação. De fato, os programas assistenciais tendem a beneficiar sempre os mesmos indivíduos. No tocante à guerra entre policiais e traficantes em torno do posto de fonte de inspiração para a juventude local, as iniciativas da BCS não têm atuado na parcela mais marginalizada desta população. Se o senso comum, tanto leigo quanto informado, aponta a pobreza material e a desestruturação dos laços familiares como as principais portas de entrada para o mundo do tráfico, chama a atenção o fato de os sujeitos assistidos pelo Estado e pelas organizações não governamentais estarem relativamente distantes destas experiências de vida. O caso descrito pelo soldado Emerson do adolescente que abandonou a prática de “fazer avião” em proveito do foco em sua participação no projeto de música é a exceção que comprova a regra. Seria, enfim, o “efeito Mateus” das políticas sociais.

Por outro lado, em participando de diversas atividades - aulas de inglês, de formação profissional, de computação, de dança, de capoeira, de artes cênicas, dentre outras – esses jovens podem vivenciar a dificuldade de encontrar tempo para se aprofundar em um destes afazeres, tal como foi descrito no capítulo anterior, o que nos leva à “síndrome do pato”. Ademais, a referida síndrome também pode ser enquadrada como um efeito da descontinuidade dos projetos sociais - isto é, as iniciativas, por mais bem sucedidas que sejam, tem uma vida intermitente -, o que acarreta na não capacitação plena das pessoas por

⁵⁹ Estou consciente de que seria necessário um levantamento quantitativo sobre o perfil dos jovens beneficiados por programas sociais nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, de modo a enriquecer a minha análise. Porém, tal pesquisa não pode ser feita porque as associações comunitárias, bem como a PM, não dispõem de um banco de dados com estas informações. De todo modo, o fato de estas políticas contemplarem as parcelas mais escolarizadas dos bairros e a enorme incidência de jovens que acumulam participações em diversas iniciativas sociais, de certa forma, confirmam o que aqui chamo de “efeito Mateus” das políticas sociais.

eles beneficiadas. Assim sendo, o “efeito Mateus” e a “síndrome do pato” são duas faces de uma mesma moeda. Ao invés de uma oposição, enxergo uma simbiose entre estas duas categorias. É justamente a confluência entre estes dois polos que eu procurarei investigar no próximo capítulo. Manter os adolescentes ocupados, incentivar sua participação nos mais diversos programas sociais são atitudes que apenas ganham sentido em um contexto no qual existe uma arraigada desconfiança e medo em torno das formas de sociabilidade locais. Dando especial atenção à categoria gênero, veremos que, na construção de uma juventude ideal, as meninas são as mais controladas em seu ir e vir. As tutelas familiar e estatal suscitadas pelas lógicas do “efeito Mateus” e da “síndrome do pato” se orientam a partir de uma evitação, a saber, os efeitos do contágio, isto é, os possíveis desdobramentos do contato de um jovem de bem com o lado tido como errado da vida. Este será, pois, o tema das páginas a seguir.

CAPÍTULO 04

A “SÍNDROME DO PATO” E O “EFEITO MATEUS”: PARA ALÉM DO GÊNERO MASCULINO

A questão

Maio de 2013. Em uma preguiçosa manhã de sábado me dirigi à quadra de esportes do Calabar para assistir a última rodada do 9º Campeonato da Escolinha de Futebol do bairro. Após o fim das partidas, os campeões foram premiados. Com o término da cerimônia de premiação, Marcelinho, um dos técnicos dos times, me acompanhou até a saída. No caminho, ele me explicou como são organizadas estas atividades. “Está vendo esse jogo aqui? A gente veio arrecadando dinheiro do pessoal e conseguiu os R\$350,00 para comprar os troféus, as medalhas e os *kits* esportivos”, relatou. Em sua ótica, este trabalho é uma forma de ofertar uma opção às crianças do bairro. Muitas delas possuem pai e/ou parentes que estão “envolvidos” (com o tráfico de drogas), garantiu ele. “Veja, tratam-se de indivíduos que vivem em situação de risco, e onde as políticas públicas não entram, a gente entra”, disse ele.

Nesta nossa conversa, Marcelinho “encheu a bola” de Waldomiro, o técnico principal da escolinha de futebol, ressaltando a sua solidariedade e prestimosidade, visto que a iniciativa, por vezes, depende de seu apoio financeiro para continuar a sua vigência. De início, Marcelinho discordava da metodologia do seu parceiro, porque, em seu ponto de vista, ele era e é muito severo com as crianças. Contudo, ele, gradativamente, foi percebendo que não tem outra forma de ser respeitado a não ser “falando grosso”. “Não estamos lidando com filhos de médicos, de advogados e de doutores”, justificou.

Ao final de nosso bate-papo, Josemar, o terceiro técnico da escolinha, veio ao nosso encontro e uma vez tendo ciência do teor do nosso diálogo, ele resolveu colocar em cena a figura de Leandro Floquet, uma das antigas lideranças do tráfico de drogas na localidade, morto em um combate com a polícia - pelo menos, é esta a versão dada pelas autoridades - em meados de 2010, no período brevemente anterior à implantação da BCS. Segundo ele, Leandro era um dos únicos da família que havia estudado, tinha segundo grau completo; era dançarino e modelo, mas sofreu pressão familiar para assumir funções no comércio ilegal de

entorpecentes, como se fosse um destino, como se ele não tivesse outra opção. De acordo com meus interlocutores, Leandro, inclusive, havia pelejado em várias praças, distribuindo currículos profissionais, em busca de um emprego e de uma vida honesta, mas tudo havia sido em vão. O sobrenome maldito - vinculado ao clã que, desde a década de 1980, domina o narcotráfico na região do Calabar e do Alto das Pombas - e o local de moradia eram empecilhos à entrada no mercado formal de trabalho.

Leandro teve a mesma sorte de seu pai, que por sua vez tivera a mesma sorte de seu progenitor e assim sucessivamente... Todos eles eram envolvidos com o tráfico de drogas; todos eles, de acordo com as narrativas oficiais, foram mortos em confrontos com policiais. Dando prosseguimento ao seu relato, Marcelinho afirmou que o filho de Leandro está na escolinha de futebol e me confessou o seguinte temor: “a gente tem medo que ele tenha a mesma sorte, embora saibamos que a pressão sobre ele será bem menor porque a família Floquet foi praticamente dizimada”.

Ilustração 04: Waldomiro, técnico principal da escolinha de futebol, orienta seus jogadores (Quadra esportiva do Calabar, maio de 2013)



Também em maio de 2013, após cruzar as escadarias que ligam o Calabar ao Alto das Pombas, me deparei com o peso do passado, em minha visita ao Centro Educacional Mentres Brilhantes⁶⁰, única escola privada a ofertar o ensino fundamental na comunidade. Estava com um encontro marcado com o mestre Zezinho, capoeirista de renome na localidade,

⁶⁰ Nome fictício.

responsável por ministrar aulas de capoeira para crianças e adolescentes, nas dependências do citado colégio.

Desnecessário dizer que a nossa conversa teria como pauta, exatamente, esse trabalho educacional. Há cerca de 25 anos mestre Zezinho tem se dedicado a ensinar a ginga e os golpes de capoeira aos jovens da comunidade. Em suas aulas, ele procura ensinar aos seus alunos não apenas os movimentos da luta/arte corporal, mas também noções de disciplina e respeito ao próximo e para consigo mesmo. De certa forma, ele tenta repassar aos seus discípulos um certo tipo de saber que, olhando em retrospecto, teria lhe salvado em sua adolescência.

Já na tenra idade, Zezinho teve que se confrontar com a dor da perda. Da infância, se recorda do sofrimento sentido quando do óbito de seu pai. Aos dezessete anos, foi a vez de perder a mãe. Um pouco antes, aos treze, encontrou mestre Túlio, aquele que, em seu entendimento, teria sido seu salvador. “Na falta de um pai e de uma mãe, eu tive a capoeira”, afirmou ele.

Assim, ele tenta transmitir aos seus pupilos o legado deixado por mestre Túlio. Isto porque, em sua perspectiva, o “negócio no bairro é estreito”, isto é, são limitadas as opções disponíveis aos jovens na comunidade. De acordo com ele, as portas para o mundo das drogas estão abertas, escancaradas, e ele teme que um aluno seu seja cooptado pelo tráfico. “Triste é o fim daqueles que se “envolvem”, ponderou. Desta maneira, lembrando-se da sua adolescência, ele afirmou, como justificativa para os seus atuais temores: “todos os meus amigos de infância que se ‘envolveram’, hoje estão em suas sepulturas”. A propósito, o verbo “envolver” e o substantivo “envolvimento” são palavras que dispensam complemento. Uma vez proferidos, fica implícito a associação ao narcotráfico.

Inesperadamente, nosso bate-papo foi interrompido por uma menina, uma ex-aluna do capoeirista, como pude apurar, posteriormente. Pelas feições da adolescente, notava-se que ela estava grávida. Não consegui ouvir a conversa entre mestre e ex-pupila. Aparentemente, tratava-se apenas de uma visita de cortesia. Quando Zezinho se dirigiu a mim novamente, antes que eu dissesse qualquer coisa, ele se incumbiu de explicar a situação: “essa daí é ex-aluna minha. Apenas 16 anos! Não foi por falta de aviso. Não foi por falta de instrução. Ela estava queimando aula para se encontrar com o namorado. Uns dizem que ele é ‘envolvido’; outros, dizem que não. Ele é novinho igual a ela; 17 anos, entende? Enfim, foi ela mesma quem enfiou os pés pelas mãos”. Perguntei, então, se a gravidez tinha ou estava sendo um drama para ela. Zezinho pensou por um instante e respondeu: “olha, isso tem sido um drama

para a família dela. Ela não está nem aí. Isso vai acabar sobrando para mãe dela. Se ela quiser continuar estudando, será a avó quem cuidará da criança”.

Após esta exposição sobre a situação de sua ex-aluna, mestre Zezinho encontrou uma oportunidade para falar de si mesmo, ou melhor, para dissertar sobre a sua pedagogia. Conforme o seu relato, ele procura ser bastante franco com os seus discípulos, procurando não evitar nenhum tópico de conversação. Assuntos como relações sexuais e doenças sexualmente transmissíveis não são, de forma alguma, tabus em suas rodas de capoeira. Especial cuidado ele tem para com as meninas. De acordo com ele, não é permitido investidas amorosas em suas aulas. Caso descubra estar havendo algum relacionamento entre seus alunos, ele convoca os pais, para que eles se manifestem sobre a situação, colocando o flerte em outros termos, a saber: se será um namoro de porta ou não. Ademais, Zezinho afirmou ter sérias conversas com as alunas. Ele resumiu para mim o teor de suas argumentações, quando desses diálogos: “homem não é segurança de ninguém, minha filha. Lute para conquistar a sua faculdade; a sua casa; o seu carro... Não tem que depender de homem nenhum”.

E aqui chego a um ponto que me sugere recapitulações e novas questões. Primeiramente, toquemos na questão da relação entre o homem e o seu meio, tema predileto dos intelectuais e escritores do século XIX. Pela descrição de meus interlocutores, tudo se passa como se a sorte de determinados indivíduos já tivesse sido escrita de antemão. Dada a “estreiteza” da vida no bairro, o comércio de entorpecentes surge como uma espécie de “comunidade de destino” (Maffesoli, 2006). Tal argumento já fora utilizado, por exemplo, por Philippe Bourgois (1995) em seu estudo clássico sobre os traficantes do East Harlem, em Nova York. Segundo ele, em locais onde são limitadas as oportunidades financeiras, e que apresentam um padrão histórico de desconexão para com as principais atividades econômicas, o tráfico de drogas torna-se o jogo dominante, desempenhando papel importante na perpetuação de normas e atitudes em relação à violência.

Por seu turno, o episódio ocorrido durante a minha conversa com mestre Zezinho - vale lembrar, a aparição de sua ex-aluna, grávida aos 16 anos de idade - me despertou o interesse pelas temáticas da sexualidade e das construções de gênero. Comecei a me questionar qual seria o perfil mais desejado de juventude feminina nestes bairros e como meus interlocutores - pais de família e lideranças comunitárias - enxergavam a degeneração de uma menina, em comparação com os rapazes. Ora, levando-se em consideração a construção social das *gendered personalities* parece que a combinação entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus” tem por objetivo evitar o seguinte perigo: a entrada dos sujeitos no narcotráfico. Todavia, no caso das moças, esse envolvimento parece estar atrelado unicamente

ao concurso sexual. Desta maneira, a ocupação do tempo livre dos jovens, o seu enquadramento como sujeitos para o mercado de trabalho, a concentração de investimentos públicos e filantrópicos em um mesmo indivíduo, enfim, todos os elementos associados às categorias que nomeiam esta tese ganham contornos hiperbólicos quando nos concentramos na vida das molecas. Explicitar esta diferenciação entre homens e mulheres será o objetivo deste capítulo.

Sobre as meninas e o gênero da pacificação

Nas aulas do *Higher Level*, no núcleo Calabar-Alto das Pombas, havia, inicialmente, vinte estudantes: 16 meninas; e apenas 4 meninos. Embora não haja levantamentos estatísticos sobre a questão, lideranças comunitárias e profissionais do terceiro setor que atuam nas localidades confirmaram uma certa percepção que eu tive: a de haver uma presença mais maciça de jovens do sexo feminino no âmbito de projetos sociais. Em verdade, em termos nativos, o próprio trabalho social é entendido como uma tarefa feminina; assim sendo, até o policiamento comunitário não escapa deste tipo de classificação. Por ser uma polícia que tem o compromisso de dialogar com a comunidade, não incorrendo prematuramente em posturas repressivas, ela é vista, dentro e fora da corporação policial, como uma atividade mais afeita às mulheres. Digamos que, se o tráfico de drogas é tido como associado a um *ethos* masculino, o policiamento comunitário é identificado como apregoando um comportamento mais feminilizado⁶¹. Sintomático disto, por exemplo, foi a escolha da capitã Manuela como a primeira comandante da BCS. Conforme ela mesma me confessara, a sua indicação foi baseada na categoria gênero, uma vez que, dentro da instituição, acreditava-se que uma líder mulher conduziria melhor esta empreitada, haja a vista as mulheres serem mais abertas ao diálogo e terem um perfil mais conciliador, o que vem ao encontro dos ideais em torno da pacificação das comunidades.

Assim sendo, a pacificação - etapa atual da guerra às drogas empreendida pelo Estado brasileiro - das favelas urbanas dominadas pelo tráfico de drogas é uma ação direcionada aos homens, uma vez que toda a dinâmica de violência - tanto a dos traficantes, quanto a dos policiais - que assola estes lugares é associada ao sexo masculino. Autores como Bourgois

⁶¹ Albernaz e colaboradores (2007: 45) notaram que os policiais que atuavam no GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), programa gérmen das UPPs cariocas, como também aqueles que trabalhavam em módulos de policiamento comunitário eram, pejorativamente, denominados de “policiais cor-de-rosa”.

(1995), Zaluar (2004), Cecchetto (2004) e Penglase (2010) têm nos oferecido dados relevantes sobre a correlação entre a ideologia de autoridade masculina e o uso da força pelos sujeitos envolvidos nas teias do narcotráfico. De acordo com o primeiro autor, homens enfraquecidos em suas posições hierárquicas, em virtude do desemprego e da militarização da sociedade (os dois processos responsáveis pela marginalização dos moradores dos guetos americanos), incorrem em atos violentos como uma forma de adquirir respeito e dignidade. A entrada no mercado ilegal de entorpecentes responderia a este clamor moral. Hume (2009), em sua etnografia sobre os atos de violência, e o silêncio que os acompanham, em duas comunidades de El Salvador, no contexto pós-guerra civil, oferece uma crítica contundente a este postulado. Segundo ela, o constante uso do terror contra grupos sociais neste país eliminou a articulação da oposição não-violenta, o que tem provocado o aprofundamento dos níveis de polarização e desconfiança na sociedade. Isto tem reforçado “masculinidades hegemônicas” - termo que confere uma leitura gramsciana ao sistema social do patriarcado - que valorizam a agressividade e a misoginia. A incidência continuada destas posturas - e, por conseguinte, a própria violência contra a mulher - está atrelada a noções rasas de cidadania, ao sub-desenvolvimento e às desigualdades sociais. Logo, fatores estruturais explicariam a tríade homens-criminalidade-violência e não necessariamente os critérios de cunho psicologizante demonstrados na análise anterior. Entretanto, conforme pretendo discutir mais adiante, embora os autores apresentem um ou outro ponto de discórdia entre suas análises, nenhum deles conseguiu fugir de uma certa naturalização, qual seja: a maior presença de homens nas teias da economia das drogas implicar na associação desta atividade ao universo masculino.

Das 16 meninas matriculadas no *Higher Level*, quatro desistiram de frequentar as aulas. Não sei se pela prevalência numérica, ou por questões de afinidade pessoal, acabei desenvolvendo uma relação mais íntima com as moças da turma; com os rapazes, tive um contato menos caloroso. Todas as histórias que serão contadas a seguir são fruto de meu entendimento e desentendimento; minha empatia e antipatia; minha simpatia ou falha em ser simpático com essas garotas. Compartilhei com elas momentos de euforia e frustração quando da pronúncia de palavras da língua inglesa nas sessões aos sábados; fiz com elas o percurso de volta às suas respectivas casas; frequentei suas moradas; bem como igrejas e eventos fora e dentro de suas comunidades. Algumas dessas personagens já são de conhecimento do leitor, e serão aqui retomadas; outras, surgirão neste presente momento. No capítulo 02 apresentei a mãe de Naiana e a família de Stephanie e havia prometido contar maiores detalhes sobre a progenitora de Ingrid, Maria, promessa que será agora cumprida. Também neste capítulo

aparecerão o pai de Naiana, Seu Nilson, e outro núcleo familiar, a saber, o das irmãs Tatiane e Thaís. Antes, porém, vale relembrar alguns fatos concernentes aos pais de Stephanie, o casal Silvana e Sebastião.

Vimos, no relato sobre a família de Stephanie, que a não manutenção de laços de sociabilidade com a vizinhança, por parte da adolescente, parece ser uma disposição passada de mãe para filha. Notei que Sebastião, seu pai, possuía amigos em seu bairro, enquanto que em sua esposa não pude verificar o mesmo. Certa vez, Silvana me confessara não ter amizades no bairro. Stephanie, por seu turno, parecia seguir os passos de sua progenitora. Apenas duas amigas do colégio frequentavam a sua casa. Na falta de contato físico, a adolescente gastava parte de suas horas de lazer interagindo com conhecidos virtuais em redes sociais da internet, pessoas que ela nunca havia visto pessoalmente. Ademais, grande parte deste tempo vago era despendido em jogos de computador como o *Minecraft*, o *The Sims*, dentre outros. Seus dois irmãos mais novos eram, digamos, menos solitários. Tinham certa liberdade para ir à residência de seus colegas e a frequentar um circuito diverso do da casa-escola. Fatos semelhantes também aparecerão nas próximas narrativas. Passemos, então, a elas. Ao fim desse percurso, esboçarei uma tentativa de análise.

De “perigosa” à “abençoada”

“Foi numa desconfiança minha que eu descobri que a minha filha já não era mais”... Abril de 2013. Em uma quinta-feira qualquer, me dirigi ao Calabar para uma entrevista agendada por Jaciara com Maria, mãe de Ingrid, uma das meninas que abandonou o *Higher Level* no decorrer do curso. De imediato, ao me receber em seu salão de beleza, fiquei surpreso com o tom sincero e debochado da minha interlocutora. Mal a conversa havia começado, e a mãe, por iniciativa própria, resolveu tocar no assunto referente ao comportamento sexual da filha. E foi com a frase que abre este relato que Maria confidenciou a forma com a qual ela descobriu a perda da virgindade de Ingrid.

De acordo com ela, Ingrid sempre teve a liberdade de trazer seus namoradinhos para a porta de sua casa. Aos 10 anos trouxera o primeiro; aos 12 teve a primeira relação sexual. A mãe procura ser aberta ao diálogo, evita ter uma postura inquisidora e sempre busca ser amiga de seus filhos. Não ser muito rígida é uma questão de bom senso, argumenta, uma vez que ela tinha gerado a sua primogênita aos 16 anos de idade, bem como tinha tido muitos homens e curtições na vida. Maria admite: “eu era muito perigosa”.

Hoje ela é uma mulher balzaquiana. Aos 15 anos havia deixado de ser moça. Não sabe se foi precoce ou tardia. Ela acredita que foi tardia, porquanto todas as suas amigas já haviam se iniciado sexualmente e ansiavam pelo dia em que ela resolvesse largar as bonecas. Então ela resolveu largar. Teve o seu primeiro homem e caiu nesse mundão. Teve o segundo, o terceiro... Não tardou muito “apareceu grávida”. Era Ingrid quem estava por vir. Maria engravidou e sua mãe nem ao menos sabia que ela já não era mais virgem. Naquele tempo ela curtia muito; naquele tempo ela era perigosa, admite.

Começara então a sua sina de mãe solteira. O pai de Ingrid, logo que soube da gravidez, desconversou, sugeriu aborto, disse que iria viajar. E viajou. Foi para terras de Goiás, viver uma nova vida. Naturalmente, não demorou muito para ele encontrar uma nova mulher. Naturalmente, não demorou muito para Ingrid ganhar uma nova irmã. Nesse ínterim, Maria ainda chegou a encontrar o ex-namorado pessoalmente, quando do seu retorno a Salvador apenas para registrar oficialmente a sua primogênita. Foi a única coisa que dele conseguiu. Não fosse sua mãe, Maria não sabia o que seria dela e de Ingrid. Sim, apenas contara com sua mãe. O pai era muito autoritário e nunca havia aceitado a presença de uma filha grávida dentro de sua casa. Infelizmente, enquanto a sua barriga crescia, o casamento dos pais ruía até a separação ter se tornado, dentre as soluções, a menos dolorosa possível. Sua mãe então tomou a atitude: preferiu renunciar ao matrimônio e cuidar, sozinha, dos seus cinco filhos a ter de aturar aquela rotina de brigas, cobranças e lamentações. Naquele tempo Maria era perigosa e não havia atinado para a sua contribuição quanto à dissolução do matrimônio dos pais, confessa.

E continuou sendo perigosa, ainda que, segundo ela, com o nascimento de Ingrid, havia começado a sua trilha rumo à redenção. Teve que se virar. Teve que arrumar uma ocupação. Sua mãe tinha cinco filhos para criar; não tinha condições, pois, de se demorar apenas com ela. Com a matriarca aprendeu a seguinte lição: “a gente faz o que pode”. “Vejo hoje muitas crianças perdidas nesse mundo, por que? Porque a mãe deu demais e esqueceu de regrear. Sempre vi as meninas na rua com seus brinquedos, brinquedos que minha mãe não tinha condições de me dar. E isso me fez bem porque passei a ter gana para lutar pelas minhas próprias coisas”, disse ela.

Vejam, frisou ela, todos os cinco irmãos foram criados dessa maneira e nenhum deu para ruim. Ela tenta fazer o mesmo com seus três filhos. Ela luta, conversa, fica cansada, sabe que tem falhas, mas sabe também que toda mãe sempre procura oferecer aos seus rebentos o que ela não teve em sua infância.

Conforme afirmado anteriormente, após o nascimento de Ingrid, Maria havia continuado com sua vida de curtição. Chegou a morar quatro anos com outro homem, que viria a ser o pai de sua segunda filha. Com a gravidez, mais uma vez se viu diante da decepção: seu marido começou a ter casos extra-conjugais e a mudar o comportamento afetivo. Daí foi aprendendo a seguinte lição: *“a gravidez é o momento em que a mulher conhece de fato quem é o homem”*. Este é o momento em que a mulher mais precisa do homem, pois ela está mais sensível, mais necessitada; e é também o momento em que os homens se revelam, mostram se gostam ou não da mulher, sustentou ela.

No entanto, não aprendera assim tão rapidamente esta lição. Precisou passar por uma terceira experiência angustiante, a que resultou no nascimento do seu filho caçula, para definitivamente criar juízo sobre a coisa. Ainda chegou a tolerar as traições do pai de Paulinho. “Você acredita que ele estava namorando na porta outra mulher lá no bairro do Uruguai? Até aí eu tolerei. Mas quando eu descobri que ele estava saindo com uma rapariga aqui do bairro, isso já foi demais para mim. Foi o que me fez me separar dele de vez, largar esse mundão e viver para Jesus. Já são três anos na presença de Deus, sem ninguém, esperando agora o homem certo, pois já cansei de quebrar a cara”.

Mas não pensem que, uma vez cristã, ela haveria de impor a sua religião para os seus filhos. Tenta, isto sim, mostrar a sua visão de mãe. Certa vez pegou Ingrid trocando bilhetinhos com um marginal que andava pelas ruas do bairro. Perguntei como ela sabia que se tratava de um marginal. “Porque ele andava armado e estava envolvido com os meninos do tráfico”, retrucou ela. Ele, inclusive, havia engravidado a namorada oficial, completou. Daí, ela resolveu colocar Ingrid contra a parede: “olhe esse menino, mal vestido, fedorento, sem ter onde cair morto, que será pai de uma criança em breve, você quer essa vida para você?”. “Mainha, mas se a senhora gostasse realmente de um rapaz, mesmo ele não sendo perfeito, o que a senhora faria?” - questionou a filha. “Ingrid, primeiro a gente tem de se valorizar, gostar de si mesmo. Você me disse que vocês ainda não foram para os ‘finalmente’, que ele vive te atiçando, pois, segundo ele, nunca ele havia ficado sem transar com uma de suas namoradas, você acha então que ele ainda ficará com você após conseguir o que ele quer?” - redarguiu ela. “Graças a Deus Ingrid é uma filha ajuizada; ela me ouviu e parou de se engraçar para o lado desse moleque” - finalizou.

Ingrid sempre lhe ouve. Maria não achava adequado que a filha participasse de um grupo de dança. Solicitou que se afastasse, por causa de meninas que ela considerava vulgares. A filha prontamente atendeu. O que a mãe entende por vulgarismo não está relacionado ao fato de a mulher andar na rua misturada entre os homens; está, isto sim,

vinculado ao ato da fala, a saber: dizer merda aqui e acolá, falar baixaria, e assim sucessivamente. Logo, a mulher termina não se dando valor. Não se dar o devido valor é a principal forma de vulgarismo. Ingrid certo dia havia dito: “fazer o quê aí embaixo mainha, com esses meninos baixo-astrais, que vivem dizendo o que fazem e o que não fazem”?

Graças a Deus, suspira ela, o namorado de Ingrid é um rapaz reservado e batalhador. Desde o início do namoro, Maria vem notando uma mudança no comportamento da filha. Ingrid estava menos agitada; havia, pois, “sossegado o facho”. A mãe não sabe ao certo se é o homem quem faz a mulher. Sabe apenas que quando a mulher tem sorte de arranjar um bom rapaz, se ela tiver boa disposição e força de vontade, ela poderá ir longe. Conversa abertamente com Ingrid: “olhe aquela menina ali da esquina; dez anos e já com barriga. Você quer ter filhos”? Procura conversar abertamente porque, enquanto as mulheres estão novinhas, está tudo muito bem obrigado. “Mas hoje em dia está muito difícil, embora não impossível, de encontrar um homem que fique com você o tempo inteiro. Na maioria dos casos, o que resta para as meninas que engravidam muito cedo? Serem assistidas pelos próprios pais; os namoradinhos somem nesse mundão” - ponderou.

E, assim, aos trancos e barrancos ela vai criando os seus filhos. Conseguiu esse curso de inglês, mas Ingrid... “Ô menina preguiçosa. No último sábado, acordei 6 horas da manhã, mas eu estava tão cansada que terminei adormecendo novamente. Quando me dei conta, já eram 8 horas e Ingrid estava dormindo do meu lado na cama. Ela até gosta do curso, mas a preguiça não deixa”.

Preguiça mesmo Maria só tivera para a leitura. Gostava mesmo era de matemática. Quando terminou o Ensino Médio pensou em ser professora, mas ela já estava trabalhando, tinha filhos para sustentar, daí adiou o sonho. Trabalhou em casa de família; na rede de supermercados Perinni; e na Pizza Hut. Antes de dar à luz a Ingrid ela havia, inclusive, “dado banca” (aulas de reforço escolar) para os meninos da vizinhança. Mas foi em sua estadia em São Paulo, cidade onde havia passado um certo tempo por causa de mais uma de suas curtidas, onde aprendeu o ofício que lhe fez ser dona do seu próprio negócio, a saber: trançar cabelos. Há cerca de 14 anos aprendeu a lidar com as madeixas alheias. Há cerca de sete montou seu próprio salão de beleza no bairro. Vez ou outra o sonho de ser professora ainda lhe bate à porta, mas acredita que toda a “paciência da sua mente” já tem sido gasta com a arte de trançar cabelos.

Em verdade, a mãe não sabia de algumas confusões que a filha havia se envolvido com uma colega de curso. Certo dia, encontrei Letícia, personagem já mencionada no capítulo 02, no caminho à faculdade e, desse modo, chegamos juntos ao local. No pátio, Ingrid e

outras três meninas aguardavam a chegada da professora. Ao cumprimentarmos as meninas, discretamente Letícia puxou o meu braço, como que indicando a intenção de me segredar algo. Sentamos um pouco afastados das demais, o que possibilitou a garota o seguinte cochicho no meu ouvido: “naquele grupo ali tem uma criatura que se dizia minha amiga, frequentava a minha casa e no momento de minha ausência, pelas minhas costas, estava chamando meu namorado de gostoso. Também agora nem olhei para a cara dela”. “Quem é?”, perguntei aflito. “Ingrid”, sussurou ela. Ao ouvir a delação, resolvi aconselhar e acalmar os ânimos da jovem: “olha, não precisa ser radical. Você já não sabe quem ela é? Então, basta apenas não ter muita intimidade. Quando você a encontrar, fale com ela normalmente. Até porque ela é inteligente, se você a ignorar, ela vai sacar que o seu namorado contou sobre o assédio e aí ela pode começar a dar ainda mais em cima dele apenas para lhe pirraçar. E aí ele é quem vai sair de gostoso na história”. “É verdade. Você tem razão”, contemporizou ela.

No entanto, não foi bem essa a postura que Letícia adotou. Em cada sessão do curso, ela fazia questão de cumprimentar todas as colegas, menos Ingrid. Anteriormente, as outrora amigas costumavam chegar juntas à faculdade, algo que passou a não mais acontecer. Paralelamente, Ingrid começou a se queixar de o quanto as aulas estavam chatas. As queixas resultaram em ausências e mais ausências, até ela abandonar definitivamente o curso. Como não tinha intimidade o suficiente para entrar no mérito da questão sobre o seu relacionamento com Letícia, não posso ter toda a certeza se este foi o real motivo para a desistência da adolescente. Todavia, acredito que esta pode ter sido uma das razões, haja a vista a coincidência dos fatos: o desentendimento entre elas ter ocorrido simultaneamente ao começo das faltas de Ingrid.

Voltando a Maria, ela não pensa em sair do Calabar, bairro onde nasceu e se criou. Toda a sua parentela ainda permanece espalhada na comunidade. Neste lugar ela adquiriu o respeito alheio. Desde que aceitou Jesus e passou a frequentar a igreja pentecostal do bairro todos passaram a lhe chamar de “abençoada”. Para lá, a Igreja, seus filhos ainda não vão, mas sabe que Deus ainda está “operando” por eles. Antes Maria era “perigosa”; agora, porém, é uma “abençoada”.

Passemos para a próxima história.

“Ô do juizado, não perca seu tempo mais não”

Seu Nilson, pai de Naiana, amadureceu precocemente. Já aos 10 anos, ele começou a ganhar a vida em feiras de rua. Feira de São Joaquim, Feira de São Raimundo... Feiras que hoje já nem existem mais, particularmente, aquelas que aconteciam nos bairros do Canela e da Barra. Ele ainda trabalhou como borracheiro, porteiro, zelador de prédio até ser contratado pelo Colégio Antônio Vieira, instituição de ensino mantida pela Companhia de Jesus, de orientação pedagógica inaciana e tradicional estabelecimento de ensino médio e fundamental para os filhos da elite soteropolitana. Inicialmente, o contrato fora estabelecido para cumprir funções relacionadas à limpeza; posteriormente, Seu Nilson ficou a cargo do serviço de reprografia da escola.

O cotidiano por entre os corredores e saguões do colégio fez Seu Nilson concluir que os jovens precisam ter a sua mente ocupada. Às suas filhas, por exemplo, é preciso arranjar-lhes cursos e ocupações no mercado de trabalho. A ideia é mantê-las distante da ociosidade. Em um turno, a escola; no outro, o trabalho ou o treinamento profissionalizante. O tratamento para com as pessoas que “você viu crescer” deveria se resumir a um “olá, tudo bom”. A conversa mais prolongada poderia abrir espaço à contaminação. O pai almeja evitar os seguintes perigos encontrados na esquina da rua: o envolvimento com os meninos do tráfico de drogas (os fazedores profissionais de filhos, em sua percepção) e, por conseguinte, a gravidez na adolescência. Também os pais provenientes de estratos sociais mais abastados criam estratégias para ocupar o tempo livre dos filhos. Entretanto, estas estratégias visam a manutenção da posição de classe. “Eles [os adolescentes] já tem um caminho a trilhar”, pondera ele. “Aqui no Alto das Pombas você vai dizer: olha você vai fazer faculdade? Faculdade para quê? Vão te perguntar”, completou ele. Neste sentido, na ótica de Seu Nilson, as elites tendem a ter uma maior confiança no sistema formal de educação, pois, como elas têm condições de arcar com os dispendiosos custos relacionados à formação integral de um indivíduo (escolas privadas; cursos de línguas; intercâmbios culturais etc.), podem colher melhores frutos.

Além de ser o responsável pelo referido serviço de reprografia, Seu Nilson acumula também a função de agente de proteção ao menor. O pai de Naiana sempre tivera uma paixão diletante pelo estudo das leis. Desta feita, em 2002, ele passou a trabalhar, voluntariamente, no Juizado de Menores de Simões Filho (município pertencente à Região Metropolitana de Salvador).

Foi como agente de proteção ao menor que ele aprendeu a nomear da maneira mais correta o adolescente propenso à entrada no mundo da criminalidade: “jovem em situação de risco e/ou vulnerabilidade social”. Nas rondas com a viatura policial, nas visitas aos colégios

da rede municipal de ensino, nas palestras sobre o uso e o tráfico de drogas, ele passou a vivenciar uma realidade potencialmente pior do que a já conhecida por ele no bairro do Alto das Pombas. Eis um breve sumário deste deplorável mundo novo. Meninos e meninas prestam favores sexuais a caminhoneiros; adultos utilizam crianças em roubos a cavalos de raça; famílias vivem em condições subumanas em ruínas e “esqueletos” de fábricas; mães - aquelas que comercializam o próprio corpo na beira da estrada - abandonam filhos em mãos de policiais rodoviários. O município de Simões Filho é cortado por três rodovias importantes da região metropolitana; Seu Nilson não sabe dizer qual delas seria o caminho mais propenso à perdição.

Na maioria das vezes, a perdição é um caminho sem volta. Como saber se uma fruta já está definitivamente estragada, ou seja, se o jovem, nos dizeres de Seu Nilson, é ou não recuperável? De acordo com o meu interlocutor, primeiro verifica-se o número de reincidências (quantas vezes o mesmo adolescente foi capturado pela polícia); quanto maior, menor a probabilidade de recuperação. Quando os próprios policiais já estão cansados de flagrar o mesmo menor cometendo algum ato infracional, eles costumam se dirigir ao agente de proteção com o seguinte conselho: “ô do ‘juizado’ não perca seu tempo mais não; isso aí é caso perdido”. Em segundo lugar, observa-se o vocabulário e as maneiras de se expressar do infrator. Mais do que as palavras, o importante é analisar até que ponto a frieza e a má índole tomaram conta dessa pessoa. E em terceiro, a vivência no seio de uma família desestruturada. Os exemplos mais corriqueiros apontam para os seguintes perfis: pais alcoólatras, mães viciadas em substâncias psicoativas, e contextos marcados pela violência doméstica e a não vigilância da educação dos filhos.

Conforme a sua reflexão, a situação dos jovens “em estado de risco e/ou vulnerabilidade social” no bairro do Alto das Pombas não difere sobremaneira do quadro por ele descrito em relação ao município de Simões Filho. Talvez, graças à localização geográfica, os primeiros teriam maiores oportunidades de levar uma vida honesta do que os últimos. Segundo Seu Nilson, em seu local de moradia, há um maior investimento do Estado, no que concerne à implementação de políticas sociais e de transferência de renda, bem como é superior o número de organizações do chamado terceiro setor atuando na comunidade.

Contudo, a fonte primordial de anulação de quaisquer diferenças entre os dois contextos transcende a lógica da localização espacial e do investimento estatal. Seu Nilson argumenta que, dada a nossa vivência em uma sociedade estimuladora dos prazeres momentâneos e fugidios, o ímpeto para o consumo é a força motriz para o adolescente abraçar o mundo do crime. A equação é simples: o desejo de adquirir um bem, sem os recursos

financeiros para tanto, é a explicação para a adesão à criminalidade. No tráfico de drogas, relata meu interlocutor, o indivíduo pode amealhar a quantia de 500 reais por semana. Existe emprego - que prescindia de certa qualificação profissional - que pague este montante a um jovem trabalhador? - pergunta ele retoricamente. “Claro que não. Agora se você chegar na casa desse povo envolvido nestas coisas, você vai encontrar aparelho de som, smartphone, roupa de marca, internet, computador”, prosseguiu ele.

Em seguida, Seu Nilson ponderou não ser a pobreza o fator determinante para a entrada do jovem na carreira criminal. “As partes educacional e cultural influenciam bastante”, afirmou ele. Ora, o cuidado para com estes aspectos seria uma prerrogativa da família. De acordo com ele, Naiana, sua filha, não seguiu o mesmo destino da grande maioria dos “meninos” que ele viu crescer porque ela, ao contrário deles, teve pais comprometidos. “Eles foram criados à toa. Desde cedo se acostumaram a se virar sozinhos. (...) A escola [na ótica de um pai relapso] é um depósito de crianças, isto é: ‘você atira lá e o governo que dê jeito’”, explicou ele.

Prosseguindo este meu relato, devo afirmar que não coloquei a palavra “menino” entre aspas fortuitamente. Durante toda a conversa, Seu Nilson se referia ao comércio de substâncias psicoativas como sendo um assunto de homens. Os pais descompromissados seriam pais de filhos do sexo masculino. Certamente, há meninas que tiveram a má sorte de serem criadas por genitores igualmente relapsos. Mas este “descompromisso” seria de uma outra natureza. Preciso me apoiar uma vez mais em meu interlocutor para melhor explicar esta diferença.

Segundo Seu Nilson, a entrada da “menina” no mundo do crime se daria pelo concurso sexual. Para ele, também as jovens seriam influenciadas pelos apelos da sociedade de consumo; assim sendo, elas vislumbram nos homens uma forma de contemplar os seus desejos por mercadorias. Ora, na medida em que os “meninos” do tráfico andam pelas ruas do bairro trajando roupas de marca, portando armas e telefones móveis de tecnologia avançada, essa imagem, que sugere uma forma de “ostentação”, despertaria nas adolescentes o anseio por gozar deste estilo de vida. Desta forma, pondera meu interlocutor, cabe à família vigiar as suas filhas, de modo a evitar que elas namorem com sujeitos envolvidos no comércio de entorpecentes. De acordo com ele, além do envolvimento com atividades que não condizem com a luz do dia, esses rapazes seriam contumazes fazedores de filhos. Ademais, eles engravidam as suas parceiras e as deixam sem nenhuma assistência; caberá, pois, à família materna a criação da “criança de uma criança”, haja a vista a mãe - geralmente jovens entre 14 e 17 anos - ainda não ter maturidade para assumir plenamente o papel materno.

Seria este o quadro que Seu Nilson e Dona Neusa espreitam da janela de casa. Perto de lá havia uma “boca”, isto é, um ponto de comércio de drogas. O local foi desativado após uma chacina ocorrida em 2008 (quatro mortes foram computadas), uma consequência das rivalidades entre as duas facções que disputavam a liderança do tráfico na localidade. Foi em um sábado qualquer de 2013 que Dona Neusa me apresentou ao seu marido. “Ah, você tem que conversar com ele, pois ele sabe tudo sobre os trombadinhas, quer dizer, sobre os jovens lá em situação de risco”, disse ela às gargalhadas. E, de fato, ele sabia. A vivência em três contextos sociais distintos - o Colégio Antônio Vieira, o Juizado da Infância e da Juventude de Simões Filho e o próprio bairro onde vive -, enfim, fez com que Seu Nilson aumentasse paulatinamente o seu repertório de categorias de análise, que o auxiliam a olhar de uma maneira distanciada para o que lhe é mais íntimo.

Resta-nos, agora, a última narrativa, na qual apresentarei a família das irmãs Tatiane e Thaís.

“Por mais que eu cresça, sou uma criança”

Dezembro de 2012. Em uma modorrenta noite de sábado, me dirigi ao prédio da Assembleia de Deus, no Alto das Pombas, uma das igrejas de matriz evangélica atuantes no bairro. Era o aniversário de 15 anos de Tatiane e, desta feita, o primeiro andar da edificação havia sido ornamentado de tal forma a parecer um salão de festas. A festividade contou com aproximadamente cinquenta convidados entre familiares e “irmãos” da igreja. Até os pastores que ali congregam compareceram ao evento e não perderam a oportunidade de orar a Deus e de agradecer a boa aventura da jovem.

Por volta das 7:30 da noite, quando todos os convidados já estavam devidamente acomodados em suas mesas, Nilzete, tia da aniversariante, tomou o microfone em suas mãos e se incumbiu de apresentar a sua sobrinha. “Eis aqui a história de Tatiane”, disse ela. E assim a apresentadora relembrou as choradeiras que deixavam a avó materna em pânico na primeira infância; o gosto pelas brincadeiras de elástico, amarelinha e bonecas que surgiu aos três anos de idade. Aos dez anos se descobriu a veia artística, época em que ela começou a declamar poesias de sua própria autoria e de poetas famosos, quais sejam, Castro Alves, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, dentre outros. Hoje, prossegue Nilzete, ela completa quinze anos. “A comemoração de um novo ciclo onde exige-se mais

responsabilidades e aberturas para novos horizontes; mas também é hora de agradecer aos seus pais, amigos e familiares e, principalmente, a Deus”, finalizou ela.

Em seguida, um dos pastores presentes - havia dois - tomou a palavra. De imediato, ele agradeceu a presença de todos e parabenizou a aniversariante para, logo depois, iniciar a leitura de passagens da Bíblia. Orações. Preces. Sermões. Joelhos ao chão. Por alguns instantes, o aniversário mais pareceu um culto da igreja. Em sua intervenção, o pastor se incumbiu de ler, especificamente, os capítulos 8, 9 e 11 do livro Eclesiástes. No momento em que agradeceu a Deus por mais uma primavera de Tatiane, e a desejou sucesso em seus projetos, ele lançou-lhe um olhar enigmático e proferiu o versículo 09 do capítulo 11: “alegrate, jovem, na tua juventude e recreie-se o teu coração nos dias da tua mocidade; anda pelos caminhos que satisfazem ao teu coração e agradam aos teus olhos; sabe, porém, que de todas estas coisas Deus te pedirá conta”.

De fato, Deus teria muito a pedir conta à família de Tatiane e Thaís. Esse débito remonta ao tempo em que elas nem haviam nascido. A mãe delas, dona Terezinha, aceitou Jesus na flor de sua adolescência, quando contava treze anos de idade. De início, a imaturidade lhe inclinou a não levar os votos religiosos muito a sério. Ela passou, digamos, um certo período intercalando a igreja e o “mundo”, ora se comportando como uma devota, ora como uma mundana, até que sua irmã Tessália interveio e mostrou algo que a aterrorizou. Tratava-se do filme *A última trombeta*, cujo enredo tem como mote o retorno do filho de Deus à Terra. As imagens do apocalipse, do julgamento final e da condenação aos pecadores inveterados a deixaram, em suas palavras, “comovente”. Assustada, ela percebeu que era impossível continuar naquela intermitência, uma vez que ela estava acendendo, concomitantemente, uma vela ao espírito santo e outra aos seres satânicos. Era preciso escolher um lado. E, assim, aos vinte anos, ela optou por engrossar as fileiras do exército divino.

Em verdade, foram as desavenças familiares que levaram Dona Terezinha a se engajar na religião evangélica. Sob o mesmo teto moravam os sete irmãos, num lar chefiado por uma mãe dona de casa e um pai provedor, marceneiro nos horários comerciais e usuário de álcool nas horas vagas. Invariavelmente, a bebida gerava a desunião na família. Dona Terezinha se recorda de uma briga envolvendo o pai, Nilzete e Normando, respectivamente, sua irmã mais velha e o primogênito da casa, que culminou com um disparo de arma de fogo, portada pelo último, acidente que por sorte não teve consequências mais desastrosas.

A vivência em um lar densamente povoado foi, gradualmente, formatando em Dona Terezinha um senso de autoproteção. Era como se ela precisasse se afastar das pessoas, ou de

evitar um contato mais íntimo com elas, para melhor viver. Assim, já aos treze anos ela começou a fazer “biscates” para conquistar, ao menos, uma relativa independência financeira. Começara lavando a geladeira dos vizinhos em troca de algum “agrado”; em seguida, com a assistência de contatos ofertados por colegas de vizinhança, arranjou um emprego em “casa de família”, no Jardim Brasil, bairro da Barra. Sua patroa comercializava doces e salgados em paróquias, igrejas e no antigo Paes Mendonça, rede de supermercados que já não existe mais; desta feita, ela ensinou à minha interlocutora a arte de preparar estes quitutes. Aos vinte anos, ela conquistara um emprego formal, uma vaga de balconista em uma lanchonete, na Pituba. O novo vínculo empregatício lhe obrigou a trancar a matrícula no colégio, quando estava cursando a oitava série do primeiro grau. Assim, ela só viria a completar o ensino médio muitos anos depois. Ela também foi compelida a trocar de igreja: da Batista para a Assembleia de Deus, uma vez que esta última, localizada no Alto das Pombas, está mais próxima da sua residência, no bairro do Calabar.

Também por intermédio das amigas do bairro, Dona Terezinha conheceu Marconi, o seu esposo. Na época do enlace, ele trabalhava em Itinga, periferia da cidade de Salvador, situada na linha fronteira ao município vizinho de Lauro de Freitas. Não tardou muito para ele obter um novo emprego, mais próximo da então pretendente, nos arrabaldes da Barra, como porteiro em um condomínio de alto padrão. Assim como a esposa, ele havia começado cedo na labuta: ainda moleque costumava fazer serviços informais em condomínios fechados na orla atlântica da cidade. O namoro entre os dois despertou a ira da mãe de Dona Terezinha e de sua irmã mais velha. Ambas cogitavam, para ela, um marido com maiores posses, mais precisamente, um fazendeiro que possuía terras no interior do estado, que também havia lhe cortejado e despertado interesse em sua pessoa. Resultado: no dia de seu casamento, ela amargou a ausência da própria mãe.

Por seu turno, o relacionamento com sua irmã mais velha é baseado em uma desconfiança mútua. Dona Terezinha não se esquece dos tempos de adolescência em que Nilzete, no auge das desavenças entre elas, tinha como costume jogar as suas roupas na lama da rua. Embora Nilzete tenha aceitado Jesus, minha interlocutora desconfia desse compromisso. Em sua ótica, a irmã está “desviada”, e seu fervor religioso não passa de mera dissimulação. Dona Terezinha vai mais fundo em suas críticas. Para ela, Nilzete é “cheia de não me toques”, uma pobre com espírito de “patricinha”, que gosta de humilhar os demais irmãos, porque ela foi a única na família a ter diploma universitário, no curso de Letras Vernáculas.

Assim, os conflitos familiares foram, gradativamente, lhe estimulando um certo comportamento de distanciamento em relação às pessoas e ao mundo circundante. Dona Terezinha garante que ama seus irmãos. Contudo, não quer saber de um contato mais íntimo com nenhum deles. No bairro, ela se comunica e sorri para todos. Porém, eles não sabem que esse sorriso é sem vontade. Não seria falsidade de sua parte; é apenas o seu jeito de viver em um lugar onde a precaução é a qualidade que todo o sujeito deveria trazer consigo no peito.

No passado, ela não soube se precaver corretamente. Quando ainda trabalhava como balconista, não percebeu que, na lanchonete, havia um funcionário que “estava fazendo sua caveira”, isto é, estava influenciando os donos do estabelecimento contra a sua pessoa. Após sofrer um acidente de trabalho, que lhe deixou com algumas queimaduras no corpo, seus empregadores resolveram lhe dar férias. Quando retornou ao ofício, teve a ingrata notícia de sua demissão. Ela não entendia porque Deus estava lhe fazendo passar por tamanha provação. Conforme o seu relato, mal sabia ela que se tratava de um plano divino para a sua vitória. Uma vez requisitando os seus direitos na justiça trabalhista, Dona Terezinha teve ganho de causa. Com a indenização, ela pôde realizar o sonho de reformar a sua casa. A edificação, que era de taipa, foi refeita em alvenaria. A família, inclusive, teve a oportunidade de erguer duas residências, uma próxima da outra, transformando uma delas em imóvel para aluguel.

Contudo, no que diz respeito à criação das filhas, a precaução é constante. Ela agradece a Deus por elas terem aceitado Jesus espontaneamente, sem qualquer desvio do caminho do evangelho, algo que, não raro, acontece com os filhos de vários irmãos da igreja. Quando lhe perguntam se ela teria forçado a sua primogênita a abraçar a religião evangélica, ela retruca: “está repreendido satanás”. Dona Terezinha se emociona ao falar sobre as coisas que ela teve de renunciar - notadamente, na esfera do trabalho - diante da necessidade de ficar dentro de casa, cuidando de Tatiana e Thaís. A mãe afirma que o bairro era muito perigoso e, de tanto ver as pessoas se desviando, temia que suas crias tivessem o mesmo destino. De acordo com ela, muitos pais não vigiam a própria casa. Na igreja, por exemplo, muitos preocupam-se tanto em evangelizar na rua e não percebem seus filhos adolescentes, dentro de suas próprias residências, querendo conhecer o mundo como ele é. Dona Terezinha, então, se debulha em lágrimas de emoção, percebendo o quanto os seus esforços valeram a pena.

Conforme o seu relato, Thaís havia lhe dado muito trabalho. Ela se chateava quando na escola precisava alertar a filha sobre as diferenças entre o certo e o errado. Costumava persegui-la, de modo a averiguar com quem ela estava andando. Se ela aparecesse em casa com algo que não lhe pertencia, a mãe a obrigava a devolver. Certa vez, Dona Terezinha

encontrou um lápis diferente na mochila da filha e a indagou onde ela havia conseguido o referido material escolar. Thaís dissera que tinha sido um presente de sua professora. No dia seguinte, lá estava a mãe no colégio, com o intuito de se certificar se ela havia lhe faltado com a verdade. O tempo lhe mostrou o quanto ela estava correta em relação às colegas da filha. A maioria delas se envolveu com gente errada, com “maconheiros”, garante ela. A filha chegou, inclusive, a ensaiar um namorico com um menino que não era do seu agrado. Como seu coração nunca se engana, algo lhe dizia que o rapaz, se não era perdido, estava em vias de ser. Ela resolveu saber quais eram as verdadeiras intenções dele. Eis aqui o seu relato: “em relação a Thaís, era coisa de moleca mesmo, 12 anos, o menino que ela queria se envolver era maconheiro, quer dizer, naquela época ele não era, mas a gente [ela e a filha caçula, que se incumbia de seguir os passos da irmã mais velha] já sabia; aí eu vi ela marcando na padaria; quer dizer, Tatiane me contou sobre esse encontro deles. Aí cheguei para ele: você quer o que com a minha filha? Quero namorar com ela, disse ele. Sim, mas você está trabalhando? Não. Tem algum biscate? Não. Mas estou estudando, garantiu ele. Então, quando você conseguir um trabalho, pode aparecer lá em casa. E ele nunca apareceu”.

Prosseguindo sua narrativa, ela afirmou que, tempos depois, sua profecia se cumpriu. O menino havia dado para ruim. Mas como a senhora já sabia disso? - indaguei. “Ah, por causa da gente com quem ele se juntava, por causa dos pais que não ligavam para ele... Os pais deixavam solto. O erro é deles. Essa educação que eles acham que é normal. É não procurar saber o que os seus filhos estão fazendo. Se fizessem isso, acredito que a maioria não dava para drogas”, explicou ela, se utilizando, uma vez mais, da teoria da *irresponsabilização* dos jovens ou da *co-responsabilidade* entre pais e filhos.

Tatiane, por seu turno, não havia lhe dado muito trabalho. A filha caçula, inclusive, se diverte, lembrando-se do *modus operandi* da mãe. “As aulas no Colégio Nossa Senhora começavam às oito da manhã. Aí passavam as meninas 7:30 me chamando e minha mãe não deixava acompanhá-las. Quando estava bem próximo das oito, eu subia correndo as escadarias para a escola, resmungando: ‘ô minha mãe vou ficar no final da fila para entrar’”. Dona Terezinha justifica seu comportamento: “Eu não deixava. Eu não sei, acho que tenho uma intuição. Quando eu vejo uma pessoa, eu sei o que ela é. Eu digo essa pessoa não é boa não”.

Mesmo na igreja onde congrega Dona Terezinha garante que é preciso estar atento, de modo a se precaver contra a inveja e a maledicência alheias. O templo é a casa de Deus, mas nem todos os seres partícipes das sessões de evangelização teriam um comportamento aprovado por Ele. Há fiéis que apenas querem bens materiais, que querem cantar mais do que

os outros, que querem se aparecer; Jesus, por seu turno, não quer nada disso. De acordo com ela, já houve casos, inclusive, de furto de dinheiro dentro da Assembleia de Deus. “É por isso que eu digo: a gente tem que olhar para Deus e não para a igreja”, sustentou. Minha interlocutora era do grupo de canto da entidade. Ela cantava o hino sem desafinar; entretanto, resolveu sair da equipe porque já estava farta de ser admoestada pelas irmãs invejosas, durante os ensaios: “Terezinha, canta mais baixo”. Diante das repreensões, ela refletiu: “olha Jesus sabe de uma coisa? Eu posso ser temente a você de outra forma; não vou ficar aqui sufocada”.

Na igreja, na escola, no emprego, na própria família... Também na biblioteca do bairro a mãe teve de se precaver. As filhas estiveram entre as primeiras participantes das atividades da biblioteca comunitária, quais sejam, as oficinas de leitura, de criação de textos literários e poesias. Na época, as ações chamaram a atenção da mídia local e as crianças começaram a frequentar eventos - em praças públicas, escolas e outras bibliotecas da cidade -, onde declamavam poesias de autoria própria e de autores pertencentes ao panteão da literatura brasileira. Dona Terezinha queixa-se do oportunismo dos idealizadores da organização. De acordo com ela, as meninas foram instrumentalizadas pelos educadores que, com o sucesso delas, ganharam fama e riqueza, bem como outras oportunidades de realização pessoal. Uma vez que apareceram estas novas possibilidades de ascensão social, eles abandonaram a criançada. Em verdade, a mãe toca num problema estrutural da vida em comunidades populares: a não continuidade de políticas sociais e educacionais, muito embora a biblioteca comunitária continue em funcionamento.

Porém, a precaução propriamente dita teve de ser exercida contra alguns educadores lotados na biblioteca comunitária. Dona Terezinha recorda-se de ter proibido as filhas de participarem de algumas dinâmicas, nomeadamente, o jogo da verdade, brincadeira pela qual uma garrafa é feita de roleta em volta de participantes dispostos em círculo, sendo que, após o giro do objeto, a pessoa apontada é obrigada a responder às perguntas dos demais. A mãe, juntamente com a irmã mais velha, estarecidas, ainda se lembram de uma professora que queria ensinar as meninas a virarem “sapatonas”, isto é, lésbicas. “Há educadoras que ensinam tudo errado”, ponderam. Desta feita, pontifica Dona Terezinha, nessa iniciativa também houve muitos casos de crianças que “deram para ruim”.

Atualmente, Dona Terezinha tem se debruçado em diversas ocupações para ajudar o marido no orçamento familiar. Basicamente, ela tem se dividido entre a fabricação de doces na cooperativa comunitária (que funciona no edifício ao lado da BCS) e com o trabalho na cozinha da creche do Calabar. Se a mãe havia começado cedo a trabalhar, fazendo biscates, as

filhas agora seguem os seus passos. Tatiane vende trufas na igreja; Thaís, por seu turno, escova os cabelos das vizinhas. E assim, a trajetória das adolescentes repete a saga da família, uma vez que nem todas as repetições são interpretadas como condenáveis.

Para finalizar, preciso retornar ao cenário de onde comecei esta narrativa: o aniversário de Tatiane. Na iminência do fim da festa, uma música gospel – cujo título, “Dependente”, descobri posteriormente – tomou conta do ambiente e foi cantada, em espécie de coro, por quase todos os convidados. O refrão dizia: “por mais que eu cresça, sou uma criança; buscando no Maior confiança; sou aprendiz do agir de Deus em mim por toda minha vida”. Vendo a minha admiração, Dona Terezinha se aproximou de mim e afirmou, em tom evangelizador: “olha a letra dessa música, que linda não é? (...) Ela diz uma verdade, que é para nós sermos sempre crianças porque temos a certeza de haver um Pai que está olhando por nós, um Pai que nos faz dependentes do amor dele”. “E hoje vendo minha filha fazendo quinze anos me sinto assim: uma criança abençoada por Deus; Ele foi quem me fez ser vitoriosa”, completou ela.

Após estes três relatos, passemos para a análise.

O destino das meninas

Na tarefa de *des-totalização* das categorias, vimos, no primeiro capítulo, que a reflexão ensejada pelas ciências do espírito sobre esta temática está ancorada no quesito referente a classe social dos indivíduos. Em outras palavras, os jovens pobres precisam ser estudados, ouvidos e compreendidos. Nos capítulos subsequentes, a raça, o estrato social e o local de moradia dos sujeitos se imbricam mutuamente e nos fornecem pistas de como os menores de idade, pertencentes às franjas menos afortunadas da sociedade, são caracterizados. Deficitários em termos de capacidades cognitivas e afeitos à sujeição criminal foram as maneiras prevalentes de classificação, maneiras estas que nos trazem ecos de observações feitas pelo médico-anropólogo Thales de Azevedo (1996) em seu estudo clássico sobre as relações raciais na cidade da Baía. Na obra em questão - *As elites de cor em uma cidade brasileira*, originalmente publicado em 1953 - o autor já nos havia demonstrado a importância do *status atribuído* (notadamente, o local de moradia e os traços fenotípicos) na definição de uma pessoa. Agora, nesta etapa da escrita, a categoria gênero entra neste tabuleiro, a partir do dispositivo da sexualidade (Foucault, 1988).

O convívio não muito sistemático com os quatro garotos beneficiários do *Higher Level*, progressivamente, me fez perceber algumas diferenças entre eles e as garotas. De um modo geral, todos eles estavam imersos em um horizonte de diversas ocupações: os estudos formais; as aulas de inglês; e os cursos profissionalizantes e pré-vestibulares. Dentre os seus familiares, havia uma preocupação em torno do preenchimento do tempo livre desses jovens, tendo o “envolvimento” como um dos maiores temores parentais. Entretanto, diferentemente das meninas, os rapazes nutriam certos laços de amizade com pessoas do bairro; e frequentavam os espaços de conversação e de lazer nas esquinas locais. Ou seja, eles não se excluíam totalmente das formas estabelecidas de sociabilidade. Certamente, a criação dada pelos pais influenciava neste aspecto.

De uma maneira geral, aos olhos dos pais, a adolescência seria concebida como o período em que se revela o segredo da criação: se eles foram ou não bem sucedidos em criar os seus filhos. Nesta fase, descobrem-se as verdadeiras tendências e inclinações de um sujeito. No caso das famílias com as quais tive contato, famílias estas não pertencentes aos estratos econômicos mais baixos dos bairros, o êxito é colocado no seguinte termo: a evitação da influência do meio na formação individual de suas crias. Elas consideram que o “envolvimento” de um adolescente com aqueles que “estão fazendo outra coisa” obedecem a duas dinâmicas distintas, porém complementares. A primeira realça o componente da índole de um indivíduo. De acordo com esta explicação, a pessoa já traria dentro de si a semente do mal que, cedo ou tarde, germinaria e produziria seus frutos indesejados. A segunda recorre a fatores de ordem social. Nesta perspectiva, os lares desestruturados produziram as futuras gerações do tráfico de drogas. Figuram como concorrentes para esse estado de coisas elementos, tais como: o abandono paterno; a violência doméstica; o abuso no uso de álcool e outros psicotrópicos; as desavenças familiares e a própria má criação. Esta última é entendida como a incapacidade de vigiar a conduta de um filho.

“Os pais criaram esse menino muito solto” é o tipo de frase que melhor expressa esta situação. Esta incapacidade só é tolerada nos casos em que os responsáveis em questão têm uma jornada de trabalho extenuante, fato que limita as possibilidades de estabelecer uma vigília mais sistemática do dia a dia de um indivíduo. Assim sendo, uma boa criação é capaz, inclusive, de sustar os efeitos deletérios da má índole. Isto é algo que eu pude comprovar ao ouvir o seguinte relato sobre um rapaz que havia recentemente passado no vestibular: “esse menino aí tinha um gênio ruim, você precisava ver o que essa criança aprontava... Mas os pais conseguiram encaminhá-lo para o bom caminho”.

Todavia, todas estas explicações se referem aos indivíduos do sexo masculino. No caso das mulheres, o “envolvimento” teria uma outra causa, a saber: o concurso sexual. Em outras palavras, as relações sexuais com um homem é a explicação socialmente aceita para a entrada de uma adolescente na dinâmica do tráfico de drogas. É, pois, pela via do sexo que se daria a contaminação. Dessa forma, a vigilância em torno do comportamento sexual feminino é a única forma de garantir a vitória da criação sobre a má influência do meio. Logo, a amálgama das lógicas da “síndrome do pato” e do “efeito Mateus”, a soma das tutelas familiar, estatal e supraestatal, exercem um controle maior sobre o corpo feminino.

Nas histórias que aqui apareceram, a relação dos pais com o meio em que vivem é de estranheza e suspeita. De alguma forma, eles procuram evitar que as suas filhas participem dos eventos locais, tais como, as festas do largo, as conversas na esquina da rua, as brincadeiras na calçada. Mesmo Maria, a mais liberal dentre as mães com quem tive contato, não piscava o olho quando o assunto era Ingrid. Vimos que, certa vez, ela proibiu a participação da filha em um grupo de dança infanto-juvenil porque considerava as participantes vulgares e de péssima reputação no bairro. Por outro lado, sempre permitiu a Ingrid o pleno desenvolvimento da sua sexualidade, muito pelo fato de ela, Maria, ter sido “perigosa” - isto é, namoradeira - na sua juventude. A menina sempre levou seus namorados para a porta de sua casa e temas como a perda da virgindade, métodos contraceptivos, dentre outros, eram discutidos abertamente entre mãe e filha, muito embora a primeira tenha abraçado a religião evangélica, algo que poderia afetar a comunicação entre elas. Ingrid, inclusive, já se relacionou com um menino “envolvido”, mas foi prontamente alertada pela mãe e conseguiu se desvencilhar do mancebo. Hoje ela namora um rapaz trabalhador, responsável e centrado, qualidades que Maria muito admira, uma vez que, por influência do namorado, a filha tem estado mais caseira, compenetrada nos estudos e nos seus afazeres domésticos. O leitor testemunhou que, no relato de Maria, a sorte da mulher depende do tipo de homem que ela irá se relacionar. Há homens que são uma fonte de perdição; outros, porém, de salvação.

Em certa medida, a história de Maria é a exceção que confirma a regra. Ainda que ela seja a mais permissiva dentre as mães que conversei, não reprimindo sobremaneira o comportamento sexual da filha, o meio, em seu relato, surge como o lugar dos perigos, semelhantes aos já experimentados por ela no passado. Assim, de um modo geral, os relatos aqui desenrolados nos remetem à discussão já feita por Roberto DaMatta (1997) sobre as duas dimensões básicas da socialidade brasileira: a casa e a rua. Enquanto a primeira é vista como o espaço da ordem e da tranquilidade, a segunda é concebida como a esfera da desordem e da

periculosidade. É, pois, na tentativa de evitar o domínio da rua, que as jovens passam a ficar mais tempo presas ou em suas residências ou em atividades profissionalizantes, bem como a estipular redes de sociabilidade com elementos exteriores à comunidade de origem. Mas, o que está em jogo nesta dinâmica?

De uma maneira telegráfica, posso afirmar que o temor e a aflição dos pais revolvem-se perante a possibilidade de o afloramento da sexualidade desvirtuar todo o caminho sugerido pela criação deles. E aqui desemboco nas concepções nativas sobre o envolvimento de mulheres na trama do comércio de drogas. Em termos gerais, para meus interlocutores, as relações sexuais são a via de entrada para uma menina neste domínio. Quando ela se engraça por um rapaz “envolvido”, dá-se o início da tragédia. Os motivos para tal enlace variam do amor sincero e ingênuo, em raríssimos casos, passando pelo próprio uso de entorpecentes até chegar à razão socialmente mais referenciada: o deslumbramento com o estilo de vida levado pelos meninos do tráfico⁶².

O leitor encontrou os pormenores desta explicação no relato de Seu Nilson, pai de Naiana. Ao falar sobre o poder da “ostentação” - categoria nativa que descreve o fascínio despertado pelos meninos do tráfico, proveniente da assunção de um estilo de vida consumista (roupas de marca, festas e rituais de comensalidade, aparelhos de tecnologia avançada e veículos automotivos) - meu interlocutor termina por elaborar uma leitura marxista para o contato entre homens e mulheres, leitura esta apoiada no chamado fetichismo da mercadoria. Gostaria de me deter um pouco mais nesta questão, visto que com ela encontro uma oportunidade de estabelecer um circuito entre as formulações de Marx; a teoria da magia de James Frazer; e o dispositivo da sexualidade de Foucault. Michael Taussig, citado no capítulo anterior, me permitirá fazer esta conexão, que lançará certa luz sobre os meus dados etnográficos.

Em *Mimesis and Alterity: a particular history of the senses*, Taussig (1993), navegando em distintos contextos etnográficos, propõe a seguinte reflexão: analisar o fetichismo da mercadoria de Marx sob o prisma da teoria da magia de Frazer. Devo alertar, contudo, que ao se permitir tal ousadia, o autor recupera de Frazer o seu legado mais obscuro: o pressuposto de a magia - ou seja, uma prática social - poder ser reduzida a princípios lógicos, primado este duramente atacado pela antropologia posterior. Observem. De acordo com ele, no tocante à produção em larga escala de objetos, uma das qualidades singulares da modernidade, Marx teria vislumbrado na analogia entre os raios de luz e a retina uma forma

⁶² Alba Zaluar (1999) afirma algo semelhante. De acordo com ela, o envolvimento de mulheres no tráfico de drogas começa ou por amor a um traficante ou pelo próprio consumo de drogas.

de compreender o enigma da cópia e do contato em sua discussão sobre o fetichismo da mercadoria. Este último termo foi por ele utilizado para explicar a forma pela qual as mercadorias aparecem em nossa vida cotidiana como que desprovidas de relações sociais, ou seja, como se não fossem produtos do trabalho humano. Tudo se passa como se elas fossem portadoras de uma “aura”⁶³. Neste sentido, a “ostentação” da qual meus interlocutores tanto falam seria a própria *anima* dos bens de consumo. Frazer, por seu turno, tentou entender o mesmo enigma levantado acima através do culto à deusa da fecundidade Nemi, no ritual denominado *ramo de ouro*. Para tanto, ele recolheu e comparou costumes análogos, demonstrando a existência de determinados padrões de controle do mundo por parte do pensamento dito selvagem. Se enquadrariam nestes padrões as duas modalidades de associação que seriam, por assim dizer, os princípios lógicos da magia simpática: a lei da similaridade (o similar produz o similar), ou magia homeopática; e a lei da contiguidade (as coisas que um dia estiveram em contato seguem exercendo influência mútua, não obstante o seu afastamento), ou magia por contágio. Enquanto que esta última é praticada a partir de conexões materiais entre os objetos e os seus correlatos (por exemplo, na prática mágica, a representação de uma pessoa como podendo desempenhar efeitos no ser representado), pratica-se a magia homeopática ou imitativa com o auxílio de imagens, seja com intuídos destrutivos ou miméticos. Estas imagens se desprenderiam de tal forma que ganhariam autonomia perante as relações que as engendraram. Seriam, desta forma, modos alucinatórios de se ver. Assim, colocar Marx e Frazer em diálogo sugere a Taussig (1993) a seguinte percepção: o fetichismo da mercadoria tem operado de acordo com os princípios da magia simpática, produzindo interações miméticas e associações por contágio. É exatamente esta a interpretação que os meus interlocutores se utilizam para explicar a presença das mulheres na teia do tráfico de drogas.

Assim, seguindo o raciocínio nativo, as meninas, ao se deixarem levar pelo poder da “ostentação”, seriam presas fáceis nas mãos dos meninos do tráfico. O afloramento da sexualidade apareceria como a via de acesso para essa relação sexual e mimética. A mãe de Naiana, Dona Neusa, nos antecipou o final da história: a gravidez precoce das jovens. Por isso, os pais têm que “trabalhar a mente” de seus filhos, orientá-los, porque o inimigo também

⁶³ Sustento que o fetichismo da mercadoria, em Marx, não é uma projeção ideológica, mas uma forma de vida historicamente específica, característica das sociedades capitalistas. Tal leitura do legado marxista pode ser encontrada em Hylton White (2013). Isto significa, para fins de minha análise, que os meus interlocutores, ao falarem da “ostentação”, não estão a conceber uma camada de ilusão sobre a agência humana; eles estão, isto sim, a ponderar sobre os efeitos sociais causados pela organização da produção de mercadorias nas periferias urbanas de nosso país.

possui suas armas de convencimento. Ora, Foucault (1988) já nos alertava para a capacidade produtiva do dispositivo da sexualidade, ao recusar peremptoriamente a hipótese repressiva, atentando para a dimensão cognitiva a ele inerente. Segundo ele, dispositivo é uma rede heterogênea de discursos, instituições, instalações arquitetônicas, projetos de lei, pressupostos científicos, correntes filosóficas, dentre outros, que interagem entre si formando um aparato de gerenciamento e controle de corpos, subjetividades e populações. Neste sentido, mais do que reprimir, a sexualidade produz: alianças e rivalidades; concordâncias e discordâncias; seres desejados e indesejados, polos de atração e de evitação, e assim sucessivamente.

Isto me sugere uma recapitulação de categorias lançadas no capítulo anterior. Eu mencionei a leitura de Ann Stoler (1995) sobre a *História da sexualidade* de Foucault, para mostrar que os adolescentes - em bairros assolados pelo comércio de entorpecentes - eram, concomitantemente, tratados como “perigosos”, isto é, sujeitos à criminalidade, e “em perigo”, ou seja, na iminência de sofrerem as ações malignas da violência. Recorrendo aos arquivos coloniais dos protetorados holandeses em terras da Índia, Stoler (*op. cit.*) demonstra como toda a educação das crianças européias, em contexto colonial, visava conter a influência deletéria do meio, apontando para o cultivo das sensibilidades que as permitiriam crescer como européias. De acordo com a autora, teríamos que entender qual o papel desempenhado pelos empregados domésticos nos lares europeus, uma vez que eles representavam o “outro interno” ao qual, não obstante a dependência em relação à sua força de trabalho, dever-se-ia lançar toda uma sorte de mecanismos de vigilância em torno de suas ações. As crianças, afirma a antropóloga, precisavam ser protegidas contra a exposição à sexualidade perigosa da alteridade racial e de classe, não apenas porque a sexualidade delas era diferente, mas também porque elas estavam ainda em processo de formação de caráter. Para me utilizar dos termos proferidos por Dona Neusa, essa proteção equivaleria a um “trabalho na mente”.

Ainda que os meninos do tráfico não se afigurem como um “outro” em termos de raça e classe social, no contexto específico dos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, eles surgem como a alteridade interna que é preciso ser evitada. Esta evitação cria toda uma gama de discursos e aparatos de vigilância em torno da sexualidade feminina. O conhecimento e o controle da ação destes rapazes são parcela do regime de normatização da conduta das meninas. Para elas crescerem como mulheres trabalhadoras e autônomas, é preciso protegê-las dos poderes mágicos do fetichismo da mercadoria, na medida em que, como dizem meus interlocutores, “é mais fácil ganhar cinco reais ali distribuindo drogas do que com um trabalho honesto”. Conter a ação da magia simpática significa vigiar os corpos femininos, uma vez que as relações sexuais seriam a porta de entrada para a homeopatia e o contágio.

Enfim, do ponto de vista nativo, o comércio de entorpecentes é enquadrado em termos lévi-straussianos: um circuito intermitente oscilando em torno da troca de bens e de mulheres (Lévi-Strauss, 1982)⁶⁴. Mas, como podemos interpretar este dado?

Primeiramente, devo afirmar que esta visão sobre a entrada das mulheres no tráfico de drogas teve como contexto o meu diálogo com indivíduos - pais de família e líderes comunitários - não participantes deste domínio. Por seu turno, a literatura socioantropológica sobre o assunto tem ouvido os sujeitos envolvidos nesta dinâmica, tentando entender os padrões de moralidade criados por esta economia ilegal. Recentemente, por exemplo, Bourgois se juntou a outros pesquisadores, tendo como resultado desta união a produção de uma etnografia sobre a economia moral (o conceito é emprestado de E. P. Thompson) da violência em uma vizinhança porto-riquenha da Filadélfia do Norte, estado da Pensilvânia (Karadinos e colaboradores, 2014). Além de Thompson, os autores se utilizaram de Marx, e a noção de acumulação primitiva, e a teoria da dádiva de Mauss para nos mostrar: 1) a criação de capital através de coerção física e militar, entendendo a produção de valor como um ato destrutivo ao corpo humano, tanto em termos morais, quanto em aspectos de sua saúde; 2) a existência de um sistema de obrigações recíprocas no âmbito do comércio de entorpecentes, uma vez que a sobrevivência no crime exige de seus participantes toda uma rede de cuidados e suporte mútuo, incluindo a dependência para com aliados violentos, capazes de impedir ataques ou de cometer represálias (em outras palavras, a violência como que constitutiva de laços sociais); e 3) o grande índice de criminalidade nos guetos americanos como que operando dentro de uma lógica moral formatada pela economia da escassez e pelas relações hostis com as agências estatais (altamente imbuídas de uma razão punitiva). Tentando compreender a conduta dos indivíduos dentro desta seara, os autores asseveram existir um *rider habitus* (*habitus* de cavaleiro) entre os membros das gangues, o que implica o uso da força, especialmente para a proteção de mães e irmãs, bem como a demonstração da potência sexual. É por meio de Roland, um dos principais interlocutores da pesquisa, que Karadinos e colaboradores (*op. cit.*) operam estas considerações. Segundo eles, em contraste com as suas falhas tanto como homem, quanto como filho único, ele exaltaria a violência como uma oportunidade de proclamar o amor pela sua mãe, atacando qualquer um que venha a insultá-

⁶⁴ Ao fazer tal análise, não estou afirmando que o ponto de vista de meus interlocutores seja verdadeiro, tampouco estou preocupado em desmenti-lo. Estou apenas levando até às últimas consequências o que este pensamento tem a nos dizer. Em outras palavras, assim como Viveiros de Castro (2010), tomo como conceitos as ideias nativas, o que significa considerá-las como dotadas de uma significação filosófica, ou como potencialmente capazes de um uso filosófico.

la. Longe de temer a prisão, Roland se sente misticamente fortalecido após estes atos, como se estivesse agindo a partir de um chamado divino.

Meu interesse nesta análise se sustenta na seguinte sugestão: se, entre os meus interlocutores, as visões de mundo às quais tive acesso me sugeriram um encontro de Marx com Frazer, por intermédio do caráter mágico do fetichismo da mercadoria, como uma chave explicativa para se entender a emergência das mulheres na dinâmica da criminalidade ligada às drogas, os autores acima citados me fazem pensar numa conexão entre a perspectiva marxista e a psicanálise freudiana para se compreender a presença masculina nestas mesmas teias. Embora os pesquisadores não evoquem tal correlação, tudo se passa como se relações de caráter edípiano incentivassem a entrada dos homens na referida esfera. Incesto, circulação de mulheres... Por que não pensarmos em uma história sexual do narcotráfico?

Voltando à temática da participação feminina na economia das drogas, em aspectos gerais, a literatura em criminologia que tem sido produzida sobre o tema tem se polarizado em torno de duas perspectivas. Face a óbvia influência masculina na iniciação do sexo oposto nas rotas do crime, a abordagem mais tradicional, em termos cronológicos, tende a considerar a mulher como uma vítima de homens criminosos, restringindo a sua atuação nesta trama ao papel de parceira amorosa e protetora de suas relações afetivas (Steffensmeier e Allan, 1996; Zaluar, 1999). Mais recentemente, alguns estudos feministas, ao questionarem este tipo de abordagem, têm reivindicado a agência e o protagonismo feminino, demonstrando as especificidades da presença das mulheres nesta esfera e atinando para o seu poder decisório, a sua criatividade e as suas escolhas (Barcinski, 2009; 2012; Grundetjern e Sandberg, 2010). Ainda assim, estes trabalhos não questionaram, sobremaneira, o primado da influência dos homens sobre as ações de suas parceiras, não obstante a ênfase na iniciativa das últimas no tocante à manutenção dos laços afetivos e as estratégias por elas utilizadas na conquista de prestígio e visibilidade social. Certamente, a visão de meus informantes coaduna-se com a primeira perspectiva. Entretanto, do meu ponto de vista, este duelo entre o *approach* da vitimização versus o do empoderamento feminino não questiona a seguinte premissa, aqui esboçada pelos não participantes desta seara do tráfico: as relações sexuais parecem ser um ato de contaminação e de contágio, na medida em que o narcotráfico é, *a priori*, associado ao mundo masculino. Tudo se passa como se os homens “envolvidos” fossem uma espécie de feiticeiros do mal, tendo no fetiche da mercadoria a garantia dos seus poderes mágicos. E aqui encontro uma oportunidade de fazer uma crítica mais contundente à literatura que tem sido produzida sobre o tema.

Karadinos e colaboradores (2014) não atinaram para a dimensão edipiana do envolvimento dos homens no tráfico de drogas⁶⁵ porque eles não fizeram aquilo que Matthew Gutmann (2007), por exemplo, se esmerou em fazer na sua etnografia sobre homens infectados pelo vírus HIV, e pacientes de cirurgias de vasectomia, no estado de Oaxaca, México, a saber: a investigação de como as mulheres, explicitamente, influenciam a masculinidade negociada dos homens. Algumas análises feministas, por seu turno, na medida em que estavam tão preocupadas em demarcar o papel de protagonismo das mulheres também no comércio de entorpecentes, terminaram caindo no mesmo erro: o de afiançar apenas a influência dos homens sobre o comportamento feminino. Mesmo mulheres bem sucedidas neste domínio - aquelas que se tornaram protagonistas - conquistaram tal façanha a partir do mimetismo da postura masculina, como se a rudeza e a brutalidade (os elementos que elas teriam copiado) fossem prerrogativas de um determinado gênero (o masculino) em detrimento do outro⁶⁶. Enfim, do meu ponto de vista, o grande problema destes trabalhos é a premissa metodológica na qual estão baseados: o estudo de homens e mulheres isoladamente, ou mesmo em paralelo, faz com que certos ambientes sociais sejam tidos como, naturalmente, o domínio de um dos sexos. E assim, a pesquisa feminista que tanto fez por questionar a *male centered literature* (Denton e O'Malley (1999) - que apresenta as mulheres como que em desvantagem em relação aos homens, na economia ilegal das drogas - no âmbito da criminologia, não se insurgiu contra a ideia naturalizada de associação do tráfico de drogas ao império do masculino. Observem a lógica cesurista também operando neste campo!

Prosseguindo minha análise, devo ainda mencionar que, na ótica de meus interlocutores, os rapazes “envolvidos” serviriam apenas para engravidar as moças em idade precoce. Além de ser um fruto indesejado fortemente associado ao comércio de entorpecentes, a gravidez na adolescência também seria um mal a ser evitado por dois motivos: em primeiro

⁶⁵ Assim como Bourgois (1995) também não o fez, a despeito de seus principais interlocutores em seu trabalho de campo no East Harlem, os traficantes Primo e Caesar, terem, reiteradamente, justificado o comportamento violento por eles adotado como um ensinamento materno.

⁶⁶ Ver, por exemplo, Grundetjern e Sandberg (2010), para o contexto norueguês; e Jones (2009), no tocante ao gueto norte-americano. O leitor verá descrições vívidas de como as mulheres, envolvidas no tráfico de drogas, gerenciam as suas vidas em meio à dinâmica da violência que impera nesta seara, ora utilizando códigos de rua (*street capital*) tidos como, *a priori*, pertencentes à esfera masculina, ora “masculinizando” os seus trejeitos corporais. No caso do estudo conduzido por Denton e O'Malley (1999), em Melbourne (Austrália), com 16 traficantes mulheres, o raciocínio utilizado foi o inverso: como características tidas como femininas - a lealdade, a cautela e a confiança em relações familiares - se tornaram ingredientes para o sucesso e protagonismo feminino. Por fim, Grundetjern (2015) mostra como ora as traficantes se utilizam de características femininas (notadamente, na esfera privada), ora masculinas (em situações de rua), para demarcar as suas posições dentro da hierarquia do narcotráfico. Por tudo que já foi dito até aqui, desnecessário afirmar as minhas reservas para com estes modelos cesuristas de análise.

lugar, porque colocaria sérios obstáculos a tão estimada autonomia feminina. A adolescente grávida, para continuar seus estudos e a sua rotina de trabalho, dependeria ou do cumprimento do papel de provedor por parte do rapaz que a engravidou, ou do auxílio de sua própria família, algo que ocorre mais corriqueiramente, uma vez que, segundo meus entrevistados, a maioria dos homens não assume as suas responsabilidades de pai. Em segundo lugar, no tocante a questão relativa à dinâmica de mimese e alteridade entre a biografia do indivíduo e a trajetória familiar, a gestação precoce é vista como uma recapitulação da história financeira da família, isto é, como um impedimento a ascensão econômica da rede parental, na medida em que se espera do filho o soerguimento do *status* econômico dos seus progenitores. É este o raciocínio que guia Dona Neusa quando ela se pergunta, ainda no capítulo 02: e a situação dos pais que não passa? Em outras palavras, quando as crias se dão a desfaçatez de trilhar o caminho da perdição, elas estariam impondo às suas famílias a perpetuação da miséria. Seriam, para me utilizar de uma categoria proferida em outro contexto (a saber, de profissionais de saúde em ocasião de atendimento a pacientes jovens e grávidas), “vítimas egoístas” (McCallum, 2008). Mas, pensando bem, egoísta talvez não seja o termo mais apropriado, uma vez que, no entendimento de meus informantes, as adolescentes também seriam culpadas por se deixarem levar pela conversa fiada dos meninos do tráfico, por se interessarem, em demasia, pela vida fácil. Elas seriam - para me apropriar de um oxímoro que fora utilizado como título do romance de Joaquim Manuel de Macedo (2012) - “vítimas algozes”.

E aqui relembro de mais uma passagem do livro de Taussig (1993), quando ele atenta para a ideia transgressora do útero materno como um órgão mimético por excelência, misteriosamente enfatizando no submerso e constante corpo materno o dual significado da reprodução como nascimento e reprodução como réplica. Portanto, a mulher surge como o *locus* da alteridade, mas uma alteridade que se origina da similitude. No caso em questão, o filho de uma adolescente seria a diferença concebida nos termos da mesmidade; o outro como perpetuação do mesmo.

Entretanto, a ausência da “moratória social”, nos termos de Margulis e Urresti (1996), é o aspecto que mais sugere uma simbiose entre a trajetória dos jovens e a saga de suas famílias, se constituindo na faceta mais visível do consórcio entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”. De acordo com os autores, esta categoria marca a interação entre os ciclos de vida e as expectativas sociais a eles relacionados, caracterizando-se como um determinado período de suspensão de obrigações e responsabilidades, uma benesse socialmente conferida a certas camadas sociais em detrimento de outras. O que está em questão nesta categorização

são as distintas experiências de classe e suas relações com as diferentes faixas etárias. Assim sendo, para a juventude das classes mais abastadas, o ingresso na vida adulta e as consequentes obrigações advindas desta etapa são cada vez mais postergados pelo aumento do tempo de estudos. Por outro lado, faltaria aos jovens das classes trabalhadoras condições materiais para a vivência de um tempo maior de despreocupações e comportamentos imaturos. Seria, pois, a esfera do trabalho a porta de entrada para o amadurecimento precoce.

Todos os pais com os quais tive o prazer de dialogar começaram a trabalhar, ainda que informalmente, bastante cedo. O leitor foi informado, por exemplo, de que Seu Nilson, já na adolescência, frequentava as mais diversas feiras da cidade, como um expediente para descolar alguns trocados. Sua esposa, Dona Neusa, ajudava a mãe em uma “casa de família”, se incumbindo de determinados afazeres domésticos. Maria, por seu turno, ministrava aulas de reforço escolar para os meninos do bairro, um pouco antes de ter a sua primogênita, Ingrid, aos 16 anos de idade.

A entrada precoce na esfera do trabalho, no tempo da adolescência dos pais, e a tentativa de preenchimento das horas vagas dos seus filhos, na atualidade, são, ao meu ver, a maneira pela qual a trajetória dos adolescentes de hoje, das camadas populares, se iguala à história de seus progenitores. Outrora e agora, a juventude dos estratos menos abastados da sociedade continua a não desfrutar de uma “moratória social”. Porém, a negação deste gozo foi, digamos, institucionalizada, nos tempos atuais, pela ação de organizações não governamentais, entidades do terceiro setor e por políticas sociais e de caráter filantrópico. Esta institucionalização concorre para a existência de jovens exilados, trancafiados em suas casas ou nas esferas do trabalho e da educação formal e informal, principalmente se considerarmos a experiência das meninas.

É o que tivemos a oportunidade de também observar na narrativa sobre a família de Tatiane e Thaís. Embora as irmãs estabelecessem diversos contatos com os irmãos da igreja, apenas os seus respectivos namorados, também cristãos, costumavam frequentar a residência delas. Dona Terezinha, desde a tenra idade, foi, gradualmente, cultivando um comportamento de afastamento em relação ao próximo. Ela afirma amar seus familiares; mas ela aqui, eles acolá. Ela costuma cumprimentar seus vizinhos, com sorriso largo no rosto, não obstante os dentes abertos serem de malgrado. Não seria falsidade de sua parte, defende-se; seria apenas o seu jeito de viver em um lugar onde o sujeito precisa estar atento a todos, onde mesmo os bons modos são utilizados como uma política de evitação. Enganou-se quem pensava que no templo evangélico Dona Terezinha sentiria necessidade de mudar a sua conduta. Ela faz questão de diferenciar a igreja dos fiéis. A primeira é divina; os últimos, nem tanto. Estes, por

vezes, perdem-se em mesquinhas e mexericos a respeito da vida alheia. Ademais, muitos afirmam terem aceitado Jesus, porém a dúvida é a melhor conselheira da prudência. Ela tem certeza, por exemplo, de que sua irmã mais velha está “desviada”, isto é, de que ela não segue mais com tanto afinco os ensinamentos de Cristo. Os olhos, pois, precisam estar sempre abertos. E é com eles bastante arregalados que ela educa as suas filhas. Tatiane, a caçula, até que não havia lhe dado muito trabalho. Todavia, o mesmo não pode ser dito sobre Thais. A menina gostava de andar com colegas que, na opinião da mãe, eram perdidas; chegou, inclusive, a ensaiar um namorico com um menino de procedência duvidosa. Dona Terezinha descobriu e resolveu colocar o rapazola contra a parede: você estuda? Sim, respondeu ele. Trabalha? Ainda não, retrucou. Certo! Quando você arrumar um trabalho, pode voltar aqui e você poderá namorar a minha filha, finalizou ela. O rapaz nunca mais voltara. Tempos depois ela descobriu que ele havia se “envolvido”. Em verdade, ela já sabia que ele era “envolvido” antes mesmo de ele se “envolver”.

No relato de dona Terezinha transparece um elemento que marca, por assim dizer, a sua forma de vida: o não desenvolvimento de relações muito íntimas com a alteridade. Seja entre os seus familiares, ou entre os irmãos de igreja; seja na escola das filhas, ou entre os seus vizinhos de porta; a desconfiança impede a gênese da intimidade. Em sua etnografia sobre a diáde tráfico de drogas-masculinidade em Caxambu, nome fictício dado a uma favela situada na zona norte do Rio de Janeiro, Penglase (2010) mostra que, a despeito de os traficantes terem conseguido manter a legitimidade de sua dominação por meio de uma gramática cultural que estipulava ser o morro uma “grande família” (por meio da frase “fulano é cria daqui”), algumas das mães e pais com os quais ele teve contato temiam a influência - mais uma vez *a angústia da influência* de que tanto falei no capítulo anterior - que a conduta dos rapazes “envolvidos” poderia ter no comportamento e destino de seus filhos. Dentre as tramas apresentadas pelo autor, destaco a de Clara e o complexo envolvimento de sua rede de parentesco com o comércio de entorpecentes. Seu irmão, usuário de substâncias psicoativas, tentava se livrar das malhas do narcotráfico (ele havia recebido um tiro na perna, em virtude de dívidas não pagas com um traficante local); seu compadre, por seu turno, era um dos cabeças do comércio de entorpecentes no bairro. Ao mesmo tempo em que agradecia a proteção dada por ele, haja a vista a localidade ser bastante violenta, ela temia que a admiração que o seu filho, Martinho, tinha por seu padrinho pudesse encaminhá-lo às rotas da atividade ilegal. Ela vivia o paradoxo de negociar a sua relação com o que o autor chama de *dangerous intimates* (íntimos perigosos). No tocante à narrativa de Dona Terezinha, posso afirmar que ela nem chega a cogitar o controle da periculosidade de certas pessoas que

lhes são íntimas; na realidade, para ela, a intimidade é, em si mesma, perigosa. Daí, os seus temores, os seus anseios, a sua vigília...

Vimos que a mãe chegou, inclusive, a vigiar as atividades que estavam sendo conduzidas na biblioteca comunitária do bairro, na época em que suas filhas ali congregavam, em meio às oficinas de leitura e produção literária. Dona Terezinha desconfiava até dos educadores, porquanto alguns deles queriam ensinar valores que destoavam daquilo que ela acreditava ser o correto. Segundo ela, muitas crianças que participaram dos programas educacionais ali desenvolvidos, posteriormente, “deram pra ruim”. Ela cita, como exemplo, uma menina que havia “se tornado” lésbica.

E assim, das formas de classificação endereçadas a juventude feminina chega-se à criação do padrão normativo do ser mulher. Como vimos, se, em termos gerais, há uma necessidade de se vigiar o comportamento dos jovens, de modo a se precaver contra os perigos oferecidos pelo meio em que eles vivem, as meninas são colocadas em uma teia de vigilância ainda mais perturbadora. Se o meio “é um ouriço invertido”, isto é, “em vez da explosão divergente dos dardos, uma convergência de pontas ao redor”, conforme Raul Pompeia (2013 [1888]: 119) havia dito em *O Ateneu*, parece que as pontas dos espinhos que, por assim dizer, cercam a vida das moças são mais pontiagudas.

Nas páginas anteriores o leitor viu que todas as teias de vigilância construídas pelos pais têm por fim último a edificação de uma prole livre da influência do meio. A autonomia do jovem, neste contexto, significa: não se deixar contaminar pelas forças malignas do ambiente onde eles vivem. Isto me leva à discussão operada por Jaques Derrida (2008) sobre o pensamento do filósofo tcheco Jan Patočka. A proposta do último é, a partir das tradições cristã e platônica de pensamento, pontuar a possibilidade do mistério da experiência sagrada como uma forma de ruptura demônica e orgiástica. Seguindo a interpretação derridiana, ambas as escolas podem ser entendidas como processos contínuos de incorporações e repressões que não apenas suprimem, mas também reativam certas dimensões das qualidades demônica e orgiástica do segredo. A este respeito, a história da responsabilidade européia estaria atrelada ao desejo por liberdade e autonomia do *self* (tradição liberal-democrática) e pela necessidade de supressão e controle da subjetividade humana (*modus operandi* totalitário). Mas o que podemos dizer sobre a responsabilidade parental? Seria ela um microcosmo da responsabilidade européia?

De acordo com Patočka, examinado por Derrida (2008), a morte é a instância que possibilita a emergência da responsabilidade e do sujeito responsável. Evidentemente, todo pai teme a perda de sua prole. Entretanto, as histórias nas quais me enredei, enfatizaram uma

analogia menos escatológica, a saber: o medo da sexualidade. Se a adolescência é vista como o período em que a verdade do ser emerge, apresentei relatos sobre as vicissitudes vivenciadas pelos pais para manter um padrão de criação que eles consideram seguro e responsável, padrão este que pode ser arruinado mediante o enlace sexual de suas filhas com homens indesejados.

Enfim, foram estas as personagens, as tramas e os autores que considero pertinentes nesta análise sobre as dimensões do poder classificatório dirigido à juventude feminina das classes populares. Nos relatos apresentados, quis contar cada detalhe da maneira mais fiel o possível. “Se [algo não pareceu] natural, a culpa é da arte ou da memória” (Bioy Casares, 2006: 76). Para finalizar este capítulo, cabe um pequeno relato sobre como as adolescentes assimilam, negociam e resistem a estas teias de vigilância.

A resistência juvenil

A evitação de contatos com os vizinhos. A não participação nos ritos de sociabilidade local. A manutenção de laços afetivos com membros exteriores à comunidade de origem. Todos estes aspectos me levariam, em princípio, a admitir certa aquiescência das jovens perante à criação de seus pais. Entretanto, esta é apenas uma meia verdade. Olhando mais de perto, percebi nesta assunção das recomendações da família uma centelha de resistência juvenil.

Convivendo com as adolescentes fui percebendo uma certa constância em seus laços afetivos. De todas as meninas aqui mencionadas, Stephanie era a única solteira. Talvez por ser a mais nova da turma e ter vivenciado há pouco tempo os calores do primeiro beijo, ela ainda não havia maturado as estratégias que pude detectar entre as suas colegas. Ingrid, Naiana, Tatiane e Thaís: todas elas “namoravam na porta”, ou seja, mantinham relacionamentos sérios e consuetudinários por seus pais.

Certa vez, conversando com Naiana, ela me confessou que raramente “ficava” com alguém, isto é, dificilmente ela mantinha um relacionamento afetivo sem compromisso. Evitar mexericos e fofocas era a sua grande preocupação. Em um lugar onde todos se conheciam, ela temia por sua reputação. Há nesta precaução o reconhecimento de que em bairros populares o falatório, as intrigas, e raramente a força, retroalimentam as restrições, bem como as regras locais (Taussig, 2012). Assim, foi com o seu primeiro “namoradinho sério” que ela trocou os primeiros beijos e teve a sua primeira relação sexual. “Prefiro namorar do que ficar igual a

essas meninas aí que um dia aparecem com um, outro dia surgem com outro e terminam se desvalorizando”, afirmou. Desta maneira, costurando o término de um romance com o começo de um novo, ela vai vivenciando a sua experiência da sexualidade.

É nos fins de semana que ela costuma escapar aos olhos apreensivos da família. Contudo, ela garante que toma todas as precauções no que concerne à utilização de métodos contraceptivos, de modo a evitar uma gravidez indesejada. A mãe, Dona Neusa, é sua confidente. Ter a confiança materna foi a estratégia por ela desenvolvida para poder ter uma maior liberdade em seus relacionamentos afetivos. “Conto tudo para minha mãe, pois assim evito que ela saiba as coisas pela boca dos outros”, sustentou.

Tatiane e Thaís namoram meninos que também frequentam a igreja evangélica onde elas comungam. Para além da esfera religiosa, elas procuram trazer os rapazes para o convívio mais próximo com os seus pais. Não raro, testemunhei-os se ocupando dos afazeres domésticos da casa delas: indo à padaria para comprar pão; acompanhando-as em suas idas ao supermercado; e, inclusive, ajudando-as nos “biscates” que elas fazem para adquirir alguns recursos. Tatiane, por exemplo, costuma preparar cachorros-quentes que são comercializados na varanda do templo. Elton, seu namorado, se responsabiliza por trazer o tabuleiro para as compras e por administrar o pagamento dos clientes. Dona Terezinha, por seu turno, agradece a Deus por ter um genro tão prestativo e valoroso quanto Elton.

Semelhante às colegas, Ingrid, já aos 12 anos, trouxera o primeiro namoradinho para sua porta. Lembro-me bem de Jaciara censurando a criação da menina: “essa moleca foi criada muito solta; desde novinha já estava namorando”. Todavia, isso não era um problema para a família da garota. Maria sempre soube de tudo que se sucedia com a sua filha. Desde que foi flagrada pela mãe paquerando um menino de procedência duvidosa, Ingrid passou a ser mais transparente em casa, utilizando a confiança materna como um estratagema para conquistar a almejada liberdade. A confissão – elemento fundamental da tradição cristã – opera não apenas como uma ferramenta de submissão do indivíduo, que é obrigado a interpelar e buscar dentro de si a sua verdade, diante de um outro, como havia apontado Foucault (1984), mas também como a sua válvula de escape. Quem confessa torna o confidente em seu cúmplice, alguém responsável por seu segredo, diria Derrida (2008). E assim, a cumplicidade entre mãe e filha passa a ser um elemento de subversão à vigília familiar.

Por sua vez, Stephanie, embora raramente trafegue pelas ruas do Alto das Pombas, tem a oportunidade de correr por entre as esquinas do bairro de Pirajá, local onde reside a sua avó materna. Pode-se dizer que este distrito possui o mesmo cotidiano de classe da

comunidade de origem da menina. Porém, por aqui ela se encontra menos cerceada em seus movimentos. Por este motivo, são constantes as suas requisições para a estadia na casa de sua avó quando de feriados e finais de semana.

Observem que a vigilância dos pais não impede que as filhas mantenham seus relacionamentos. Digamos que ela reorienta a escolha dos parceiros ideais; estimula o contato e interações que acontecem nas zonas extrínsecas aos bairros. Desta maneira, se os pais estimulam a ocupação do tempo livre de suas crias como uma forma de controle de seus corpos, elas utilizam estas ocupações como uma plataforma para estipular formas de sociabilidade juvenil, tais como, namoros, amizades, dentre outros. Assim, a igreja, o trabalho e os projetos sociais, por mais que sejam pensados como instâncias para o aperfeiçoamento e o disciplinamento dos sujeitos, se vêem assaltados por subjetividades outras que não aquelas voltadas ao mercado de trabalho.

Assim sendo, as adolescentes resistem sutilmente a todo o complexo de cerceamento de suas liberdades e experiências afetivas. Elas não se chocam diretamente contra os preceitos familiares. Pelo contrário, elas reorientam as suas ações a partir do quadro normativo imposto por seus pais. Suas identidades sociais forjam-se, portanto, no campo de forças e categorias deste enquadramento, no que vem a ser, nos termos de Augé (1989), uma espécie de resistência mimética.

Dito isto, passemos agora às considerações finais desta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da convergência entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”

Depois de ter vencido o trajeto por mim proposto, o leitor encontra-se agora mais aliviado. Deve ter percebido que eu demorei em precisar as categorias que intitulam este trabalho, deixando-o, em grande parte da narrativa, ao sabor do suspense e da promessa. O estilo folhetinesco, contudo, não foi mero preciosismo literário, tampouco uma tentativa de esposar uma vez mais a arte com a ciência. Tentei, isto sim, mimetizar na estrutura da escrita todo o meu processo de encontro com os conceitos lapidares desta tese. Mas agora que já conheces os termos, o que mais pode ser dito sobre eles?

A princípio, poder-se-ia pensar numa incongruência entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”. Afinal de contas, por um lado, sublinhei a dificuldade em manter o foco em uma determinada atividade, uma vez que um mesmo sujeito pode participar de inúmeros projetos, como o principal sintoma da primeira; por outro, assinali a tendência de concentração de recursos públicos em um dado indivíduo, mediante o seu acesso a uma gama de políticas sociais (ou talentos, para me utilizar da parábola bíblica), como o ponto cardinal do último. Todavia, no lugar de uma contradição, vejo um encontro entre as duas categorias. Para sustentar este argumento, gostaria, inicialmente, de colocar os dados pertinentes ao *Higher Level*, plataforma de onde coletei a maior parte dos fatos desta etnografia, numa dimensão, digamos, mais diacrônica, no que concerne à dinâmica de aparição e desaparecimento de políticas públicas nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas. Apresse-me a dizer que o programa em si representou mais recorrências do que mudanças no horizonte de implementação de iniciativas sociais nas referidas localidades.

Em sete anos de pesquisa junto aos adolescentes vinculados a projetos sociais pude testemunhar a repetição de alguns eventos, quais sejam: primeiro, a tentativa de delimitar toda a experiência juvenil nos termos de uma dicotomia entre o “mundo do trabalho e do estudo” e o “mundo da violência e das drogas”. Este é um campo que já nos havia sido delineado pela antropóloga Alba Zaluar (1994), no contexto da Cidade de Deus, periferia da cidade do Rio de Janeiro. Segundo, a emergência de certos sentimentos relacionados a esta dualidade, por exemplo, responsabilidade e austeridade (que estão ligados ao primeiro domínio) e piedade e medo (pertencentes à segunda esfera); e terceiro, as falhas das políticas estatais sempre sendo

justificadas em termos técnicos ou infraestruturais (falta de computadores ou materiais didáticos; a inadequação dos espaços onde as atividades estavam sendo realizadas, dentre outros). O *Higher Level*, conforme informei no segundo capítulo, não fugiu destas três regras, principalmente no que diz respeito à última delas: a baixa proficiência na língua inglesa aferida pelos alunos foi, ao fim do programa, justificada por fatores que transcenderam a interação professor-estudante, nos remetendo, em última instância, às próprias condições de vida na favela.

Em contrapartida, a suspensão do programa nestes bairros me induz a pensar a descontinuidade das políticas sociais como uma disposição durável, um passado não superado por estas populações. Por conseguinte, a “síndrome do pato”, aqui entendida como a interrupção do aperfeiçoamento de um determinado talento, surge como uma consequência natural desta intermitência das ações estatais e supraestatais. Observem, por exemplo, que no âmbito da BCS, apenas no início de implementação do programa a corporação pôde contar com um investimento maciço - proveniente tanto de setores do Estado, quanto da iniciativa privada - para a realização da etapa social da empreitada. Passada a novidade, a maioria esmagadora dos projetos sociais ali desenvolvidos terminou sendo levada a cabo pelos próprios policiais, o que me sugere a seguinte percepção: a polícia é a única política pública duradoura na vida dos estratos mais carentes da sociedade. Como entender este dado?

Por um lado, a *angústia da influência*, isto é, a tentativa de tirar das mãos do tráfico de drogas o poder de impor as suas categorias às localidades do Calabar e do Alto das Pombas, impulsiona a polícia a ser diligente na conquista de público e simpatizantes. As crianças, os adolescentes e os líderes comunitários são os mais visados, haja vista eles serem convidados cativos de quaisquer atividades da BCS. Seja a inauguração da nova logomarca da corporação, seja o oferecimento de um novo curso, lá estão eles a receber sorrisos e abraços dos praças que trabalham naquela unidade. Os policiais estariam, nos termos de Jaciara, “aculturando” a população, isto é: o contato contínuo entre os dois polos terminaria originando mudanças importantes na conduta dos cidadãos comuns, algo que representaria uma tentativa de dominação cultural, conforme a análise de Balandier (1993). De acordo com a líder comunitária, muitos casos de violência, e mesmo a desconfiança em torno das ações policiais, poderiam ser evitados, caso todas as unidades da PM adotassem esse estratagema. Em sua ótica, se desde o início da ocupação policial os soldados tivessem se dedicado a este expediente de convencimento dos moradores, muitos percalços sequer teriam aparecido. Neste quesito, ela toca na ferida referente ao fato de a instalação da BCS ter ocorrido sem nenhuma forma de diálogo com as comunidades.

Por outro lado, conforme deixei bem claro no terceiro capítulo, o contato mais íntimo entre policiais e moradores não significou uma mudança em certas percepções que os primeiros nutriam em relação aos últimos. Refiro-me, explicitamente, ao acordo pré-reflexivo, ao consenso em torno da associação entre juventude das periferias urbanas e criminalidade. Se, neste contexto, os jovens aparecem como perigosos em potencial, mas, ao mesmo tempo, como o futuro da nação, o último polo desta equação só é verdadeiro uma vez que os policiais enxergam neles a futura vitória sobre o tráfico de drogas. Reside nesta concepção a chave para a existência do “efeito Mateus”, pois, na prática, a corporação militar termina atuando naquela parcela da população mais escolarizada e mais avessa à interação com os seus vizinhos de bairro.

A ideia do jovem enquanto esperança de desenvolvimento de um país não é nova em nosso horizonte político. Em verdade, nas épocas ditatoriais ela esteve bem mais em voga. Entretanto, esse jovem que era idolatrado como a salvação da nossa comunidade política, era um sujeito anódino, sem substância, e que por esses motivos não tinha uma missão específica, para além da própria modernização do Brasil. Nesta etnografia, por obra da PM, as crianças e os adolescentes das classes populares surgem como os principais agentes para a eliminação do comércio de entorpecentes. Assim, os paradoxos continuam a se irmanar. De uma ponta, estes indivíduos são tidos como *irresponsáveis* por suas condutas, uma vez que a sujeição criminal é, em última instância, creditada ao meio em que eles vivem. De outra, é lançada sobre eles a *responsabilidade* pela modificação do ambiente social da favela.

Porém, a polícia não impõe, solitariamente, o seu poder classificatório, o que me leva a tecer alguns comentários, tendo por base a obra *Anthropology in the margins of the State*, editada por Veena Das e Deborah Poole (2004). Neste livro as autoras nos sugerem pensar as margens para além do modelo espacial centro-periferia. Neste sentido, a implantação de um projeto de policiamento comunitário, conforme o raciocínio das pesquisadoras, enfatiza a noção de margem como uma periferia produtora de “enclaves” para indivíduos que não foram suficientemente socializados nos trâmites da lei. Assim sendo, a pacificação das comunidades populares surge como um regime de produção de pessoas⁶⁷, haja a vista os próprios policiais admitirem que a militarização destas localidades não tem como objetivo a eliminação completa do tráfico de drogas, mas a amenização ou repressão de seu *ethos* violento - ou *ethos* guerreiro (Elias, 1997). De acordo com Zaluar (2004), este termo, consubstanciado a

⁶⁷ Estou ciente de que isso me leva ao terreno de uma antropologia da guerra, especialmente aquela que tem sido desenvolvida nas chamadas terras baixas sul-americanas. Todavia, uma análise completa desta abordagem transcende os objetivos desta tese, de tal forma que guardarei a ideia para outras oportunidades.

partir da adoção de um comportamento bélico por parte dos traficantes, tem na *hipermasculinidade* a sua principal característica. Os super-homens das favelas, de modo a impor respeito, adotam posturas, tais como, a exibição de símbolos fálicos (armas e poder); e a poligamia com as mulheres locais. A dominação cultural da PM traria como consequência a extinção destes procedimentos.

Mas para cumprir o seu papel epistemológico, a PM é obrigada a se submeter aos caprichos e solicitações dos moradores, o que me leva a uma outra concepção de margem, desenvolvida por Das e Poole (2004), a saber: a maneira pela qual as populações apreendem os arcabouços estatais. Neste sentido, solicitar o apoio dos policiais ou para a resolução de conflitos interpessoais, ou para o auxílio em ocorrências médicas, é um expediente que as margens se utilizam para colonizar o Estado. Logo, a redefinição da juventude dos bairros do Calabar e do Alto das Pombas não é uma ação unilateral. A população também está dando suas contribuições a este processo, o que concorre, nos termos de Jair de Souza Ramos (2003), para o exercício do “poder de domar do fraco”. É neste sentido que os capítulos 03 e 04 se completam.

Tudo isto me leva a elaborar algumas reflexões sobre a violência simbólica (Bourdieu, 2014). Demonstrei no quarto capítulo que as meninas são mais vigiadas pela família do que os rapazes, a partir de um consenso simbólico sobre a periculosidade do afloramento da sua sexualidade. Investigando as clivagens suscitadas pelas dinâmicas da categoria gênero, observei com mais nitidez o casamento entre a “síndrome do pato” e o “efeito Mateus”. A necessidade de ocupar a mente dos jovens, de mantê-los afastados dos ritos de sociabilidade local, de conservá-los em seus ambientes escolares, domésticos e trabalhistas, encontrava um eco maior entre as garotas. Com efeito, o poder tutelar que atuava sobre as adolescentes tinha por objetivo o controle de seus corpos, uma vez que é no corpo da mulher, através do dispositivo da sexualidade, que se dá a reprodução e continuação do tráfico de drogas. Frequentemente, o envolvimento com homens vinculados a esta esfera tende a provocar a gravidez na adolescência. Por sua vez, esta produz, nos casos em que a moça não dispõe de uma teia de apoio mais consistente, filhos que não serão bem criados, ou seja, indivíduos mais propensos à entrada na bandidagem, retroalimentando, nas próximas gerações, o comércio de entorpecentes.

Entretanto, e aqui pulo para a próxima temática relevante nestas palavras finais, o futuro, enquanto instância normatizadora de condutas e atitudes, é a dimensão que iguala as experiências juvenis das moças e dos rapazes, ainda que os últimos tenham mais liberdade que as primeiras. O jovem enquanto uma projeção - nas duas acepções que foram trabalhadas

nesta tese, a saber, como projeto de desenvolvimento da nação e como atualização da história financeira de uma família - termina por colocar o tempo presente nos termos de uma espera; o amadurecimento e o crescimento passam a ser mais do que bem-vindos. Surge, assim, uma outra forma de “política do distanciamento” (Millar, 2014) que eu ainda não havia mencionado. No contexto do meu diálogo com policiais e pais de família, este conceito aponta para o reconhecimento da vida presente como um estado de precariedade; e a esperança depositada em relação ao futuro, na medida em que apenas ele pode garantir as promessas capitalistas da boa vida e da autonomia do sujeito.

Mas o que se pode dizer a respeito desse futuro? Os anseios a ele concernentes, as tentativas e as aflições em garantir o seu pleno desenvolvimento, não seriam uma espécie de enclausuramento do sujeito? O passado pode ser uma boa analogia para lançar mais questionamentos sobre estas interrogações. Neste aspecto, cabe uma apropriação das reflexões de Crapanzano (2011) e de Garcia (2008). O primeiro abordou a resignação, a deserção, a vingança, o perdão e a reparação, enfim, toda uma gama de sentimentos encontrada em narrativas coletadas entre os Harkis. Esta identidade se refere a um grupo minoritário argelino que lutou a favor dos colonizadores franceses quando da guerra de independência da Argélia. Considerados como traidores em sua terra natal, eles foram deliberadamente abandonados à própria sorte pelo governo francês, de tal modo que eles passaram a ser chamados de “les oubliés de l’histoire” [os esquecidos da história]. De acordo com o autor, tudo se passa como se os Harkis estivessem presos a um passado que eles não conseguem superar, como se estivessem congelados no tempo. É como se a memória fosse um legado tão pesado a ponto de prevenir o movimento adiante. Garcia, por seu turno, evoca o que ela chama de “natureza elegíaca” do vício em heroína no contexto da região nordeste do Vale Espanhol do Novo México, tentando entender como os discursos médicos e práticas sociais estão interligados, tragicamente, ao destino de Alma, sua principal interlocutora em campo. Tendo contado com esta paciente, a autora se encontrou diante da seguinte preocupação: “como o uso da heroína - a overdose em particular - expõe o doloroso reconhecimento de que o futuro foi completamente engolido pelo passado”? (2008: 721, tradução minha). Em ambos os casos, vemos a correlação entre determinados estados de espírito e a permanência de um estado de coisas, um dado, um fato que não consegue ser superado. Seguindo este raciocínio, pergunto: pode o indivíduo estar preso a algo que ainda não aconteceu e não tem previsões de acontecer? Pode ele não superar aquilo que ainda não surgiu em seu horizonte para ser devidamente superado? Pode o futuro ser uma prisão tão ou mais assustadora do que um passado já reconhecidamente terrificante e irremediável?

Continuando essa análise, preciso dizer também algumas palavras sobre o processo de construção de subjetividades, em conformidade com a ideologia do neoliberalismo. Se, como apontam as etnografias das governanças neoliberais, a perspectiva neoliberal emerge sob a forma de um programa político cujo objetivo é submeter a esfera pública - e também a vida privada - à racionalidade econômica, esta tese demonstrou que esse processo não se dá de uma forma tão pacífica, tão certa, desprovida de percalços. Nesta etnografia multissituada, quis mostrar, seguindo o raciocínio de Foucault (1977), que a emergência de um certo estado de coisas é uma luta, um ponto de confronto, onde há vencedores e perdedores, não havendo plenitude nem mesmo na vitória. Vimos no decorrer do texto, as diversas barreiras erguidas contra a formatação do indivíduo empresário de si, responsável por sua própria conduta. A autonomia não é um valor absoluto em si mesmo. Ou melhor, o fluxo de poderes classificatórios endereçados à juventude parece manifestar a existência de uma heteronomia primeira, “o reconhecimento de que a heteronomia [é] a condição da autonomia” (Viveiros de Castro, 2013: 241). Assim, conforme Viveiros de Castro (2013) já havia notado em todo o complexo da vingança tupinambá, para hegelianizarmos a história, tudo se passa como se a “verdade” sobre um sujeito estivesse sempre nas mãos dos outros. Com efeito, se no âmbito de uma escola de inglês ou em uma instituição de caráter transnacional, como o Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, o autogoverno - concebido nos termos da iniciativa que uma pessoa tem de resolver seus próprios problemas - é valorado positivamente, do ponto de vista daqueles que lidam mais cotidianamente com os jovens (os policiais e os seus familiares foram os setores investigados), a independência sem freios é um mal a ser evitado. Neste aspecto, eles estão querendo dizer o seguinte: não há como haver juventude sadia sem tutela, seja ela proveniente da família, do Estado ou até de Deus. A soberania é uma conquista; só aos adultos cabem dela desfrutar. Aqueles que se antecipam, terminam se transformando em seres degenerados: criminosos, menores infratores, grávidas na adolescência, mães precoces.

Sobre este quesito, por vezes, a forma com qual os pais consideram seus filhos lembra em muito a abordagem geralmente utilizada pelo Estado, no tocante aos jovens das classes baixas, qual seja: toda a subjetividade juvenil subsumida aos ditames do mercado de trabalho. O exemplo de Sebastião, pai de Stephanie, discutido no segundo capítulo, é bastante elucidativo desta condição. Vimos que ele só conseguia conceber alguma espécie de autonomia para a filha, caso ela se subordinasse à esfera trabalhista. Nesta acepção, o que importa é formar sujeitos para que se tornem trabalhadores responsáveis, dotados de iniciativa própria, versatilidade e autodidatismo, capazes de atender as demandas do setor produtivo.

Neste ponto, volto uma vez mais a Crapanzano (2011). No decorrer do livro citado mais acima, o autor analisa a reação dos Harkis à peça do teatrólogo Masaoud Benyoucef intitulada *The name of the father* (Em nome do pai). Do ponto de vista deles, a obra era uma afronta à identidade do grupo e eles tentaram, sem sucesso, interromper a sua exibição. Crapanzano situa essa peça dentro da trilogia proposta pelo dramaturgo argelino. Na segunda obra por ele escrita, intitulada *The eagles live in the gloom* (As águias vivem na penumbra), há um encontro fictício entre Franz Fanon, o psiquiatra caribenho que se tornou um revolucionário em terras argelinas, e Ramdane Abane, um dos líderes do FLN (Frente de Liberação Nacional - um dos partidos que lutaram contra os franceses, quando da guerra de independência da Argélia), que foi assassinado no Marrocos por seus inimigos políticos. Nesta narrativa há a pergunta sobre o que seria prioritário em uma revolução: o político ou o militar? No curso dela, Fanon vem a reconhecer a futilidade do seu projeto quando percebe que seu paciente estava correto:

se para curar um paciente temos que restaurar sua habilidade de fazer escolhas, ainda é necessário não ter nenhuma ilusão de liberdade para um sujeito cujo ser foi constantemente negado. Qual seria a utilidade de um retorno à natimorta ordem colonial àqueles que fugiram dela, buscando abrigo na loucura?" (Benyoucef apud Crapanzano, 2011: 21, tradução minha).

A partir da descrição da vida dos jovens com os quais tive contato, me pergunto se podemos afiançar qualquer ilusão de liberdade para eles, nestes tempos marcados por uma aparente normalidade⁶⁸. No meu entendimento, o elemento que ronda a emancipação dessa juventude é o mesmo que entrelaça todos os feixes desta tese. Este é o tema do próximo bloco.

O local de origem e os dilemas das políticas sociais

Levando-se em consideração toda a narrativa, o papel do local de origem na definição de um sujeito é o que entretece todos os capítulos dessa trama. Se os adolescentes são vistos como agentes de sua própria história (cap. 01); como possuindo sérias limitações de aprendizagem (cap. 02); como criminosos em potencial (cap. 03); e com uma sexualidade

⁶⁸ Aparente normalidade porque, a rigor, vivemos em tempos mais pacíficos, ao contrário da época retratada por Benyoucef, que nos remete às guerras de independência dos países africanos.

perigosa, no caso das mulheres (cap. 04), é porque eles são originários e moradores das periferias urbanas. Não é à toa que muitos pais de família sonham em deixar a favela, como uma forma de se livrar deste estigma. Desta forma, ofereci apontamentos nativos referentes ao peso do meio - um “ouriço invertido” (Pompeia, 2013) - nos processos de classificação dos indivíduos. Assim sendo, o ambiente social onde vivem determinadas categorias de pessoas é a verdadeira influência a ser superada, para me utilizar uma vez mais de Bloom (2002).

Todavia, essa influência nem sempre será nefasta, como pudemos atestar no capítulo 02, uma vez que dela poderá surgir a chave para a emancipação da juventude das periferias urbanas. Na medida em que o local de moradia nos oferece um dado objetivo sobre a classe social dos indivíduos, vimos, por um lado, que Quitéria se identificava com os seus alunos das classes média e alta da cidade, a ponto de compreender o desinteresse deles como um efeito do excesso de exigências e responsabilidades da escola. No que se refere aos estudantes dos projetos sociais, como ela não compartilhava com eles o mesmo cotidiano de classe, faltaram-lhe instrumentos teóricos e experienciais para entender as dificuldades vivenciadas por eles no processo de aprendizagem, o que gerou, de sua parte, a adoção de um comportamento condescendente e mesmo distanciado, algo aqui enquadrado como a confluência entre as políticas da piedade e do distanciamento.

Por outro lado, nas antípodas de Quitéria, Celeste, uma moradora de um dos bairros da periferia mais afastados do centro da cidade, tinha para com os seus pupilos uma identificação de classe, o que motivou nela um maior investimento neste trabalho, diante da consciência que somente desta maneira – uma maior dedicação por parte dos educadores – os mais pobres poderão romper as barreiras sociais. Celeste havia sido bolsista da American School, detalhe que torna mais clarividente a importância das ações afirmativas para a produção do efeito de verossimilhança, ou seja, o “ter ocupado o lugar do outro em alguma etapa da sua vida” como algo fundamental para o empenho do profissional que foi beneficiário deste tipo de política e a consolidação da solidariedade sociopolítica. Quando as políticas sociais são executadas por cidadãos que nutrem com o público-alvo certos laços identitários e/ou emocionais, a emancipação dos assistidos, num futuro bem próximo, torna-se uma possibilidade menos remota.

Entretanto, na maioria das vezes essa identificação não acontece. Daí surge a faceta mais nefasta da “síndrome do pato” e do “efeito Mateus”: a crença das instituições quanto ao bom cumprimento de seu papel. Como vimos, as duas categorias se equilibram num jogo complexo entre culpabilização e vitimização dos jovens. Ora eles são culpados por seu destino, haja a vista não estarem aproveitando a contento as oportunidades abertas em seus

horizontes, ora eles são vítimas, por causa de seus locais de origem, comunidades violentas onde a degeneração é o patrimônio comum de todos os moradores. Sofredores ou não, aquilo que tem sido a eles oferecidos pode configurar aquilo que Florestan Fernandes (1985) denominou o “dilema educacional brasileiro”. Se, por um lado, as pessoas depositam uma fé ilimitada na educação como um caminho para a mudança social, por outro, as instituições educacionais vêm parcamente satisfazendo as necessidades de aprendizado dos setores iletrados ou semi-letrados da sociedade brasileira. Em outras palavras, se o que é disposto a uma dada população é de qualidade duvidosa, dificilmente esta ação cumprirá os seus intentos.

Foi exatamente isso que Dona Neusa quis me dizer quando se queixou da atitude do professor de Biologia – que, segundo ela, era explorado no Sarte (colégio particular), mas *mangueava* no Calabar porque se tratava de uma favela – do curso pré-vestibular ofertado pela BCS. Minha interlocutora compreendia perfeitamente a visão cristalizada de que os ricos seriam mais exigentes, porquanto estariam arcando com os custos dos serviços que lhes são ofertados. Por seu turno, os pobres *deveriam* aceitar qualquer coisa, principalmente quando beneficiados por iniciativas sociais. A política social, mesmo quando executada por instituições privadas, filantrópicas e/ou comunitárias, pode ser de qualidade inferior, ainda que seja realizada por pessoas acostumadas a prestar serviços para os segmentos mais abastados da sociedade. Quitéria e esse professor de Biologia se enquadrariam nessa situação. Por este motivo, Celeste termina sendo a fiel de toda a balança, na medida em que ela se esmera e se dedica mais aos alunos dos projetos sociais do que aos estudantes regulares da American School. Na escola, ela cumpre seu papel de trabalhadora; nos programas sociais, ela é a cidadã que age politicamente e reconhece seu próprio poder de transformação. Ela é parte da engrenagem política que visa garantir o direito a uma boa formação cultural aos jovens carentes, e não apenas uma professora prestando um serviço, vendendo sua força de trabalho ao mercado. É neste sentido que posso falar, fazendo uma glosa do “efeito Mateus”, de um “efeito Celeste”: a capacidade que determinados atores têm de construir em sua órbita um círculo virtuoso de ações.

Contudo, vimos nesta tese que o curso de inglês não contemplava os interesses mais imediatos dos adolescentes, visto que a maioria deles estava ocupada com outras atividades. Ademais, a qualidade do ensino merece ser questionada. Aqui não me refiro apenas aos problemas estruturais – material didático impróprio para a aprendizagem, falta de infraestrutura, no tocante à Faculdade de Filosofia, para a realização das aulas, dentre outros fatores –, mas também do não comprometimento do corpo pedagógico da American School

em elaborar estratégias de ensino mais desafiadoras, haja a vista o consenso pré-reflexivo sobre a inferioridade cognitiva dos estudantes vinculados aos projetos sociais.

A participação em muitos projetos sociais traz o problema da concorrência entre as atividades, o que pode desembocar na faceta mais cruel da “síndrome do pato”: a incompletude na formação do sujeito. Contudo, havendo sorte e diante à própria aleatoriedade da vida, pode ocorrer de o jovem alcançar a autorrealização em uma determinada política, o que vem a ser a possibilidade mais virtuosa do “efeito Mateus”. Observem, por exemplo, o caso de Igor. Após participar de uma escolinha de futebol e de um curso de inglês, ele parecia, enfim, bastante feliz no projeto de iniciação musical. No epílogo falarei mais sobre ele. O próprio entrecruzamento entre as duas categorias dialoga com a contaminação entre as “vocações executivas” e os “universos artísticos-expressivos”, uma dinâmica característica da nossa geração, conforme a análise de Pais e Almeida (2012). Os autores ainda pontuam que na trajetória de jovens que exercem diversas profissões – tais como, tatuador, pintor, DJ, desenhista, vendedor, dentre outras -, nessas “estratégias de acumulação combinatória”, podemos entrever novas possibilidades abertas ao horizonte desses sujeitos, a saber, a invenção de “outros possíveis” e a ascense via a criatividade. Ou seja, essa cadeia ininterrupta de atividades permitiria aos indivíduos a oportunidade para o desenvolvimento de novos talentos, ou melhor, realçaria o lado, digamos, mais ágil, desembaraçado e esperto da juventude.

Contudo, no fim de todo o processo descrito, uma vez que as organizações e o terceiro setor acreditam piamente estarem cumprindo o seu papel no que concerne à amenização das desigualdades sociais, quando isto não acontece, a culpa sempre é debitada na conta do indivíduo e da esfera que lhe é mais próxima, a saber, a família. Afinal das contas, como diz o ditado popular, quem pariu Mateus, que balance.

Para finalizar, cabem ainda algumas observações de cunho epistemológico.

Últimos argumentos epistemológicos

Aqui vão as últimas deliberações epistemológicas. A respeito da juventude, minhas críticas à literatura que tem sido produzida sobre o tema giraram em torno da seguinte apreensão: se, por um lado, a pesquisa social tem considerado a experiência juvenil nos termos de uma condição social - que varia de acordo com as inscrições de cor, classe social, territorialidade, dentre outras -, por outro, ela tem confinado esta assertiva ao plano teórico,

não a empregando enquanto uma ferramenta metodológica em seus trabalhos. Ora, se a juventude é uma construção social, por que supervalorizar as entrevistas e o trabalho de campo realizado com interlocutores considerados jovens? Por que utilizar este recorte geracional, se esta categoria ultrapassa as suas condicionantes etárias? Por que não considerar a simetria entre as categorias? E assim, polemizando com esta literatura, elegi Celeste e Jaciara como as principais protagonistas desta tese, duas mulheres beirando a quinquagésima primavera, interlocutoras, pois, distantes da faixa etária oficialmente correlata à juventude. De outra ponta, tentei enxergar os adolescentes através da descrição da trajetória de seus pais.

Em verdade, esta tese, em termos metateóricos, procurou combater a própria divisão rígida entre realidade e ficção. Se critiquei a lógica cesurista na seara da teoria social, a partir das dicotomias jovem-adulto e masculino-feminino, foi com o intuito de questionar o cesurismo maior subjacente a estas divisões, a saber, o verdadeiro versus o falso, como se um determinado polo mantivesse consigo todo o monopólio da verdade - o jovem enquanto o real lugar da juventude; o tráfico de drogas como o real *locus* da masculinidade juvenil. Assim, ao combater todas as divisões apriorísticas da experiência humana, tentei elucidar de que maneira a juventude e a adultez apareciam como dimensões relacionais, e não excludentes.

De todo modo, ainda que eu tenha elaborado tais críticas, não considero a literatura que tem sido produzida sobre o tema, do ponto de vista heurístico, como infrutífera em seus resultados. Tentei tão somente fugir de um discurso disciplinar, conforme Foucault (1996): uma discursividade comprometida com um certo cânone, a saber, a agência juvenil. E em fazendo isso, posso mesmo questionar o poder tutelar das ciências do espírito em exigir uma autonomia para o jovem, muitas vezes irreal em sua prática cotidiana, uma vez que a liberdade de ação é delimitada nos termos da total ausência de constrangimentos para o exercício do livre arbítrio.

Assim, ao colocar a juventude como uma espécie de janela de apreciação do mundo social, compreendi como as questões referentes à condição juvenil estavam imiscuídas a processos mais abrangentes, particularmente, o trabalho social empreendido por autarquias estatais, entidades filantrópicas e organismos internacionais; a militarização das periferias urbanas; e as relações raciais, de classe e de gênero no âmbito da sociedade brasileira. Estes processos macrossociais - que apareciam ou como obstáculos à ação individual, ou como pano de fundo estrutural, nas análises por mim criticadas - surgiram aqui como a figura a ser explorada em todas as suas nuances. Foi esta, pois, a inversão proposta para esta *Gestalt*.

Continuando a parafrasear Strathern (2006) do ponto onde parei, na introdução deste trabalho, afirmo que esta exposição não foi, de forma alguma, fenomenológica, visto que não

pretendeu elucidar as coisas tal como se parecem para os atores. Antes, almejou comunicar as práticas de conhecimento sobre a juventude *como se* elas fossem uma série de análises que possibilitam explicações sobre a maneira segundo a qual as coisas parecem ser⁶⁹. Ao seguir este caminho, de alguma forma terminei aplacando, para me referir uma vez mais a Bloom, a minha própria angústia da influência. Por agora, caberá ao leitor avaliar se fiz bem em não me preocupar com “a verdade que não se reconstitui, nem com a verossimilhança que é uma ilusão de sentidos”, como bem disse Lúcia Jorge (2009: 56).

Epílogo: o Muro de Berlim

Em 2014, por deliberação do Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, o programa *Higher Level* sofreu algumas modificações. Os dois anos de aprendizado se transformaram em um, com o aumento da carga horária de três para quatro horas semanais, distribuídas em dois dias da semana. Esta nova etapa da iniciativa também buscou estipular outras parcerias. Desta feita, os grupos culturais Ilê Ayê e Olodum, bem como as comunidades do Calabar e do Alto das Pombas, foram preteridos em prol de outras organizações, a saber, o Instituto Steve Biko e o Grupo Cultural Bagunção. O primeiro, cujo nome é uma homenagem ao líder sul-africano Stephen Biko, principal idealizador do Movimento de Consciência Negra, é uma ONG que desenvolve projetos nos campos educacional e político, tendo como horizonte o combate às desigualdades raciais; o último, é uma espécie de movimento social oriundo da área conhecida por Alagados (zona que abrange os bairros soteropolitanos do Uruguai, Jardim Cruzeiro e Massaranduba), formado inicialmente por crianças e adolescentes que, em meados da década de 1990, criaram uma banda de lata como uma opção de divertimento, uma vez que em suas comunidades não existiam equipamentos de lazer. Com o tempo, o projeto passou a aglutinar moradores mais velhos e de outras regiões. Atualmente, todos eles participam de atividades de dança, música, reciclagem e preservação do meio-ambiente.

Em novembro de 2015, aceitando um convite de Celeste, compareci à cerimônia de formatura das duas turmas do programa, realizada na biblioteca da unidade da American School localizada no centro da cidade. Neste dia tive a oportunidade de conhecer Serafim,

⁶⁹ Citação original: “A explicação não foi, portanto, fenomenológica no sentido usual, visto que não pretendi elucidar as coisas tal como se parecem para os atores. Antes, tentei comunicar as práticas de conhecimento melanésias *como se* elas fossem uma série de análises que possibilitam explicações sobre a maneira segundo a qual as coisas parecem ser (Strathern, 2006: 445, grifos da autora).

coordenador das atividades do Bagunção, estando há cerca de 24 anos à frente do projeto. Com ele, irei desenvolver aqui meu último exercício de “delegação ontológica”.

Enquanto o evento não começava, fiquei sentado em uma das poltronas à disposição na recepção da biblioteca, acompanhando com os olhos toda a movimentação das pessoas ali presentes. Serafim teve a mesma ideia e foi assim que nos conhecemos. Ao saber que eu havia participado da primeira edição do *Higher Level*, na qualidade de pesquisador interessado na vivência dos jovens beneficiados pelo projeto, meu interlocutor resolveu compartilhar algumas de suas impressões sobre a juventude, a partir de suas experiências junto ao Bagunção. Digamos que ele se sentiu estimulado a narrar as suas histórias logo após eu mencionar a existência de um recorte racial bastante notável nas dependências da American School, algo que não se restringia apenas ao perfil dos estudantes (de fenótipo branco, em sua quase totalidade), tendo em vista Celeste ser a única professora negra desta filial da escola. Desta forma, oferecendo um preâmbulo para as suas divagações, Serafim afirmou: “Salvador enxerga a si mesma como sendo uma cidade multicultural, mas isso é uma farsa. Somos uma cidade segregada. As únicas pessoas aqui privilegiadas são brancas. Parece que ergueram um Muro de Berlim a separar os cidadãos entre aqueles que possuem total acesso às coisas e aqueles cujo acesso lhes é negado. Esse muro concreto, mas quase imperceptível”.

Em seguida, ele elaborou algumas reflexões sobre a importância de as atividades do *Higher Level* serem sediadas nas dependências da American School. Segundo ele, tal fato possibilitaria aos jovens das comunidades populares o conhecimento de um outro mundo, a saber, a realidade dos indivíduos pertencentes à classe alta da cidade. Curiosamente, o restante de sua argumentação me fez lembrar as palavras da capitã Manuela, aqui transcritas no terceiro capítulo, quando ela falava sobre a existência de uma redoma - a redoma do crime - a trancafiar a vida da juventude das periferias urbanas. Na ótica de Serafim, o jovem, vestido em seus trajes, acostumado a esbarrar com traficantes por todo o perímetro de sua localidade, passa a enxergar aquilo ali como sendo o único mundo possível. De acordo com ele, caso colocássemos, aleatoriamente, no corpo de um morador do Calabar um *chip* munido da tecnologia de geolocalização, veríamos que a sua vivência da cidade é limitada ao circuito trabalho-casa. “Ele não usa os equipamentos públicos do município, salvo em festas populares, como as que são organizadas pelo poder público municipal. Tem gente lá nos Alagados que, quando pega um ônibus e passa pelo Campo Grande, fica surpreso em descobrir que este é o bairro onde acontece o Carnaval”, completou ele.

Certamente, ele não nutre a ilusão de que haveria alguma espécie de conagração entre indivíduos de classes sociais tão diferentes, na medida que os mais pobres passassem a

frequentar o mesmo ambiente dos mais afortunados. Sobre este quesito, Margaret Wilson (2007) - outra antropóloga que se esmerou em delegar aos seus interlocutores a tarefa de analisar um determinado estado de coisas -, em *Dance lest we all fall down*, nos relata o quanto a experiência das adolescentes reorientou os seus esforços em oferecer um auxílio às camadas populares no que concerne à tentativa de transpor o Muro de Berlim. Inicialmente, ela, juntamente com Rita, sua principal interlocutora em campo, haviam disponibilizado créditos educativos para as jovens mais estudiosas de suas localidades, recursos financeiros que lhes possibilitariam a matrícula em tradicionais escolas da rede privada de ensino da cidade, cogitando nesta oportunidade uma forma de ascensão social. Todavia, elas se deram conta do malogro desta escolha, uma vez que as adolescentes beneficiadas eram constantemente excluídas nestas instituições, pelos demais estudantes, bem como pelo corpo pedagógico, o que incorria em sérios agravos à autoestima delas. Após este fracasso, Rita e Wilson tiveram a ideia de criar uma ONG para o oferecimento de aulas de reforço escolar; e assim, em 1996, surgia a Bahia Street.

Na perspectiva de Serafim, o conhecimento sobre o novo mundo fará com que o jovem não mais aceite com normalidade a existência das desigualdades sociais. Por seu turno, o domínio de uma outra língua possibilitará o acesso a outras dimensões dantes desconhecidas, tais como, a apreciação de filmes sem legenda, a leitura de livros, bem como a entrada em outros ambientes culturais. Ademais, também poder-se-á tirar proveito das novas tecnologias: “todos eles possuem *smartphones*”, disse ele. Sobre este fato, meu interlocutor reflete que, curiosamente, houve no seio da sociedade brasileira uma inclusão social via padrões de consumo, sem necessariamente haver um maior ingresso à cidadania. “Mas nos marcos da social-democracia foi o que deu para fazer”, resigna-se.

Ele ainda não sabia, mas a formatura do *Higher Level* seria uma espécie de adeus. Alegando falta de recursos financeiros, a representação diplomática estadunidense resolveu não renovar o projeto para o ano de 2015, o que implica uma vez mais na descontinuidade das políticas sociais neste país, não importando de qual fonte elas emanam. Contudo, no início de 2016 o programa voltou a ser executado em terras baianas, beneficiando outros coletivos sociais. Preciso agora pular no tempo: de novembro de 2014 para novembro de 2015.

Praticamente um ano depois desse meu encontro com Serafim, a imagem do Muro de Berlim voltou a pairar em minha mente. A Assembleia Legislativa da Bahia sediou um seminário sobre policiamento comunitário que congregou policiais militares, representantes da sociedade civil envolvidos nos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (órgãos consultivos responsáveis pelo controle da atividade policial), juristas, pesquisadores, dentre

outras categorias profissionais. Fui a este evento na companhia de Jaciara. Dentre as exposições que assistimos, destacarei aqui a da capitã Manuela, a ex-comandante da BCS do Calabar.

Na intervenção da capitã, intitulada “O policiamento comunitário na Bahia”, descobri que ela agora está à frente do recém-criado DPCDH (Departamento de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos), uma novidade institucional no âmbito da PM do estado. Manuela apresentou alguns dados à plateia, tais como, a existência de quatro cursos distintos que versam sobre esta temática específica dentro da sua corporação; a estatística oficial que aponta o número de cerca de 2000 policiais formados em algum destes cursos neste ano de 2015; e os resultados efetivos alcançados pela iniciativa. Sobre este último quesito, ela afirmou que, dentre os mais alvissareiros, pode-se destacar a melhora da imagem da instituição; e a proteção da parcela mais jovem das comunidades. Segundo ela, ao trabalhar com a metodologia da prevenção, os policiais deveriam direcionar todos os seus esforços para as crianças e os adolescentes, na medida em que eles são os alvos preferenciais da criminalidade, isto é, aqueles que são frequentemente recrutados por esta atividade. O leitor deve se recordar que ela já havia me dito algo semelhante quando do nosso encontro no ano de 2013.

Mais cedo, houve a exibição de um vídeo institucional da PM. As cenas foram captadas no Bairro da Paz, localidade situada às margens da Avenida Paralela, onde também foi instalada uma BCS. Dentre elas, uma me chamou especial atenção. Tentarei descrevê-la o mais fiel quanto possível. Em uma sala, um policial apareceu interagindo com uma turma de adolescentes. Aparentemente, ele coordenava algum curso de capacitação direcionado àquele público. Uma das estudantes se dirige ao soldado e afirma: “quando eu crescer quero ser igual a você”. Em seguida, ela volta aos seus colegas e imita para eles o gesto de continência policial.

Após assistir este vídeo, fiquei a refletir que, de certa forma, na ótica dos policiais, a criminalidade tem sido o único recurso utilizado pelas parcelas deserdadas da nação para a implosão do Muro de Berlim que as separa dos setores mais abastados da sociedade. Desta feita, essa construção imaginária seria uma barreira que impede a universalização dos padrões de consumo. A tarefa à qual os soldados se lançaram é a de garantir a esta população a existência de uma outra maneira de providenciar a queda desse muro. A assunção desta responsabilidade sugere uma espécie de reorganização da atividade mimética: se os mais pobres aderem ao crime como uma forma de adquirir bens de consumo que lhes seriam inacessíveis, os jovens entrariam nessa equação na medida em que eles imitam o

comportamento dos traficantes já estabelecidos, isto é, já empoderados pelo fetichismo da mercadoria. Tentando superar o tráfico de drogas, a PM surge como a instância que vem a disputar este monopólio da arte da imitação. Para tanto, ela passa a utilizar estratégias típicas de uma dominação carismática: o poder do diálogo e da cordialidade; e o estímulo a relações íntimas, mas sem intimidação, com os moradores locais.

Em certa medida, o senso comum, tanto leigo, quanto informado, tem reconhecido facilmente a simbiose entre policiais e traficantes, na medida em que os primeiros corriqueiramente têm se utilizado de expedientes escusos - corrupção, pagamento de propinas (o chamado “arrego policial”) e a adoção de práticas repressivas - quando de suas incursões às periferias urbanas. Esta foi, digamos, a prática discursiva adotada, por exemplo, por Luiz Eduardo Soares (2015) em sua obra mais recente intitulada *Rio de Janeiro: histórias de vida e de morte*. De certa forma, esta tese mostrou outro tipo de permuta entre as atividades da PM e do narcotráfico, que nos endereça menos ao terreno da prática e mais à dimensão da ideologia (embora eu não acredite em uma separação rígida entre as duas instâncias), a saber: o monopólio da definição de situação, ou seja, o privilégio de ser a fonte da qual emana o poder classificatório. Daí, as angústias da influência de que tanto falei ao longo deste escrito, numa tentativa de demonstrar as consequências da militarização das áreas favelizadas das grandes metrópoles, e como estas consequências edificam uma nova trama para as populações mais jovens dessas localidades. Cabem ainda mais alguns detalhes sobre esta questão.

Nas redes sociais digitais, as páginas oficiais das BCSs hospedadas na web nos apresentam um desfile de imagens de harmonia entre policiais e moradores. Nesta iconografia moderna, os objetos privilegiados da representação são as crianças e os adolescentes dos bairros ocupados pelas brigadas militares. Imagens de crianças carregadas no colo dos soldados, de abraços entusiasmados, cujas mãos dos meninos e meninas, envoltas à cintura dos praças, quase encontram as armas por eles portadas, são uma constante nestes domínios. É curioso notar, vale lembrar, a partir do meu diálogo com as lideranças comunitárias do Calabar, o insucesso de alguns projetos sociais levados a cabo pela BCS, notadamente aqueles de capacitação profissional endereçados às profissões de eletricista, carpinteiro e torneiro mecânico, projetos estes que foram ministrados por organizações do terceiro setor e por empresas privadas. De acordo com meus interlocutores, a população não se interessa por este tipo de curso, porquanto ela almeje empregos mais prestigiosos no mercado de trabalho. Em contrapartida, as atividades coordenadas pelos próprios policiais - aulas de judô, jiu-jitsu, composição musical e informática - têm sido bastante disputadas pelos moradores locais, em especial, pelos mais jovens. Fico me perguntando se o interesse está na atividade em si

mesma ou se é a figura da autoridade policial que, de fato, chancela essa procura.

Falando sobre lideranças comunitárias, Jaciara, elaborando alguns comentários sobre o evento do qual participamos, afirmou que a PM estava certa em mirar todos os seus esforços para a “aculturação” da infância e da adolescência dos bairros ocupados pelos contingentes militares. Segundo ela, no que concerne ao ser humano, quanto mais velho for, mais difícil será a tarefa de inculcar a cultura da não violência, pois a personalidade tende a perder a sua maleabilidade com o passar do tempo. “Ora, mas aí estamos caindo na teoria do soldado Tagner, segundo a qual não existe ex-marginal”, retruquei. “Nesse sistema prisional brasileiro, acho praticamente impossível a ressocialização de um bandido”, respondeu ela. Completando o seu raciocínio, a líder comunitária ponderou: “olha, eu entendo os policiais porque eles também são seres humanos de carne e osso. Se eu flagrasse alguém que eu já havia prendido, solto novamente, e voltando a cometer algum delito, eu não sei o que iria acontecer: ou eu morria, ou eu matava ele. É por isso que eu não dou para ser policial. Não sei como eles suportam isso. A lei no Brasil nunca é cumprida”.

Ainda navegando nas referidas páginas eletrônicas, descobri que Igor estava produzindo mais e mais músicas. Junto com um soldado (o professor do programa *Primeiro Som*) e outro colega, o adolescente, atualmente com 17 anos, aparece em um vídeo interpretando um canção de autoria do trio por eles composto. Nos comentários, alguém que comanda o perfil da BCS escreve: “o professor está aí... Podem sugar o máximo de conhecimento que puderem... Vocês tem qualidade... Basta manter o foco...”. Ouvindo a música, fiquei a pensar que, na grande maioria das vezes, sempre são dadas aos mesmos indivíduos as oportunidades, por mais ínfimas que sejam, de atravessar o Muro de Berlim, algo que eu denominei aqui de “efeito Mateus”.

De repente, fiquei possuído pela ideia louca de averiguar o que teria acontecido com todos os adolescentes que eu havia acompanhado durante os dois anos da primeira edição do *Higher Level*. Em quais projetos eles estariam mergulhados? Será que a carreira deles no âmbito de iniciativas de cunho social havia chegado ao fim? Foram algumas das questões que se me apareceram. Eu poderia procurar saber se... Não, eu já não poderia mais. Está mais do que na hora de desenvolver a minha própria “política do distanciamento”. E na escrita, não há como haver distanciamento sem um ponto final.

REFERÊNCIAS

- ABÉLÈS, Marc. Pour une anthropologie des institutions, *L'Homme*, Paris, v. 35, n. 135, p. 65-85, 1995.
- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil, *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, 1997. (Número Especial sobre Juventude e Contemporaneidade).
- ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: FOX, Richard (Ed.). *Recapturing Anthropology: working in the present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 137-162.
- ALBERNAZ, Elizabete et al. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro, *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. Juventude e empreendedorismo: uma abordagem das novas subjetividades executivas, *Desigualdade e Diversidade (PUCRJ)*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 05-15, 2009.
- ALMEIDA, Ronaldo; D'ANDREA, Tiarajú; LUCCA, Daniel de. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 82, p. 108-130, nov. 2008.
- AUGÉ, Marc. La force du present, *Communications*, Paris, n. 49, p. 43-55, 1989.
- AVANTE. *Políticas de segurança pública e repercussões sobre a infância de comunidades urbanas de baixa renda: sensação de segurança e expectativas sobre as estratégias em curso: relatório de Pesquisa*. Salvador: Comunicação Institucional da Avante, 2014.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*. 2 ed. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial, *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 3, 1993 [1963].

BANCO MUNDIAL. *O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs*. Brasília: Banco Mundial, 2012.

_____. O desenvolvimento e a próxima geração. Washington: Banco Mundial, 2007.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina, *Contextos Clínicos*, São Leopoldo, v. 5, n. 1, p. 52-61, jan./jun. 2012.

_____. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 577-586, 2009.

BARNETT, Clive et al. The elusive subjects of neo-liberalism, *Cultural Studies*, London, v. 22, n. 5, p. 624-653, 2008.

BATESON, Gregory. *Naven: a survey of the problems suggested by a composite picture of the culture of a New Guinea Tribe drawn from three points of view*. 2 ed. Stanford: Stanford University Press, 1958 [1936].

BECKER, Howard et al. *Boys in white: student culture in medical school*. Chicago: The University of Chicago Press, 1961.

BENGTSSON, Tea Torbenfeldt. Boredom and action: experiences from youth confinement, *Journal of Contemporary Ethnography*, Little Rock, v. 41, n. 5, p. 526-553, 2012.

BEST, Amy L. *Representing youth: methodological issues in critical youth studies*. New York: NYU Press, 2007.

BIOY CASARES, Adolfo. *A invenção de Morel*. 3 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002 [1973].

BOLTANSKI, Luc. *Distant suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BORDONARO, Lorenzo. Agency does not mean freedom: Cape Verdean street children and the politics of children's agency, *Children's Geographies*, London, v. 10, n. 4, p. 413-426, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURGOIS, Philippe. *In search for respect: selling crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BRASIL. Portaria Nº. 1.111, de 06 de junho de 2000. Dispõe sobre as Normas e Diretrizes do Projeto Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. *Ministério da Previdência e Assistência Social*. Disponível em: <http://www.compadres.org.br/page_legislacao/portarias_doc>. Acesso em: 26/05/2008.

BRODIE, Janine M. Reforming Social Justice in Neoliberal Times. *Studies in Social Justice*, St. Catharines, v. 2, n. 1, 93-107, 2007.

CALVINO, Italo. *Se um viajante numa noite de inverno*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1979].

CANDEA, Matei et al. Introduction: reconsidering detachment. In: _____. *Detachments: essays on the limits of relational thinking*. Manchester: Manchester University Press, 2015. p. 01-31.

CANO, Ignacio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. *"Invasões solertes": das relações entre a Faculdade de Filosofia e a sua vizinhança*. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2011.

CARRANO, Paulo César. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CARVALHO, Inaiá M. Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá M. Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 81-108.

CASTEL, Robert. Os médicos e os juízes. In: FOUCAULT, Michel (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* um caso de parricídio do século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p. 259-275.

CASTRO, João Paulo Macedo e. *UNESCO - Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil*. 2005. 449 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

CASTRO, Mary Garcia et al. *Juventude: tempo presente ou tempo futuro?* São Paulo: GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade: violência, cultura e poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (Eds.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

COHN, Bernard S. History and Anthropology: the state of play, *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 22, n. 2, p. 198-221, abr. 1980.

COLLINS, John F. *Revolt of the saints: memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy*. Durham; Londres: Duke University Press, 2015.

_____. Policing's productive folds: secrets and authenticity in Brazilian Cultural Heritage, *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Malden, v. 19, n. 3, p. 473-501, nov. 2014.

_____. “But what if I should need to defecate in your neighborhood, madame?”: empire, redemption, and the “tradition of the oppressed” in Brazil World Heritage Site, *Cultural Anthropology*, Houston, v. 23, n. 2, p. 279-328, 2008.

COMAROFF, John. Foreword. In: Garriott, William (Ed.). *Policing and contemporary governance: the anthropology of police in practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. pp.

xi-xxi.

CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar: a luta política dos favelados*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador*. Belo Horizonte: Editora Universidade, 2001.

COURSE, Magnus. Of words and fog: linguistic relativity and Ameridian ontology, *Anthropological Theory*, London, v. 10, n. 3, p. 247-263, 2010.

CRAPANZANO, Vincent. *The Harkis: the wound that never heals*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

_____. *Imaginative horizons: an essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2004.

CRAVINO, Maria Cristina et al. Sociabilidade e micropolítica en un barrio bajo planes. In: ANDRENACCI, Luciano (Org.). *Cuestión social y política social en el Grand Buenos Aires*. La Plata: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002.

CUNHA, Neiva Viera da; MELLO, Marco Antonio da Silva (2011), Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela, *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 371-401.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMO, Arley. A peça orçamentária: os sentidos da participação política a partir da OP porto-alegrense. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema. (Orgs.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 136-186.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe; Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

DAVIDSON, Elsa. *The burdens of aspirations: schools, youth, and success in the divided social worlds of Silicon Valley*. New York; London: New York University Press, 2011.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma. *A juventude no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

- DEAN, Mitchell. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage Publications Ltd., 1999.
- DENTON, Barbara; O'MALLEY, Pat. Gender, trust and business: women drug dealers in the illicit economy, *British Journal of Criminology*, London, v. 39, n. 4, p. 513-530, 1999.
- DERRIDA, Jacques. *The gift of the death*. 2 ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- DIAS DUARTE, Luis Fernando. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1986.
- ELIAS, Nobert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FENTON, Linda; McLARTY, Penny. *Welcome to Brazil*. v.1. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. In: INDA, Jonathan Xavier (Ed.). *Anthropologies of modernity: Foucault, governmentality, and life politics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 105-131.
- FERNANDES, Florestan. O dilema educacional brasileiro. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice (Orgs.). *Educação e sociedade: leituras em sociologia da educação*. São Paulo: Editora Nacional, 1985. p. 414-441.
- FERRAGI, Cesar. O sistema Koban e a institucionalização do policiamento comunitário paulista, *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 60-77, fev./març. 2011.
- FERRAZ DE OLIVEIRA, Débora. *Insegurança nas ruas: uma etnografia do uso de crack no Centro Antigo de Salvador*. 2013. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2013.
- FIGUEIREDO, Francisco J. Quaresma de. Aquisição e aprendizagem de segunda língua, *Signótica*, Goiânia, v. 7, p. 39-57, jan./dez. 1995.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1965.

_____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira. 1972.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002a [1973].

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Veja/Passagens, 2002b [1969].

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [1970].

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Nietzsche, genealogy, history. In: BOUCHARD, Donald F. (Ed.). *Language, counter-memory, practice: selected essays and interviews*. Ithaca: Cornell University Press, 1977.

FOUCAULT, Michel (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

FREEMAN, James. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of Police pacification in Rio de Janeiro, *REU*, Sorocaba, v. 38, n. 1, p. 95-126, 2012.

GARCIA, Angela. The elegiac addict: history, chronicity and the melancholic subjects, *Cultural Anthropology*, Houston, v. 23, n. 04, p. 718-746, 2008.

GARCIA, Lorena. *Respect Yourself, Protect Yourself: Latina Girls and Sexual Identity*. New York: NYU Press, 2012.

GARRIOTT, William. Introduction Police in practice: policing and the project of contemporary governance. In: GARRIOTT, William (Ed.). *Policing and contemporary*

governance: the anthropology of police in practice. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. 01-28.

GLEDHILL, John. Segurança humana: uma meta viável? *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 519-533, set./dez. 2012.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999 [1961].

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Pacto pela vida: um compromisso de todos pela segurança*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2011. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/pacto-pela-vida/o-que-e/>>. Acesso em: 01/11/2012.

GRUNDETJERN, Heidi. Women's gender performances and cultural heterogeneity in the illegal drug economy, *Criminology*, Columbus, v. 53, n. 2, p. 253-279, 2015.

GRUNDETJERN, Heidi; SANDBERG, Sveinung. Dealing with a gendered economy: female drug dealers and street capital, *European Journal of Criminology*, London, v. 9, n. 6, p. 621-635, 2012.

GUTMANN, Mathew C. *Fixing men: sex, birth, control, and AIDS in Mexico*. Berkeley: University of California Press, 2007.

HANSEN, Karen Tranberg. *Youth and the city in the global south*. Indiana: Indiana University Press, 2008.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten Axel; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. The politics of ontology: anthropological positions, *Cultural Anthropology Online*, Houston, jan. 2014. Disponível em: < <http://culanth.org/fieldsights/462-the-politics-of-ontology-anthropological-positions>>. Acesso: 27/09/2015.

HOLSTON, James. *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUME, Mo. *The politics of violence: gender, conflict and community in El Salvador*.

Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

HUMILDES, Joildo Souza dos. *Tutela constitucional da segurança pública no bairro do Calabar: processo de implantação e funcionamento do Pacto pela Vida e suas implicações para a redução da criminalidade e das violências*. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública) - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2013.

IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva; FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Apresentação - Juventude como sujeito de direitos: nova gramática dos discursos sobre a juventude. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). *O tempo real dos jovens: juventude como experiência acumulada*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 07-24.

JONES, Nikki. *Between good and Ghetto: African American girls and Inner-city violence*. New Jersey: Rutgers, 2009.

JORGE, Lídia. *A costa dos murmúrios*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2009.

KARADINOS, George et al. The moral economy of violence in the US Inner City, *Current Anthropology*, Chicago, v. 55, n. 1, p. 01-22, fev. 2014.

LEMGRUBER, Julita et al. *Quem vigia os vigias: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O suplício do Papai Noel*. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1952].

_____. *As estruturas elementares do parentesco*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *O pensamento selvagem*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1970.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo, *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 781-832, 2012.

_____. Prefácio. In: CASTRO, João Paulo Macedo e. *A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública*. Rio de Janeiro: E-papers;

Laced/Museu Nacional, 2009. p. 09-12.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G. H.* São Paulo: Editora Rocco, 1998.

MACAULAY, Fiona. Problems of police oversight in Brazil, *Working Paper Series*, Oxford, 2002.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. 5 ed. (eBook). Porto Alegre: Zouk, 2012 [1896].

MAFFESOLI, Michel. Comunidade de destino, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 273-283, jan./jun. 2006.

MAIA, Suzana. Sedução e identidade nacional: dançarinas eróticas brasileiras no Queens, Nova York, *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 769- 797, set./dez. 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. *The Sexual Life of Savages*. Boston: Beacon Press, 1929.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulammita de (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69-94.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography, *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 24, p. 95-117, 1995.

_____. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial, *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 34, p. 197-221, 1991.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MCCALLUM, Cecilia. Víctimas egoístas: perspectivas sobre la sexualidad, raza, clase y adolescencia desde un hospital de maternidad en Salvador, Brasil. In: WADE, Peter et al. (Eds.). *Raza, etnicidad y sexualidades: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 137-166.

MCINTOSH, Peggy. White privilege: unpacking the invisible knapsack, *Peace and Freedom Magazine*, Philadelphia, p. 10-12, jul./ago. 1989.

MEAD, Margaret. *Coming of Age in Samoa: A psychological study of primitive youth for Western Civilization*. New York: HarperCollins, 1928.

MERTON, Robert K. The self-fulfilling prophecy, *The Antioch Review*, Yellow Springs, v. 8, n. 2, p. 193-210, 1948.

_____. The Matthew effect in Science, *Science*, Washington, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968.

MILLAR, Kathleen M. The precarious present: wageless labor and disrupted life in Rio de Janeiro, Brazil, *Cultural Anthropology*, Houston, v. 29, n. 1, p. 32-53, 2014.

NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from 'studying up'. In: HYMES, Dell (Ed.). *Reinventing Anthropology*. New York: Random House, 1969. p. 284-311.

ORTNER, Sherry B. Access: reflections on studying up in Hollywood, *Ethnography*, London, v. 11, n. 2, p. 211-233, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios, *Mana*, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

PAIS, José Machado; ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de (Orgs.). *Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PALEY, Julie. Toward an anthropology of democracy, *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 31, p. 469-496, 2002.

PEDERSEN, Morten Axel. Common nonsense: a review of certain recent reviews of the "ontological turn", *Anthropology of this Century*, v. 5, 2012. Disponível em: <http://aotcpres.com/articles/common_nonsense/>. Acesso: 01/10/2015.

PEIRANO, Marisa. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PENGLASE, Ben. The owner of the hill: masculinity and drug-trafficking in Rio de Janeiro, Brazil, *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Malden, v. 15, n. 2, p. 317-337, 2010.

PINA CABRAL, João de. O diabo e o dilema brasileiro: uma perspectiva anti-cesurista, II, *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 477-525, 2007.

_____. A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anti-cesurista, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 77, p. 95-111, jul. 2007.

POHL, Alison; TRISH, Stott. *Welcome to Brazil*. v. 2. Oxford: Oxford University Press, 2011.

POMPEIA, Raul. *O Ateneu: crônica de saudades*. 1 ed. São Paulo Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013 [1888].

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, do Brasil, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 15-47, jul. 2003.

RAMOS-ZAYAS, Ana. *Street Therapists: race, affect, and neoliberal personhood in Latino Newark*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

REIS, Elisa P. Poder privado e construção de Estado sob a Primeira República. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Rio Fundo, 1991. p. 43-68.

RIAÑO-ALCALÁ, Pilar. *Dwellers of memory: youth and violence in Medellin, Colombia*. New Jersey: Transaction Publishers, 2006.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça L. Sobre o significado do policiamento comunitário: uma análise dos *accounts* empregados pela Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (1980-2000). In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 409-452.

RIOT, Philippe. As vidas paralelas de Pierre Rivière. In: FOUCAULT, Michel (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do*

século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p. 239-258.

ROSE, Nikolas. Government and control, *British Journal of Criminology*, London, v. 40, p. 321-339, 2000.

_____. *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. New York: Cambridge University Press, 1999.

ROTH-GORDON, Jennifer. Racing and erasing the playboy: slang, the transnational youth subculture, and racial discourse in Brazil, *Journal of Linguistic Anthropology*, Malden, v. 17, n.2, p. 246-265, 2008.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte 1), *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SALES, Mione Apolinario. *(In)Visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. 2004. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SALMON, Gildas. De la délégation ontologique: naissance de l’anthropologie néo-classique. In: COLLOQUIUM MÉTAPHYSIQUES COMPARÉES: LA PHILOSOPHIE À L’ÉPREUVE DE L’ANTHROPOLOGIE, 2013, Cerise-La-Salle. *Anais Eletrônicos...* Cerise-La-Salle, 2013.

SANDBERG, Sveinung; PEDERSEN, Willy. *Street capital: Black cannabis dealers in a white welfare state*. Bristol: The Police Press, 2011.

SIMPSON, Jennifer S. Easy talk, white talk, back talk: some reflections on the meanings of our words, *Journal of Contemporary Ethnography*, London, v. 25, n. 3, p. 372-389, out. 1996.

SOARES, Luiz Eduardo. *Rio de Janeiro: histórias de vida e de morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo et al. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, Jessé. É preciso teoria para compreender o Brasil contemporâneo? Uma crítica a Luis Eduardo Soares. In: _____. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo

Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 117-151.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo César. Juventude e políticas públicas no Brasil, *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

STEFFENSMEIER, Darell; ALLAN, Emilie. Gender and crime: toward a gendered theory of female offending, *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 22, p. 459-487, 1996.

STOLER, Ann Laura. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

_____. Debate, *Bijdragen tot de Taal*, Berlim, v. 165, n. 4, p. 551-567, 2009.

_____. Affective states. In: NUGENT, David; VINCENT, Joan (Eds.). *A companion to the Anthropology of Politics*. Oxford: Balckwell Publishing, 2007. p. 04-20.

_____. *Race and the education of desire: Foucault's History of sexuality and the colonial order of things*. Durham; London: Duke University Press, 1995.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006 [1988].

TAUSSIG, Michael. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York; London: Routledge, 1993.

_____. *Beauty and the beast*. Chicago: The Chicago University Press, 2012.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. O “problema” do bandido: subjetividade e “violência urbana” no Rio de Janeiro. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (Orgs.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 367-388.

TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar (Orgas.). *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

TOLSTÓI, Leon. *War and peace* [complete and illustrated]. Moscou: eKitap Projesi, 2015 [1869].

TOMMASI, Livia De; VELAZCO, Dafne. A produção de um novo regime discursivo sobre

as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária, *Rev. Inst. Estud. Bras.*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 15-42, 2013.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Coordenado por Mary Castro e Miriam Abramovay. Brasília: UNESCO, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Who is afraid of the ontological wolf? Some comments on an ongoing anthropological debate, *The Cambridge Journal of Anthropology*, Cambridge, v. 33, n. 1, p. 02-17, 2015.

_____. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: _____. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5 ed. São Paulo: COSACNAIFY, 2013. p. 181-264.

_____. *Metafísicas caníbales: líneas de antropología postestructural*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

_____. O nativo relativo, *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: _____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 177-201.

_____. Women of gangsters: chronicle of a less-than-musical city, *Estudos Feministas*, Florianópolis, edição especial, p. 109-115, 1999.

_____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2 ed. Santos: Editora Brasileira, 1994.

WACQUANT, Loïc. O que é gueto? Construindo um conceito sociológico, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, p. 155-164, 2004.

WHITE, Hylton. Materiality, form, and context: Marx contra Latour, *Victorian Studies*, Indiana, v. 55, n. 4, p. 667-682, 2013.

WILSON, Margaret. *Dance lest we all fall down: breaking cycles of poverty in Brazil and beyond*. Seattle: University of Washington Press, 2007.

WORONOV, Terry. Governing China's children: governmentality and "education for

quality”, *Positions*, Durham, v. 17, n. 3, p. 567-589, 2009.

WRIGHT, Susan. ‘Culture’ in anthropology and organizational studies. In: WRIGHT, Susan (Ed.). *Anthropology of organizations*. London; New York: Routledge, 1994. p. 01-31.

WRIGHT, Susan; REINHOLD, Sue. Studying through: a strategy for studying political transformations. Or sex, lies and British politics. In: SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. *Policy worlds: Anthropology and the analysis of the contemporary power*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2011. p. 86-104.